



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

JUSSARA VANESSA MARTINS BARBOSA

**A Significância Cultural como critério de salvaguarda de áreas históricas: o caso do  
Centro Histórico da Praia (Cabo Verde)**

Recife

2020

JUSSARA VANESSA MARTINS BARBOSA

**A Significância Cultural como critério de salvaguarda de áreas históricas: o caso do  
Centro Histórico da Praia (Cabo Verde)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

**Área de concentração:** Desenvolvimento Urbano

**Orientador:** Tomás de Albuquerque Lapa

Recife

2020

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

B238s	<p>Barbosa, Jussara Vanessa Martins A Significância Cultural como critério de salvaguarda de áreas históricas: o caso do Centro Histórico da Praia (Cabo Verde) / Jussara Vanessa Martins Barbosa. – Recife, 2020. 189f.: il.</p> <p>Orientador: Tomás de Albuquerque Lapa. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2020.</p> <p>Inclui referências e apêndices.</p> <p>1. Significância Cultural. 2. Atributos. 3. Valores. 4. Centro Histórico da Praia. 5. Conservação Urbana Integrada. I. Lapa, Tomás de Albuquerque (Orientador). II. Título.</p> <p>711.4 CDD (22. ed.)</p>	UFPE (CAC 2021-30)
-------	---	--------------------

**Jussara Vanessa Martins Barbosa**

**A Significância Cultural como critério de salvaguarda de áreas históricas: o caso do  
Centro Histórico da Praia (Cabo Verde)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 19/11/2020.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Tomás de Albuquerque Lapa (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Virgínia Pitta Pontual (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Onilda Gomes Bezerra (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

Ao orientador desta dissertação, Tomás Lapa, pela paciência, atenção e conselhos durante esta caminhada.

Aos meus professores do MDU durante esses dois anos de curso, pelos ensinamentos que me fizeram crescer como profissional. E também aos funcionários do MDU, pela atenção e por estarem sempre prontos para nos auxiliar com questões burocráticas.

Aos meus colegas do MDU da turma M39, pela amizade, partilha e troca de informações, durante esta caminhada, em especial à Milena Torres e a Jéssica Yale.

Ao Laboratório de Estudos Periurbanos (LEPUR), e aos pesquisadores que passaram por ele, com o qual partilhei e troquei informações e contribuíram direta ou indiretamente com reflexões pertinentes para a minha pesquisa, em especial Paulo da Cunha.

Aos entrevistados desta pesquisa, pela paciência e disponibilidade em participar da entrevista e aos órgãos competentes em Cabo Verde, onde tive que coletar os dados para a pesquisa.

À toda minha família, pelo cuidado e suporte durante todos esses anos, em especial à minha mãe, Dulcelina da Costa Martins, por nunca ter deixado de acreditar em mim e sempre me apoiar. À minha tia, Idalsisa da Costa Martins, praticamente minha segunda mãe, por ter apostado, acreditado e confiado em mim e que com certeza sem o seu apoio eu não teria conseguido finalizar o curso. À minha tia Osvaldina Martins, pelo suporte em todos os momentos, principalmente a nível académico.

A Deus, por guiar meus caminhos e sua providência eterna.

## RESUMO

A presente dissertação busca identificar os valores e significados do Centro Histórico da Praia (Cabo Verde), tendo em conta seus atributos materiais e imateriais, com o objetivo de estabelecer sua significância cultural. A problemática foca na compreensão dos valores e significados que estão na base do reconhecimento de um centro histórico como um bem patrimonial. A abordagem conceitual-teórica que embasou a investigação centra-se no conceito da significância cultural. Neste contexto, a noção de valor apresentada apoia-se na Teoria dos Valores e na Teoria da Conservação Urbana Integrada. Com base em alguns teóricos, foi possível construir uma categorização, com os respectivos significados dos valores e, em decorrência, estabelecer o valor potencial do centro histórico estudado. Tendo como objeto de estudo o Centro Histórico da Praia (Cabo Verde), foi utilizada a ferramenta de consulta da significância cultural que, dentre outros procedimentos metodológicos, consiste na utilização de recursos verbais e imagéticos junto aos atores sociais, para a apreensão da valoração e significado do objeto empírico de estudo. Ao final, são apresentados gráficos e tabelas com resultados da consulta, esperando dessa forma contribuir com elementos que confirmem a significância cultural do Centro Histórico da Praia, em apoio ao seu processo de conservação.

**Palavras-chave:** Significância cultural. Atributos. Valores. Centro Histórico da Praia. Conservação Urbana Integrada.

## ABSTRACT

This dissertation seeks to identify the values and meanings of the Historic Center of Praia (Cape Verde), taking into account its material and immaterial attributes, in order to establish its cultural significance. The issue focuses on understanding the values and meanings that underlie the recognition of a historic center as a heritage asset. The conceptual-theoretical approach that underpinned the investigation focuses on the concept of cultural significance. In this context, the notion of value presented is based on the Theory of Values and the Theory of Integrated Urban Conservation. Based on some theorists, it was possible to construct a categorization, with the respective meanings of the values and, as a result, establish the potential value of the studied historic center. Having as object of study the Historic Center of Praia (Cape Verde), the tool of consultation of cultural significance was used, which, among other methodological procedures, consists on the use of verbal and imagery resources with the social actors, for the apprehension of the valuation and meaning of the empirical object of study. At the end, graphics and tables with the results of the consultation are presented, thus hoping to contribute with elements that confirm the cultural significance of the Historic Center of Praia, in support of its conservation process.

**Keywords:** Cultural significance. Attributes. Values. Historic Center of Praia. Integrated Urban Conservation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Sítio Histórico de Olinda.....	32
Figura 2 –	Rua do Sítio Histórico de Olinda.....	32
Figura 3 –	Cidade Velha, Centro Histórico da Ribeira Grande, Pelourinho.....	34
Figura 4 –	Cidade Velha, Centro Histórico da Ribeira Grande, Fortaleza.....	34
Figura 5 –	Processo de valorização.....	43
Figura 6 –	Localização do Centro Histórico da Cidade da Praia (Platô).....	56
Figura 7 –	À direita: Planta da Vila da Praia (António Carlos Andreas, 1778), à esquerda: vista aérea da Praia atualmente.....	58
Figura 8 –	Planta da vila da Praia mostrando o contexto espacial, 1876.....	59
Figura 9 –	Localização da primitiva Igreja Nossa Senhora da Graça, circulado a vermelho no mapa de 1840 e marcado com uma cruz no mapa datado de antes de 1900.....	60
Figura 10 –	Localização das fortificações inseridas no antigo Largo da Bateria da Vila da Praia destacada a vermelho.....	61
Figura 11 –	Local da implementação da bateria da Praia antigamente.....	61
Figura 12 –	Quartel Militar.....	62
Figura 13 –	Antigo largo da bateria da Praia, conhecida atualmente como cruzeiro, antes da intervenção.....	63
Figura 14 –	Bateria da Praia, conhecida atualmente como Cruzeiro, após a intervenção de requalificação.....	63
Figura 15 –	Localização do edifício Paços do Concelho, atualmente Câmara Municipal da Praia.....	64
Figura 16 –	Paços do Concelho depois da sua remodelação e ampliação em 1860 – imagem datada de 1910.....	65
Figura 17 –	Localização do antigo Largo da Igreja, circulado a vermelho.....	66
Figura 18 –	Cartão postal datado de 1921 - Antigo Largo da Igreja posteriormente denominada Praça Sá da Bandeira.....	66
Figura 19 –	Banco Ultramarino, hoje Banco Comercial do Atlântico (BCA), sem data.....	67
Figura 20 –	Localização da sede do governo-geral, conhecido atualmente como Palácio do Governo, identificado a letra I.....	68

Figura 21 –	Palácio do Governo atualmente.....	69
Figura 22 –	Largo do antigo Banco Ultramarino atualmente, vista a partir do Mirante.....	69
Figura 23 –	Largo do antigo Banco Ultramarino hoje, vista a partir do Banco BCA para o palácio e o parque infantil.....	69
Figura 24 –	Mirante, atualmente.....	70
Figura 25 –	Vista geral do Platô, antigamente, sem data.....	71
Figura 26 –	Vista da orla da baía outros bairros, a partir do Mirante.....	71
Figura 27 –	Praça Alexandre Albuquerque antigamente.....	71
Figura 28 –	Localização da antiga Praça do Pelourinho, hoje praça Alexandre Albuquerque, identificada pelo nº50, e ao redor, em cor laranja os Edifícios de alto valor patrimonial identificados numericamente.....	72
Figura 29 –	Igreja Nossa Senhora da Graça, construída entre 1894 e 1902.....	73
Figura 30 –	Mercado da Praia, no início do século XX.....	74
Figura 31 –	Interior do Mercado da Praia, diversidade de produtos e relação freguês-vendedor.....	75
Figura 32 –	Casa senhorial, hoje Museu Etnográfico, seu estado na década de 1990.....	76
Figura 33 –	Museu Etnográfico em 2019.....	76
Figura 34 –	Antiga Rua Sá da Bandeira, datada de 1910.....	76
Figura 35 –	Antigas casas senhoriais na antiga Rua Sá da Bandeira, datada de 1900.....	78
Figura 36 –	Palácio da Cultura Ildo Lobo em 2019.....	78
Figura 37 –	As atuais ruas do Centro Histórico da Praia, em relação às antigas denominações.....	79
Figura 38 –	Evolução do centro histórico da Praia (Platô) no período entre 1778 e 1968.....	79
Figura 39 –	Três antigos eixos urbanos da zona centro-norte.....	80
Figura 40 –	Localização antigo Largo do Guedes, atualmente Praça Luís de Camões....	81
Figura 41 –	Antigo Largo do Guedes, atualmente Praça Luís de Camões.....	82
Figura 42 –	Praça Luís de Camões, com o busto e representação de uma senhora.....	82
Figura 43 –	Antiga Escola Principal da Província no Largo do Guedes em seu aspecto primitivo em 1877.....	82
Figura 44 –	Antiga Escola Principal, atual Escola Grande.....	82
Figura 45 –	Biblioteca antigamente.....	83

Figura 46 –	Biblioteca atualmente.....	83
Figura 47 –	Hospital da Misericórdia da Cidade da Praia. Ilha de S. Thiago de Cabo Verde – concluído em 1859.....	84
Figura 48 –	Planta do conjunto do Hospital de Santa Isabel.....	84
Figura 49 –	Fachada do Hospital da Misericórdia.....	85
Figura 50 –	Hospital da Misericórdia com seus dois pisos.....	85
Figura 51 –	Antigo Liceu Adriano Moreira, atualmente Liceu Domingos Ramos.....	86
Figura 52 –	Monumento inaugurado em frente ao antigo Liceu Adriano Moreira, em 1960.....	86
Figura 53 –	Edifício Palácio da Justiça.....	87
Figura 54 –	Igreja Nazareno.....	88
Figura 55 –	Composição de dois pisos transversal à nave da igreja.....	88
Figura 56 –	Os edifícios que foram se estabelecendo nas abrangências da praça Alexandre Albuquerque no Centro Histórico da Praia.....	89
Figura 57 –	Exemplo de edifícios em mau estado de conservação.....	94
Figura 58 –	Confecção do pano da terra.....	95
Figura 59 –	Procissão da imagem Nossa Senhora da Graça.....	95
Figura 60 –	Delimitação da área de estudo correspondente à área de proteção.....	96
Figura 61 –	Área oficialmente protegida (azul) e demais bairros (áreas) sugeridas a serem englobadas no perímetro de salvaguarda e proteção, a partir da descrição citada.....	99
Figura 62 –	Evolução tipológica, apresentada no PUD.....	100
Figura 63 –	Escola Domingos Ramos.....	102
Figura 64 –	Papelaria/Casa do Leão antes da intervenção.....	104
Figura 65 –	Papelaria/Casa do Leão depois da intervenção.....	104
Figura 66 –	Palácio do Governo antigamente, sec. XX (período após 1950) .....	115
Figura 67 –	Palácio do Governo atualmente, foto utilizada na entrevista.....	116
Figura 68 –	Igreja Nossa Senhora da Graça antigamente.....	117
Figura 69 –	Imagem atual da Igreja Nossa Senhora da Graça (utilizado nas entrevistas) .....	117
Figura 70 –	Planta baixa da Igreja Nossa Senhora da Graça.....	118
Figura 71 –	Maquete da Igreja Nossa Senhora da Graça.....	119

Figura 72 – Fachada frontal (à esquerda) e fachada traseira (à direita) da Igreja Nossa Senhora da Graça.....	119
Figura 73 – Interior da Igreja Nossa Senhora da Graça.....	120
Figura 74 – Pintura existente na Igreja Nossa Senhora da Graça.....	121
Figura 75 – Foto antiga da Câmara Municipal.....	122
Figura 76 – Gárgulas em formas de rostos na cimalha.....	122
Figura 77 – Foto atual da Câmara Municipal (utilizada na entrevista).....	123
Figura 78 – Quartel e Batalhão de Caçadores d’Africa Occidental, depois Quartel da 1ª Companhia de Polícia Civil e Militar e, hoje, Companhia Jaime Mota – Praia.....	124
Figura 79 – Quartel Militar Jaime Mota, imagem utilizada na entrevista.....	124
Figura 80 – Museu etnográfico em estado ruinoso, 1996.....	125
Figura 81 – Museu etnográfico atualmente, depois do restauro, imagem utilizada na entrevista.....	126
Figura 82 – Cartão postal da Praça Alexandre Albuquerque e as obras arquitetônicas de prestígio ao redor.....	127
Figura 83 – Praça Alexandre Albuquerque, imagem utilizada na entrevista.....	127
Figura 84 – Busto de Serpa Pinto na Praça Alexandre Albuquerque.....	128
Figura 85 – A Praça Alexandre Albuquerque como palco das festividades do dia das crianças, em 1 de junho 2019 (dia das crianças em Cabo Verde).....	128
Figura 86 – Imagem do novo Mercado da Praia, edificado entre 1872 e 1874, datada de 1907.....	129
Figura 87 – Imagem do Mercado s/d.....	130
Figura 88 – Cartão postal com produtos expostos no Mercado na década de 2000.....	131
Figura 89 – Imagem utilizada na entrevista do Mercado.....	131
Figura 90 – Conjunto arquitetônico – Casas Feba e Serbam e outros edificios da época.....	132
Figura 91 – Conjunto arquitetônico – Casa Serbam e outros edificios do conjunto (imagem utilizada na entrevista).....	132
Figura 92 – A casa Feba (esquema e foto atual).....	134
Figura 93 – Liceu Domingos Ramos antigamente, sem data.....	134
Figura 93 – Liceu Domingos Ramos antigamente, sem data.....	134

Figura 94 –	Liceu Domingos Ramos atualmente, imagem utilizada na entrevista.....	135
Figura 95 –	A antiga Rua Sá da Bandeira.....	136
Figura 96 –	Foto atual (2019) da Avenida Amílcar Cabral, imagem utilizada na entrevista.....	137
Figura 97 –	Vista antiga da Praça Alexandre Albuquerque e seu entorno (datada de 1915).....	137
Figura 98 –	Vista atual da Praça Alexandre Albuquerque e seu entorno, imagem utilizada na entrevista.....	138
Figura 99 –	Vista do miradouro, antigamente.....	139
Figura 100 –	Vista da zona litorânea, tomada do Mirante, imagem utilizada na entrevista.....	140
Figura 101 –	Vista antiga da Rua 5 de Julho.....	140
Figura 102 –	Vista atual da Rua 5 de Julho, Imagem à direita utilizada na entrevista.....	140
Figura 103 –	Rua 5 de Julho antes da intervenção.....	141
Figura 104 –	Rua 5 de Julho atualmente.....	141
Figura 105 –	Vista geral do centro Histórico da Praia – Platô.....	142
Figura 106 –	Vista atual do Centro Histórico da Praia- Platô, imagem utilizada na pesquisa.....	142
Figura 107 –	Diversidade de produtos do comércio informal e formal.....	143
Figura 108 –	O fluxo/ diversidade comercial 2019 .....	144
Figura 109 –	Fluxo/ diversidade comercial nos anos 2000, Imagem utilizado na entrevista. ....	144
Figura 110 –	Foto da festividade antigamente, em frente da igreja e do Paço do Concelho.....	144
Figura 111–	Foto da Procissão da festa Nossa Senhora da Graça, imagem utilizada na entrevista.....	145

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Classificação dos atributos de acordo com o grau de identificação.....	151
Gráfico 2 –	Classificação com o grau de identificação dos atributos pelos residentes....	155
Gráfico 3 –	Classificação com o grau de identificação dos atributos pelo grupo dos trabalhadores.....	155
Gráfico 4 –	Classificação com o grau de identificação dos atributos dos visitantes.....	156
Gráfico 5 –	Classificação com grau de identificação dos atributos pelo grupo dos especialistas.....	156
Gráfico 6 –	Classificação com grau de identificação dos atributos pelo grupo G4 - Grupo de referência cultural.....	156
Gráfico 7 –	Quantidade de vezes os valores foram atribuídos.....	158
Gráfico 8 –	Porcentagem de valor atribuído a cada atributo do CHP.....	160
Gráfico 9 –	Porcentagem de valor atribuído a cada atributo do CHP em formato pizza.....	161
Gráfico 10 –	Quantidade de vezes um valor é atribuído para cada atributo.....	163
Gráfico 11 –	Número de vezes cada valor foi atribuído por cada grupos de atores sociais.....	164
Gráfico 12 –	Valoração do Liceu Domingos Ramos.....	168
Gráfico 13 –	Valoração da Igreja Matriz.....	169
Gráfico 14 –	Valoração da Vista da praça Alexandre Albuquerque e o entorno.....	171
Gráfico 15 –	Valoração da Vista geral do Platô.....	173
Gráfico 16 –	Valoração do Fluxo/diversidade comercial.....	175

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Categorização dos valores.....	50
Tabela 2 –	Ficha 1 utilizada na segunda etapa da entrevista.....	110
Tabela 3 –	Ficha 2 utilizada na terceira etapa da entrevista.....	111
Tabela 4 –	Ficha 3 utilizada na quarta etapa da entrevista.....	112
Tabela 5 –	Síntese dos cartões com valores.....	113
Tabela 6 –	Atores sociais.....	147
Tabela 7 –	Grau de identificação dos atributos de acordo com cada grupo social em relação ao todo.....	153
Tabela 8 –	Posição do Liceu Domingos Ramos em relação aos cinco primeiros atributos da tabela 7.....	166
Tabela 9 –	Quantidade de vezes que cada valor foi atribuído por cada grupo social em relação ao Liceu Domingos Ramos.....	167
Tabela 10 –	Quantidade de vezes que cada valor foi atribuído por cada grupo social em relação à Igreja Matriz.....	169
Tabela 11 –	Quantidade de vezes que cada valor foi atribuído por cada grupo social em relação à Vista da praça Alexandre Albuquerque e o entorno.....	170
Tabela 12 –	Quantidade de vezes que cada valor foi atribuído por cada grupo social em relação à Vista geral do Platô.....	172
Tabela 13 –	Quantidade de vezes que cada valor foi atribuído por cada grupo social em relação ao fluxo/diversidade comercial.....	174

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do Liceu Domingos Ramos.....	85
Mapa 2 – Planta piso dos edifícios do Centro Histórico da Praia.....	90
Mapa 3 – Planta uso (térreo) dos edifícios do Centro Histórico da Praia.....	91
Mapa 4 – Planta uso (pisos superiores) dos edifícios do Centro Histórico da Praia.....	91
Mapa 5 – Edifícios de alto valor patrimonial, a laranja.....	92
Mapa 6 – Critérios de intervenção proposto na PUD 98.....	103
Mapa 7 – Delimitação da área classificada da cidade da Praia.....	106

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>CENTRO HISTÓRICO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: DIRETRIZES E CRITÉRIOS DE SALVAGUARDA.....</b>	<b>23</b>
2.1	A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL COMO UM DOS CRITÉRIOS DE SALVAGUARDA DE CENTROS HISTÓRICOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	23
2.2	ESTUDO DE CASO: DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DE OLINDA (BRASIL) E DA CIDADE VELHA (CABO VERDE).....	31
2.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	36
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO – CONCEITUAL.....</b>	<b>38</b>
3.1	SIGNIFICÂNCIA CULTURAL: CONCEITOS E ENTENDIMENTO.....	38
3.2	VALORES: CATEGORIZAÇÃO E SIGNIFICADOS.....	43
3.3	VALORES DE UM CENTRO HISTÓRICO.....	51
3.4	ATRIBUTOS.....	52
3.5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	53
<b>4</b>	<b>CENTRO HISTÓRICO DA PRAIA (PLATÔ).....</b>	<b>55</b>
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA.....	55
4.2	SITUAÇÃO ATUAL DO CENTRO HISTÓRICO DA PRAIA (PLATÔ).....	88
4.3	LEGISLAÇÃO E PLANOS URBANÍSTICOS.....	97
4.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	107
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>108</b>
5.1	FERRAMENTA DE CONSULTA DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL.....	108
5.2	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ATRIBUTOS DO CENTRO HISTÓRICO DA PRAIA.....	114
5.3	ATORES SOCIAIS.....	145
5.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	152
<b>6</b>	<b>RESULTADOS E ANÁLISE.....</b>	<b>150</b>
6.1	CLASSIFICAÇÃO DOS ATRIBUTOS PELO GRAU DE IDENTIFICAÇÃO.....	150
6.2	VALORAÇÃO DOS ATRIBUTOS.....	157
6.3	ANÁLISE DOS ATRIBUTOS COM MAIOR GRAU DE IDENTIFICAÇÃO.....	165
6.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	176

<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>177</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>181</b>
	<b>APÊNDICE A – RESULTADO FICHA 1 DA FERRAMENTA DE CONSULTA.....</b>	<b>187</b>
	<b>APÊNDICE B – RESULTADO FICHA 3 DE FERRAMENTA DE CONSULTA.....</b>	<b>188</b>
	<b>APÊNDICE C – CLASSIFICAÇÃO COM O GRAU DE IDENTIFICAÇÃO DOS ATRIBUTOS .....</b>	<b>189</b>

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Bernardo Secchi (2006), a cidade é um grande palimpsesto caracterizada pela sobreposição de camadas urbanas de diferentes períodos da história. Numa leitura do espaço urbano, estão refletidas práticas sociais e culturais que expressam a forma de conceber e de construir o espaço urbano, características de determinadas cidades, numa determinada época. Sobre essas camadas urbanas, Jokilehto enfatiza que:

As “pré-existências”, ou seja, camadas de formas de assentamento anteriores, formam outro aspecto que contribui para a identidade e especificidade histórica e cultural. As formas incorporadas dessas camadas podem frequentemente ser lidas nos padrões espaciais posteriores do layout urbano. (JOKILEHTO, 2010, p. 42)

Reconhecer a cidade como um espaço urbano impregnado de marcas históricas e artísticas do homem é fundamental para a sua valoração e significação. Dentre essas marcas, destacam-se os edifícios e lugares que representam heranças do passado. Devido ao valor e significado que apresentam para grande parte da sociedade, esses edifícios e lugares se configuram como um bem patrimonial que se busca conservar e preservar para que, assim, possam ser transmitidos às gerações futuras. É neste sentido que a significância cultural se apresenta como um dos conceitos-chaves para o reconhecimento de um bem patrimonial, dentro do campo da conservação contemporânea, juntamente com a integridade e autenticidade.

Nem sempre o ato de conservar e preservar tais legados são levados a cabo pois, de acordo com Bernardo Secchi (2006, pág.16), “todos os dias selecionamos algo, uma casa, uma rua, uma ponte ou um bosque, e destinamos à destruição”. Secchi (2006) também afirma que esses motivos se devem aos significados e valores que atribuímos a tais elementos.

A cidade é alvo da ação antrópica e, por esse motivo, está em constante processo de transformação, resultando na modificação do seu tecido urbano. Ruas, edifícios, praças, dentre outros elementos que configuram a cidade, vão sendo modificados, em consequência de intervenções que objetivam a sua adaptação às novas demandas e exigências da cidade atual. Neste processo, os elementos e características que conferem significados e identidade ao lugar são colocados em risco. Assim, reconhecer os significados e valores atrelados a um bem patrimonial é um dos aspectos que fundamenta praticamente todo processo da sua salvaguarda e conservação.

De acordo com os pressupostos teóricos de Viñas (2005), a conservação visa à manutenção dos significados dos objetos, o que implica trazer significados do passado para o

futuro, garantindo as possibilidades de surgimento de novos significados no presente e no futuro.

Ao estudarem as diversas formas de intervenção na cidade, alguns teóricos realçam a necessidade de cautela, análises e estudos adequados anteriores ao ato de intervir, respeitando a história e considerando os significados atribuídos a determinadas áreas patrimoniais da cidade (DE GRACIA, 1996; GIOVANONNI, 2013; JOKILEHTO, FEILDEN 1995; TIESDELL, OC, HEATH, 1996). Sendo assim, torna-se fundamental a adoção de medidas e critérios que orientam e regulamentam as diversas formas de intervenção urbanística. É com este intuito que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apresenta três conceitos balizadores da conservação do patrimônio cultural: a significância cultural, a autenticidade e a integridade.

Até anos atrás, a questão da conservação do patrimônio se centrava somente em aspectos de ordem material. Porém, atualmente, além dos aspectos de ordem material, ocupa-se também dos aspectos imateriais, que se caracterizam pela relação que o sujeito estabelece com o bem cultural e com os significados e usos criados, ao se apropriarem dos lugares. No âmbito da discussão atual, a significância cultural emergiu como uma noção indissociável das noções de autenticidade e integridade. Essas três noções formam um tripé de base para gestão e conservação do patrimônio cultural, passando a ser exigida pela UNESCO no processo de inclusão de um bem na lista do Patrimônio Mundial. Num primeiro momento, a pesquisa propunha trabalhar com significância cultural, integridade e autenticidade e assim chegar à construção de uma Declaração de Significância Cultural. Entretanto, infelizmente, devido às restrições impostas pela pandemia, viu-se a impossibilidade de trabalhar as três noções conjuntamente<sup>1</sup>. Portanto, a pesquisa buscou aprofundar o conceito de significância cultural. Apesar da indissociabilidade entre as três noções, a escolha de trabalhar a significância cultural isoladamente, se faz meramente por questão conceitual e analítica de modo a atender aos objetivos da pesquisa.

A significância cultural tornou-se um dos conceitos fundamentais na teoria e prática da conservação contemporânea. Com base na significância cultural, é possível identificar e compreender os valores atrelados a um determinado bem, justificando dessa forma sua preservação para as gerações futuras (ZANCHETTI, et al., 2011).

---

<sup>1</sup> Devido à pandemia, houve dificuldade em entrevistar os especialistas em Cabo Verde que tinham propriedade, para dar o feedback em relação à integridade e à autenticidade que a ferramenta de consulta exigia. Entretanto, foi possível entrevistar outros especialistas que conseguiram dar sua percepção em relação à significância cultural.

Apesar da inclusão recente deste conceito no campo da conservação, ele tem suscitado discussões referente à sua operacionalização no âmbito da conservação patrimonial. A esse propósito, periodicamente, têm sido realizados encontros internacionais, que resultam em cartas patrimoniais<sup>2</sup>, nos quais a discussão dos aspectos voltados para a conservação patrimonial, como os problemas da operacionalização dessa noção, são colocados em debate. A Carta de Burra é o primeiro documento doutrinário de grande importância sobre a temática por reconhecer a importância da significância cultural na conservação de bens patrimoniais. A mencionada Carta passou por revisão ao longo dos anos, sendo a mais recente a de 2013. Ela apresenta orientações para a conservação e gestão dos locais de importância cultural e baseia-se no conhecimento e experiência dos membros do ICOMOS da Austrália (CARTA DE BURRA, 2013).

Os critérios, as medidas contidas nas Cartas Patrimoniais e até a legislação nem sempre são garantias de proteção, face às diversas formas de intervenção urbanísticas realizadas num centro histórico. Os atributos que figuram na base da significância cultural de um centro histórico trazem atrelados a si valores e significados atribuídos pelas pessoas que fazem parte direta ou indiretamente da sua vivência. Essas pessoas são identificadas como atores sociais. Porém, muitas vezes não se tem o devido entendimento e percepção dos valores e significados vinculados ao bem. Nas declarações de significância cultural, desenvolvidas no âmbito da UNESCO, nem sempre são expressos de forma clara os valores e significados do bem patrimonial.

É com este intuito que a presente pesquisa se volta para a apreensão da significância cultural do Centro Histórico da Praia (Platô) – Cabo Verde, por meio da consulta à população, de modo a identificar e compreender os valores e significados geralmente atrelados aos patrimônios culturais desta categoria. O Centro Histórico da Praia (Platô) - Cabo Verde é apresentado aqui como objeto de estudo da pesquisa, reconhecido como um bem patrimonial em nível nacional. Segundo a Lista indicativa de Cabo Verde (2015) para UNESCO, contendo a proposta de bens nacionais para inscrição na Lista de Patrimônio Mundial, a justificação do Valor Universal Excepcional (VUE)<sup>3</sup> do Centro Histórico da Praia, baseia-se no critério ii) “Intercâmbio considerável de valores humanos, durante um período ou área cultural

---

<sup>2</sup> As Cartas Patrimoniais são “documentos que estabelecem normas e procedimentos relativos à preservação e conservação dos bens culturais e que podem orientar a elaboração de legislações de patrimônio em diversos países.” (FERRAZ, 2009).

<sup>3</sup> O valor universal excepcional (VUE) “significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e reveste-se de carácter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste património é da maior importância para toda a comunidade internacional” (WHC, UNESCO, 2017, p.11).

determinada, nos âmbitos da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou das paisagens” (WHC, UNESCO, 2017).

Acredita-se que o seu reconhecimento como bem patrimonial está fundamentado no conjunto de obras/construções arquitetônicas do período colonial, que se integra na paisagem histórica urbana local e que pode lhe conferir valor universal excepcional, do ponto de vista histórico, estético, etnológico e antropológico.

Até então, não se tem conhecimento de trabalhos e pesquisas acadêmicos voltados para esta temática, no âmbito do Centro Histórico da Praia. Não obstante, essa área vem sendo alvo de diversas intervenções urbanísticas cujos efeitos se podem fazer sentir sobre os seus atributos, sem o devido entendimento dos significados a eles atrelados pela população. Por meio de tais elementos, característicos do centro histórico da Praia (Platô) e denominados de atributos, se dá o processo de valoração e significação dos bens patrimoniais. Neste sentido, viu-se a necessidade de identificar e buscar compreender os valores e significados que estão na base do reconhecimento do Centro Histórico da Praia como patrimônio cultural, atribuídos pelos atores sociais, de modo a chegar à apreensão da sua significância cultural.

Para efeito desta pesquisa, os atributos do Centro Histórico do Platô (Cabo Verde) apresentam-se como **objeto empírico**, enquanto o processo de valoração e significação do centro histórico apresenta-se como **objeto teórico**.

O **objetivo geral** da pesquisa consiste em identificar e compreender os valores e significados do Centro Histórico da Praia, tendo em conta os seus atributos materiais e imateriais, de modo a chegar à apreensão da sua significância cultural. Apresentam-se como objetivos específicos:

- Identificar os atributos, materiais e imateriais, que expressam a identidade urbana, social e cultural do Centro Histórico do Platô;
- Identificar os valores e significados atribuídos ao centro histórico da Praia por meio da aplicação de uma ferramenta de consulta previamente testada, para assim chegar à apreensão da significância cultural do Centro Histórico da Praia;
- Aplicar o conceito de significância cultural como ferramenta de consulta, para orientar e aprimorar o processo de conservação integrada do Centro Histórico da Praia (Platô), com base em seus significados e valores.

A presente dissertação foi estruturada em 5 capítulos de forma a atender aos objetivos da pesquisa elencados acima. No capítulo 2, intitulado *Centro Histórico como Patrimônio Cultural: Diretrizes e critérios de Salvaguarda*, apresenta-se um breve histórico sobre o

processo de reconhecimento de centros históricos como patrimônio cultural, assim como as diretrizes e critérios da sua salvaguarda, presentes nas Cartas Patrimoniais e adotados pela UNESCO. Neste capítulo é apresentada a problemática da investigação, circunscrita no processo da construção de uma declaração de significância cultural, tendo como foco a etapa da identificação e compreensão dos valores e significados, que estão na base do reconhecimento de um bem patrimonial. Ao final do capítulo, são apresentados estudos de casos de declaração de significância cultural de dois centros históricos para melhor compreender como se dá o processo de valoração de bens patrimoniais, de conformidade com esta categoria.

No capítulo 3, *Referencial Teórico Conceitual*, apresenta-se o referencial teórico e conceitual que embasou a pesquisa que, no caso, lança o foco sobre o conceito de significância cultural, no âmbito da UNESCO, das Cartas Patrimoniais e segundo a visão de alguns teóricos que se debruçaram sobre esse objeto de estudo. Dentro deste contexto, é apresentado o entendimento da noção de valor por parte de diversos teóricos da Conservação, assim como do processo de valoração, com o intuito de consolidar um quadro conceitual de valores relativos a um objeto. Por fim, aborda-se o processo adotado para identificação dos atributos de um centro histórico.

No capítulo 4, intitulado *Centro Histórico da Praia (Platô)*, busca-se contextualizar o objeto do estudo da pesquisa que corresponde ao centro histórico da Praia (Platô). Descreve-se sua evolução histórica, na qual são apresentados os atributos que estão na base da sua significância cultural, assim como os aspectos/fatores que fundamentam sua relevância e reconhecimento como bem patrimonial. Por fim, apresenta-se a base legislativa e normativa que regulamenta o processo de gestão e conservação do centro histórico da Praia.

No capítulo 5, *Metodologia*, apresenta-se a metodologia de trabalho empregada na pesquisa. Aqui é apresentado o processo da construção da ferramenta de consulta da significância cultural adotada e o procedimento utilizado na pesquisa, configurando o método para identificação dos atores sociais a serem consultados e a metodologia de análise de conteúdo, utilizada na interpretação das informações colhidas.

No capítulo 6, *Resultados e Análises*, apresentam-se os resultados, análises e discussões resultantes da metodologia aplicada no desenvolvimento do trabalho. Em seguida, os dados colhidos por meio da aplicação da ferramenta de consulta da significância cultural foram sistematizados, na forma de gráficos e tabelas, justificados qualitativamente pelas frases dos atores sociais. Chega-se, então, a uma abordagem analítica dos gráficos e tabelas produzidos, onde foram identificados os significados e valores atribuídos pelos atores sociais a cada atributo.

Nas **Considerações finais**, são apresentadas as reflexões e análises conclusivas relativas à pesquisa. Aqui, enfatiza-se o entendimento referente aos dados coletados e à apreensão da significância cultural do Centro Histórico da Praia. Seguem-se sugestões referentes aos aspectos a serem levados em consideração no processo de conservação do Centro Histórico da Praia, no que diz respeito aos atributos de maior identificação expostos pela pesquisa.

## **2 CENTRO HISTÓRICO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: DIRETRIZES E CRITÉRIOS DE SALVAGUARDA**

Este capítulo tem como objetivo realizar uma discussão voltada para os aspectos que estão na base do reconhecimento dos centros históricos como patrimônio cultural e a importância da significância cultural atrelada à problemática da investigação da pesquisa.

Deste modo, apresenta-se um breve histórico relativo ao processo de reconhecimento dos centros históricos como patrimônio cultural, onde são elencadas as diretrizes presentes nas Cartas Patrimoniais para a salvaguarda, assim como os critérios apresentados pela UNESCO. Por fim, apresentam-se estudos de casos onde são analisadas as declarações de significância do Centro Histórico de Olinda (Brasil) e do Centro Histórico da Ribeira Grande (Cabo Verde), com o objetivo de compreender os valores e significados que estão na base do reconhecimento desses bens, classificados como Patrimônio Mundial pela UNESCO.

### **2.1 A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL COMO UM DOS CRITÉRIOS DE SALVAGUARDA DE CENTROS HISTÓRICOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL**

O conceito de patrimônio cultural vem sendo bastante discutido ao longo dos anos. Segundo Choya (2001), o termo está atrelado à herança, ou seja, posse, algo/objeto a ser transmitido de uma geração para a outra. Segundo o autor, o conceito de patrimônio induz a uma homogeneização do sentido dos valores. Grosso modo, até a Segunda Guerra Mundial, as discussões patrimoniais voltavam-se para monumentos históricos e artísticos (CHOYA, 2001). Só a partir de então, as arquiteturas dos séculos XIX e XX foram progressivamente integradas à categoria de monumentos históricos. Posteriormente, este entendimento foi se ampliando e incorporando outros bens, justificando o interesse de sua proteção e salvaguarda. É assim que medidas administrativas, voltadas à proteção do patrimônio cultural das sociedades, vêm sendo adotadas.

O sistema de proteção do patrimônio cultural só começou a ser estruturado institucionalmente na Europa a partir do século XIX, enquanto as normativas, posturas e atitudes mais abrangentes e precisas só começaram a ser colocadas em prática no século XX, com a carta de Atenas de 1931. Com base nesse documento, alguns países começaram a levar a cabo políticas preservacionistas.

A salvaguarda dos bens patrimoniais pode ser feita em diferentes âmbitos e escalas, podendo ser realizada por instituições locais, estaduais, nacionais ou internacionais. A esse processo, são englobadas diversas ações como: identificação, registro, tombamento, manutenção, monitoramento e restauração dos bens.

No seu âmbito, a UNESCO criou duas organizações visando apoiar as políticas de salvaguarda do patrimônio cultural, o ICCROM (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais) e o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). Essas duas organizações têm-se incumbido de questões voltadas para a compreensão da salvaguarda e conservação dos patrimônios culturais.

Dentro desse contexto, vêm sendo realizados congressos e conferências em nível internacional, com a participação de teóricos e especialistas envolvidos com a questão da salvaguarda de bens patrimoniais. O objetivo é a definição de políticas de salvaguarda/conservação de bens culturais e centros históricos. Como consequência desses encontros, diversas cartas patrimoniais vêm sendo elaboradas.

Inicialmente, a proteção do patrimônio edificado centrava-se na preservação e valorização dos edifícios considerados monumentos, sem atentar devidamente para a importância dos sítios históricos. A própria Carta de Atenas (1931) ainda tratava a questão nesses termos. Por outro lado, desde as primeiras décadas do séc. XX, teóricos, como Gustavo Giovannoni, advertiram sobre a importância da integração dos monumentos ao tecido urbano. Com a recomendação de Paris, de 1962 (sobre a Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios), as paisagens e sítios foram colocados em foco e alguns valores patrimoniais (históricos e artísticos) passaram a ser reconhecidos.

Somente na Carta de Veneza, de 1964, é que a definição de monumento, que antes se restringia a obras arquitetônicas, foi estendida ao espaço urbano, particularmente ao sítio histórico, englobando as obras que adquiriram significado com o passar do tempo.

Artigo 1º- A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (ICOMOS, CARTA DE VENEZA, 1964, p.1)

Em relação aos sítios monumentais, observa-se uma particular preocupação com a salvaguarda da sua integridade e da sua valorização e organização harmoniosa (CARTA VENEZA, 1964). Essa Carta acabou servindo de inspiração para diversas outras Cartas e Declarações visando à proteção dos bens patrimoniais. Nas Cartas Patrimoniais que se

seguiram, foram sendo reconhecidos outros aspectos e elementos que caracterizam os sítios e centros históricos, até então não evidenciados assim como a importância dos valores e significados atribuídos pelas pessoas.

Na *Recomendação de Paris referente à Conservação dos Bens Culturais Ameaçados por Obras Públicas ou Privadas* (1968), foi realçado o risco que determinadas intervenções urbanísticas apresentam para os centros históricos. Foram propostas recomendações de intervenções cujo objetivo era manter a continuidade e significância histórica dos centros históricos.

Os valores atrelados aos bens patrimoniais também seguiram sendo reconhecidos em outras Cartas, como a *Convenção do Patrimônio Mundial*, realizada em 1972. Nela, constam instruções para restauração e conservação para quatro categorias de bens patrimoniais: proteção e restauro de objetos ligados à arqueologia, restaurações arquitetônicas, restaurações em pinturas e esculturas e intervenções em centros históricos. No que diz respeito à última categoria, instruções para a tutela de centros históricos, destaca-se a importância da realização de intervenções respeitando os valores carreados pelos centros históricos:

As intervenções de restauração nos centros históricos têm a finalidade de garantir – através de meios e procedimentos ordinários e extraordinários – a permanência no tempo dos valores que caracterizam esses conjuntos. (ICOMOS, CARTA DO RESTAURO, 1972, p. 16)

Em 1972, a Carta de Restauro reconheceu o valor histórico e artístico dos centros históricos, não só pela arquitetura excepcional que os caracteriza, como também devido à estrutura urbanística, que por si só tem valor e significados. Mesmo quando a significância cultural ainda não tinha sido sistematizada conceitualmente, já se verificava nas Cartas Patrimoniais apresentadas o reconhecimento da importância dos valores e significados atrelados aos centros históricos, no processo da sua salvaguarda e proteção.

Nas discussões atuais, dentro do campo da conservação do patrimônio cultural, a significância cultural emergiu como uma noção indissociável da integridade e autenticidade. Embora já existisse em outro formato, a noção de significância cultural só ganhou importância quando passou a ser exigida pela UNESCO no processo para inclusão de um bem na lista do Patrimônio Mundial. Neste sentido, a significância cultural passou a ser entendida como uma das noções intrinsecamente vinculadas ao patrimônio cultural. No contexto dos centros históricos, estudos e pesquisas acadêmicas vêm sendo desenvolvidas, buscando fornecer aportes que orientem e auxiliem no processo de sua conservação.

Cabe ao sistema de gestão patrimonial e à legislação o papel de estipular medidas e ações que limitem as formas de intervenção no bem patrimonial, visando à sua salvaguarda.

Aos órgãos governamentais competentes incumbe buscar a sincronia entre o patrimônio e a cidade, no processo de planificação dos centros históricos. Assim, medidas e orientações com a finalidade de responder às exigências do progresso urbano e à salvaguarda dos valores históricos e ambientais deverão ser implementadas, visando à proteção do bem patrimonial.

Por meio de mecanismos complexos e multifacetados, a UNESCO conduz todo o processo de introdução do bem cultural à Lista do Patrimônio Mundial. Dessa maneira, busca não só o reconhecimento oficial de um bem cultural, enquanto patrimônio da humanidade, como também promove ações que visam à sua salvaguarda.

A Convenção do Patrimônio Mundial reconhece que tanto os monumentos, grupos de edifícios e sítios podem ser considerados patrimônios. Para tanto, reconhece um “amplo conjunto de tipologias que inclui centros urbanos, sítios arqueológicos, propriedades industriais, paisagens culturais e rotas de patrimônio” (GESTÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL CULTURAL, 2016, p.15).

O Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO é formado por 21 membros eleitos pelos Estados-membros da Assembleia Geral bienal. O mencionado Comitê tem adotado critérios expostos nas Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial e para inclusão e monitoramento de bens naturais e culturais da Lista de Patrimônio Mundial. Tais critérios passaram por várias revisões desde a primeira, em 1977, sendo a mais recente a de 2012. Para ser incluído na Lista, um bem deve ser dotado do valor universal excepcional, citado em pelo menos um dos dez critérios que constam nas Diretrizes Operacionais. Os seis primeiros dizem respeito ao patrimônio cultural e os quatro restantes dizem respeito ao patrimônio natural, conforme segue:

- i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano;
- ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo;
- iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido;
- iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade;
- v. constituir um exemplo excepcional de habitat, ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra ou do mar que seja representativo de uma cultura ou de culturas, ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis;
- vi. estar associados diretamente ou materialmente a acontecimentos ou tradições vivas, a ideias ou crenças, ou a obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que esse critério deve, de preferência, ser usado em conjunto com outros critérios);
- vii. conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética;

- viii. ser exemplos excepcionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, de processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos;
- ix. ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos em curso, significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais;
- x. conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação. (Diretrizes Operacionais, UNESCO, 2005, p.17)

Como se pode constatar, os critérios acima expressam aspectos de raridade e representatividade. O processo do reconhecimento do bem patrimonial é pautado por valores que o bem possui, com base num conjunto de significados apreendidos pelos especialistas da conservação do patrimônio cultural.

Segundo Lira (2020, p.13), o nível de significância cultural influencia diretamente o modo como se conduzirá a ação de conservação. O entendimento da significância cultural do bem permite hierarquizar valores em conflito e orientar o processo de conservação para que seja priorizada a manutenção, no tempo, dos valores mais relevantes. O conceito de significância cultural está na base da declaração de significância cultural, para o qual o reconhecimento dos valores e significados atribuídos ao bem patrimonial constitui uma das etapas do processo da sua construção.

Em alguns processos para a inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial Cultural, os valores e significados não são apresentados de forma clara e direta, dando margem a várias interpretações. Ao analisarem as declarações de significância da Ópera de Sydney (como monumento), e do Rio de Janeiro (como paisagem cultural), Azevedo, Pontual e Zancheti (2014) mostraram que as declarações de significância se diferenciam de acordo com a finalidade. A declaração elaborada pelo Estado-parte para a candidatura de um bem na Lista de Patrimônio Mundial tende a ser bem diferente da declaração elaborada como parte de um plano de gestão da conservação de um bem patrimonial. Ainda de acordo com os autores, as declarações para a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial Cultural baseiam-se no conceito de Valor Universal Excepcional utilizado pelo sistema WHC (Unesco) e refletem pouca precisão conceitual.

Sabe-se que um dos principais objetivos dos programas e projetos de gestão e intervenção em áreas patrimoniais é a apreensão da significância cultural dos bens de interesse à preservação. No entanto, lançando um olhar sobre o Centro Histórico da Cidade da Praia (Cabo Verde), até presentemente, não se tem conhecimento de trabalhos acadêmicos voltados

para a significância cultural. Contudo, acredita-se que exista uma Declaração de Significância Cultural elaborada pelo Ministério da Cultura de Cabo Verde e Instituto do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, para a candidatura do Centro Histórico da Praia à Lista do Patrimônio Mundial em 2016, à qual não se conseguiu acesso no âmbito da pesquisa. A esse respeito, vale salientar o quadro problemático que caracteriza o centro histórico e a necessidade de compreender e identificar os valores e significados que lhe são atribuídos.

No âmbito da gestão e conservação do centro histórico da cidade da Praia (Cabo Verde), verificou-se que à semelhança de determinados centros históricos, este vem lidando com o processo de esvaziamento gradativo da população, desde 1970. Isto se deve à falta de boas condições de habitabilidade da maioria dos edifícios, o que propicia a sua terceirização, alterando o equilíbrio entre as funções administrativas, habitacionais, comerciais, culturais e de serviços (VARELA, 2013).

O rápido crescimento urbano quebrou a unidade original da cidade, ocasionando a fragmentação do Platô. Como consequência, foi deflagrado um processo de degradação das edificações habitacionais, observando-se a falta de manutenção do conjunto e das condições de mobilidade no Platô. Juntam-se a estes problemas estruturais outros como falta de tratamento das calçadas, pouca acessibilidade, dentre tantos.

Atualmente, o centro histórico sofre com a pressão demográfica e com a especulação imobiliária, tornando-se vulnerável aos vários perigos, tendo em vista os riscos que podem levar à perda dos significados atribuídos ao Centro Histórico da Praia. Parte disto deve-se ao que se poderia chamar de consumo cultural do patrimônio histórico urbano e ao fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário, que excluem as populações locais e, com elas, as atividades tradicionais e modestamente cotidianas.

Planos e estratégias de reabilitação e revitalização vêm sendo implementados pelos órgãos governamentais competentes, com o objetivo de restituir a vitalidade do Platô e impulsionar o turismo na cidade. Neste contexto, algumas intervenções vêm sendo implementadas no centro histórico do Platô, mais precisamente em alguns edifícios classificados como monumentos históricos e seu entorno. Em linhas gerais, as intervenções vêm sendo realizadas pelos órgãos municipais, mais especificamente pela Câmara Municipal e pelo Estado, e buscam adequar e melhorar as condições de uso que sejam compatíveis com a demanda, de modo a trazer maior vitalidade para o centro e impulsionar o turismo local.

Além dessas intervenções, é preciso considerar a ação dos moradores, em geral, e da iniciativa privada que interferem com alterações sobre o patrimônio construído. Algumas das

intervenções parecem enquadrar-se nos critérios estipulados pelo Plano Urbanístico Detalhado do Platô (PUD de 1998), enquanto outras nem tanto.

Devido à valorização econômica de algumas áreas e à especulação imobiliária, os proprietários dos edifícios têm destruído tanto as fachadas como os interiores dos edifícios, buscando adaptá-los às demandas construtivas contemporâneas, dando-lhes uma nova fisionomia e novos usos. Choay (2001, p.236) adverte que “os centros e bairros históricos só poderão ser conservados e integrados à vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com suas dimensões”. Algumas dessas intervenções vêm sendo implementadas sem considerar o caráter patrimonial do bem, ignorando os significados e valores que estão na base do seu reconhecimento como patrimônio cultural nacional. Quando tais aspectos não são respeitados, o resultado é a descaracterização do bem, acarretando perdas dos seus significados e alteração da sua integridade e autenticidade.

Segundo a Carta de Burra de 2013, a ação da conservação deverá melhorar a compreensão do significado do sítio, portanto, devem ser respeitados os vestígios das adições, alterações e tratamentos anteriores do “tecido” de um sítio. Entende-se que constituem evidências históricas e dos usos que incorporam o significado do sítio. Ao explicar sobre as especificidades e implicações de uma intervenção em bens de interesse cultural, Silva (2012) realça que a intervenção ocorre com o intuito de resgatar, consolidar ou adicionar valor material, estético, social, de uso *etc.* A autora explicita que, nem sempre, esses valores podem continuar existindo simultaneamente.

Por trás da construção da declaração da significância, existe todo um processo, e os procedimentos para sua elaboração foram apresentados pela primeira vez na Carta de Burra (1999). O processo para a construção da declaração de significância é composto de quatro fases, que são:

- 1) identificar o sítio e o seu entorno;
- 2) recolher e registrar informações sobre o sítio;
- 3) avaliar a significância e
- 4) preparar a declaração.

Ao processo presente na Carta de Burra (1999), foram apresentadas críticas pelo fato de a significância ser avaliada apenas por especialistas. Segundo Azevedo, Pontual e Zancheti (2014), a construção da significância cultural é compreendida na Carta de Burra de 1999 de forma objetiva, linear e, sobretudo, por meio de um processo não democrático. Apesar da ressalva da Carta, que enfatiza a importância da participação dos grupos e de pessoas, na revisão de 2013, o processo pouco mudou.

Deve ser dada oportunidade aos grupos e às pessoas que tenham associações com um sítio, bem como às que estão envolvidas na sua gestão, para contribuírem e participarem na compreensão do significado cultural desse sítio. Quando for apropriado, eles também devem ter a oportunidade de participar na sua conservação e gestão. (ICOMOS, CARTA DE BURRA, 1999, p. 15)

A construção da significância cultural ainda se apresenta como um processo vertical, no qual não é garantida a participação ampla dos atores sociais para além dos especialistas. Lira (2020) enfatiza o desafio de incorporar ferramentas que permitam captar os significados e valores atribuídos pelos diversos grupos sociais no processo de identificação e gestão do patrimônio cultural. Trata-se de um desafio ainda não superado por grande parte das instituições de salvaguarda em seus diferentes níveis.

Tendo em vista que o Centro Histórico da Cidade da Praia (Cabo Verde) foi submetido à candidatura da Lista de Patrimônio Mundial em 2016, presume-se que o órgão responsável pela sua gestão e salvaguarda, o IPC<sup>4</sup>, tenha identificado valores atrelados ao patrimônio cultural. Porém, durante a realização da pesquisa de campo e das visitas às instituições, não foi disponibilizado o dossiê de candidatura enviado à Unesco.

Tendo em vista que o Centro Histórico da Praia vem passando por diversas transformações, questiona-se até que ponto o processo de Conservação tem melhorado a compreensão desses significados. Na declaração de significância do Centro Histórico da Praia, presente no site da WHC-Unesco, enviada pelo Ministério da Cultura para candidatura à inclusão na Lista do Patrimônio Mundial Cultural, seus valores e significados não estão claros, até porque ela se pauta nos critérios do Valor Universal Excepcional adotadas pela WHC (UNESCO).

No âmbito de todas as alterações a que o Centro Histórico da Praia vem sendo submetido, torna-se necessário um estudo voltado para sua significância cultural que deverá contar não só com a participação de especialistas, como também com o envolvimento dos diversos atores sociais. Dessa forma, espera-se identificar, de maneira ampla, os valores e significados atribuídos ao patrimônio cultural, de modo a orientar e auxiliar no processo de gestão e salvaguarda do Centro Histórico da Praia. Visto que a significância cultural é um dos critérios fundamentais para a classificação e manutenção dos centros urbanos patrimoniais, representa também o primeiro passo para a identificação dos valores e significados e, conseqüentemente, uma boa gestão da conservação patrimonial.

---

<sup>4</sup> Instituto do Patrimônio Cultural de Cabo Verde.

No relatório periódico dos Estados Árabes (UNESCO, 2004), é sugerido um período de 5 a 10 anos para a revisão de uma declaração da significância cultural, período correspondente à revisão de um plano de gestão geralmente (Zancheti, 2009; Pontual; Zancheti; Azevedo, 2014; Lira, 2020). Tendo em vista que a última revisão datada de 2015, ano da submissão do dossiê para Candidatura do Centro Histórico da Praia à Lista de Patrimônio Mundial, seria oportuna uma nova consulta da percepção da significância do Centro Histórico da Praia. Essa consulta se faz necessária face às novas intervenções que o Centro Histórico da Praia vem sofrendo nos últimos anos, cuja ferramenta de consulta da significância contará com a participação de uma pluralidade de atores sociais.

Levando em conta que o Centro Histórico da Praia sofreu intervenções recentes e que pouco se sabe sobre a existência de estudos voltados para a significância cultural do objeto de estudo, decidiu-se dirigir a pesquisa para a consulta da sua significância cultural. Objetiva-se identificar e compreender os valores e sua hierarquização, assim como os significados que este bem patrimonial apresenta, segundo a percepção dos atores sociais envolvidos diretamente ou indiretamente com o bem.

## 2.2 ESTUDO DE CASO: DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DE OLINDA (BRASIL) E DA CIDADE VELHA (CABO VERDE)

Com base em algumas declarações de significância cultural de centros históricos, identificados como referência para estudo, busca-se identificar e compreender os valores e significados dos bens patrimoniais presentes nas respectivas declarações de significância cultural. Para realizar a análise, foram consultadas no site oficial do World Heritage Centre – UNESCO (<http://whc.unesco.org/>), declarações de significância cultural cujo objeto de estudo se assemelha ao Centro Histórico da Praia. Ou seja, foram levados em conta centros históricos classificados como patrimônio cultural pela UNESCO, com base em pelo menos, critério de inscrição II, como o Sítio Histórico de Olinda (Brasil) e o Centro Histórico da Ribeira Grande, na Cidade Velha (Cabo Verde). No caso do Centro Histórico da Ribeira Grande (Cidade Velha) teve-se acesso ao dossiê com a Proposta de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, o que auxiliou na análise.

### A) Sítio Histórico de Olinda

A localização tanto do Sítio Histórico de Olinda, quanto do Centro Histórico da Praia, num planalto, reflete a estratégia do período colonial para a proteção e defesa da cidade. Essa localização estratégica repercute no Planejamento Urbano dos dois Municípios até hoje.

A ocupação do Sítio Histórico de Olinda pelos portugueses data do século XVI, tendo sua história ligada à indústria da cana-de-açúcar. Após ser saqueada pelos holandeses, Olinda foi reconstruída tendo sua estrutura urbana básica datada do século XVIII. O atual Sítio Histórico de Olinda apresenta um conjunto arquitetônico harmonioso de edifícios, no qual seus jardins, suas 20 igrejas barrocas, os conventos e capelas contribuem para o encanto particular de Olinda (figura 1 e figura 2).

Figura 1 – Sítio Histórico de Olinda



Fonte: A Autora, 2016.

Figura 2 – Rua do Sítio Histórico de Olinda



Fonte: A Autora, 2016.

O Sítio Histórico de Olinda foi inscrito na Lista de Patrimônio Mundial pela Unesco, em 1982, com base nos critérios (II) e (IV). Segundo a declaração de significância consultada no site da Unesco:

Critério (ii): O centro Histórico de Olinda contém uma série de edifícios que se destacam tanto do ponto de vista da arquitetura como da decoração, incluindo a Catedral Alto da Sé, a Igreja de Nossa Senhora da Graça e exemplos de arquitetura civil que vão desde os séculos XVII a XIX. A exuberante vegetação das margens das estradas, jardins, sebes e recintos conventuais formam uma paisagem em que o destaque é a vila aninhada numa massa de vegetação, banhada pela luz tropical, com a costa arenosa e o oceano abaixo. Critério (iv): Dos últimos anos do século 16 em diante, Olinda serviu como um dos mais importantes pólos da indústria canavieira, que durante quase dois séculos foi o esteio da economia brasileira e se tornou o símbolo do açúcar e das riquezas por ela adquirida. O conjunto excepcional de paisagem, urbanismo e arquitetura do Centro Histórico de Olinda é um reflexo eloquente da prosperidade que a economia açucareira alimenta. (WHC, UNESCO, 1982).

De conformidade com os citados critérios, o valor excepcional universal<sup>5</sup> do Sítio Histórico de Olinda está manifestado nos valores humanos referentes ao período colonial, expresso em seu conjunto arquitetônico, nos seus jardins, recintos, pátios e varandas, onde uma vegetação exuberante compõe sua paisagem. Tal valor está relacionado à importância da indústria canavieira na economia brasileira, que se refletiu na arquitetura, urbanismo e paisagem de Olinda, como etapas significativas da sua história.

Em consonância com os dois tópicos presentes na declaração de significância, em seguida são destacados os seguintes aspectos:

- a) O período histórico representativo do século em que se deu a implementação do Sítio Histórico de Olinda;
- b) O conjunto arquitetônico e urbano, onde foi apresentada a tipologia arquitetônica (religiosa e civil) presente em Olinda, característica do período colonial, assim como seu traçado e ruas;
- c) A concepção, onde é evidenciado o processo que levou à implementação da cidade;
- d) A composição da paisagem, onde são mencionados os elementos característicos de Olinda, como os edifícios, a vegetação, o oceano compondo a sua paisagem.
- e) O processo de produção, onde é destacada a importância da indústria canavieira na economia.

Apesar de não estarem explicitados no texto, é possível também perceber aspectos do valor histórico, expresso no seu conjunto arquitetônico. Destacam-se diversos exemplares arquitetônicos de caráter religioso e civil, como as igrejas e casarios do século XVII a XIX, e o processo histórico por trás da sua implantação, baseada numa estratégia de defesa do período colonial.

Destacam-se igualmente aspectos do valor cultural, expressos em seu conjunto urbano, marcos históricos e tipos de urbanização como representativos de um determinado período da história e da sociedade, realizados pelas gerações passadas. O valor simbólico é expresso na representatividade de Olinda, outrora, “como um dos mais importantes pólos da indústria canavieira”, e como “símbolo do açúcar e das riquezas por ela adquirida” (WHC, UNESCO).

Além disso, podem ser destacados aspectos de valor estético e artístico, expressos na relação que a cidade apresenta com a paisagem local (composta pela arquitetura e vegetação

---

<sup>5</sup> O valor universal excepcional corresponde a uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade (UNESCO, 2005, p.49).

dos recintos e ruas), tendo o mar como pano de fundo, e na decoração das obras arquitetônicas, como igrejas e conventos, contrastando com os detalhes que refletem a simplicidade das casas revestidas de azulejos de cerâmica ou de cores vivas.

### B) Cidade Velha, Centro Histórico da Ribeira Grande

O Centro Histórico da Ribeira Grande, antiga vila de Ribeira Grande, rebatizada de Cidade Velha no final do século XVIII, foi o primeiro posto colonial europeu nos trópicos (figura 3 e 4). Localiza-se no sul da ilha de Santiago (Cabo Verde) e lá, ainda hoje, encontram-se vestígios do traçado original das ruas, incluindo duas igrejas, uma fortaleza real e a Praça do Pelourinho com seu pilar de mármore ornamentado do século XVI (WHC, UNESCO). Foi a primeira Vila de Cabo Verde, que antecedeu a Vila da Praia, hoje cidade da Praia.

Figura 3 – Cidade Velha, Centro Histórico da Ribeira Grande, Pelourinho



Fonte: A Autora, 2017.

Figura 4 – Cidade Velha, Centro Histórico da Ribeira Grande, Fortaleza



Fonte: A Autora, 2017.

Em 2009, a Ribeira Grande foi inscrita na Lista de Patrimônio Mundial pela Unesco com base nos critérios (II), (III) e (VI). Segunda a declaração consultada no site da Unesco:

Critério (ii): Os monumentos, os vestígios ainda presentes na Ribeira Grande e as suas paisagens marítimas e agro-urbanas, testemunham o seu importante papel no comércio internacional associado ao desenvolvimento do domínio colonial europeu sobre África e América e o nascimento do Atlântico comércio triangular. São testemunhos da organização do primeiro comércio marítimo intercontinental e do papel da Ribeira Grande como centro de aclimação e disseminação de inúmeras espécies vegetais entre as zonas temperadas e tropicais e entre os vários continentes.

Critério (iii): O urbano, marítimo e paisagístico da Ribeira Grande dão um testemunho eminente das origens e do desenvolvimento de mais de três séculos de comércio atlântico de escravos nos tempos modernos e das suas relações de dominação. Foi um lugar importante para sua organização comercial e as primeiras experiências de uso de escravos para desenvolver um território colonial. A mistura das raças humanas e o encontro das culturas africana e europeia deram origem à primeira cultura crioula.

Critério (vi): A Ribeira Grande está diretamente associada à manifestação material da história da escravatura e do tráfico de povos africanos, e com as suas consideráveis consequências culturais e econômicas. Ribeira Grande foi o berço da primeira sociedade crioula mestiça de pleno direito. A cultura crioula então se espalhou pelo Atlântico, adaptando-se aos diferentes contextos coloniais do Caribe e das Américas. Suas formas afetaram muitos campos, incluindo as artes, os costumes sociais, as crenças, a farmacopéia e as técnicas culinárias. A Ribeira Grande é um importante elo inicial de um patrimônio imaterial compartilhado pela África, pelas Américas e pela Europa. (WHC, UNESCO, 2009).

Diversos significados e valores estiveram presentes no reconhecimento de Cidade Velha como patrimônio Mundial, sendo que sua excepcionalidade está presente especificamente no:

- a) Período histórico, onde ainda predominava a escravatura e o papel de Cidade Velha no comércio internacional associado ao desenvolvimento do domínio colonial europeu sobre África e América e o nascimento do comércio triangular através do Atlântico. É expressa a representatividade da Ribeira Grande como a primeira vila colonial europeia a ser construída nos trópicos, que teve um papel muito importante na expansão europeia, no final do século XV (WHC-UNESCO, 2009).
- b) Arquitetura e conjunto urbano da época, cujos vestígios ainda estão presentes, como monumentos e o traçado urbano do período colonial. Os edifícios do período colonial presentes, em si, são testemunhas de trocas de influência entre arquitetos e construtores da bacia do Mediterrâneo (Portugal, Espanha, Itália). A Sé catedral da Ribeira Grande, símbolo de um ideal religioso e da cristianização forçada dos escravos, o Pelourinho, um lugar de repressão que ilustra os tipos de relações que existiam entre os traficantes, administradores europeus e africanos escravizados.
- c) Papel do lugar, onde a Cidade Velha se destacou como um ponto de escala de grande importância para a colonização portuguesa e a sua administração. “Foi um pólo de exceção nas rotas do comércio marítimo internacional, inclusive nas rotas entre a África e o Cabo, o Brasil e o Caribe.” (WHC, UNESCO, 2009). Por ser um lugar onde ocorreram encontros interculturais, lhe foi conferido o papel de “berço” da primeira sociedade crioula desenvolvida. Pois, foi testemunho excepcional da criação de uma nova civilização e tradições culturais vivas que conectam os espaços do tráfico Atlântico (Cidade Velha, Centre Historique de Ribeira Grande (Cap-Vert) - Proposition d’inscription sur la Liste du Patrimoine Mondial, 2008, p. 55). Ainda de acordo com a declaração de significância, o Vale da Ribeira Grande tornou-se “uma plataforma para a aclimação e disseminação de espécies de plantas em todo o mundo” (WHC, UNESCO, 2009).
- d) Composição da paisagem marítima e agro-urbana datada do período colonial.

Na Cidade Velha, podem ser constatados aspectos do valor histórico e cultural, retratados na importância histórica do bem e no papel desempenhado no comércio internacional, associado ao desenvolvimento do domínio colonial. Por outro lado, destacam-se na paisagem marítima a sua arquitetura e conjunto urbano, datados da época colonial e que, para além do valor histórico e cultural, expressam também valor estético. O valor social e o valor simbólico estão fortemente enraizados no seu papel como berço de nascimento da sociedade crioula e como “um importante elo inicial de um património imaterial” (WHC-UNESCO, 2009). Ao analisar as duas declarações de significância, nota-se que ambas baseiam-se no valor excepcional universal. Não foi apresentada uma categorização de valores e nem onde estão expressos. Para tal, foi necessário analisar o texto das declarações a fim de verificar os aspectos que retratam determinados valores apresentados por teóricos da área como, por exemplo, valor histórico, estético, social, simbólico e cultural. Acredita-se que esses bens carregam outros valores, contudo, só foram identificados esses nos textos das declarações da significância do Sítio Histórico de Olinda e da Cidade Velha, no Cabo Verde.

Em ambos os textos, na introdução, o bem patrimonial é apresentado, realçando a sua história e aspectos importantes, como elementos característicos atrelados à sua significância. Os significados e valores não são expressos de forma clara, dando margem a várias interpretações, deste modo, observou-se certa lacuna na categorização de valores e onde estão expressos.

### 2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo, foi apresentada a problemática da investigação, com base numa breve revisão histórica de como se deu o reconhecimento do centro histórico como património cultural. A Carta de Atenas (1964) abriu caminho para uma maior abrangência de reconhecimento de bens como património cultural. Os significados e valores apresentam-se como aspectos fundamentais que estão na base desse reconhecimento. Atualmente, por meio do Comitê do Património Mundial (WHC), a UNESCO implementou diretrizes e critérios em vista da melhor análise e categorização dos bens patrimoniais, de modo a auxiliar no processo da inclusão de bens na Lista de Património Mundial pela UNESCO. No campo da Conservação, a significância cultural dos bens patrimoniais desempenha um papel fundamental, na medida em que influencia as decisões e os procedimentos de salvaguarda. A participação de uma diversidade de atores sociais mostra-se ser de extrema importância para a apreensão e melhor

compreensão dos significados que estão na base do reconhecimento de um bem como patrimônio cultural.

Na análise das declarações de significância cultural do Sítio Histórico de Olinda e do Centro Histórico da Ribeira Grande (Cidade Velha), percebem-se certas lacunas nessas declarações, realizadas no âmbito da WHC–UNESCO. De fato, tendo em vista que a classificação está focada no Valor Excepcional Universal, outros valores e significados não estão expressos de forma clara. Portanto, deve-se destacar a importância da análise histórico-documental para a identificação dos elementos que caracterizam o bem e contribuem para sua significação e valorização. Tendo a significância cultural como o tema central desta pesquisa, daqui por diante se faz necessária uma abordagem teórico-conceitual com o objetivo de oferecer o aporte teórico necessário para fundamentar conceitualmente a pesquisa.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

Significância cultural emergiu na contemporaneidade como um dos conceitos que estão na base da gestão e conservação do patrimônio cultural. Neste capítulo, apresenta-se o entendimento de significância cultural, tendo como base as Cartas Patrimoniais sobre a temática e os documentos desenvolvidos no âmbito da UNESCO. Além disso, fundamenta-se nos pressupostos dos principais teóricos que discorrem sobre a temática.

Nesta etapa, busca-se elucidar o entendimento de significância cultural no âmbito da UNESCO, assim como apresenta-se uma explanação sobre sua importância dentro do campo da conservação. Em seguida adentra-se no campo da Teoria de Valores, de modo a explicitar o que se entende por valor no campo da conservação.

Será analisado o processo de valoração, com as respectivas categorias de valores, fundamentado na ótica de teóricos da área. Deste modo, busca-se chegar a um quadro de valores próprios de um bem patrimonial e que se relacionam ao Centro Histórico da Praia. E por fim, apresenta-se os valores adotados na pesquisa. Esta etapa é fundamental para a pesquisa, tendo em conta que, juntamente com o capítulo II, contribuirá para a construção da metodologia.

#### 3.1 SIGNIFICÂNCIA CULTURAL: CONCEITOS E ENTENDIMENTO

Atualmente, a conservação do patrimônio mundial está voltada para questões tanto de ordem material como de ordem imaterial, apresentando-se intrinsecamente vinculada à relação estabelecida entre o homem, como sujeito, e o objeto, como um bem cultural. Os aspectos de ordem imaterial se devem à relação que o sujeito estabelece com o bem cultural e aos significados e usos criados, ao se apropriarem dos lugares. Neste sentido, a conservação é condicionada pela expressividade e interpretação dos significados dos objetos, o que justifica a abordagem sobre significância cultural.

A expressão *significância cultural* é bastante recente no campo da conservação e expressa o significado patrimonial e o valor cultural de um bem, quer seja ele individual ou do tipo de um conjunto urbano ou sítio histórico. O enfoque central da conservação não mais está atrelado unicamente ao objeto (bens, atributos), como também passa a levar em conta as interpretações e significados atribuídos pelas pessoas ao bem em questão (o sujeito).

Segundo Viñas (2005), na contemporaneidade, a conservação é entendida como sendo um processo que engloba a manutenção dos significados e valores dos bens patrimoniais. O termo significância cultural apareceu pela primeira vez na Carta de Veneza de 1964, embora a

noção de significância cultural já existisse, mesmo que em outro formato. Tal noção só ganhou importância quando, na década de 1990, a UNESCO - World Heritage Centre (WHC) começou a exigir a Declaração da Significância Cultural para a candidatura de bens patrimoniais à Lista do Patrimônio (WHL - World Heritage List). Deste modo, nas discussões atuais, no campo da conservação do patrimônio cultural, a significância cultural emergiu como uma noção fundamental no campo da conservação.

Um dos documentos doutrinários sobre significância cultural é a Carta de Burra, datada de 1979. Posteriormente, foram realizadas pequenas revisões em 1981 e 1988, e algumas mudanças substanciais em 1999, sendo a mais recente revisão a de outubro de 2013. Na Carta de Burra (1999), a significância é definida como o conjunto de valores de um bem patrimonial para as gerações passadas, atuais e futuras. No documento de 2013, que consiste numa revisão atualizada da de 1999, o conceito abrange valores mais específicos, compreendendo “valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presente ou futuras” (CARTA DE BURRA, 2013, p.2).<sup>6</sup>

A Carta de Burra de 2013 fornece orientações para a conservação e gestão dos sítios (naturais, indígenas e históricos) de significado cultural. Baseia-se no conhecimento e experiência dos membros do ICOMOS da Austrália e dá ênfase à necessidade da participação e contribuição dos atores sociais envolvidos com a gestão, assim como a integração das pessoas que tiveram associação direta com o sítio histórico, na compreensão do seu significado cultural. Uma das premissas centrais da Carta de Burra diz respeito às alterações nos sítios, atentando para a salvaguarda do seu significado cultural:

A Carta de Burra advoga uma abordagem cautelosa às alterações: fazer tão pouco quanto seja necessário para cuidar do sítio e torná-lo utilizável, mas, por outro lado, alterar tão pouco quanto seja possível para que o seu significado cultural fique retido. (ICOMOS, CARTA DE BURRA, 2013, p. 1, tradução nossa).<sup>7</sup>

Teóricos, como Brandi (2004), e mais recentemente Viñas (2003), reconhecem que o objeto é que determina a restauração. Esses objetos são caracterizados por questões subjetivas que lhes são inerentes e atribuídas pelas pessoas.

Para Viñas (2003), o caráter simbólico é o elemento que caracteriza os objetos de Restauração<sup>8</sup>. A preocupação com a proteção e o valor atribuídos ao objeto não se dá pela sua

---

<sup>6</sup> Citação do original: “Cultural significance means aesthetic, historic, scientific, social or spiritual value for past, present or future generations.”

<sup>7</sup> Citação do idioma original: “The Burra Charter advocates a cautious approach to change: do as much as necessary to care for the place and to make it useable, but otherwise change it as little as possible so that its cultural significance is retained.” (ICOMOS, CARTA DE BURRA, p.1).

<sup>8</sup> Munoz Viñas usa Restauração com “R” maiúsculo, no sentido amplo para se referir tanto à restauração quanto à conservação.

circunstância material, mas sim pela sua circunstância imaterial da realidade, ou seja, os valores atribuídos estão ligados ao sentimento, crenças e ideologias. Em outras palavras, remete ao significado que tais objetos têm para uma pessoa ou grupo de pessoas que, por sua vez, converterá um determinado objeto em “*cultural*”, ou mais precisamente, em um “*bem cultural*” para a sociedade (VIÑAS, 2003). Pois, esses significados não existem por si só no objeto, já que são atribuídos por pessoas, dentro de um contexto espacial e social. Sendo assim, pode-se considerar que a valoração e a significação de um bem pelo sujeito estão na base da construção da significância cultural, como aspecto imaterial inerente ao bem cultural, pois, somente assim poderá ser reconhecido como patrimônio.

Alguns teóricos buscaram apresentar um conceito da significância cultural mais abrangente, indo além da Carta de Burra, buscando dar sua contribuição para o melhor entendimento do conceito. Como exemplo, temos Zancheti e Hidaka (2014) que definem significância cultural da maneira que segue:

O conjunto de valores que é o resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um objeto. Enfatiza-se que esse julgamento é feito no presente e utiliza como referência os significados e valores do passado, apoiado em instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade. (ZANCHETI, HIDAKA, 2014, p. 5).

Nesta passagem, Zancheti e Hidaka (2014) apresentam uma revisão do conceito de significância cultural, fundamentado no conceito apresentado pela Carta de Burra de 1999, introduzindo o julgamento e a validação social. Dessa maneira, fica entendido que a validação social dos significados do bem patrimonial visa à validação dos valores atribuídos ao bem, pelos atores envolvidos e que o processo não se restringe apenas aos especialistas, mas a uma pluralidade de atores sociais. Cabe aos especialistas o papel de estabelecer comunicação e negociação juntos aos restantes atores sociais envolvidos. (MUÑOZ VIÑAS, 2005). Este aspecto é exposto por Howard Green (1998) que defende que a significância:

É um conceito socialmente construído a partir da interação de diversos grupos sociais, no que se refere a significados indicados por uma pluralidade de agentes, e ao longo de um processo de longo prazo. (GREEN, 1998, p. 92-94).

As pessoas, caracterizadas como atores sociais, são os responsáveis por atribuir e promover a permanência de valores, por meio de mecanismos educacionais e culturais que conservam a significância, a integridade e a autenticidade atribuída ao objeto (ARAÚJO, HIDAKA, 2015). Por conta disso, Anderson (1998) enfatiza que o significado depende da intersubjetividade, pois se trata de um processo pautado pela validação social, cujos valores e significados atribuídos dependem não somente de um sujeito, mas de vários sujeitos que se relacionam de modo distinto com o objeto.

De La Torre e Mason (2002) apresentam o mesmo ponto de vista, quando expressam que a significância cultural está relacionada aos valores e os múltiplos significados de um bem patrimonial, atribuídos por diversos atores sociais num processo, com base em julgamentos subjetivos. Através da interação com o objeto, em determinados contextos, o sujeito atribui valor ao bem. Deste modo, os valores são determinados por meio desta interação (HIDAKA, ZANCHETI, 2010). Entretanto, os julgamentos sobre o valor atribuído ao patrimônio cultural diferem de cultura para cultura. Para tanto, os julgamentos sobre os valores devem ser realizados dentro do contexto ao qual pertencem (UNESCO, 2008).

A contribuição e participação de diversos atores sociais é fundamental para a compreensão da significância cultural do sítio, tendo em conta que são eles que atribuem os valores e significados ao bem. Portanto, entender a significância cultural do centro histórico implica o reconhecimento dos valores e significados que lhe são atribuídos. Tais valores estão ligados aos atributos<sup>9</sup> derivados das qualidades objetivas do bem patrimonial e podem ser de natureza material (tangível) e de natureza imaterial (intangível). Entretanto, vale ressaltar que não é simples separar os atributos materiais dos atributos não-materiais, tendo em conta que os processos de valoração ocorrem combinando as dimensões (HIDAKA, 2011, p. 112).

Os agentes sociais envolvidos com a conservação podem manter, mudar, restaurar, reformar ou substituir os atributos, ou os objetos. Devido ao caráter mutável da significância cultural, em função da passagem do tempo e do uso, são importantes as orientações e medidas de intervenção que privilegiam a salvaguarda de um centro histórico. É de se salientar que este significado cultural está agregado ao próprio centro:

A significância cultural está incorporada no próprio sítio, no seu tecido<sup>10</sup>, na sua implantação, no seu uso, nas suas associações, nos seus significados, registros, nos sítios e objetos relacionados. (ICOMOS, CARTA DE BURRA, 2013, p. 2, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Conservar um sítio implica a “retenção do seu significado cultural” para que ele não seja colocado em risco ou em situação vulnerável. De acordo com a Carta de Burra, “as alterações a um sítio não devem distorcer a evidência física, ou outras, que ele proporciona,

---

<sup>9</sup> De acordo com Lucia Hidaka (2011), atributo é qualquer característica, quer seja material ou não material, de objetos e processos reconhecidos como possuindo valores patrimoniais.

<sup>10</sup> Entende-se que o “tecido” expresso na citação faz referência ao material físico que constitui o sítio, sendo que na revisão da Carta da Burra (2013) o “tecido” já não inclui somente os interiores dos edifícios e os vestígios enterrados, assim como os materiais escavados, mas também os próprios elementos naturais. A fábrica se configura como um elemento definidor tanto dos espaços como dos pontos de vistas também.

<sup>11</sup> Citação do idioma original: “Cultural significance is embodied in the place itself, its fabric, setting, use, associations, meanings, records, related places and related objects. (ICOMOS, CARTA DE BURRA, p. 2).

nem devem ser baseadas em conjecturas” (CARTA DE BURRA, 2013, p. 3, tradução livre)<sup>12</sup>. Quando forem consideradas alterações, deve ser avaliada uma série de opções buscando aquela que minimize a redução do significado cultural. Ainda, de acordo com a Carta, “as alterações que reduzem o significado cultural devem ser reversíveis, e devem ser revertidas logo que as circunstâncias o permitam.” (ICOMOS, CARTA DE BURRA, 2013, p. 6, tradução livre).<sup>13</sup>

A abordagem sobre a significância cultural se depara ainda com alguns impasses/brechas a serem ultrapassados. Alguns teóricos como Mason (2004) e Zancheti (2009) apresentam críticas pertinentes sobre essa questão e propõem uma revisão da Carta de Burra de 1999, tendo em conta a natureza plural e a multiplicidade de valores:

Análise do ponto de vista da conservação planejamento sublinha que um conjunto de valores, formando uma declaração de significado, 'fixo' no tempo, pode levar à perpetuação de alguns valores por causa dos procedimentos de conservação próprios. As ações de reparação e de conservação sucessivas, utilizando a mesma instrução de significância, tendem a reforçar os valores do passado e definir-se barreiras que impedem o aparecimento e identificação de novos valores. (Zancheti *et al*, 2009, p. 50).

De acordo com Zancheti et al. (2009) e Lira (2017), trata-se de um processo de construção que necessita de validação social e que, mesmo assim, não conseguirá abarcar a significância em sua totalidade. Essa construção é feita no presente, com base nos valores atribuídos no passado. Dessa forma, compreende-se que a significância se caracteriza por ser múltipla e diversa, no tempo e no espaço, e é sempre apreciada no presente (ZANCHETI, HIDAKA, RIBEIRO & AGUIAR, 2009, p.50, tradução nossa)<sup>14</sup>. Portanto, a declaração de significância exige revisão constante, tendo em conta as transformações que ocorrem no processo de atribuição dos significados e valores.

Outra crítica lançada por Mason (2004, p. 65) realça que, no processo de conservação, a ênfase é dada aos aspectos físicos e materiais. Segundo o autor, esquece-se a “essência natural da significância – que é uma espécie de expressão do significado cultural que deve ser aberta a mudanças, envolver uma multiplicidade de valores e disputas, além das contingências do tempo, lugar e outros fatores”.

Com base nas considerações acima, é possível constatar que o significado dos objetos está atrelado aos valores identificados no presente e no passado. É por meio da memória dos

<sup>12</sup> Citação do idioma original: “Changes to a place should not distort the physical or other evidence it provides, nor be based on conjecture.” (ICOMOS, CARTA DE BURRA, 2013, p. 3).

<sup>13</sup> Citação do idioma original: Changes, which reduce cultural significance, should be reversible, and be reversed when circumstances permit. (ICOMOS, CARTA DE BURRA, 2013, p. 6).

<sup>14</sup> Citação idioma original: “Accordingly, significance is multiple and diverse in time and space, and is always assessed in the present. It is socially and historically determined in a continuous interactive movement among groups and individuals.” (ZANCHETI, HIDAKA, RIBEIRO & AGUIAR, 2009, p. 50)

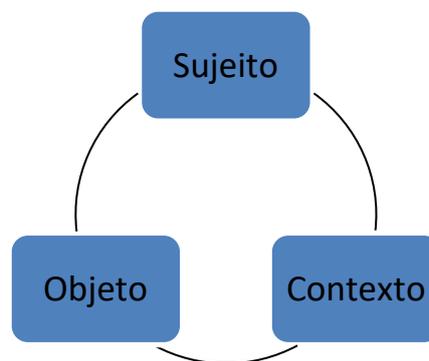
indivíduos que esses valores, que transitaram do passado, são apreendidos com o auxílio de livros, documentos, fotografias, etc., que suportam a memória social. Neste sentido, faz-se necessária uma abordagem teórica para embasar a percepção dos valores referentes aos centros históricos a serem adotados na pesquisa.

### 3.2 VALORES: CATEGORIZAÇÃO E SIGNIFICADOS

Fazer uma abordagem sobre a teoria dos valores, implica adentrar na filosofia, no campo teórico conhecido como axiologia, que nasceu entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

No que diz respeito ao processo de valorização dos objetos, existem duas posições filosóficas e ambas se baseiam em visões epistemológicas sólidas: a primeira, absolutismo dos valores, que estabelece que os objetos apresentam valores intrínsecos, associados às suas características físico-materiais, portanto, a valorização consiste numa característica própria e exclusiva do objeto; a segunda corrente, relativismo axiológico, que estabelece que a valorização resulta da ação que o sujeito realiza sobre o objeto, na qual atribui valor ao objeto (ZANCHETI, 2014, p.4). Entretanto, existe uma terceira posição defendida por Frondizi (1971), na qual Zancheti (2014) se fundamenta, que apresenta o sujeito como a entidade que atribui valor, mas considerando as qualidades do objeto dentro de um contexto social, cultural e econômico (figura 5).

Figura 5 – Processo de valorização



Fonte: A Autora (2019), com base em Zancheti (2014).

Mason (2012) defende o mesmo ponto de vista ao constatar que os valores são produzidos a partir da interação de um artefato com seu contexto e que eles não emanam do

próprio artefato. Segundo Mason (2004, 2012), “valores” são entendidos como sendo qualidades, não necessariamente de ordem moral nem ética.

No campo da conservação, o valor faz referência aos bens culturais, enfatizando seu papel comunicador que aponta os bens que deverão ser reconhecidos como patrimoniais, norteando as ações de intervenção e conservação. Como aponta Lacerda (2012), são as pessoas “inseridas social e culturalmente numa certa sociedade” que estabelecem esse reconhecimento dos bens.

Qualquer edifício, ou sítio em particular, apresenta valores distintos devido à polivalência do ambiente histórico construído, o que é uma de suas qualidades fundamentais. Os valores históricos, culturais, estéticos, econômicos, sociais, educacionais / de pesquisa e ecológicos, estão igualmente presentes no discurso da preservação. De acordo com Mason (2004) e Lacerda (2012), esses valores são considerados coletivamente como “valores patrimoniais” de um local, ou seja, a fonte do significado do local.

Mason (2004), Lacerda (2012) e Lins (2015) consideram que é o sujeito quem atribui valor, em decorrência de sua relação com o objeto. Apesar de carregarem múltiplos significados, os valores necessitam da existência de um objeto e de um sujeito que lhes atribua significados e o justifiquem.

Um dos teóricos que trata muito bem a questão dos valores é Aloïs Riegl. Segundo ele, existe no indivíduo um aspecto passivo (o conhecimento sensorial) e uma faculdade ativa, a vontade. Desta é que se origina um fenômeno que ele aborda no culto dos monumentos (1984), o *kunstwollen*, ou seja, o “querer da arte” traduzida como “vontade artística”. De acordo com o autor, o *kunstwollen* se modifica de acordo com a transformação da espiritualidade e tende a assumir “contornos diferentes de acordo com o período, o povo e o lugar geográfico” (RIEGL, 2014, p. 11). Devido à inexistência de um cânone artístico ideal neste século, o valor do monumento “é medido pelo modo como ele atende às exigências do querer moderno da arte”. (RIEGL, 2014, p. 12). Portanto, por depender dessa vontade artística de cada geração, resulta que o valor atribuído a um bem patrimonial pela geração presente pode não ser o mesmo valor atribuído pelas gerações futuras.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Mason (2004, p. 68) relata que os valores patrimoniais são construídos e situacionais, não inerentes. “A avaliação dos valores depende em grande parte de quem os está avaliando e do momento histórico-geográfico em que o valor está articulado”. Então, torna-se necessário um estudo aprofundado desses valores, em paralelo com a avaliação junto às pessoas e grupos ligados ao bem.

De acordo com Lacerda (2012), uma vez que os bens patrimoniais são portadores de significância cultural, busca-se conservá-los prevenindo uma possível alteração de seus valores. Mas, trata-se de uma tarefa complicada tendo em conta que bens patrimoniais, como os sítios históricos, podem apresentar vários tipos de valores: histórico, artístico, cultural, cognitivo, cultural, econômico, além de outros, como o de opção e existência.

A autora acima citada se fundamenta no aporte teórico de Aloïs Riegl (1984), para fundamentar conceitualmente alguns valores apresentados. Em relação ao **valor de antiguidade**, Lacerda (2012) explicita que este valor tende a se manifestar nos monumentos antigos. Geralmente, monumentos aos quais são atribuídos este tipo de valor demonstram marcas de destruição, de alterações próprias do passar do tempo. De acordo com Riegl (2014), destacam-se pelo seu aspecto inatural, ou seja, traços que indicam que o monumento se originou em um tempo passado, trazendo consigo as marcas do desgaste natural e do tempo. Configuram-se como incompletos devido à tendência à dissolução da forma e cor.

O **valor artístico** caracteriza-se pela subjetividade, pois se refere a uma determinada apreciação estética. Lacerda (2012) traz para a discussão a abordagem de Riegl (1984) que defende a existência de valor de arte relativo, tendo em conta que não existe um valor de arte eterno, pois, devido ao cânone artístico do ponto de vista moderno, um bem pode ou não ter valor de arte para uma determinada geração futura (LACERDA, 2012, p. 46).

O **valor histórico** “remete àquilo que foi e não é mais, aquilo que jamais pode ser reproduzido” (LACERDA, 2012, p. 47). A autora traz uma visão semelhante à do historiador Riegl que defende que:

O monumento é testemunha de uma época, de um estágio da evolução humana que pertence ao passado. Pode ser portador de uma dimensão documental, o monumento deve ser o mais fiel possível ao aspecto original que lhe foi dado no momento da criação. (RIEGL, 2014, p. 15).

Sendo testemunho do engenho humano, o monumento passa a ser reconhecido como um documento histórico, portanto, deve ser preservado de maneira preventiva e deve manter a própria autenticidade, pois o que interessa é o seu estado inicial como obra humana.

Este tipo de valor diz respeito ao passado culturalmente construído, expressado por um bem enquanto testemunho de uma época, do seu modo de vida e do tempo transcorrido desde sua edificação. Reflete etapas significativas da evolução da atividade humana, reforçando a identidade social. De acordo com Lacerda (2012), por conta da identidade social, resultante da consciência do passado, que permite criar uma identidade comum entre o presente e o futuro, o valor histórico está impregnado de **valor cultural** (LACERDA, 2012). A cultura é construída historicamente, pois, cultura se caracteriza pela reunião de artes, costumes e crenças religiosas

de uma determinada sociedade e de uma determinada época, que vai se perpetuando ao longo da história. Uma cidade histórica “revela diversos tempos e, portanto, diversas manifestações culturais nas formas dos seus habitantes a construírem” (LACERDA, 2012, p. 48). Por conta disso, geralmente lhe são atribuídos os valores histórico e cultural.

Para Lacerda (2012), os bens patrimoniais reconhecidos pelos seus valores culturais são repletos de **valor simbólico**, “na medida em que respondem às necessidades múltiplas dos seus habitantes em termos de conhecimento, de rememoração e, em extensão, do permanente processo de criação e recriação da identidade coletiva” (LACERDA, 2012, p. 49). O símbolo consiste na encarnação de uma ideia, sendo criada por diferentes grupos, sociedades e épocas. Enquanto símbolo, o bem patrimonial produz uma comunicação profunda com o seu próprio meio social. Para Viñas (2003), o simbolismo é o que caracteriza os objetos da restauração e conservação, pelo fato desses objetos terem significados e representarem algo para pessoas ou grupos de pessoas.

Em relação ao **valor cognitivo**, “considerar o bem patrimonial como impregnado de valores histórico, artístico, cultural e simbólico significa reconhecê-lo como suporte narrativo da sua memória e, portanto, considerar que ele é portador de um valor cognitivo, constituindo-se em instrumento de formação nas áreas históricas, artística e cultural” (LACERDA, 2012, p. 49).

Quanto ao **valor econômico**, relaciona-se com a utilidade do bem patrimonial, tendo em conta sua utilização. Este valor diz respeito ao potencial do bem como fonte de crescimento econômico e a ele se vincula o valor de uso na medida em que a um bem patrimonial poderão ser designados usos diversificados, servindo para fins habitacionais, administrativos, comerciais, culturais, dentre outros.

A preservação visa à transmissão do bem patrimonial de gerações presentes para as gerações futuras. Tendo em vista que os valores são relativos e dependem de cada geração e época, a geração futura poderá atribuir outros valores, de onde se origina o **valor de opção**. Geralmente, este valor é atribuído por possíveis consumidores de bens de modo a garantir a opção de usá-los no futuro. (LACERDA, 2012). Desta forma, qualquer intervenção em um bem patrimonial deverá prever a possibilidade de uma utilidade futura.

O **valor de existência** é atribuído a um bem ou a seres vivos pelo simples fato de existirem ou viverem. Os valores de antiguidade, histórico, artístico, cognitivo e cultural inserem-se na perspectiva de análise do valor de existência, na medida em que tais valores duraram e permaneceram até o presente. Segundo Lacerda (2012), todos os tipos de valores

poderiam ser condensados em três: valor de uso (atual), valor de opção (valor de uso futuro) e valor de existência, sendo que este último condensa os demais.

Tendo em conta a multiplicidade de valores, a autora propõe uma estrutura hierárquica, fundamentada em Hessen (2001) que, por sua vez, fundamenta-se em Scheller, para estabelecer os seguintes critérios: os valores são mais significativos quanto maior for a sua duração; os valores são tanto mais altos quanto menos divisíveis forem; o valor que serve de fundamento a outros é mais representativo que os que se fundam nele; os valores são tão mais altos quanto maiores forem a satisfação que a sua realização produz em pessoas, essencialmente diferenciadas social e culturalmente.

Ao realizar uma abordagem sobre a avaliação dos valores, Mason (2012) propõe uma categorização. Para o autor, os valores mudam com o tempo e são fortemente moldados por fatores contextuais como as forças sociais, oportunidades econômicas e tendências culturais. O autor deixa claro que a categorização de valores por ele apresentada é um ponto de partida, de natureza provisória e poderá ser ajustada e revisada dependendo de cada contexto. Segundo sua proposta, os valores atribuídos aos bens patrimoniais são estabelecidos em duas categorias:

-Valores socioculturais (histórico, cultural/simbólico, social, espiritual/religioso e estético): são valores atribuídos a um objeto, edifício, ou lugar, em função do seu significado para as pessoas, ou grupos sociais devido à sua idade, beleza, arte, ou associação com uma pessoa ou evento significativo e que contribui para reforçar a identidade cultural. De acordo com o autor, os valores desta categoria sobrepõem-se de forma ampla.

-Valores econômicos (uso – mercado, não uso – não comercial, existência, opção e legado): são entendidos como aqueles que refletem decisões coletivas em vez de decisões individuais de mercado.

Segundo Mason (2012), o **valor histórico** associado a um objeto é capaz de transmitir, encarnar, ou estimular uma relação, ou reação ao passado, fazendo parte do significado dos objetos do patrimônio. Nas considerações realizadas acima, o conceito de valor histórico apresentado por Mason segue a mesma premissa utilizada por Riegl (2014) e Lacerda (2012). Este valor poderá estar relacionado com a idade do aspecto material do patrimônio, de sua associação com pessoas ou eventos significativos, desde a sua raridade ou singularidade, tendo em vista suas qualidades tecnológicas, ou seu potencial de arquivamento, ou documentário.

Mason vai além e subdivide o valor histórico em duas categorias: valor documental que está na capacidade do patrimônio de fornecer conhecimento sobre o passado no futuro, o que faz alusão ao conceito de valor cognitivo apresentado por Lacerda (2012); e valor artístico, cuja conceituação vai ao encontro do valor de arte de Riegl (2014) e valor artístico de Lacerda

(2012), caracterizado como referente à certa singularidade do objeto como obra de arte ou trabalho de um indivíduo em particular.

O valor cultural/simbólico “refere-se aos significados compartilhados associados ao patrimônio que não são, a rigor, históricos (relacionados aos aspectos cronológicos e aos significados de um sítio)” (MASON, 2012, p. 11). De acordo com o autor, não há patrimônio sem valor cultural, tendo em conta que esses valores fundamentam a construção da identidade cultural no presente. Mason (2012) apresenta uma maior abrangência e melhor significação ao subdividir este valor em sociais históricos, políticos, étnicos ou relacionado ao trabalho. Acredita-se que este valor está atrelado à herança cultural, que vem reforçar o sentimento de identidade e pertencimento cultural.

O valor social histórico diz respeito às heranças culturais de uma sociedade cujos significados são compartilhados. Valor político refere-se a um patrimônio capaz de construir ou manter relações civis, de legitimidade governamental, de protesto ou ideológicas. O valor político / civil pode ter esse caráter simbólico ou pode resultar de pesquisa e compreensão de como os locais do patrimônio são criados e evoluídos para estimular comportamentos políticos. Pode ser entendido como uma ferramenta política usada para reforçar a cultura nacional. Valores étnicos estão refletidos no sentimento de identidade cultural de um grupo étnico, enquanto o valor relacionado ao trabalho está expresso nas técnicas e métodos de elaboração e construção de um edifício.

O valor social do patrimônio faz referência ao uso de um local como espaço para reuniões sociais, festas, mercados, etc. Tal espaço pode incluir também os aspectos de coesão social e de identidade da comunidade, do lugar ou outros sentimentos de filiação e identidade para os grupos sociais.

Segundo Mason (2012), o valor social/religioso está associado aos lugares imbuídos de significado religioso ou de caráter sagrado e resulta de crenças e ensinamentos de uma dada religião. Por outro lado, esse tipo de valor pode incluir experiências seculares, provocadas quando da visita a sítios patrimoniais.

O valor estético é geralmente enquadrado na categoria de valor sociocultural, embora refira-se a uma ampla gama de qualidades. Este valor reflete os aspectos estéticos do patrimônio, como no caso das qualidades visuais ou as distintas interpretações da beleza de um determinado bem patrimonial. Assim como faz a Carta de Burra (1999), Mason (2012) serve-se do significado de valor estético para abranger também a experiência sensorial (cheiro, som e sentimento).

De acordo com a teoria econômica neoclássica, os valores econômicos são vistos principalmente pela ótica do consumidor individual e da escolha da empresa (utilidade) e são mais frequentemente expressos em termos de preço. Entretanto, nem todos os valores econômicos são medidos em termos de preços de mercado (MASON, 2012). Este autor, assim como Lacerda (2012), apresentam o mesmo ponto de vista ao se referirem aos valores de uso como valores de mercado, aos quais são facilmente atribuídos um preço. Os valores de uso do patrimônio material referem-se aos bens e serviços que derivam dele, negociáveis e com preço acessível nos mercados existentes. O valor de não uso diz respeito aos valores econômicos que não são negociáveis pelo mercado. Por conseguinte, não são expressos em termos de preços.

O valor de não uso pode ser subdividido em três: de acordo com Mason (2012) e Lacerda (2012), valor de existência se deve ao simples fato de um bem existir, mesmo que não se possa experimentar ou “consumir seus serviços” diretamente. Sobre o valor de opção do patrimônio, tanto Mason (2012) como Lacerda (2012) concordam que se refere ao desejo de alguém de preservar a possibilidade (a opção) de consumir os serviços do patrimônio em algum momento futuro. Por fim, o valor de legado diz respeito à intenção de transmitir um bem às futuras gerações.

Em síntese, os valores são de natureza polivalente e atribuídos de forma diferenciada por cada indivíduo. A categorização de valores pode, portanto, variar de acordo com a percepção e o entendimento de cada teórico. Tal polivalência suscita reflexões que demandam discussões, com a finalidade de uma formulação mais precisa sobre o tema. Essa categorização está sistematizada na seguinte tabela abaixo:

Tabela 1 – Categorização dos valores

<b>Categorização de valores</b>					
<b>Alois Riegl (1903)</b>		<b>Carta de Burra (1999)</b>	<b>Lacerda (2012)</b>	<b>Mason (2012)</b>	
<b>Valor de rememoração</b>	Valor de antiguidade	Valor histórico	Valor de antiguidade	<b>Valores socioculturais</b>	Valor histórico (Artístico e Educacional/acadêmico)
	Valor histórico	Valor estético	Valor artístico		-Cultural/simbólico -Político -Histórico social -de trabalho
					Valor social
					Valor espiritual religiosa
				Valor estético	
	Valor evolutivo da memória	Valor científico	Valor histórico	<b>Valores econômicos</b>	Valor de uso
<b>Valor de contemporaneidade</b>	Valor de antiguidade	Valor social ou espiritual	Valor cultural		Valor de não uso -Valor de existência -Valor de opção -Valor de legado
	Valor de arte: -Valor de arte relativo -Valor de novidade		Valor simbólico		
			Valor cognitivo		
			Valor econômico		
			Valor de uso		
			Valor de opção		

Fonte: A Autora, 2019, a partir de Alois Riegl (1903), Carta de Burra (1999), Mason (2012) e Lacerda (2012).

A Carta de Burra mostra que a coexistência de valores é aceita mesmo em situações onde os atores envolvidos com a conservação de um determinado local não concordam sobre seu significado cultural, ou seja, quando percebem valores diferentes. Por conta da multiplicidade de valores que podem ser atribuídos a um bem patrimonial, o desafio do planejamento e das políticas de preservação será atingir e manter um equilíbrio razoável de

valores. Uma vez lançadas as bases para compreensão da pluralidade de valores existentes, torna-se possível elucidar o conceito e a importância da significância cultural. Em seguida, são apresentados os valores em potencial de um Centro Histórico adotados no âmbito da pesquisa.

### 3.3 VALORES DE UM CENTRO HISTÓRICO

De acordo com a conceituação e categorização dos valores apresentados acima, diversos valores podem figurar no reconhecimento de um centro histórico como bem patrimonial. Entretanto, para a pesquisa torna-se necessário identificar os valores em potencial do centro histórico, em função de sua valoração. Sendo assim, os valores adotados como passíveis de um Centro Histórico foram os seguintes: histórico, cultural/simbólico, social, estético e econômico. Salienta-se que a proposta dos valores aqui apresentada, no âmbito da pesquisa, leva em conta as peculiaridades de um Centro Histórico. Para tanto, foram tomados como referência os valores apresentados por Randall Mason (2012) e pelas Cartas Patrimoniais (Burra, 1999 e 2013), de modo a conceituar os valores identificados no âmbito da pesquisa:

-Valor histórico: é identificado pela capacidade que o lugar tem de transmitir, incorporar ou estimular uma relação, ou reação ao passado. Geralmente, está atrelado à idade, à associação com pessoas ou eventos, à raridade e/ou singularidade, às qualidades tecnológicas ou ao potencial de guardar informações e servir como documento. Num centro histórico, este valor geralmente está associado aos remanescentes da cidade que chegaram até o presente como, por exemplo, no seu conjunto arquitetônico e outros elementos de caráter imaterial que o caracterizam

-Valor social: remete aos sentimentos de pertencimento, sendo responsável por transmitir para gerações futuras os aspectos da identidade social. Geralmente, é atribuído aos lugares que se tornaram centro de uma identidade cultural, seja ela espiritual, política ou histórica. Um centro histórico apresenta este valor quando determinada sociedade carrega na memória aspectos marcantes da vivência social e que promovem um sentimento de filiação social. Os edifícios marcantes, escolas, praças, parques e espaços de lazer, em geral, assim como as festividades, atividades e vivências de caráter social, são atributos que tendem a expressar este valor.

-Valor cultural/simbólico: são usados para construir uma filiação cultural. Eles podem ser identificados nos significados, relacionados ao patrimônio, que foram compartilhados por várias gerações (MASON, 2002, p. 10-13 in DE LA TORRE, 2002), como os sagrados ou religiosos, que muitas vezes são atribuídos aos centros históricos. Alguns teóricos tratam desses

valores separadamente, como Mason a quem lhe pareceu mais pertinente empregar os dois valores conjuntamente. Dessa maneira, no Centro Histórico da Praia, os dois valores aparecem associados. Em sua essência, um centro histórico representa a memória de momentos simbólicos da cidade que expressam o sentimento de filiação cultural. Os edifícios, o traçado das ruas e avenidas e as praças constituem testemunhos da arquitetura colonial, presentes na planificação urbanística do Centro Histórico da Praia, que é do século XIX, onde estão refletidos os padrões europeus da civilidade, cultura e urbanização da época.

- Valor estético: refere-se às qualidades visuais do patrimônio, em função de muitas interpretações da beleza, do sublime, das ruínas e da qualidade das relações formais, importantes para rotular coisas e lugares como herança (MASON, 2012). Num centro histórico, o valor estético pode estar atrelado ao design e à evolução de um edifício ou objeto, à configuração do seu traçado, assim como aos aspectos paisagísticos, como vistas e panoramas.

-Valor econômico: geralmente está associado ao Centro Histórico, no âmbito da promoção e estimulação do desenvolvimento do turismo cultural como meio de geração de renda.

### 3.4 ATRIBUTOS

Atributo é entendido como elemento /característica, quer seja material ou imaterial, de objetos e processos reconhecidos como possuindo valores patrimoniais. Hidaka (2011) entende que o sítio urbano patrimonial constitui um conjunto de elementos urbanos e arquitetônicos com valor-de-uso material e valor de uso ideal para a sociedade interessada e envolvida.

A esses elementos são anexados outros que vão surgindo no centro histórico, através da vivência, apropriação e uso desses elementos, pelos atores sociais. Os outros elementos são de caráter intangível como, por exemplo, as festividades. Segundo Hidaka (2011), os objetos e processos no âmbito da conservação patrimonial não são valiosos em si mesmos. “Estes têm atributos materiais, quando são tangíveis, ou não materiais, quando são intangíveis; que os tornam especiais em relação a outros objetos, ou processos.” (HIDAKA, 2011, p. 101)

Para Lira (2020), a identificação dos atributos de bens culturais se pauta em cinco aspectos:

- (a) *Contexto de implantação* (relação do bem com áreas livres, com outras edificações e com a paisagem em que se insere);
- (b) *Tipo(s) construtivo(s)* (características relacionadas ao gabarito, elementos decorativos, relação entre cheios e vazios e solução de planta);
- (c) *Técnicas e materiais construtivos* (materiais e sinais da tecnologia construtiva recorrentes [ou não] na tipologia edilícia em questão);
- (d) *Pátina* (sinais e efeitos da passagem do tempo nas superfícies dos bens, a serem

conservados por razões históricas, estéticas e técnicas); (e) *Usos e práticas sociais* (processos que animam o edifício ou o sítio, dinâmica de utilização). (LIRA, 2020, p. 12).

Para a adoção desses aspectos na identificação dos atributos patrimoniais, a autora realça a importância de um condicionante que é a escala do bem cultural, ou seja, se se trata de um edifício individual ou de um conjunto urbano. Segundo Lira (2020), a identificação dos atributos patrimoniais de um bem deve ser baseada na pesquisa histórico-documental e no levantamento morfotipológico e de usos atuais. A primeira etapa do processo deve ser a pesquisa histórico-documental, por meio de visita a acervos e arquivos físicos e virtuais, com a finalidade de identificar e registrar as fontes primárias e secundárias relativas ao bem, visando à compreensão do seu processo de formação e de suas transformações no tempo (Lira, 2020). A autora ainda sugere que, para os bens já acautelados institucionalmente, os dossiês de tombamento ou classificação são fontes fundamentais, pois, devem apontar as características mais valoradas no bem, assim como os valores a ele associados.

O levantamento morfotipológico e de usos atuais pressupõe o levantamento das características formais atuais, objetivando compreender a manutenção ou perda das características dos tipos edifícios presentes e da morfologia do seu traçado. Por meio deste procedimento, o levantamento do(s) uso(s) permite identificar a permanência, perda ou transformação dos usos formais e informais e das práticas sociais ao longo do tempo (LIRA,2020).

O conhecimento do bem patrimonial ao longo de toda sua história e processo de transformação das suas características é fundamental para a identificação dos atributos de um centro histórico.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

No que diz respeito ao patrimônio cultural, constatou-se que é importante considerar a variedade de questões relacionadas com valores a ele atribuídos, pois, a significância cultural de um bem patrimonial está atrelada a atributos e valores que o caracterizam. Além de fundamentarem a definição de patrimônio cultural, estes valores são a base para todas as estratégias de gestão do patrimônio. Ou seja, o significado do patrimônio geralmente resulta da combinação de valores criados e atribuídos por pessoas, sendo que tais valores incluem aspectos materiais e imateriais. Somente com base neles se poderá chegar à significância

cultural do bem. Sendo assim, pode-se dizer que a significância equivale ao conjunto de valores atribuídos ao bem.

De forma geral, a significância cultural está atrelada à avaliação dos atributos patrimoniais. O processo de transformação urbana ao qual a cidade está pautada tende a afetar os padrões de vida e o tecido físico, acarretando a permanência ou perda de alguns desses atributos. Cabe à Conservação Integrada nortear a gestão do bem patrimonial, de modo a conciliar as exigências e demandas do tempo atual com a preservação da memória do passado da cidade, buscando salvaguardar os significados e valores que representam para as pessoas. Para tanto, verifica-se a necessidade de um aprofundamento na definição de mecanismos para melhor operacionalização do conceito da significância cultural, no âmbito da UNESCO, de modo a contribuir para uma gestão eficaz do centro histórico.

A fundamentação conceitual-teórica até aqui apresentada permite estabelecer um conjunto de diretrizes metodológicas para desenvolvimento da pesquisa a fim de alcançar os objetivos elencados inicialmente. Com base nas abordagens apresentadas por Randall Mason (2012) e Lacerda (2012), foi possível chegar a um conjunto de valores a serem empregados na consulta da significância do Centro Histórico do Platô, como patrimônio nacional cabo-verdiano. Por outro lado, as abordagens de Lira (2020) trouxeram o embasamento teórico essencial que fundamentará o processo de identificação e caracterização dos atributos do Centro Histórico da Praia. No próximo capítulo, será realizada a caracterização contextual e histórica do Centro Histórico da Praia de modo a identificar os atributos que a caracterizam.

## 4 CENTRO HISTÓRICO DA PRAIA (PLATÔ)

Neste capítulo, busca-se caracterizar o objeto de estudo, que é o Centro Histórico do Platô, tanto em seus aspetos gerais, quanto geográficos e históricos. Aqui, são descritas as características do Centro Histórico da Cidade da Praia (Platô), do qual se busca identificar os atributos, que estão na base da sua relevância como um bem patrimonial de Cabo Verde, por meio da abordagem histórica. Neste sentido, foram recolhidas informações, a fim de compreender o seu desenvolvimento ao longo do tempo, assim como o declínio e a consolidação de alguns aspectos. Esta etapa é de fundamental importância, pois, auxiliará na compreensão do objeto do estudo enquanto bem patrimonial, além de atender a um dos objetivos específicos da pesquisa que é a identificação dos atributos do Centro Histórico da Praia (Platô).

Foram analisados documentos que contêm informações referentes ao objeto de estudo, coletadas no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (AHNCV), arquivo particular da Igreja Nossa Senhora da Graça, arquivo do IPC (Direção de Museologia e Gabinete de Gestão da Cidade Velha), Fundação Amílcar Cabral<sup>15</sup>. A coleta voltou-se, sobretudo, para publicações administrativas, material cartográfico, mapas, iconografias e fotografias referentes ao Centro Histórico da Praia. Para isso, foi fundamental o relato do historiador Lourenço Gomes e os dados da sua tese “Valor simbólico do Centro Histórico da Praia – Cabo Verde”.

Por fim, chegou-se a um quadro histórico onde é apresentada toda a vida do bem ao longo da sua história e identificados vários atributos que estão na base da sua significância cultural. Em seguida, são apresentados os aspetos que estão na base da sua relevância como bem patrimonial e a situação atual da mesma. Por fim, são apresentados os planos e normas que regem a sua salvaguarda, tendo como foco o Plano Urbanístico Detalhado de 1998.

### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA

O Centro Histórico da Praia (Platô) localiza-se na zona litoral sudoeste da ilha de Santiago, compreendido numa baía, onde se localiza o Ilhéu de Santa Maria. A ilha de Santiago, por sua vez, constitui uma das dez ilhas de origem vulcânica que compõem o arquipélago de Cabo Verde. As ilhas do arquipélago se encontram distribuídas em dois grupos:

---

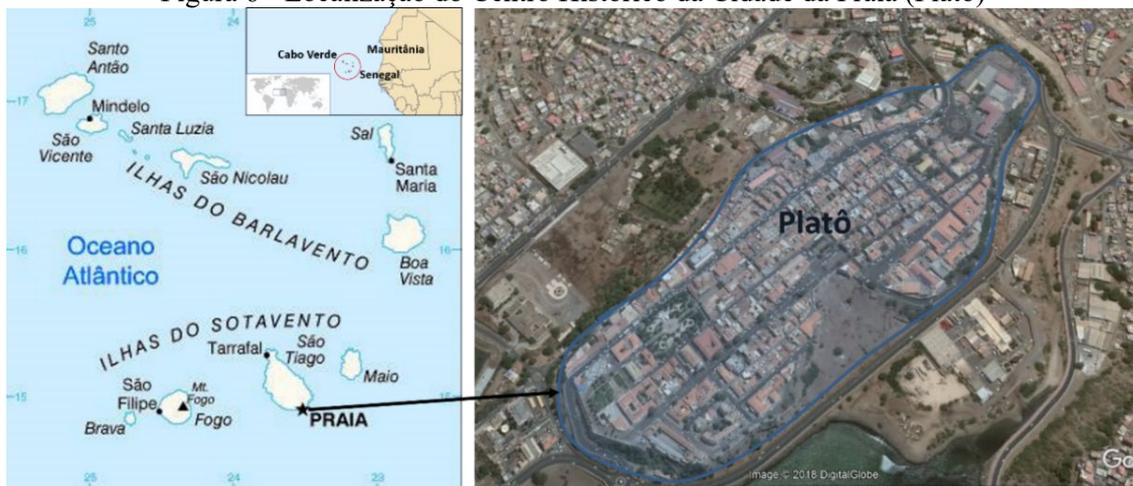
<sup>15</sup> Consiste numa organização sem fins lucrativos e cujo edifício abriga o Museu de História.

-Ilhas do Barlavento: Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia (sendo esta a única desabitada e a menor ilha do arquipélago), S. Nicolau, Sal e Boavista. Nas proximidades, conta ainda com o ilhéu Branco e o ilhéu Raso.

-Ilhas do Sotavento: Maio, Santiago (a maior ilha do arquipélago), Fogo e Brava. Fazendo parte desse conjunto temos ainda o ilhéu Grande, ilhéu Luís Carneiro, ilhéu de Santa Maria e ilhéu Cima.

O arquipélago de Cabo Verde situa-se no Oceano Atlântico a uma distância de aproximadamente 450-500 Km do Senegal, na costa ocidental africana (figura 6). A ilha de Santiago possui 991 km<sup>2</sup> de superfície, sendo a maior de todas as ilhas do arquipélago enquanto a ilha de Santa Luzia, a única desabitada, é a menor ilha. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE), em 2018 a população do país era de 544 081 habitantes, sendo que o Município da Praia conta com 162 814 habitantes residentes (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 2018).

Figura 6 - Localização do Centro Histórico da Cidade da Praia (Platô)



Fonte: A Autora, a partir de Wikipédia, 2019.

A ilha de Santiago, juntamente com a ilha do Sal, da Boavista, do Maio e do Fogo são conhecidas historicamente como grupo oriental e foram reconhecidas oficialmente como as primeiras ilhas a serem encontradas em 1460, por Antônio da Noli, acompanhado de Diogo Gomes. Posteriormente, foram descobertas as restantes, as ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, e talvez Brava, e os vários ilhéus, descobertos entre 1450 e 1462 por Diogo Afonso (GOMES, 2010, p. 9). Apesar deste reconhecimento, os primórdios da história de Cabo Verde ainda suscitam polêmicas que envolvem diversas hipóteses (não comprovadas) sobre o conhecimento das ilhas por navegadores árabes e de outras origens, antes dos anos quatrocentos (GOMES, 2010).

O Centro Histórico do Platô situa-se num planalto de aproximadamente 30 metros de altura acima do nível das águas da grande baía que o enquadra, envolvido por uma extensa área de praia e uma área urbana implantada sobre vales, encostas e planaltos. O Centro Histórico da cidade da Praia é visto como o “coração” da cidade, cujas características são passíveis de serem preservadas.

O Centro Histórico da Praia, assim como outros centros urbanos típicos das zonas de influência europeia, se estruturaram no quadro da expansão europeia, seguindo as dinâmicas do processo de expansão do velho continente. Deste modo, o crescimento da população da Praia se deveu à sua ligação com o exterior, “tornando-se num importante pólo de atração de populações de zonas periféricas, inseridas no contexto geográfico do interior da ilha de Santiago.” (GOMES, 2010, p. 51)

O centro desenvolveu-se a partir de um núcleo, onde se formou o primitivo povoado da Praia que ascendeu à categoria de vila posteriormente, ganhando grande importância no contexto do Arquipélago de Cabo Verde. Várias fontes litográficas contêm referências anteriores ao século XIX, reportando a área correspondente ao sítio onde viria a nascer o povoado da Praia. Dentre elas, destaca-se aqui a de Ilídio do Amaral, numa gravura datada de 1589, na qual já figurava a Praia, assim como a representação da velha Ribeira Grande. Outra referência em relação a esse sítio é de António Leão Correia e Silva (2004, p.151), retratando-a nos seguintes termos: “é como mera dependência portuária, primeiro do nado-morto vila de alcatrazes, depois da própria Ribeira Grande, que a Praia se integra na história de Cabo Verde e do Atlântico em construção”.

À semelhança de outros espaços ultramarinos, em Cabo Verde, os primeiros povoados surgiram quase sempre na “boca dos portos”, com exceção da Praia, cujo primeiro núcleo não surgiu à volta dos portos. De acordo com António Correia e Silva:

Contrariamente aos casos da Ribeira Grande, Mindelo ou Sal - Rei, formações urbanas, igualmente portuárias, o burgo praiense não se localizará à beira de água, na boca do porto. Desenvolver-se-á, sim, numa achada enquistada no recôncavo da baía, a 30 metros acima do nível do mar[...]. (CORREIA e SILVA, 1998, p. 192).

O lugar onde se ergueu o primeiro aglomerado populacional da Praia, que posteriormente se desenvolveu como Vila e Cidade, e se consolidou como Centro Histórico, corresponde, segundo Travassos Valdez (1964), citado por Gomes (2010, p.17), a uma planura de monte basáltico, numa altitude de cerca de 28m acima do mar. De acordo com Luís Silveira:

[...]hua alta planisse chamada na língua do paiz Achada, terminada em roda por hua rocha escarpada, com também a caza e armazéns da Administração da Companhia Geral de Grão Pará e Maranhão situada no Vale na Parte d’Oeste da mesma Villa e os diversos fundos do dito Porto. (LUÍS SILVEIRA, s/d, p. 135).

A Praia viria a designar-se Praia de Santa Maria da Esperança, quando passou a ser a sede da Capitania Norte, no final dos quatrocentos, na segunda década do século seguinte com o declínio de Alcatrazes, mais precisamente no ano de 1516. A Câmara foi transferida para este novo núcleo tendo em vista a decadência da Ribeira Grande de Santiago. Gradativamente, a denominada Vila da Praia de Santa Maria da Esperança foi se transformando no principal polo administrativo, econômico, religioso e militar da Província, mantendo, porém, a fisionomia de uma simples aldeia.

Acredita-se que a causa desta transferência se deveu ao fato da Praia contar com um porto, que podia ser considerado o melhor existente em toda a ilha, além dos constantes ataques e saques dos piratas e corsários e pelo fato da Ribeira Grande ser pouco protegida e exposta a ataques periódicos de piratas ingleses e franceses (figura 7). Segundo Domingas Pina (2009), pressupõe-se que a designação de Praia de Santa Maria se deve ao fato de reunir boas condições de abrigo aos navegantes e nesta condição sua denominação deve estar ligada à tradição de fé e ação de graça que cingia os empreendimentos portugueses desde o tempo da reconquista e formação de Portugal.

Figura 7 - À direita: Planta da Vila da Praia (António Carlos Andreas, 1778), à esquerda: vista aérea da Praia atualmente.



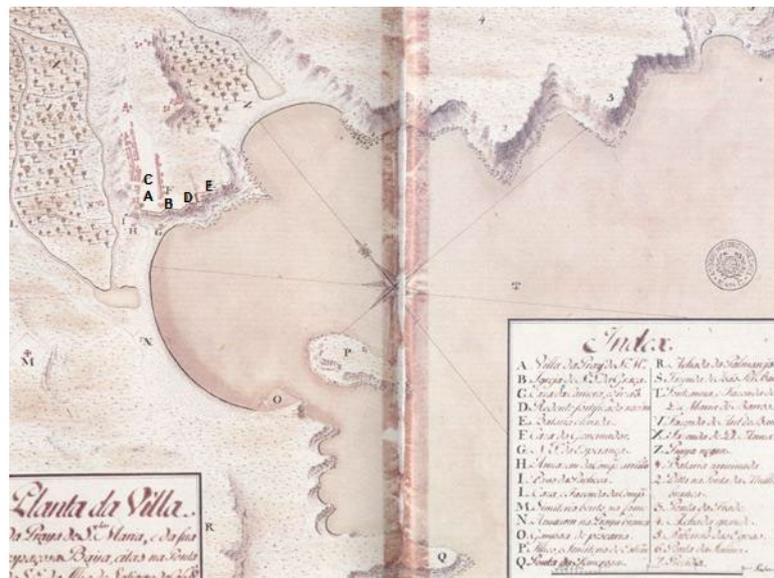
Fonte: A Autora, 2019, a partir do Instituto do Patrimônio Cultural e Google Earth.

A partir do século XVI, a Praia de Santa Maria desempenhou um papel importante no comércio escravocrata, funcionando como ponto de escala de diversas embarcações que passavam pelo país para se abastecer (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL –IPC, 2016). Esse papel desempenhado se deve ao seu posicionamento geoestratégico em relação à

Europa, África e América, e à sua localização num planalto que garante boas condições de defesa e às condições naturais do seu porto.

Como em muitas cidades antigas, a estruturação do núcleo do Centro Histórico da Praia – (Platô) começou com edificações representativas dos três poderes essenciais: poder religioso (B - a antiga igreja, que veio a ser demolida e construída em outro local), administrativo (D - sede do governo-geral) e militar (E) ao redor de um largo, denominado Largo da Bateria (figura 8). Tanto as construções que desapareceram ao longo do tempo como as que se mantiveram, representaram a Praia enquanto Vila e, após a sua elevação, à cidade. Destacam-se também outros edifícios e espaços públicos que foram surgindo neste núcleo, como o primitivo mercado (C) e o antigo Largo do Pelourinho, atualmente praça Alexandre Albuquerque (A).

Figura 8 - Planta da Vila da Praia mostrando o contexto espacial, 1876



Fonte: AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.1964. p. 333, in Gomes, 2008.

Analisando a figura 8 e baseando-se em relatos de Gomes (2008), destaca-se o edifício representativo do poder religioso, a primitiva Igreja de Nossa Senhora da Graça (identificada na figura 8 com a letra B). Segundo Gomes (2008) e com base na obra de Ilídio Amaral, *Santiago de Cabo Verde a Terra e os Homens*, editada na década de 1960, a igreja situava-se próximo ao edifício do Paço do Concelho onde veio a ser edificada a residência dos Governadores Gerais, junto do atual parque infantil (figura 9).

Figura 9 - Localização da primitiva Igreja Nossa Senhora da Graça, circulado a vermelho no mapa de 1840 e marcado com uma cruz no mapa datado de antes de 1900



Fonte: A Autora, 2019, a partir de Gomes (2008).

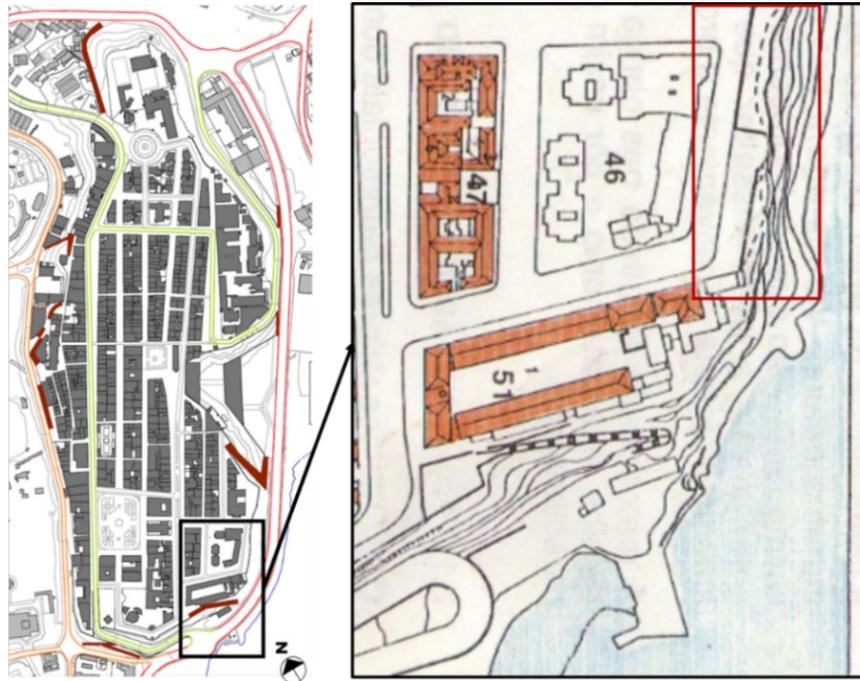
Segundo relato do Padre Pimenta<sup>16</sup>, a igreja inicialmente consistia numa construção térrea de pedra e barro e coberta de palha. Em seguida, a igreja foi alterada devido à remodelação realizada na época do Governador João da Mata Chapuzet, na segunda década do século XIX. Neste sentido, o colmo da cobertura foi substituído pela telha, da mesma forma que foi ordenado para as casas da Vila da Praia.

A primitiva igreja, assim como o cemitério que existia nas proximidades, atualmente já não existem. Segundo Gomes (2008), a primitiva igreja foi demolida na passagem do século XIX ao século XX e substituída por outra, em outro local, em frente a outrora Praça do Pelourinho, conhecida hoje como Praça Alexandre Albuquerque.

Nas proximidades da localização da primitiva igreja, destaca-se o edifício representativo do poder militar, o Quartel Militar, confinado ao Largo da Bateria, (figura 10). A denominação Largo da Bateria se deve à existência de uma pequena fortificação, junto a uma falésia. Na área leste do planalto, durante muito tempo, concentrou-se a atividade portuária da urbe e, em função disso, foram instalados os meios de defesa da Vila, notadamente o Quartel Militar.

<sup>16</sup> Citado por Lourenço Gomes em sua tese de 2008.

Figura 10 – Localização das fortificações inseridas no antigo Largo da Bateria da Vila da Praia destacada a vermelho



Fonte: A Autora, 2019, a partir de Varela (2013) e EURO'98.

A denominação de Largo da Bateria permaneceu até por volta de 1876, devido à localização e às condições topográficas, no alto da falésia que desce em direção ao mar e que funciona como barreira natural. Desse ponto, tem-se boa visibilidade para defesa de possíveis ataques justificando-se, assim, a instalação da Bateria da Praia (figura 11). A instalação dos equipamentos militares deveu-se a ataques piratas, no período entre 1580 e 1640, que ameaçaram os portos e as povoações de Cabo Verde. Dessa maneira, foi solicitado o envio de artilharia e munições em quantidades suficientes para organizar um sistema eficaz de proteção.

Figura 11 - Local da implementação da bateria da Praia antigamente



Fonte: Imagem do cartão postal cedida gentilmente pelo historiador Lourenço Gomes.

Posteriormente, para reforçar o sistema de defesa, foi erguido o Quartel Militar da Praia, no século XIX, abrindo um novo tempo para a defesa do Porto. A construção do quartel se deveu ao crescente interesse pela feitoria do porto da Praia que necessitava de proteção física adicional às pequenas fortificações.

A construção do quartel passou por várias etapas. Segundo relatos de GOMES (2008), em 1823, o edifício já estava em construção, ainda sem concluir com aspecto de um quartel da tropa, de pedra e cal, sem soalho, nem janelas, nem portas. Com o tempo, o quartel e o Batalhão de Caçadores d'África Ocidental mudaram de função para o Quartel da 1ª Companhia de Polícia Civil e Militar, hoje Companhia *Jaime Mota*- Praia (figura 12). Recebeu esse nome após a independência, em homenagem ao militante cabo-verdiano do PAIGC<sup>17</sup> que foi morto na Guiné Portuguesa, hoje Guiné-Bissau.

Figura 12 – Quartel Militar



Fonte: Imagem do cartão postal cedida gentilmente pelo historiador Lourenço Gomes.

No contexto da cultura portuguesa, no século XVI e períodos posteriores, as instalações de defesa coexistiam com a função urbana e era essa relação que estabelecia hierarquias de traçados e espaços. Assim foi o caso da Vila da Praia cuja estrutura viária foi projetada em consequência da construção do sistema de defesa. Ou seja, a Rua do Corvo, que foi a primeira rua da área central da Praia, foi projetada a partir do estabelecimento de defesa, onde posteriormente foi projetado o quartel militar.

Como consta na figura 13 e 14, a Bateria da Praia estava, e ainda hoje se encontra, instalada no espaço envolvente do antigo largo onde se encontra a quadra residencial 46. A

<sup>17</sup> PAIGC - Partido Africano Independente Guiné e Cabo Verde, antigo partido político na época da independência.

quadra em questão está bem próxima do Quartel Militar, na faixa sudeste do pequeno planalto, coincidindo com a atual zona de Tênis do Platô (identificado na figura 10).

Figura 13 – Antigo largo da bateria da Praia, conhecida atualmente como cruzeiro, antes da intervenção



Fonte: Varela, (2013).

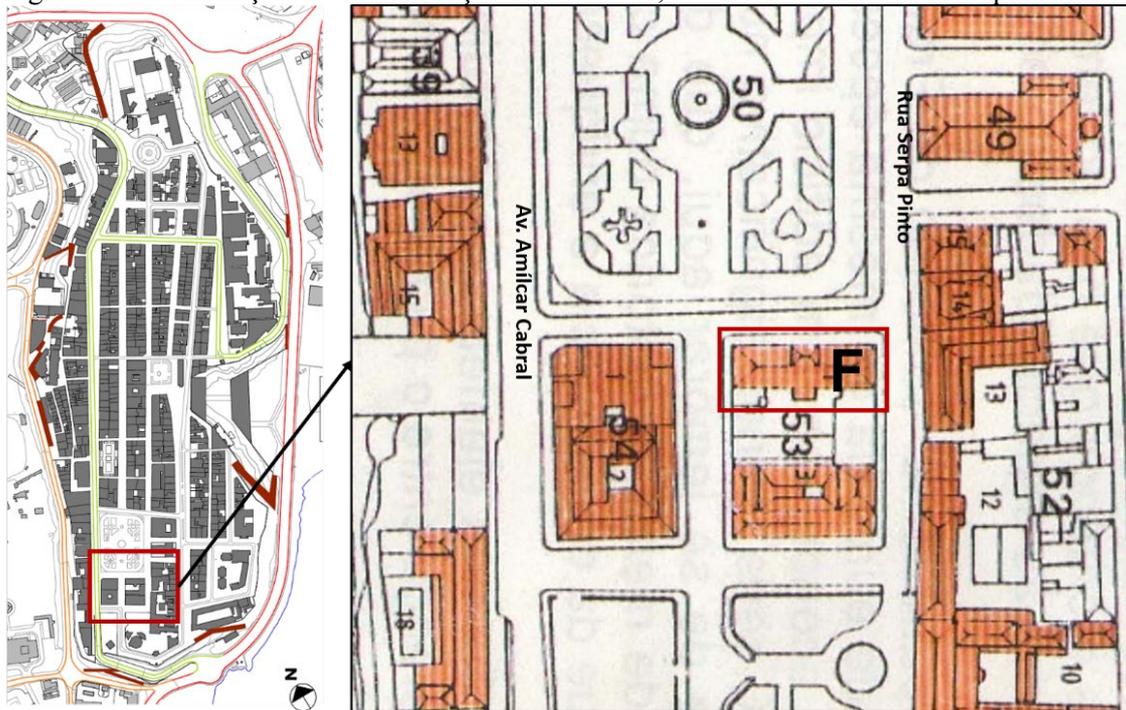
Figura 14 – Bateria da Praia, conhecida atualmente como Cruzeiro, após a intervenção de requalificação.



Fonte: A Autora, 2019.

Outro edifício que faz parte da gênese do primitivo núcleo histórico é o Paços do Concelho, edifício de grande importância para a Municipalidade da Praia, onde funciona atualmente a Câmara Municipal (identificado na figura 15 com a letra F). Seu surgimento está associado à necessidade de fixação humana, no próprio Centro Histórico do Platô.

Figura 15 – Localização do edifício Paços do Concelho, atualmente Câmara Municipal da Praia



Fonte: A Autora, 2019, a partir de Varela (2013) e EURO'98.

A perda de importância da povoação de Alcatraz permitiu a transferência da Câmara ali instalada para a Povoação da Praia promovendo-se, assim, a gênese da Municipalidade e do poder local. As obras que levaram à construção da edificação, considerada majestosa para a época e destinada a melhor acolher os serviços da Câmara Municipal, consistiram na remodelação e ampliação do edifício onde estava instalada a Câmara da Praia (GOMES, 2008, p. 256). Segundo relatos de Senna Barcelos, as obras do Paços do Concelho foram iniciadas em março de 1858, quando se aproximava a data da elevação da Vila à Cidade. Em 29 de Abril de 1858, a Praia recebeu o título de Cidade da Praia. A partir de então, grandes modificações ocorreram com novas obras e empreendimentos.

No conteúdo do relatório do Engenheiro da Província Januário de Almeida, ele fazia a seguinte referência a obras a serem edificadas naquele período: “diferentes obras de primeira necessidade que deviam ser executadas, estando umas em projeto, outras em andamento e outras ainda interrompidas.” Então, nesse contexto, foi começada a obra, sendo fundamental que a fisionomia do edifício fosse condizente com a arquitetura urbana de uma aglomeração urbana que seria elevada a Cidade. De acordo com Senna Barcelos, a obra do edifício, na proximidade do largo, veio a ser concluída por volta de 1860 (figura 16).

Figura 16 – Paços do Concelho depois da sua remodelação e ampliação em 1860 – imagem datada de 1910



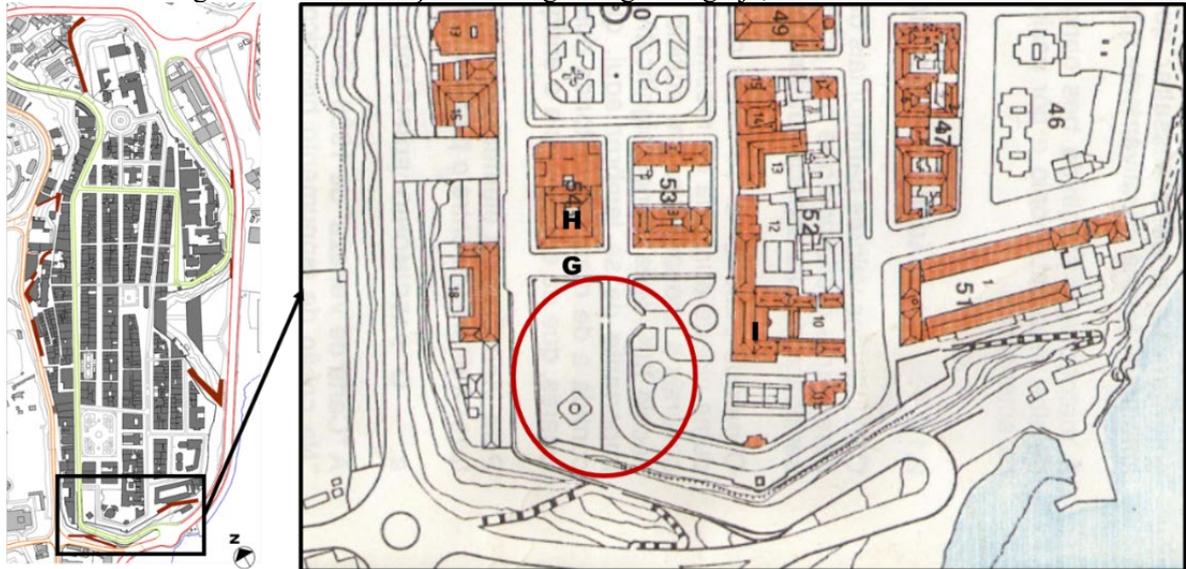
Fonte: LOUREIRO, João. – Postais antigos de Cabo Verde. Lisboa: Fundação Macau, 1998, in Gomes, 2008, p. 50.

Em 1864, quando a Cidade da Praia já merecia um edifício digno da Câmara, esta obra era descrita como um “edifício digno de elogio e elegante na sua construção, dispendo de um interior grandioso e decorado.” (VALDEZ, 1864, p. 213). O edifício passou por remodelação e ampliação que prosseguiram posteriormente no século XIX. Segundo a ata da sessão de 6 de agosto de 1874, do Concelho da Praia, a edilidade pedia ao governo a concessão de um terreno, como indenização à cedência feita pela Câmara de quase metade de outro espaço, onde já estava estabelecido o novo mercado. Consta que este terreno se localizava nas traseiras do edifício onde primitivamente se situava o cemitério e o antigo mercado.

Em função das novas obras e empreendimentos que foram surgindo, a cidade foi passando por algumas modificações. Segundo Gomes (2008), a partir de 1862, os administradores municipais procuravam disciplinar as novas construções, definindo os materiais de construção e as alturas das fachadas.

Algumas artérias que foram surgindo foram recebendo o nome de personalidades que estiveram ligados ao crescimento da cidade. Temos como exemplo o caso da antiga Rua do Lencastre em que se lhe associa a figura do Governador D. António Lencastre (inícios do século XIX) cuja contribuição impulsionou em direção ao status de cidade quando mandou alinhar as ruas e, por conseguinte, os primeiros traçados quando a Praia ainda era Vila. Dessa maneira, o espaço denominado Largo da Igreja, que remonta ao período antes de 1876 (figura 17), foi estruturado na altura, de acordo com os padrões da cultura urbanística portuguesa.

Figura 17 – Localização do antigo Largo da Igreja, circulado a vermelho



Fonte: A Autora, 2019, a partir de Varela (2013) e EURO'98.

Tendo em vista a importância do terreno, ou largo principal (Largo da Igreja), a partir desse espaço nasceram as ruas comerciais. Com exceção da Rua do Corvo, que surgiu a partir das fundações do Quartel Militar, as restantes ruas se formaram a partir do antigo Largo da Igreja. Tais ruas tornaram-se caracteristicamente comerciais e passaram a interligar os elementos urbanos mais importantes da cidade. Segundo Gomes (2008), posteriormente a 1876, o antigo Largo da Igreja passou a se denominar Largo Sá da Bandeira (figura 18), nome de uma notável figura que foi Ministro do Estado, Marechal de Campo, diretor da Escola do Exército e presidente do Conselho Ultramarino.

Figura 18 – Cartão postal datado de 1921 - Antigo Largo da Igreja, posteriormente denominado Praça Sá da Bandeira



Fonte: Álbum P1 - fotografias da ilha de Santiago, foto nº 92.578 - Museu do IAHN-CV. Acessível no IAHN, Cidade da Praia Cabo Verde.

Frente à notabilidade da figura de Sá da Bandeira, o Largo vem revelar o seu valor como o primeiro largo da cidade. Posteriormente, em vista da instalação do Palácio do Governo, o Largo passou a ser conhecido popularmente como Praça dos Governadores.

Em frente ao largo (sentido nordeste), havia uma travessa, datada de antes de 1876, denominada Travessa do Banco, em função do edifício do Banco Nacional Ultramarino, atual Banco BCA – Banco Comercial do Atlântico (H), identificado na figura 19. A travessa chegou a mudar o nome para Travessa do Salgado, mas atualmente conservou o nome antigo de Rua Banco Ultramarino (G).

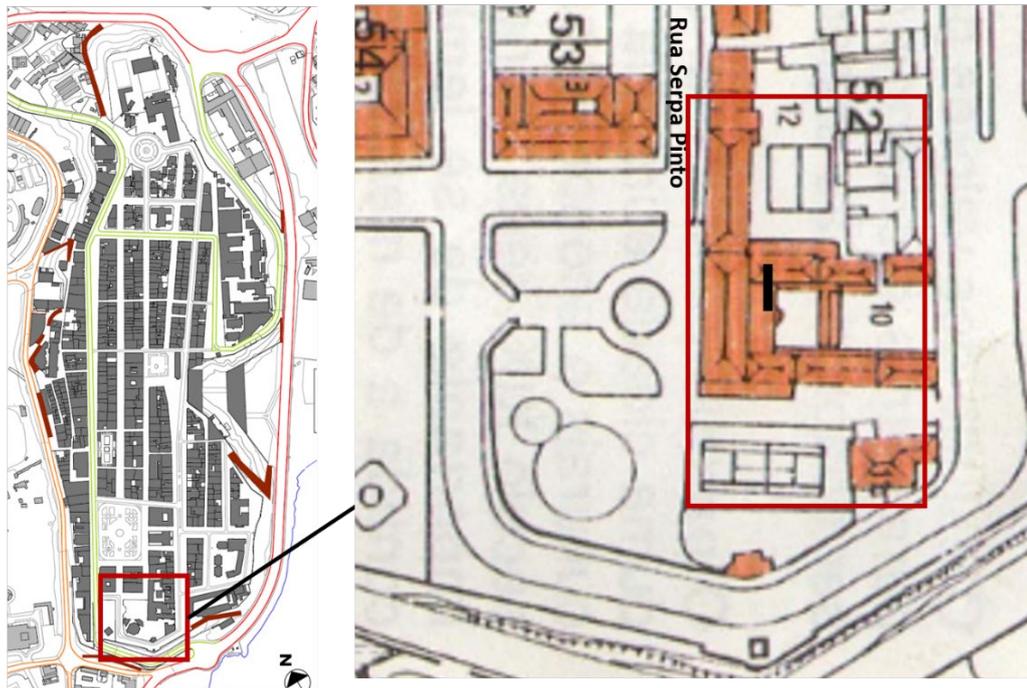
Figura 19 – Banco Ultramarino, hoje Banco Comercial do Atlântico (BCA), sem data



Fonte: Museu do IAHN-CV. Acessível no IAHN, Cidade da Praia Cabo Verde.

O edifício representativo do poder administrativo é a sede do governo-geral, atual Palácio do Governo. Esse edifício, inicialmente estava localizado entre os largos da Igreja e da Bateria e, posteriormente, foi instalado na parte central do antigo Largo da Igreja (identificado com letra I na figura 20). O edifício é representativo do período dos Governadores-Gerais da história político-institucional de Cabo Verde. Segundo Gomes (2008), a data da construção é incerta, situando-se entre 1889 e 1894.

Figura 20 – Localização da sede do governo-geral, conhecido atualmente como Palácio do Governo, identificado com a letra I



Fonte: A Autora, 2019, a partir de Varela (2013) e EURO'98.

A edificação foi construída para suprir a necessidade de uma residência apropriada à mais alta autoridade no Arquipélago, nos finais do século XVIII. Em ofício do Governo-Geral da Província de Cabo Verde, datado de 4 de Abril de 1878, para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, chamava-se a atenção ao fato do governo-geral de Cabo Verde ser um dos únicos, no conjunto dos governos ultramarinos de Portugal, que não tinha casas com boas condições mais ou menos espaçadas, confortáveis e decentes.

Em 1 de Maio de 1878, o projeto intitulado “Nova Residência para os Governadores-Gerais” foi apresentado e elaborado pela Direção de Obras Públicas. Nessa edificação ficavam também as acomodações da Secretaria do Estado. No sítio onde existia a Antiga Igreja e o Cemitério, foi construído o Jardim do Palácio e o Largo Diogo Gomes (Revista Construção, 2000). O edifício desempenhou as funções de Residência dos Governadores-Gerais da Província de Cabo Verde e de Palácio da Presidência da República, após a independência nacional em 1975 (figura 21).

Figura 21 – Palácio do Governo atualmente



Fonte: A Autora, 2019.

No antigo Largo da Igreja, atualmente há um parque infantil e um restaurante. No entorno do Largo, se dispõe um conjunto arquitetônico de alto valor patrimonial (destacado em cor laranja, na figura 17), onde se destacam a antiga residência oficial dos Governadores-Gerais da Província (I), atualmente palácio da Presidência da República e o antigo Banco Ultramarino. Parte do Largo foi adaptado para uma rua pedonal e Miradouro (figura 22 e 23).

Figura 22 – Largo do antigo Banco Ultramarino atualmente, vista a partir do mirante



Fonte: A Autora, 2019.

Figura 23 – Largo do antigo Banco Ultramarino hoje, vista a partir do Banco BCA para o palácio e o parque infantil



Fonte: A Autora, 2019.

Antigamente, o Largo era representativo de um espaço caracterizado como centro cívico e passeio público. Atualmente, destaca-se como miradouro de onde se tem a vista da zona litorânea, motivo da visita de turistas e pessoas da cidade. Este miradouro conta com uma estátua do Diogo Gomes construída em 1956, em homenagem ao navegador e explorador português. A vista do mirante apresenta-se, desde outrora até os dias atuais, como um dos

pontos estratégicos da cidade, com uma vista privilegiada da baía de Santa Maria, logo abaixo (figura 24).

Figura 24 – Mirante, atualmente



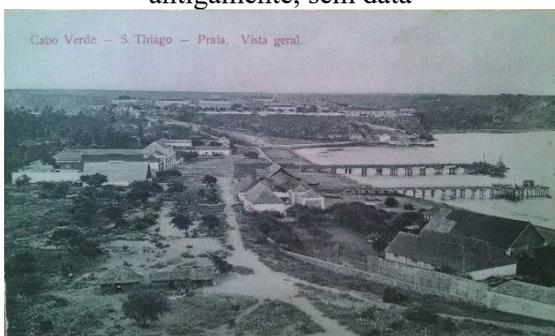
Fonte: A Autora, 2019.

Do alto da falésia, tanto no trecho do Quartel Militar como do Mirante, é possível ter essa visão privilegiada da baía e do mar até o horizonte. A localização estratégica foi um fator fundamental que está na base da fundação e implementação da Vila da Praia, hoje Centro Histórico da Praia. Inclusive, alguns autores se referem a esse panorama que, na pesquisa, é associado aos aspectos estéticos do lugar:

A Oriente, confrontava-se com o alto da falésia que desce em direção ao mar e que serve de barreira natural de defesa ante as investidas vindas do oceano e do qual se tem uma grande visibilidade para a baía que se constituiu num importante porto de abrigo em torno do qual se desenvolveu a Cidade da Praia. Aí foi implantada a bateria da Praia. [...]Esse antigo terreiro, hoje ocupado pelo quarteirão 46, tinha por volta de 1876 a denominação de *largo da Bateria*, por causa da existência do estabelecimento militar em referência implantado no bordo duma falésia a partir do qual se dominava completamente a observação sobre mar. (GOMES, 2008, p. 201).

Essa posição estratégica está relacionada com a vista que se tem a partir do Mirante, nesse caso atrelado a aspectos estéticos, relacionados à paisagem urbana histórica do Platô. O Mirante interliga os dois cenários urbanos, que são o da paisagem urbana histórica do Centro Histórico da Praia e o da paisagem da orla marítima. Trata-se de uma das vistas que compõem a paisagem Histórica do Centro Histórico da Praia, juntamente com a vista geral que se tem do Centro Histórico da Praia a partir de outros bairros, que ainda preserva muito dos elementos do passado que a caracterizam (figura 25). A partir desse ponto, descortina-se um cenário de grande importância para a população praiense (figura 26).

Figura 25 – Vista geral do Platô, antigamente, sem data



Fonte: Álbum P7, Cartão Postal nº registo 06.150 acessível no Museu do IAHN-CV.

Figura 26 – Vista da orla da baía e outros bairros, a partir do Mirante

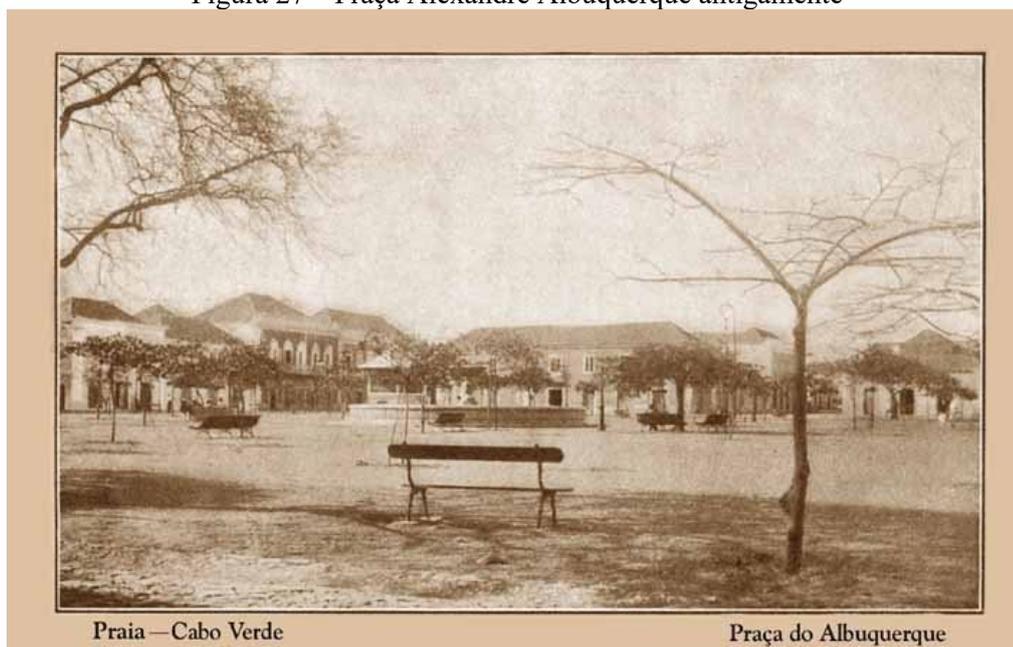


Fonte: A Autora, 2019.

Em relação aos espaços públicos, destaca-se a antiga Praça do Pelourinho que é um dos exemplares de espaço público que permaneceu até hoje, conhecida atualmente como Praça Alexandre Albuquerque, assim denominada depois de 1876 (Revista Construção, 2000, p. 39). O nome original se devia basicamente às feiras e mercados que se realizavam nas metrópoles nas principais praças ou largos e era comum serem erguidos pelourinhos da justiça nesses espaços.

Como podemos constatar, a praça se configurava como um espaço de convívio e interação social na vida social cabo-verdiana de outrora e de hoje (figura 27). De acordo com alguns relatos de Travassos Valdez (1964), citado por Gomes (2008, p. 241) esse espaço consistia num vasto paralelogramo que “correspondente à parte da cidade da Praia que se estende em roda do pelourinho onde se faz o mercado diário [...]”

Figura 27 – Praça Alexandre Albuquerque antigamente



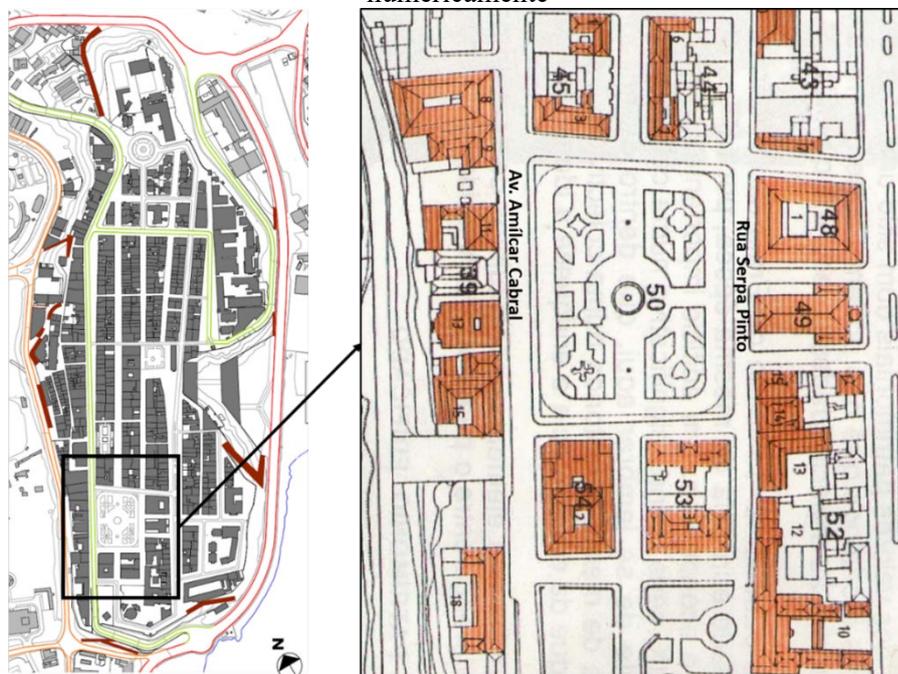
Praia—Cabo Verde

Praça do Albuquerque

Fonte: Imagem sem data, cedida pelo historiador Lourenço Gomes.

A praça (número 50 identificado na figura 28) é limitada pelas ruas mais antigas do centro histórico, a antiga Rua Sá da Bandeira, atual Avenida Amílcar Cabral e a antiga Rua do Governador, hoje conhecida como Rua Serpa Pinto. Ao seu redor, destacam-se as principais obras arquitetônicas de prestígio para o local que foram perpetuando o cenário urbano do centro histórico, a Igreja Matriz da cidade (número 49 na figura 28) e o Paço do Conselho, referenciado anteriormente como edifício da Câmara Municipal, símbolo da Municipalidade (número 53 na Figura 28).

Figura 28 – Localização da antiga Praça do Pelourinho, hoje praça Alexandre Albuquerque, identificada pelo nº50, e ao redor, em cor laranja os edifícios de alto valor patrimonial identificados numericamente



Fonte: A Autora, 2019, a partir de Varela (2013) e EURO'98.

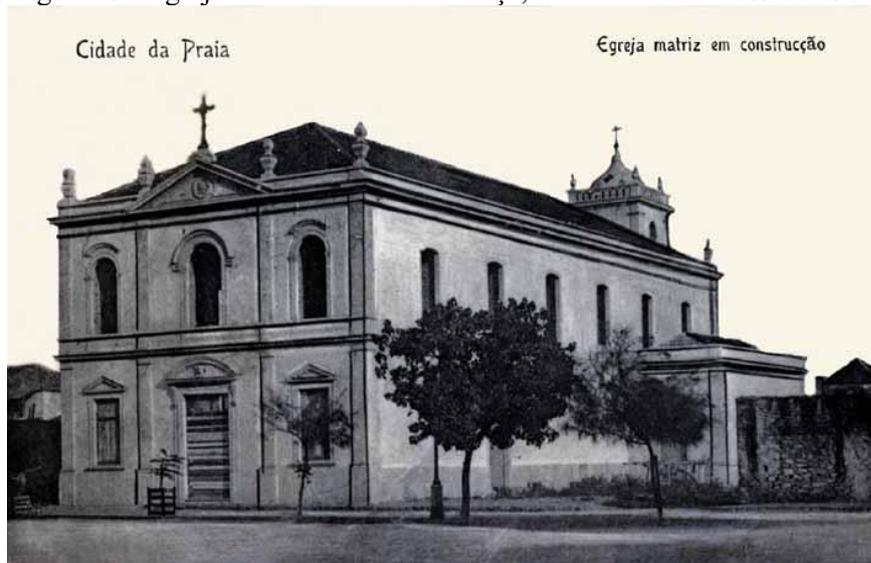
Por volta de 1891, foi construída a Igreja Matriz, em frente à antiga Praça do Pelourinho (atual Praça Alexandre Albuquerque), em consequência da demolição da antiga que ficava no Largo da Igreja. A sua construção foi terminada em 1902, depois do impulso urbano que se deu à Rua Serpa Pinto, em 1894. A nova igreja foi construída mais espaçosa e ricamente decorada e veio representar o caráter religioso quando a aglomeração já estava se consolidando como urbe (identificado como nº 49 na figura 28).

A construção da Igreja Nossa Senhora da Graça deu-se no contexto do cristianismo, nas ilhas, no período colonial, justificada pela necessidade de construir igrejas e capelas. Com a criação da Diocese e nomeação do Bispo, instalou-se no arquipélago a instituição que iria liderar a propagação da fé até nossos dias. Dessa forma, promoveu a construção de obras

arquitetônicas ao serviço do povo, como o caso da Igreja Matriz da Praia, após a demolição da antiga igreja. A planta da nova Igreja de Nossa Senhora da Graça foi elaborada em 1866, tendo sofrido várias alterações durante a sua construção (GOMES, 2008).

Segundo documentos consultados, em 1891, já estava prevista a demolição da antiga igreja, seguida pela construção da nova. A planta da nova igreja foi concebida em forma de cruz latina e a construção ocorreu entre 1894 e 1902 (figura 29). Em termos formais, a nova igreja apresenta uma beleza e estética carregada de ecletismos, exprimindo certo romantismo arquitetônico. Percebe-se tanto a simplicidade como a sobriedade própria de edifícios de estilo romântico que, durante o século XVIII, proliferaram em diferentes regiões. Além disso, apresenta características próprias do gosto da burguesia que habitava a cidade no Século XIX. A igreja era e continua sendo símbolo da fé católica não só do núcleo histórico como de toda a ilha, onde é celebrada uma das mais importantes festividades do Centro Histórico, a festa de Nossa Senhora da Graça.

Figura 29 – Igreja Nossa Senhora da Graça, construída entre 1894 e 1902



Fonte: Imagem cedida pelo Historiador Lourenço Gomes, em 2019.

Em relação ao traçado urbano do Centro Histórico da Praia, destacam-se as ruas e avenidas, que foram surgindo no contexto histórico do Platô, e que formaram uma espécie de corredor. Tornaram-se não só locais de passagem das pessoas nas suas idas e vindas, mas também, espaços de uma nova vivência social. As ruas são nada mais que espaços de passagem que permitem o cruzamento de pessoas, mas também são lugares geradores de uma nova vivência social e urbanidade dos moradores. Os eixos urbanos aqui retratados eram destinados

a pedestres, num primeiro momento. Em continuação, tornaram-se vias carroçáveis, até que, posteriormente, foram utilizadas por automóveis.

Como exemplo, temos a Rua do Pelourinho, posteriormente Rua da República e hoje Rua 5 de Julho, é um dos eixos urbanos envolventes ao mercado, e que contribuiu bastante para a evolução da urbe, configurando-se como um espaço de grande atração e movimentação de pessoas. A nomenclatura Rua do Pelourinho se deve à tradição de se realizar o mercado da cidade nesta rua, onde existia um pelourinho. O espaço de mercado foi se consolidando nesta rua ao longo dos anos.

No espaço de mercado, veio a ser construído o edifício, propriamente dito, em 1874, no local onde se encontra hoje. No início do séc. XX, tinha as características evidenciadas na figura 30. O Mercado da Praia se configura como um espaço cujo comércio deu grande contribuição ao desenvolvimento da cidade, tendo em conta que as trocas comerciais representaram um papel relevante no contexto da economia do Centro Histórico da Praia. Ali, os comerciantes e os fornecedores desempenham um papel de grande destaque, pois fazem parte da elite local que promove a construção e compra de vários edifícios com características de habitações nobres. Essa prática contribui para a ostentação dos grupos dominantes na sociedade praiense.

Figura 30 – Mercado da Praia, no início do século XX



Fonte: Acervo iconográfico do Museu do IAHN - CV.

No Mercado, ocorre uma relação vendedor-freguês, que vem se perpetuando desde os tempos mais antigos, e que serve como catalisador ao desenvolvimento da cidade, atraindo outros serviços até hoje (figura 31). Em 2016, o Mercado passou por uma obra de requalificação, passando a contar com um piso superior.

Figura 31 – Interior do Mercado da Praia, diversidade de produtos e relação freguês-vendedor



Fonte: A autora, 2019.

Na antiga Rua do Pelourinho (atual Rua 5 de Julho), eram realizadas as trocas comerciais, conferindo-lhe também um papel relevante no contexto da economia e do crescimento urbano da Praia (GOMES, 2016)<sup>18</sup>. Ali, a elite local começou a edificar e adquirir habitações senhoriais emblemáticas que, pela sua beleza arquitetônica, conferem graça especial à cidade.

Um dos edifícios de destaque é uma casa senhorial da rua conhecida antigamente como Rua Direita do Pelourinho, posteriormente rua Dom Luís, hoje rua 5 de Julho. O edifício foi construído no século XIX, abrigando inicialmente uso habitacional, passando em seguida a funcionar como serviço e posteriormente passou para a posse do Ministério da Cultura, em 1994/1995 (figura 32). Por fim, foi adequado para ser o Museu Etnográfico do arquipélago, em 1997 (figura 33). O museu contém um acervo de objetos que representam os usos e costumes tradicionais do povo de Cabo Verde.

---

<sup>18</sup> Conteúdo presente nos painéis de exposição da Praia de 2016, cedido pelo historiador Lourenço Gomes.

Figura 32 – Casa senhorial, hoje Museu Etnográfico, seu estado na década de 1990



Fonte: Imagem coletada no IPC.

Figura 33 – Museu Etnográfico em 2019



Fonte: A Autora, 2019.

Outra rua de grande importância na consolidação do antigo núcleo histórico como urbe é antiga Rua Sá da Bandeira, atual Avenida Amílcar Cabral. A antiga Rua Sá da Bandeira veio a firmar o seu papel como a mais longa via, suplantando a primeira rua do primitivo núcleo histórico, a Rua do Corvo. Essa rua afirma-se como o principal eixo de ligação entre os diferentes bairros da cidade, funcionando também como acesso principal para o antigo porto e para o interior da ilha de Santiago (GOMES, 2008). O seu nome é em homenagem ao falecido Sá da Bandeira, devido aos seus feitos heroicos e virtudes cívicas. Essa rua acolheu um conjunto arquitetônico de grande importância na história do Centro Histórico da Praia, como palacetes do século XIX e antigas casas senhoriais da cidade que se conservaram até os dias atuais (figura 34). Uma das principais atividades desta rua era e continua sendo comercial. Atualmente, transformou-se na principal avenida do Centro Histórico da Praia e uma das principais vias de ligação do Centro Histórico com outros bairros.

Figura 34 – Antiga Rua Sá da Bandeira, datada de 1910



Fonte: Imagem gentilmente cedida pelo Historiador Lourenço Gomes.

A avenida ainda é palco de uma das manifestações culturais de grande importância, relacionada com a história escravocrata de Cabo Verde, a tabanca.<sup>19</sup> A tabanca conta com um roteiro, onde o ciclo ritual desta manifestação inicia-se muito antes da celebração do dia do Santo, com os seguintes rituais: o batuque, comensalidade, roubo de Santo, toque de salvas/toki di salva (na língua nacional, o crioulo), ladainhas e desfile. Atualmente, o desfile da tabanca passa por alguns bairros da cidade da Praia, dentre os quais se destaca a avenida Amílcar Cabral.

Nessa rua contamos com belos exemplares arquitetônicos como as antigas casas Serbam e Feba. Trata-se de antigas casas senhoriais, com características tipológicas semelhantes, que outrora tiveram uso comercial e habitacional e posteriormente o uso educacional, configurando-se como casas nobres da Vila e uma das primeiras casas senhoriais da urbe. Esses dois exemplares fazem parte do conjunto arquitetônico do Centro Histórico da Praia, sendo que foram uma das poucas casas senhoriais que resistiram até a atualidade.

Dentro do conjunto arquitetônico que caracteriza o Centro Histórico da Praia, alguns dos edifícios que se mantiveram em bom estado, foram reabilitados, com novos proprietários e inclusive transformados em modernos espaços comerciais, como o caso das antigas casas da família Sérgio Barbosa Mendes (SERBAM) e casa FEBA (figura 35).

Outro exemplar de destaque é a antiga casa residencial, atual Palácio da Cultura, construção típica do século XIX. Como casa senhorial no passado, o edifício funcionava como comércio nos rés-do-chão e como residência nos pisos superiores. Segundo Gomes (2008), o palacete passou por uma remodelação em 1954 que previa introduzir esgoto no seu primeiro andar. Funcionou também como pensão e posteriormente veio a ser restaurado e reabilitado, passando a abrigar o atual Palácio da Cultura Ildo Lobo, em homenagem ao ilustre músico de Cabo Verde, falecido em 2004 (figura 36).

---

<sup>19</sup> De acordo com o site do IPC “a tabanca é uma organização sociocultural, de caráter mutualista e uma manifestação ritualizada, sincrética, subordinada a um santo padroeiro, presente nas ilhas de Maio e Santiago.” A Tabanca foi classificada como Património Cultural Imaterial Nacional de Cabo Verde, sendo celebrada todos os anos entre os meses de abril e julho, em honra a santos católicos: São Gonçalo do Amarante, Santa Cruz, Santo António, São João Batista e São Pedro (IPC). Disponível em: <https://arcc.is/1Hrfru>. Acesso em 17/12/2020.

Figura 35 – Antigas casas senhoriais na antiga Rua Sá da Bandeira, datada de 1900



Fonte: Imagem cedida pelo historiador Lourenço Gomes. Fonte:

Figura 36 – Palácio da Cultura Ildo Lobo em 2019



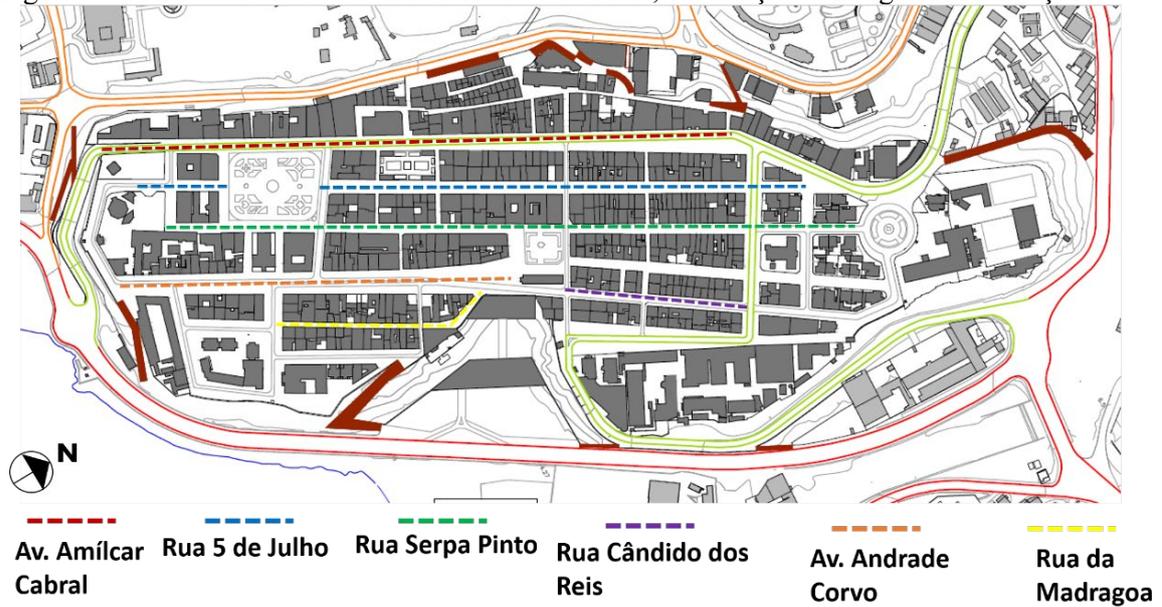
<http://upload.wikimedia.org/wikipedia>. Acesso em 17/12/2020.

Para além das vias e ruas destacadas, o centro também apresenta uma série de travessas e becos que completam o tecido urbano e desembocam em largos e praças. No Centro Histórico da Praia, o traçado das ruas veio a conferir-lhe o sentido de urbanidade e de identificação com seus habitantes, configurando-se não só como espaços de passagem, mas também como locais de permanência, ainda que efêmera.

A formação da malha urbana foi lenta, assim como o desenvolvimento do burgo. Segundo Gomes (2008), em finais do século XVIII, o Governador João da Mata Chapuzet (1822-26) foi o grande renovador da Praia, tendo ordenado o calcetamento e alinhamento das ruas, à maneira de um tabuleiro de xadrez, e que as casas fossem cobertas de telhas e caiadas. Na figura 37, estão destacadas as quatro longas vias paralelas entre si, cortadas por pequenas artérias transversais onde foram levantados vários edifícios de prestígio: Rua Sá da Bandeira, (atual Av. Amílcar Cabral), Rua de Dom Luís (atual rua 5 de Julho), Rua de Lencastre (atual Rua Serpa Pinto) e a Rua do Corvo (atual av. Andrade Corvo), a partir da qual foi realizado o alinhamento das outras três.

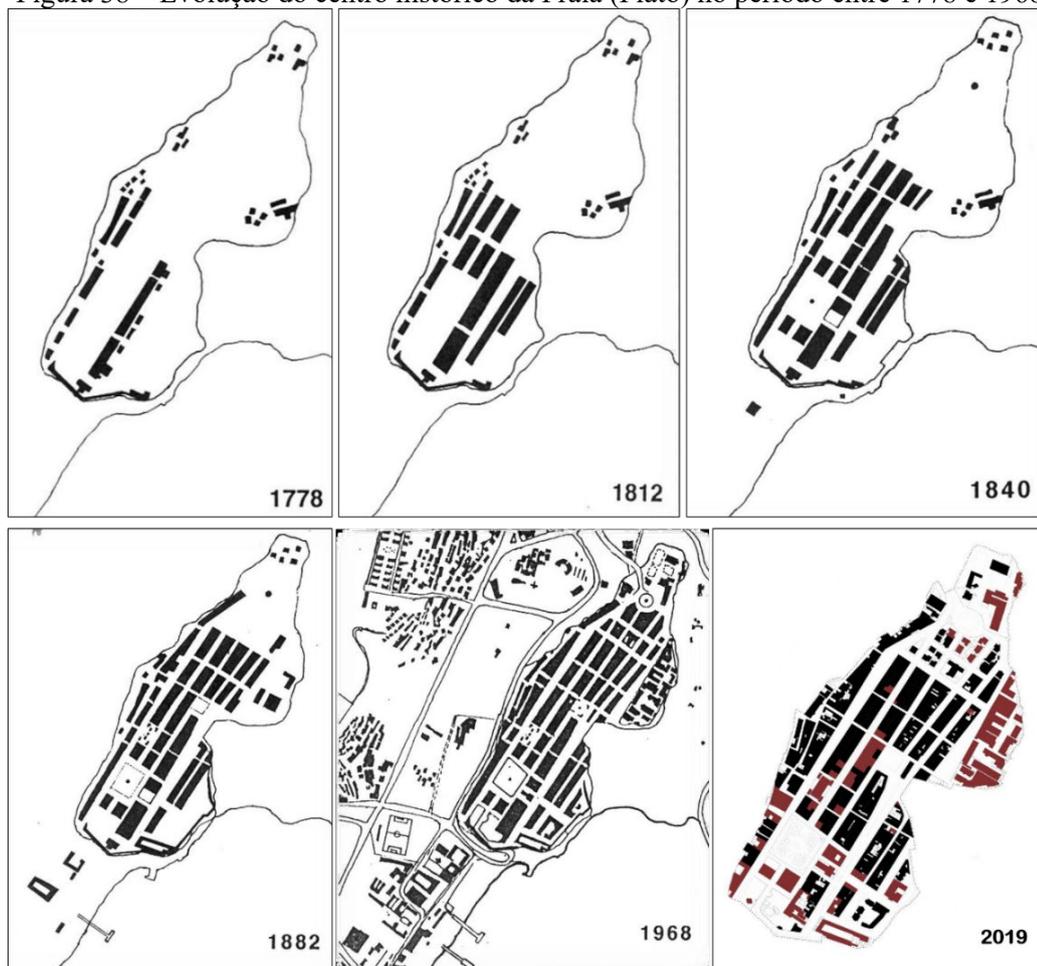
A análise dos mapas e fotografias, que datam dos séculos XVIII e XXI, permitiu constatar que a malha urbana do Platô consolidou-se nos finais do século XIX. De modo geral, essa malha conservou suas ruas e avenidas largas, praças e jardins, que conferem à cidade sua conformação atual (figura 38). É possível constatar que o Centro Histórico da cidade da Praia apresenta uma estética urbana do século XIX, caracterizada pela harmonia geométrica das suas ruas.

Figura 37 – As atuais ruas do Centro Histórico da Praia, em relação às antigas denominações



Fonte: A Autora, 2018, a partir de Varela (2013).

Figura 38 – Evolução do centro histórico da Praia (Platô) no período entre 1778 e 1968

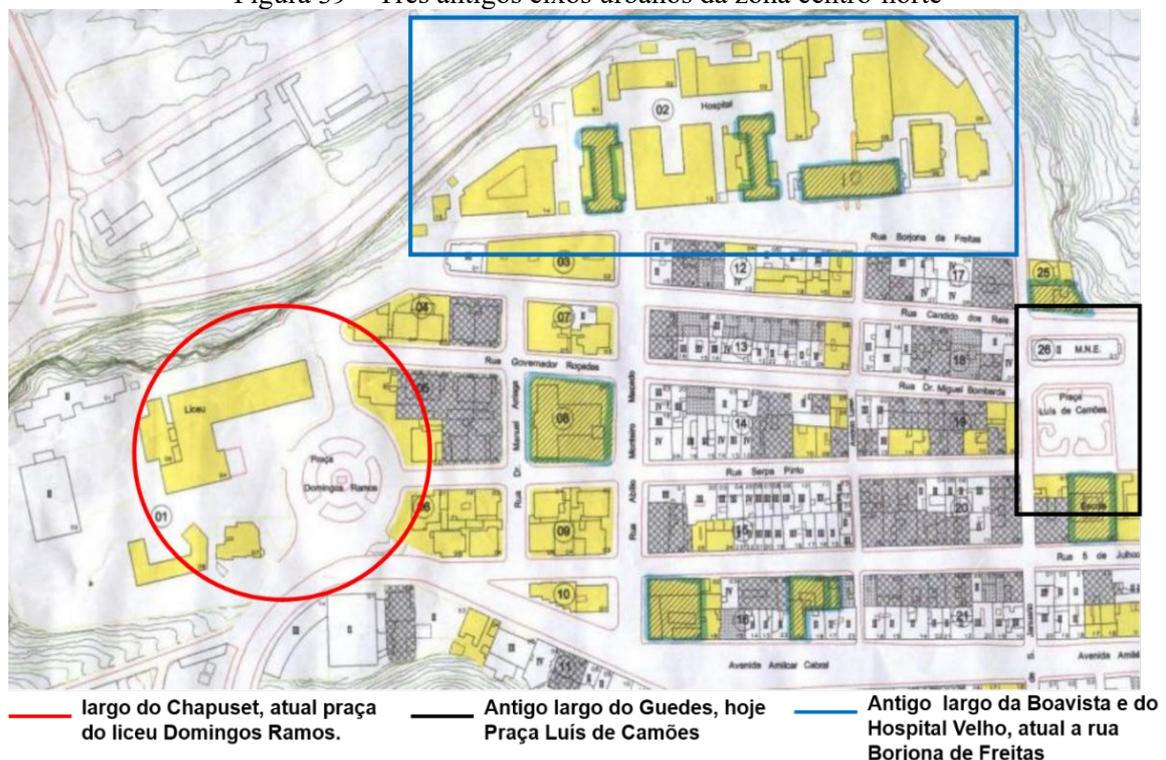


Fonte: A Autora, 2019, a partir de Lopes (2017).

As imagens acima apresentam a estruturação da urbe da Praia, desde 1778 até 2019, onde se destacam elementos arquitetônicos envolventes, desde as duas primeiras ruas: antiga Rua do Corvo e a antiga Sá da Bandeira, além dos eixos urbanos que surgiram posteriormente, até assumirem a presente fisionomia relativamente homogênea. Por volta de 1812, já se revelava um tipo de traçado urbano de tipo ortogonal ou hipodâmico, caracterizado pela combinação de intersecções ortogonais cuja denominação é inspirada na obra de Hipodamus de Mileto. Trata-se de um esquema que recorre ao instrumento da perspectiva herdeira do Barroco (GOMES, 2008).

Na zona centro/norte da cidade oitocentista da Praia, formaram-se também três antigos eixos urbanos que, com o crescimento da cidade ao longo do tempo, sofreram alterações. Pelos mapas acima, em 1840, os eixos a seguir ainda não se haviam estruturado: o antigo Largo do Guedes, hoje Praça Luís de Camões, o primitivo Largo da Boavista e do Hospital Velho, restringindo-se, nos nossos dias, à Rua Borjona de Freitas e ao Largo do Chapuset, atual Praça do Liceu Domingos Ramos (figura 39).

Figura 39 – Três antigos eixos urbanos da zona centro-norte



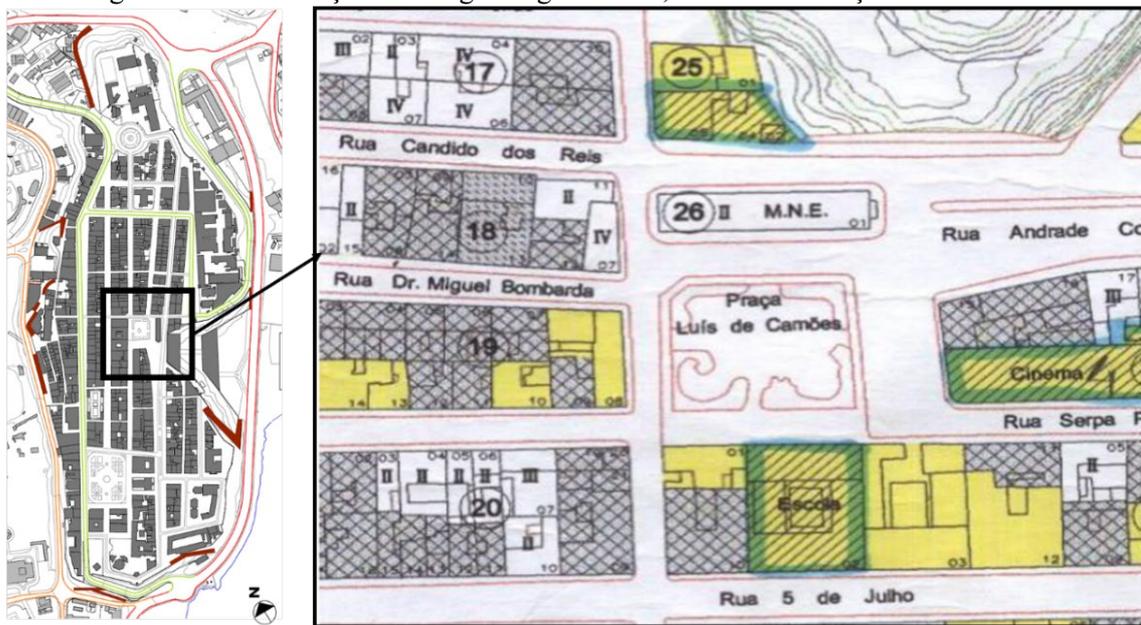
Fonte: A Autora, 2019, a partir de Gomes (2008).

O antigo Largo do Guedes, hoje Praça Luís de Camões, é datado do século XIX e anterior a 1876, cujo nome se deve ao governador Vasco Guedes de Carvalho e Meneses,

Governador-geral da Província de Cabo Verde entre 1876 e 1878 (GOMES, 2008). O Largo passou a ostentar posteriormente o nome de Praça Luís de Camões, em homenagem à figura do escritor português.

Localiza-se na zona central do Centro Histórico da Praia e para esse Largo confluem várias ruas cujas designações atuais são Rua Cândido dos Reis e Rua Dr. Miguel Bombarda, no sentido Norte-Sul; Rua Andrade Corvo e Rua Serpa Pinto, no sentido Sul-Norte (figura 40). Segundo Brito (1840), citado por Gomes (2008, p.243) por volta de 1889, o Largo era enquadrado por um conjunto de obras arquitetônicas, dentre as quais se destacam três edifícios: dois são públicos, um ligado à vida socioeducativa e o outro é o edifício da biblioteca da cidade, identificados num texto por Maria Helena Spencer no início da década de 1950, além do cinema local.

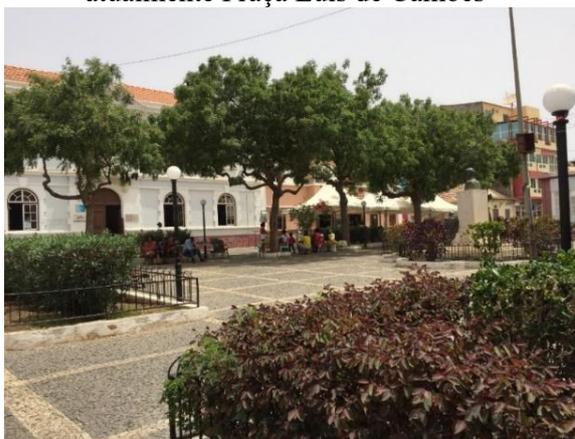
Figura 40 – Localização do antigo Largo Guedes, atualmente Praça Luís de Camões



Fonte: A Autora, a partir de Varela (2013) e IPC (2019).

O Largo apresenta espaços verdes, uma calçada de paralelepípedos em bom estado de conservação e um conjunto monumental implantado no centro da praça onde se destaca o imponente busto (figuras 41 e 42). Junto ao busto, está também inserida a representação de uma senhora com um menino ao colo em homenagem ao médico António Lerenó (1850 –1916).

Figura 41 – Antigo Largo do Guedes, atualmente Praça Luís de Camões



Fonte: A Autora, 2019.

Figura 42 – Praça Luís de Camões, com o busto e representação de uma senhora



Fonte: Gomes, Exposição, 2016.

Nas proximidades da praça, foi construída a principal escola da cidade, com influências do Estilo Colonial. Segundo Gomes (2008) a construção da escola se deu no contexto histórico onde várias iniciativas falidas, iniciadas desde 1847, vinham sendo levadas a cabo para suprir a necessidade de escolas do arquipélago. As autoridades tinham a intenção de promover a instrução primária com a Escola Principal, sedeada na ilha Brava. No entanto, essa escola foi transferida para a Vila da Praia, em 1856, por iniciativa do governador António Barreiros Arrobas. Somente em 1877, no contexto de desenvolvimento da cidade capital, a construção do citado edifício viria a concretizar-se (Figura 43).

Figura 43 – Antiga Escola Principal da Província no Largo do Guedes em seu aspecto primitivo em 1877



Fonte: OLIVEIRA, João Nobre de – A imprensa cabo-verdiana (1820-1875) in Gomes (2008).

Figura 44 – Antiga Escola Principal, atual Escola Grande



Fonte: Plano Urbanístico Detalhado, 1998.

A construção da Escola Principal da Praia, depois Escola Dr. Oliveira Salazar e atual Escola Grande, se deveu à tentativa fracassada do Governador Januário Correia de Almeida,

em 1861, de promover o desenvolvimento do ensino num dos espaços das instalações da Câmara da Praia, em 1860. Assim, o ensino acabou sendo concentrado numa instituição própria, para dar início a uma instrução pública abrangente. A escola em questão chegou a nossos dias com a função de Escola Primária nº1 da Praia, reconhecida pela delegação escolar do Concelho da Praia, até lhe serem atribuídas novas funções na década de 1990 (figura 44).

Na segunda metade do século XIX, a Vila da Praia aproximava-se do momento da sua elevação à cidade, como veio a acontecer com o decreto de 29 de abril de 1858. De acordo com Gomes (2008) a construção da Biblioteca Pública veio acompanhada pelos primeiros passos do desenvolvimento da urbe contribuindo para o progresso cultural dos seus habitantes (figura 45). A edificação abriu suas portas em 1871, porém, por conta de algumas melhorias, só foi terminada por volta de 1877. O edifício funcionou como biblioteca até cerca de 20 anos depois da independência nacional em 1975, sendo uma parte dos espaços reservados a serviços administrativos e de apoio (figura 46).

Figura 45 – Biblioteca antigamente



Fonte: Gomes, 2008.

Figura 46 – Biblioteca atualmente



Fonte: Gomes, 2008.

Outro edifício de destaque, situado no eixo centro-norte foi o hospital, tendo em vista o preocupante estado sanitário da cidade. Alguns fatores contribuíram para esse estado de coisas, como os problemas de higiene, registrados em distintos relatórios sanitários, e as crises alimentícias ligadas em parte aos fenômenos naturais<sup>20</sup>.

Além disso, as próprias condições climáticas do período quente e húmido, durante os meses de agosto a outubro, favorecem a multiplicação das dermatoses, conjuntivites, doenças das vias digestivas, a malária e algumas doenças infectocontagiosas, como a tuberculose pulmonar e outras. Nesse contexto, foi instalado o antigo Hospital da Misericórdia de Santa Isabel e atual Hospital Agostinho Neto, no eixo centro-norte. Segundo Gomes (2008), a história

<sup>20</sup> B.O. de C. Verde nº 22. Praia: Imprensa Nacional, 2-6-1894, referenciado por GOMES (2009).

do antigo hospital da Misericórdia da Praia está ligada às atividades da Misericórdia em Cabo Verde que, por sua vez, se enquadram na ação dessa grande confraria em Portugal.

O Hospital da Misericórdia viria a ser erguido num espaçoso terreiro, situado mais ao norte do Centro Histórico da Praia, chamado Largo da Boavista, conhecido posteriormente por Largo do Hospital Velho. Como a maioria dos edifícios construídos na Praia neste período, do ponto de vista estético, apresenta linhas neoclássicas, evidenciadas pela simplicidade do edifício e pelas paredes nuas. Não obstante, no pórtico de entrada observa-se uma mescla de elementos, dentre os quais destacam-se duas esbeltas e delgadas colunas que enquadram uma decoração neogótica, como consta na figura 47.

O referido hospital passou por diversas modificações e, na época do Estado Novo, ostentava a denominação de Hospital de Santa Isabel. Em sua fisionomia atual, pouco ficou do que era o Hospital de Misericórdia ou Hospital Civil e Militar da Praia que se destacava na década de 1850, no antigo Largo da Boavista, como uma obra imponente no eixo urbano da cintura nordeste do Centro Histórico da Praia.

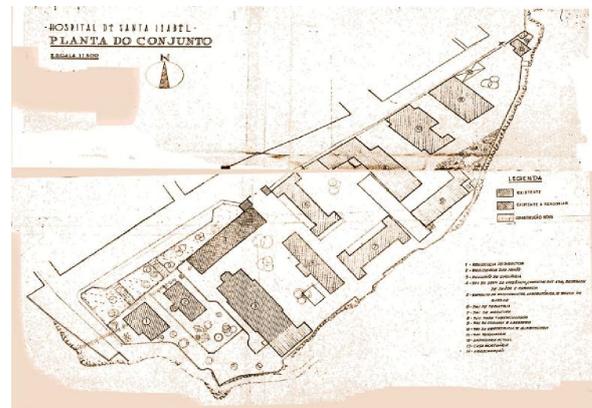
Figura 47 – Hospital da Misericórdia da Cidade da Praia. Ilha de S. Thiago de Cabo Verde – concluído em 1859



Hospital da Misericórdia da cidade da Praia - Ilha de S. Thiago de Cabo Verde. A.H.I.I.

Fonte: Vieira (1987, p. 712).

Figura 48 – Planta do conjunto do Hospital de Santa Isabel

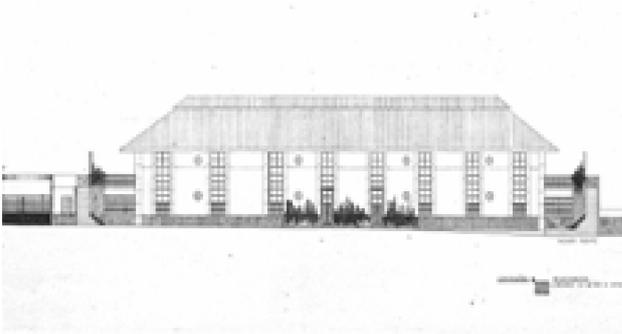


Fonte: Acessível no IAHN-CV, Fundo Arquivístico do MIT Caixa 467. S/d.

Para além do bloco central, foi anexado um conjunto de dependências que estruturaram as antigas enfermarias-barracas, ou pavilhões, integrando outros setores que albergam variados serviços especializados do hospital. A composição do hospital partiu, portanto, de um único bloco que correspondia ao velho Hospital de Misericórdia ao qual foram-se juntando pavilhões (figura 48). A composição que é tida como bloco central, herdeira do velho Hospital de Misericórdia, evoluiu para uma estrutura de dois pisos, correspondente à edificação exposta na

horizontal, sendo acrescentadas posteriormente outras dependências sob a forma de espaços pavilhões ou enfermarias-barracas, como são mencionadas na literatura (figura 49 e 50).

Figura 49 – Fachada do Hospital da Misericórdia



Fonte: Planta do conjunto do Hospital de Santa Isabel, Acessível no IAHN-CV, Fundo Arquivístico do MIT Caixa 467. S/d. in Gomes (2008).

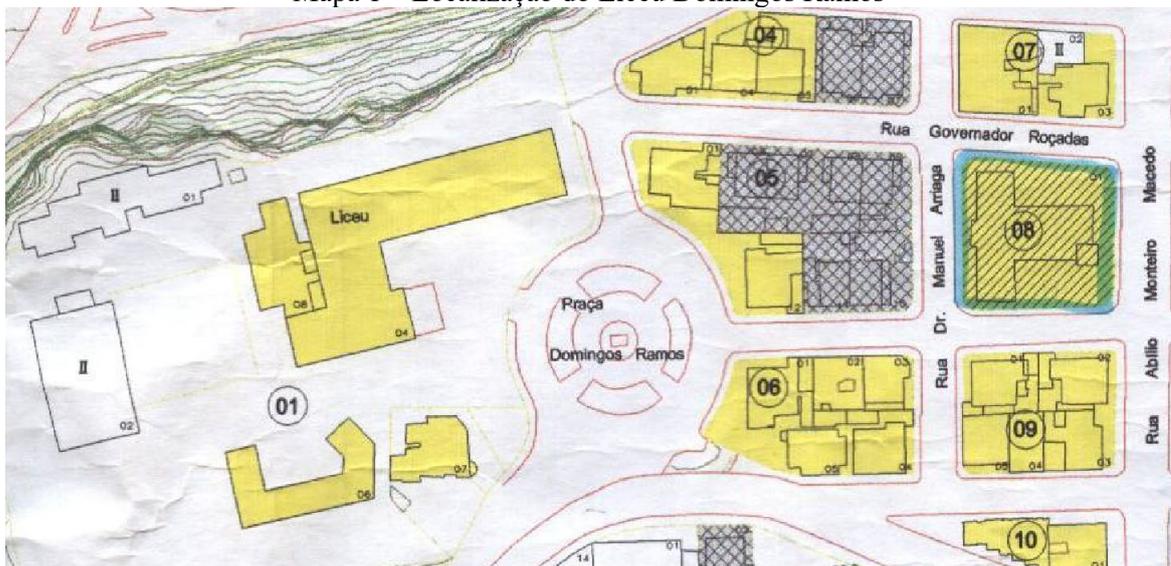
Figura 50 – Hospital da Misericórdia com seus dois pisos



Fonte: Imagem da do arquivo pessoal de José Maria Semedo – docente do ISE in Gomes, 2008.

Outro espaço urbano que foi se consolidando no Centro Histórico da Praia corresponde ao Largo da Boavista. Abrangia um núcleo habitacional, já estruturado em meados do século XX, identificado no extremo norte do Centro Histórico da Praia. Essa área abarca 8 quarteirões e neles se destacam dois edifícios de grande importância, que são o Liceu e a Igreja Protestante. Na mesma área urbana, destaca-se o pequeno largo circular, denominado atualmente como Praça Domingos Ramos, herdeira do Largo do Chapuset (mapa 1).

Mapa 1 – Localização do Liceu Domingos Ramos



Fonte: Gomes (2008).

A praça circular se configura como um espaço urbano que serve de enquadramento do antigo Liceu Adriano Moreira, inaugurado em 1960. Foi construído na década de 1950, como uma secção do Liceu Gil Eanes na Praia. Entretanto veio a tornar-se autônomo, com a denominação de Liceu Adriano Moreira. Junto ao liceu, por volta de 1960, foi construído um artefato, quando era inaugurado o liceu Adriano Moreira (atualmente Liceu Domingos Ramos) em forma de vela de barco, inteiramente trabalhado em mármore branco (figura 51 e 52). O Liceu Adriano Moreira é um dos mais prestigiados do país, sendo responsável pela formação de diversos estudantes desde a sua construção até os tempos atuais.

Figura 51 – Antigo Liceu Adriano Moreira, atualmente Liceu Domingos Ramos



Fonte: Álbum nº 8 – fotografias da ilha de Santiago, foto nº 20. Acessível no Museu do AHNCV.

Figura 52 – Monumento inaugurado em frente ao antigo Liceu Adriano Moreira, em 1960



Fonte: Gomes (2008).

Na mesma época, também foi construído o Palácio da Justiça, localizado no lado sul do Centro Histórico, em frente à Praça do Pelourinho, hoje Praça Alexandre Albuquerque (figura 53). O edifício do Palácio da Justiça foi inaugurado posteriormente em 28 de abril de 1961 e veio complementar o cenário da antiga Praça do Pelourinho (Revista Construção, 2000). Ambos os edifícios (Liceu Domingos Ramos e Tribunal de Justiça) são do estilo art decó, ostentando características correspondentes às obras que foram edificadas na época do Estado Novo, em Portugal.

Figura 53 – Edifício Palácio da Justiça



Fonte: Pasta do MIT – Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (AHNCV).

No mesmo período, na região central norte, foi construída a Igreja do Nazareno, por volta de 1947 (figura 54). Ilídio do Amaral a considera de construção recente em 1964, tal como o era o edifício do Liceu Adriano Moreira, ano de 1947. Essa igreja viria a afirmar-se como a segunda edificação religiosa mais antiga em Cabo Verde, depois da igreja Nossa Senhora da Graça, a ter reconhecimento oficial por parte do Governo de Cabo Verde, já independente, com a publicação da portaria nº 10/1977 (Gomes, 2008).

A Igreja do Nazareno apresenta o alçado principal com portão de entrada, todo em madeira, tendo na parte superior um arco quebrado e arcada cega. O arco quebrado dá-lhe certa projeção em altura. É encimada por uma caixa-de-ar com aparência de uma torre rasgada por uma estreita e alta janela que busca uma maior elevação por meio de seus arcos quebrados. Na parte de trás do edifício, evidenciam-se dois pisos transversais à nave da igreja, cuja fachada é marcada por ritmo e simetria (figura 55).

Figura 54 – Igreja Nazareno



Fonte: PUD - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô. Praia, 1998.

Figura 55 – Composição de dois pisos transversal à nave da igreja



Fonte: Câmara Municipal da Praia - Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Platô. Praia, 1998.

A Igreja do Nazareno em Cabo Verde é de grande valor na educação religiosa dos crentes protestantes que constituem parte da comunidade. A obra edificada reflete o carácter sagrado, constituindo-se durante muito tempo como um espaço privilegiado para a prática do culto religioso dos nazarenos, além de contribuir para a educação cristã protestante.

#### 4.2 SITUAÇÃO ATUAL DO CENTRO HISTÓRICO DA PRAIA (PLATÔ)

Desde os primórdios da sua ocupação até à década de 1970, o Centro Histórico da Praia foi o epicentro da vida urbana da Praia, concentrando todas as funções relevantes: administrativas, comerciais, de serviço, residenciais e culturais. Nos últimos anos, o Centro Histórico da cidade da Praia (Cabo Verde) vem lidando com o processo de esvaziamento gradativo da população.

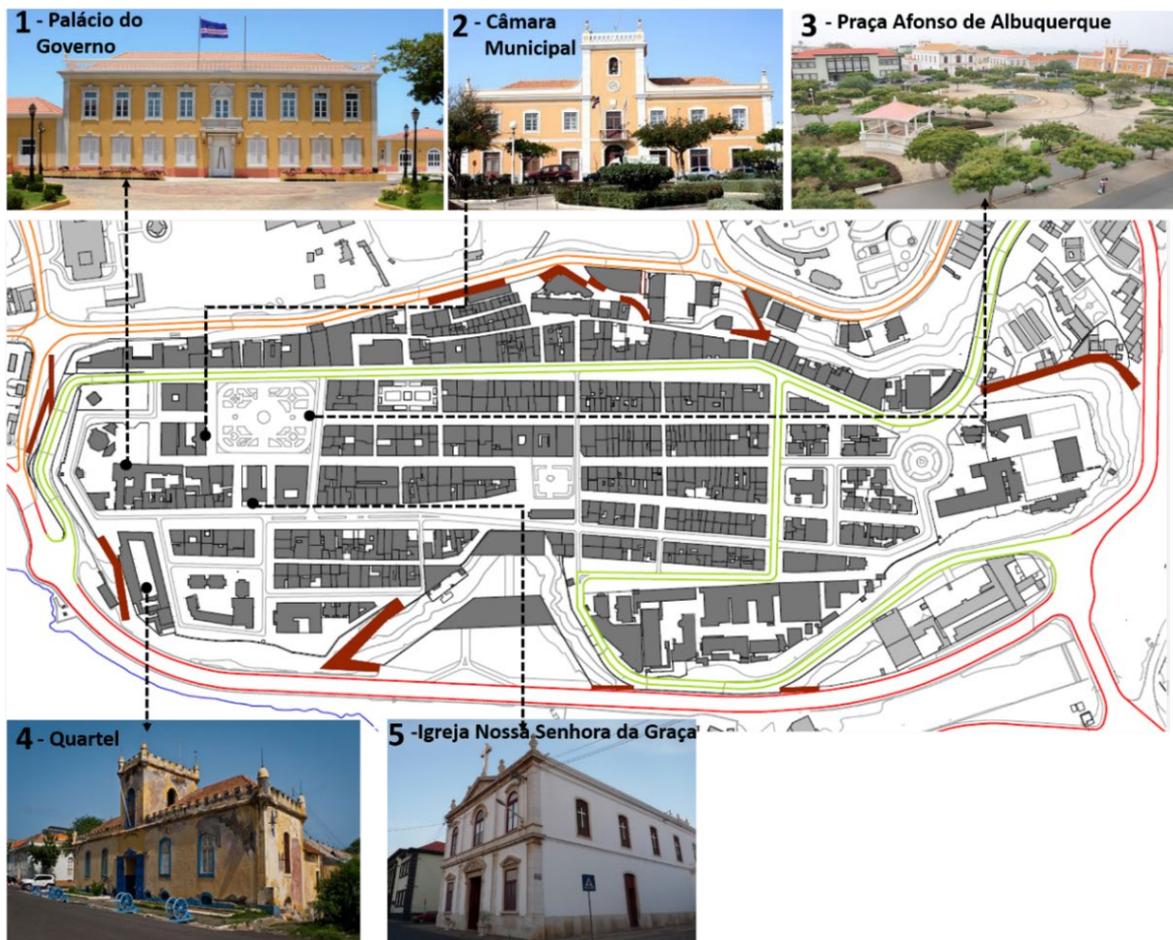
Isto se deve à falta de boas condições de habitabilidade da maioria dos edifícios, o que propicia sua terceirização, alterando o equilíbrio entre as funções administrativas, habitacionais, comerciais, culturais e de serviços (VARELA, 2013). De acordo com o IPC (documento de proposta de classificação a património nacional), o processo de esvaziamento generalizado, iniciado depois da década de 1970, hoje, atinge níveis preocupantes:

[...]este espaço, que terá atingido o número máximo de 4770 habitantes em 1936, em 1998 já teria apenas 1200 habitantes, tendo essa perda continuado a registar-se até a atualidade. Este esvaziamento residencial nem sempre foi compensado por um reforço ao nível do sector dos serviços, tendo vindo a registar-se, também, a saída das principais funções terciárias para outras zonas da cidade, como Chã d'Areia, Achada de Santo António e Palmarejo. (FMCP, 2010, citado por IPC, 2011).

Atualmente, o Centro Histórico da Praia alberga a maior parte dos edifícios que estiveram na base da sua fundação, sendo que alguns remanescentes se perderam ao longo do

tempo. O Centro Histórico hoje é marcado pela Praça Afonso de Albuquerque (3), que ocupa uma situação central, em torno da qual se foram estabelecendo os edifícios costumeiros das capitais: o Palácio do Governo (agora da Presidência da República) (1), a Câmara Municipal (2), a Igreja Pró Catedral de Nossa Senhora da Graça (Sé) (5) e o Quartel (4), como consta na figura 56. Até os dias atuais, os citados edifícios se mantêm de pé.

Figura 56 – Os edifícios que foram se estabelecendo nas abrangências da praça Alexandre Albuquerque no Centro Histórico da Praia



Fonte: A Autora, 2019.

Com o passar do tempo, vieram fazer parte desse conjunto repartições públicas do Estado como: o Palácio da Justiça, diversos Ministérios, a Imprensa Nacional, o Liceu Adriano Moreira (atual Domingos Ramos), o Hospital, o Mercado Municipal, a Igreja do Nazareno, o Cinema, a Escola Central, o Banco de Cabo Verde, o Museu Etnográfico e diversos outros edifícios nobres. Atualmente, muitos deles são ocupados por Bancos e pelo Comércio, além de pequenas unidades hoteleiras. O monumento ao descobridor Diogo Gomes, em frente ao Palácio Presidencial, e o monumento a Amílcar Cabral, considerado o pai da independência de

Cabo Verde, apresentam relevante carga simbólica relacionada com a história e a construção social e política do país.

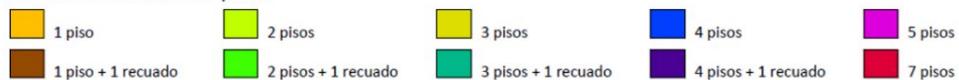
O conjunto arquitetônico tradicional da época também conservou sua feição original, com destaque para as características volumétricas e altimétricas. Fazendo uma análise morfológica do mapa 2, observa-se a predominância de no máximo dois pisos que se mantém até os dias atuais, conferindo ao núcleo urbano do Platô valor histórico, simbólico e cultural para a sociedade cabo-verdiana (GOMES, 2008), mantendo assim uma escala condizente com os edifícios históricos do Centro histórico.

Quanto aos usos, nota-se a predominância de uso comercial e serviços reforçando o caráter comercial do centro histórico atualmente, em função do esvaziamento da população iniciado na década de 1970 (mapa 3 e 4).

Mapa 2 - Planta piso dos edifícios do Centro Histórico da Praia



Planta do número de pisos

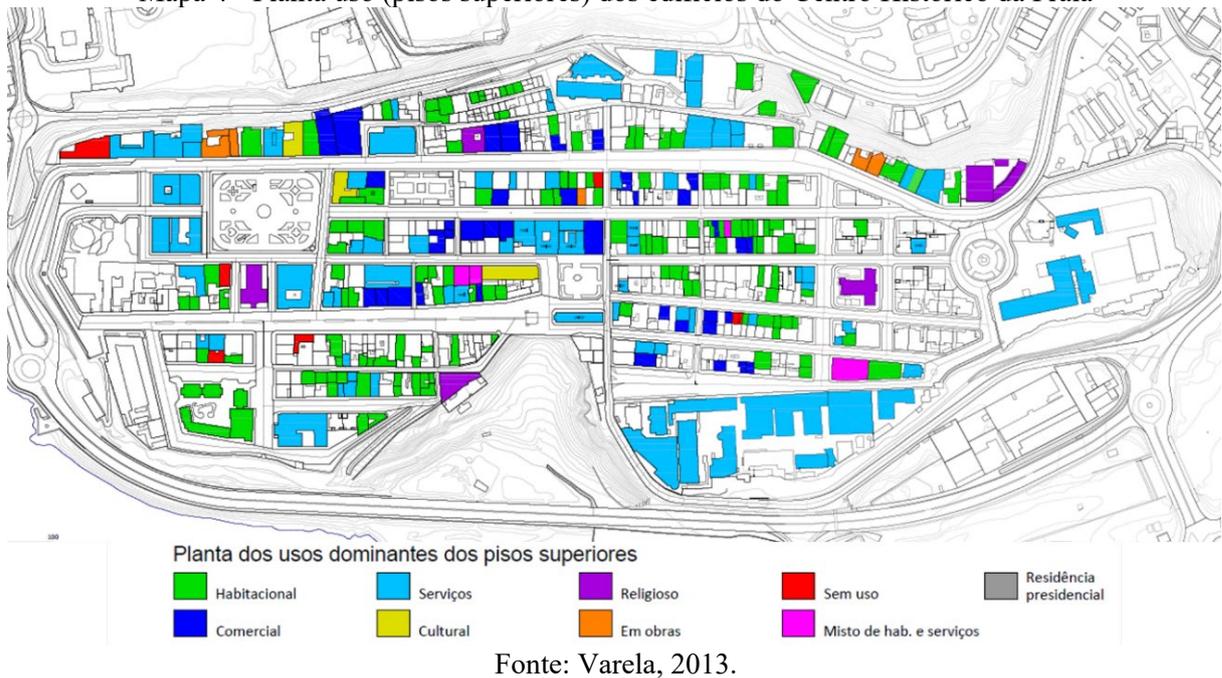


Fonte: Varela, 2013.

Mapa 3 - Planta uso (térreo) dos edifícios do Centro Histórico da Praia



Mapa 4 - Planta uso (pisos superiores) dos edifícios do Centro Histórico da Praia

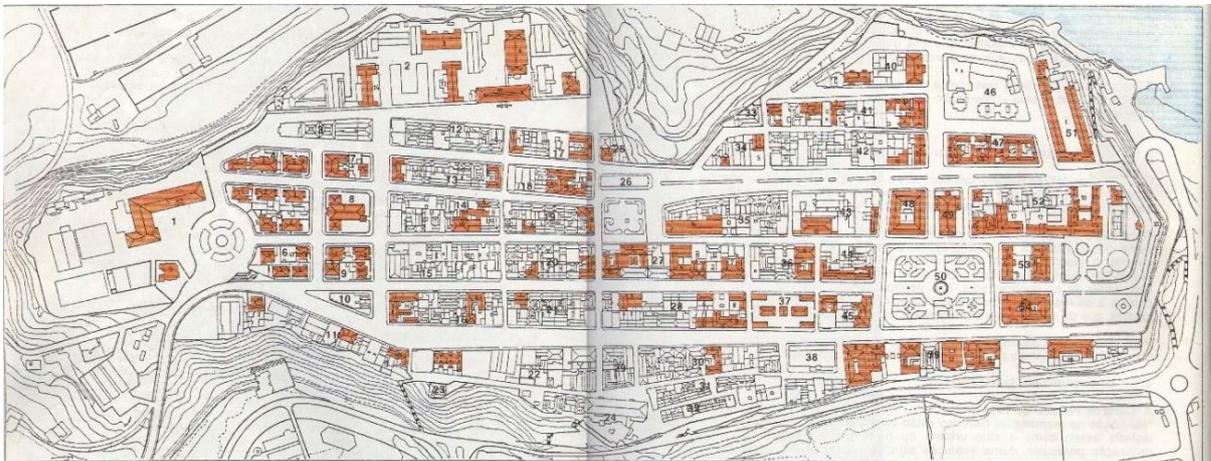


Tendo em vista a presença de várias edificações de importância significativa, o Centro Histórico da Cidade da Praia apresenta todas as condições que lhe permitiram ser classificado como patrimônio nacional e, quiçá, venham a permitir-lhe o título de patrimônio da humanidade (IPC, 2011). Dentre as edificações de destaque (mapa 5) que compõem seu patrimônio construído estão: as Igrejas Católica e a do Nazareno, o Palácio Presidencial, o da Justiça e o

da Cultura, casarios tradicionais e sobrados, edifícios públicos, praças, estátuas e bustos, topônimos, espaços (livres, vigiados ou interditos).

Todos eles elegem-se em autênticos monumentos que são representativos de aspectos da vida quotidiana do passado dessa urbe (IPC, 2011). Outro aspecto que merece ser protegido e salvaguardado, já que se consolidou ao longo do tempo com poucas alterações, é o conjunto arquitetônico, com uma tipologia típica, que vem dos meados do século XIX e se deve à ação dos governadores Dom António de Lencastre e João da Matta Chapuzet. O seu traçado urbano é um dos aspectos que também consolidou-se ao longo do tempo com poucas alterações.

Mapa 5 - Edifícios de alto valor patrimonial, a laranja



Fonte: EURO - Plano de salvaguarda da cidade da Praia, p.28.

Devido a seu valor excepcional, o Centro Histórico da Praia (Platô) foi inscrito na lista indicativa de Cabo Verde para UNESCO, com base no critério II: “ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens;” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL –IPC, 2016).

Como um dos aspectos que justificam sua relevância como patrimônio nacional no dossiê para candidatura do centro histórico da Praia para classificação como patrimônio nacional realça-se que:

O Centro Histórico da Cidade da Praia, pelas edificações que nela encerra, tem todas as condições para que seja classificado como patrimônio nacional e quiçá proposta a património da humanidade. Basta ver o património construído no Plateau “como a Igrejas Católica e Nazarena, Palácio Presidencial, da Justiça e da Cultura, casas tradicionais e sobrados, edifícios públicos, praças, estátuas e bustos, topônimos, espaços (livres, vigiados ou interditos), entre outros, elegem-se em autênticos

monumentos, por serem representações de aspectos da vida quotidiana do passado desta urbe. (IPC, 2011, p.14).

Em virtude do caráter cultural e simbólico dos monumentos históricos representativos da época colonial, o Platô atrai a atenção de levadas de turistas. De acordo com Choay (2001), a indústria patrimonial embutida em práticas com vocação pedagógica e democrática não lucrativa, inicialmente foi lançada na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo. De forma direta ou indireta, representa atualmente uma grande contribuição ao orçamento e à renda das nações. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística – INE (2016) de Cabo Verde, o setor do turismo contribui com 20% para o Produto Interno Bruto (PIB) do país.

O turismo pode trazer uma contribuição relevante para a valorização do patrimônio cultural que, por sua vez, contribui para incrementar o turismo. Com base nesse pressuposto, o Platô desempenha um papel importante na promoção da indústria do turismo de Cabo Verde. Intimamente relacionado com sua beleza e recursos naturais, para além das tradicionais atrações de ordem cultural e de lazer, o turismo, tanto na cidade quanto no país, apresenta elevado potencial de crescimento que pode trazer benefícios para a recuperação econômica (Relatório Lei n.º 28/VIII/2013).

A despeito de seu potencial histórico, artístico e cultural, o Centro Histórico tem sofrido com a pressão demográfica e com a especulação imobiliária, tornando-se vulnerável aos riscos que ameaçam a autenticidade e integridade do Centro (Instituto do Patrimônio Cultural –IPC, c2016). Parte disto deve-se ao que se poderia chamar de consumo cultural do patrimônio histórico urbano e ao fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, que excluem as populações locais com suas atividades tradicionais e cotidianas. O centro histórico tem sofrido com a pressão demográfica e com a especulação imobiliária, tornando-se vulnerável a uma série de riscos que ameaçam a autenticidade e integridade do centro (Instituto do Patrimônio Cultural –IPC, c2016).

Em estudo recente, Lopes (2017) constatou que, em relação aos aspectos arquitetônicos, ocorreram diversas alterações na composição das fachadas, volumes, telhados, materiais e técnicas de construção. Atualmente, no Platô, 80% das construções pertencem aos privados, 18 % pertencem ao Estado e 2% ao espaço cultural e religioso (LOPES, 2017). Dos 80%, fazem parte vários tipos de edifícios que abrigam pequenos comércios, pensões residenciais e bares. De acordo com Lopes (2017), das construções do Platô, 65% se encontram em bom estado de conservação, 35% apresentam um estado de conservação razoável e 1% deterioradas,

necessitando de obras de reabilitação, enquanto 3% se encontram em pré-ruína ou foram demolidas, necessitando de obras de reabilitação (figura 57).

Figura 57 – Exemplo de edifícios em mau estado de conservação



Fonte: Lopes (2017).

Os resultados mostram-se satisfatórios se compararmos com outros centros históricos. No entanto, salvaguardar o patrimônio do Platô não é apenas preservar os edifícios com algum valor histórico, mas, todos os aspectos socioculturais, estruturais e visuais que caracterizam o centro histórico com seus valores culturais e simbólicos. Para tal, é necessário repercutir um sentido cívico e profundo de cultura urbana, arquitetônica e patrimonial. (Europeias, 1991, p. 45 e 46).

Esse processo de transformação, no qual o Centro Histórico vem sendo alvo de intervenções, se deve à tentativa de melhorias das condições urbanas e estruturais dos edifícios, buscando adaptá-los aos novos usos. Destacam-se aqui as recentes intervenções realizadas na Rua 5 de Julho e no Mercado Municipal. A intervenção realizada na Rua 5 de Julho, teve início em 2010, transformando-a numa rua pedonal.

A obra contou com instalações de equipamento urbano e melhorias em algumas edificações. A rua conta com bares, lojas, diversos serviços e comércios variados, em sua maioria já existentes. Nesta rua também são organizados vários eventos, exposição de artesanato, feiras agrícolas, atividades de animação e de lazer. Foram instalados pequenos quiosques, novos postes de iluminação e arborização, dando-lhe novo aspecto estético e tornando-a uma das ruas mais belas do Centro Histórico.

Um dos aspetos que contribuem para atrair os turistas são as manifestações culturais e as vivências sociais próprias deste núcleo histórico. Em alguns bares, cafés e restaurantes presentes na Rua 5 de Julho são executados pequenos concertos, com músicas típicas de Cabo Verde, dentre as quais se destaca a morna, como música tradicional de Cabo Verde, reconhecida

recentemente como Patrimônio Mundial da Humanidade, em dezembro de 2019. Segundo o IPC:

A morna é o género musical mais representativo do ser e do sentir cabo-verdiano. Faz parte do conjunto dos traços distintivos da cultura nacional e é, entre todos os géneros, o que mais se destaca no mercado interno e além-fronteiras.

Estrutura-se em três dimensões: melodia, poesia e dança, caracterizando-se pelo compasso quaternário, ritmo lento, e predominância dos esquemas tonais menores clássicos perfeitos de influência europeia. Versando sobre temas lírico-passionais, produz-se uma canção melancólica, muito vinculada aos sentimentos do amor, sofrimento, saudade, ternura, tristeza, ironia, ou à boa ou má sorte do destino individual (IPC, 2019)<sup>21</sup>.

Na Rua 5 de Julho, também são realizadas ocasionalmente feiras artesanais, contando com produtos representativos da cultura cabo-verdiana, dentre os quais vestuários confeccionados com pano da terra, tecido tradicionalmente de Cabo Verde (figura 58), peças decorativas em coco, bolsas de sisal, cestaria (balaios), licores e utensílios de olaria próprios da "*Tradison di tera*"<sup>22</sup>.

Figura 58 – Confeccção do pano da terra



Fonte: Fortes, Rádio Morabeza<sup>23</sup>.

Figura 59 – Procissão da imagem Nossa Senhora da Graça



Fonte: Jornal A Semana<sup>24</sup>.

O Centro Histórico da Praia também conta com uma festividade de grande importância para a cidade, a Festa Nossa Senhora da Graça, padroeira da cidade. Os festejos começam com uma procissão e missa solene, na qual a imagem de Nossa Senhora da Graça é passeada pelas ruas da Cidade (figura 59). A festa atrai muitos devotos católicos, entre fiéis, leigos, religiosos

<sup>21</sup> Disponível no site do IPC: <http://ipc.cv/patrimonio/morna-patrimonio-cultural-imaterial-da-humanidade>. Acesso em 17/12/2020.

<sup>22</sup> *Tradison di tera*, traduzido para português como *tradição de terra*, trata-se de uma expressão própria do país que diz respeito à tradição cultural de Cabo Verde. Segundo IPC é a expressão cabo-verdiana que mais se aproxima do conceito de patrimônio cultural imaterial.

<sup>23</sup> Foto disponível no site Expresso das ilhas: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2018/11/30/manter-a-identidade-do-artesanato-cabo-verde-tem-sido-uma-luta-de-resistencia/61169>. Acesso em 18/12/2020.

<sup>24</sup> Foto disponível em: <https://www.asemana.publ.cv/?Praia-Paroquia-de-Nossa-Senhora-da-Graca-celebra-sua-Santa-Padroeira>. Acesso em: 18/12/2020.

e sacerdotes, sendo a missa muitas vezes celebrada fora da igreja, em palco montado na área externa, nos arredores da igreja.

A festa é celebrada anualmente no dia 15 de agosto e acredita-se que remonta aos tempos mais antigos, celebrada na igreja desde sua construção. Em função da festa, geralmente a Câmara Municipal realiza atividades culturais na rua Pedonal 5 de Julho.

Apesar de Cabo Verde ser rica em manifestações culturais que expressam o espírito do lugar, devido ao recorte adotado na pesquisa, não foi possível aprofundar as distintas manifestações culturais presentes em todo país. Numa pesquisa mais extensa, caberia expandir a visão sobre a cultura do arquipélago.

Para a pesquisa, delimitou-se um recorte de estudo correspondente ao Centro Histórico da Praia, ou seja, a área protegida. O centro histórico consiste numa área relativamente restrita, correspondente ao núcleo de grande importância histórica, com grande movimentação de pessoas durante o dia e dinâmica social ativa. Este recorte levou em consideração a delimitação da área protegida já definida pela legislação, com toda a história da consolidação desse centro histórico, além dos elementos arquitetônicos e urbanos de grande importância para sua consolidação como vila, sendo alguns caracterizados como monumentos. Portanto, permaneceu fora do polígono a zona baixa da cidade da Praia, que se configura como zona tampão (figura 60).

Figura 60 – Delimitação da área de estudo correspondente à área de proteção



Fonte: A Autora, a partir do google maps, 2019.

### 4.3 LEGISLAÇÃO E PLANOS URBANÍSTICOS

De acordo com o documento do IPC (Proposta de classificação do Centro Histórico da Praia a Patrimônio Nacional) a Constituição da República determina que os bens patrimoniais, com valor civilizatório ou de cultura e portadores de interesse histórico relevante, devem ser objeto de especial proteção e valorização. A Constituição ainda sustenta que “o interesse cultural relevante, designadamente histórico, arqueológico, arquitetônico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico e social, deve ser preservado. Porém, o patrimônio cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade” (IPC, 2011, p.18).

Segundo o IPC (2011), os planos atuais envolvendo a autarquia e a região em que está situado o bem até esse período são:

- EROT- Esquema Regional de Ordenamento do Território, Santiago;
- Plano Diretor Municipal, (em elaboração);
- Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da Praia (desatualizado)
- Planos de Desenvolvimento Urbanístico e Planos Detalhados, nas Zonas de Fonte Ana-Taiti e Praia Negra.
- Frente Marítima da Cidade da Praia - estudo de enquadramento estratégico, abril 2010.

De conformidade com a proposta da presente Dissertação, se focará apenas na PUD 1998 e na legislação que se configuram como a base legal utilizada até hoje no processo de gestão do Centro Histórico da Praia.

O Plano Urbanístico Detalhado (PUD) da cidade da Praia se configura como um instrumento de atuação para a salvaguarda e proteção do Patrimônio Histórico edificado e paisagístico do Centro Histórico da cidade da Praia. O PUD foi finalizado em 1998 e consiste numa atualização/revisão do plano de 1993. O PUD de 1998 foi elaborado em prol das atividades desenvolvidas pelo Projeto “*Amélioration des Conditions de Vie au Centre de Praia*” tendo sido financiado pela União Europeia e realizado pela ONG Italiana Africa’70. De acordo com o artigo 3º, que trata da “*Validade do Plano Urbanístico Detalhado do Platô*”, sua validade é de 24 anos. Terminado esse prazo, mantém-se em vigor o mesmo plano até a sua atualização.

O PUD apresenta um conjunto de objetivos pertinentes e de grande importância para a concretização do grande objetivo que é a salvaguarda e valorização do Centro Histórico da Praia (Platô). Ao longo da análise, é perceptível o foco em questões essenciais da salvaguarda, na tentativa de integrar o patrimônio urbanístico e paisagístico, o ordenamento do território, o

desenvolvimento, a renovação e o crescimento urbano. Além disso, percebe-se uma sensibilidade a questões essenciais ao desenvolvimento sustentável do Centro Histórico.

O PUD de 1998 carece de atualização, principalmente em relação à atual situação da área estudada, no que diz respeito ao número de pavimentos, aos usos e à identificação das tipologias existentes.

- Uma das legislações em que se baseia o PUD revisado é o Decreto Lei 88/90 de 13 de outubro (Conteúdo das figuras de Plano Urbanístico) que estabelece que “[...]os planos diretores municipais poderão complementar a definição do regime do solo com disposições que garantam a salvaguarda dos bens protegidos, nomeadamente no caso de:
  - Elementos paisagísticos a salvaguardar;
  - Monumentos e locais históricos;
  - Biótipos de animais e plantas[...]Cursos de águas e zonas ribeirinhas.”

Outras bases legais em que o PUD de 1998 apoiou-se são: a Lei nº 102/III/90 de 29 de dezembro de 1990, a Lei nº 85/IV/93, de 16 de julho de 1993, a Lei de Bases do Ordenamento do Território Nacional e o Planeamento Urbanístico. Da Lei nº 102/III/90, na qual se baseou a análise, foram extraídas algumas diretrizes que fundamentam o esquema de classificação como Centro Histórico. Dentre elas, estão as definições de monumentos naturais, conjuntos arquitetônicos e monumentos históricos que permitiram a identificação e classificação dos bens patrimoniais. Além disso, destaca-se a classificação de centro histórico que, de acordo com a Lei, consiste em:

Obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogêneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico e social. (Lei nº 102/III/90 de 29 dezembro de 1990, art. nº 3).

Com base nesse artigo da Lei, foi delimitada uma área que se configura como Centro Histórico da cidade da Praia e que vai além do Platô. No entanto, no PUD no artigo nº1 “o âmbito de aplicação territorial do Plano Urbanístico Detalhado do Platô”, a área de abrangência estabelecida se limita apenas ao Platô. Apesar das recomendações sobre a adoção de uma área de salvaguarda, contida no Estudo Euro, que constituía a base analítica do PUD e do Regulamento Urbanísticos (RU) do Platô, além da definição do patrimônio cultural na Lei nº 102/III/90, o conceito de patrimônio cultural foi aplicado exclusivamente aos edifícios do Platô.

Em descrições históricas de alguns autores que escreveram sobre a antiga Vila da Praia, é perceptível a importância histórica e cultural exercida sobre toda a área. No relatório do PUD,

são destacadas as descrições de Sena Barcelos, que descreve o sistema de baterias para a defesa da Vila da Praia, e as descrições do António Leão Correia e Silva:

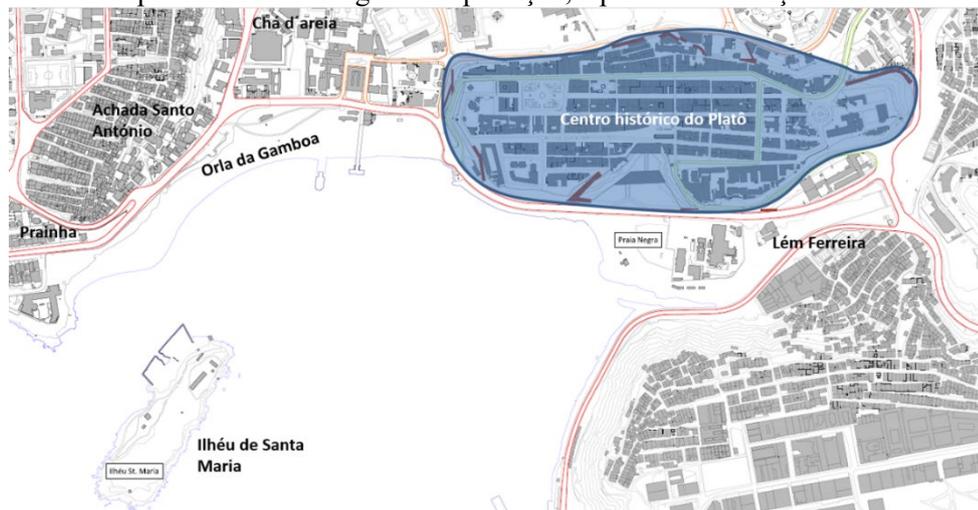
De início, a Praia é isso mesmo: uma extensa praia de areia branca que se estende desde o sopé da Achada, no recôncavo da baía, até uma gamboa de pescaria, formada entre o ilhéu e a terra fronteira. Nada existe. A toponímia do lugar apoia-se apenas nos atributos naturais. Esta praia, que virá a dar o nome ao lugarejo, portanto, o grau zero da topogênese, é designada pelas primeiras fontes de Praia Grande ou Praia Branca. Dadas as condições naturais, cedo se reconhecem preciosas virtualidades portuárias a esta extensa baía de águas profundas, recortada entre a Ponta da Mulher Branca ou Mulher Prenha e a Ponta Temerosa. Este facto torna-a, em breve, objeto de procura por parte dos homens do mar que encontrarão nela abrigo, repouso e água. As areias da Praia Grande servem de desembarcadouro e a fonte Ana, a umas centenas de metros da praia, será nomeado nos roteiros de navegação de Aguada da Praia. (CORREIA e SILVA, *Apud* PUD, 1998, p. 5).

Com base nestas descrições e outros aportes históricos, no relatório do PUD os técnicos reconhecem que a área atual de salvaguarda não deveria ser restrita ao Platô:

Reportamos com fidelidade estas descrições históricas da Praia para afirmar com decisão que a zona a ser salvaguardada não pode ser limitada ao Platô. A Área de Salvaguarda deve integrar a componente naturalista, ou seja, a baía, o ilhéu, as achadas e as encostas. (PUD, 1998, p. 7).

Com base nisso foi elaborada e apresentada uma proposta de delimitação da Área de Salvaguarda (figura 61), baseada na proposta do Estudo Euro, apresentada em maio de 1997 cuja “Área de Salvaguarda era entendida como o ‘contentor’ das várias zonas que a compõem e caracterizam, ou seja, Platô, Orla Marítima, uma parte da Encosta Achada S. António, Prainha, Encosta Lém Ferreira, Hortas ao longo da Avenida Cidade de Lisboa, Bairro Craveiro Lopes, englobando as áreas que, direta ou indiretamente, participaram da formação do núcleo histórico que é o Platô.” (PUD, 1998, p. 7).

Figura 61 – Área oficialmente protegida (azul) e demais bairros (áreas) sugeridas a serem englobadas no perímetro de salvaguarda e proteção, a partir da descrição citada



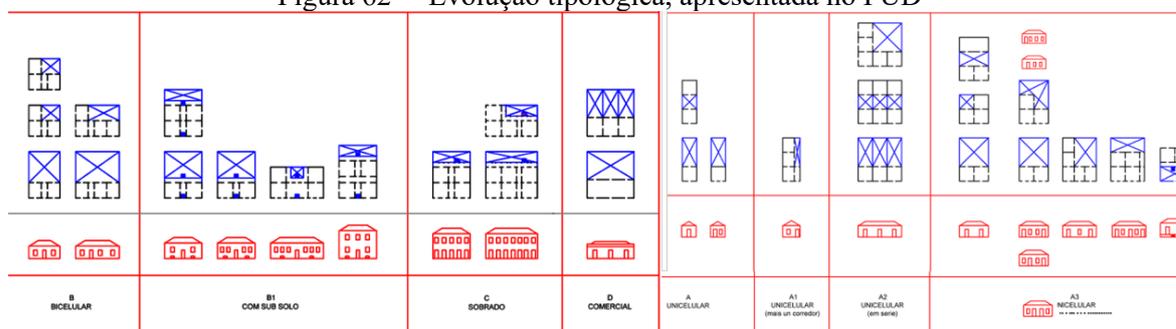
Fonte: A Autora, a partir do google maps, 2019.

Até o momento da revisão do Plano Urbanístico Detalhado-PUD, a proposta não obteve resposta. Apesar do reconhecimento da necessidade de redefinição do limite de área de salvaguarda, na revisão do PUD, as áreas que constituem o entorno imediato do Platô, em sua maioria, permanecem sem instrumentos de proteção. Dessa maneira, constitui uma das carências do antigo Plano de 1993 e representa até hoje um dos problemas ligados à salvaguarda do patrimônio histórico da cidade da Praia. Assim, o PUD 1998 se configurou como um episódio isolado, no qual a proteção do patrimônio cultural cabo-verdiano não foi enfrentada de forma homogênea, do ponto de vista territorial. Portanto, será necessária uma nova revisão que leve em consideração a área de salvaguarda proposta.

De acordo com o relatório dos técnicos do PUD, a adoção dessa área de salvaguarda permitirá alcançar dois objetivos: a) uma programação a médio prazo para a elaboração da normativa das zonas compreendidas, na Área de Salvaguarda, e b) a aplicação da Lei N.º 102/III/90 que permitirá a hierarquização no interior da Área de Salvaguarda, assim como o equilíbrio entre a legislação nacional e a local.

No artigo nº4 do Plano Urbanístico Detalhado do Platô, foram apresentadas definições relativas a temáticas e definidas as tipologias históricas no Centro Histórico do Platô, que variam de acordo com o número de células, pisos e usos: *tipo monocelular A, A1, A2, A3; tipo bicelular B, B1, denominado "Subsolo"; tipo pluricelular C, denominado "Sobrado" dois pisos, podendo o piso térreo funcionar como comércio; tipo Comercial; tipo pluricelular D, denominado "Comercial", destinado ao armazenamento de mercadorias, sendo um espaço unificado ou compartimentado* (Figura 62).

Figura 62 – Evolução tipológica, apresentada no PUD



Fonte: África 70, 1998.

O Plano Urbanístico Detalhado estabelece as orientações de intervenção dos tipos menores (unicelulares), inclusive prevendo a necessidade de ampliação, de modo a oferecer melhores condições de habitabilidade em caso do aumento do número de familiares. Desse

modo, foram apresentadas orientações de como proceder e exemplos de vários modelos de como poderia ser a ampliação. Seguindo essas recomendações à risca, espera-se evitar a descaracterização das edificações, garantindo a conservação e preservação do seu caráter histórico. Com base nos procedimentos de classificação dos Monumentos Históricos estipulados na lei nº 102/III/90, dentre os tipos indicados, foram estipulados os edifícios considerados como Monumento Histórico. De acordo com a lei nº 102/III/90, são classificados como monumentos históricos:

- a) Os imóveis cuja preservação apresenta do ponto de vista histórico, arquitetônico ou artístico, um interesse público;
- b) Os monumentos e terrenos onde existam zonas ou vestígios pré-históricos;
- c) Os imóveis de destinação” (lei nº 102/III/90, art. Nº 10)

Enquanto no antigo Plano foram estabelecidas as definições de “Monumento Histórico de Alto Valor Patrimonial” e “Monumento Histórico de Valor Patrimonial” que não estão definidas na Lei n.º 102/III/90 para classificar as edificações, na atualização do Plano, em 1998, foi retirada a classificação, permanecendo somente a de monumento histórico como consta na lei vigente.

[...] são classificadas como monumentos históricos, as obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico e social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras, bem como as obras de cultura ou de pintura monumental. (Lei nº 102/III/90 de 29 Dezembro, art. Nº 3).

De maneira análoga, foram identificados os edifícios do século XX, característicos da década de 1950 que, apesar de não possuírem o mesmo valor histórico que os outros tipos, possuem um valor simbólico da memória do conjunto edificado e um grande valor arquitetônico. Um exemplo de edificação desse tipo é a escola Domingos Ramos (figura 63), enquanto os edifícios restantes, que são recentes, foram subdivididos em duas categorias:

“Edifícios morfologicamente coerentes: a volumetria e o desenho das fachadas são coerentes com a envolvente urbana; edifícios morfologicamente incoerentes: a volumetria e o desenho das fachadas são incoerentes com a envolvente urbana.” (PUD, 1998).

Figura 63 – Escola Domingos Ramos



Fonte: África 70, 1998.

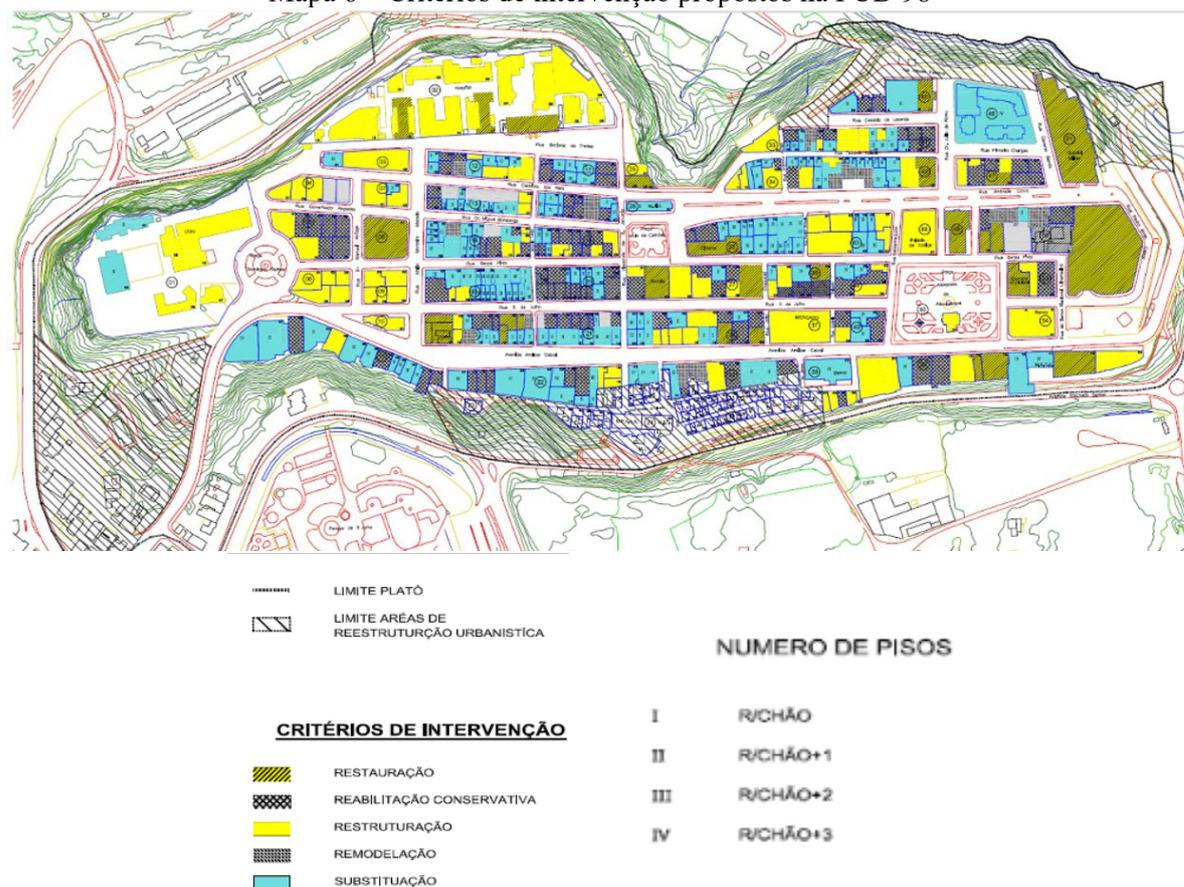
No artigo 5º, foram apresentados os Planos Executivos, considerados como uma extensão do PUD 1998. Algumas áreas do entorno imediato do Platô, próximas à falésia como, por exemplo, Ponta Belém (ZR 1), Cruzeiro (ZR 2) e a zona contígua à Avenida Júlio Pereira Barbosa (ZR 3), apresentam elevado nível de degradação e de subaproveitamento. Não obstante o Plano Urbanístico Detalhado - PUD ter definido essas áreas como zonas de reestruturação urbanística, (zonas de intervenção prioritária ou preferente), de fato, as áreas ainda não dispõem de normas de atuação específica, que determinem estratégias e formas de intervenção, voltadas ao ordenamento urbano. Ocorre que a Lei urbanística não prevê este tipo de plano, necessário à realização de intervenções, não só no nível de edifícios singulares, mas principalmente no nível dos espaços públicos e das infraestruturas.

O capítulo III do PUD apresenta dispositivos normativos referentes ao uso e ocupação do solo, tendo em vista a predominância de uso residencial e comercial no Sítio Histórico do Platô. A esse respeito, o artigo nº 15 proíbe usos que colocam em risco o bem patrimonial, assim como a implementação de usos considerados altamente perigosos, nocivos, poluidores, ruidosos, ou indutores de tráfego “São proibidas todas as destinações de uso não compatíveis com a conservação e o restauro do edifício.” (Lei nº 102/III/90 de 29 dezembro, art. Nº 14)

No capítulo VI, são apresentadas as modalidades de intervenção, assim como as categorias de intervenção, com a definição de cada uma delas. Além disso, foram identificadas as edificações enquadradas nas categorias de intervenção, com base nos levantamentos realizados: a) Manutenção ordinária: aplica-se a todas as edificações; b) Manutenção extraordinária: aplica-se a todas as edificações; c) Restauração: aplica-se aos edifícios classificados como Monumentos Históricos; d) Reabilitação conservativa: aplica-se aos edifícios de origem histórica, conservados ou parcialmente transformados, mas que ainda

mantêm elementos morfológicos e tipológicos, da construção original; e) Reestruturação: aplica-se aos edifícios de origem histórica que, por causa de transformações sucessivas, perderam suas características distributivas e formais originais, mas que mantêm partes significativas da cultura arquitetônica da época, conjuntamente aos alinhamentos e aos volumes (Mapa 6).

Mapa 6 – Critérios de intervenção propostos na PUD 98



Fonte: África 70, 1998.

Essa categoria de intervenção aplica-se também aos edifícios modernos, morfológicamente coerentes, e aos edifícios do século XX de interesse arquitetônico; f) Substituição e novas edificações: aplica-se aos edifícios modernos ou partes destes sem nenhum valor histórico, arquitetônico ou morfológicamente incoerentes e aos lotes vazios ou lotes com construções em ruína), g) Remodelação: aplica-se aos edifícios de relativo valor histórico, geralmente de dimensões reduzidas, o que limita a sua funcionalidade e aproveitamento. Estes edifícios são caracterizados por logradouros, parcialmente ocupados ou aproveitados de forma imprópria (PUD, 1998).

Em relação às edificações classificadas como monumentos, a intervenção recomendada deveria ser mais de reabilitação conservativa. Há que levar-se em conta o alto valor histórico e

simbólico que apresentam e a necessidade de especialista da área de conservação para um parecer e proposta de conservação que não coloque em risco a integridade e autenticidade desses monumentos. Outra questão são as alterações que tais monumentos vêm sofrendo internamente, sobrando somente a fachada. A esse propósito, o PUD deveria ser mais abrangente e explicativo, no caso de edifícios considerados monumentos, a exemplo da antiga Papelaria/Casa do Leão (figura 64 e 65).

Figura 64 – Papelaria/Casa do Leão antes da intervenção



Fonte: Varela, 2013.

Figura 65 – Papelaria/ Casa do Leão depois da intervenção



Fonte: Varela, 2013.

No que diz respeito aos edifícios unicelulares “isolados”, dentre as construções modernas de vários pisos, o órgão de gestão do plano “[...] decidiu sacrificar algumas construções – em todos os casos de limitado valor histórico – pois, o valor de conjunto estava totalmente comprometido” (PUD, 1998, p. 24). Esta decisão mostra-se incoerente, tendo em conta que o valor patrimonial do Platô reside especialmente no seu conjunto arquitetônico. Apesar do limitado valor histórico, os edifícios unicelulares classificados como monumentos históricos fazem parte deste conjunto e contribuem igualmente para a valoração do Platô. Como consta na Lei nº 102/III/90, os conjuntos arquitetônicos são:

Agrupamentos arquitetônicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico e social. (Lei nº 102/III/90 de 29 Dezembro, art. Nº 3)

Outra proposta seria a substituição dos edifícios modernos. Nesse caso, por razões financeiras e ambientais e pelo fato de serem propriedades privadas, tal proposta torna-se insustentável e inadequada para equacionamento do problema enfrentado. No capítulo V, são

apresentadas normas referentes ao desenho urbano, aos acabamentos e elementos exteriores da edificação com o objetivo de proteger as fachadas.

Apesar dos diversos planos e estudos, que visam à reabilitação do Platô, terem sido realizados, o PUD de 1998 é o plano mais atualizado que se tem como base para levar a cabo as políticas de salvaguarda do patrimônio do Platô. A esse propósito, o Plano Urbanístico Detalhado – PUD buscou abranger diversos aspectos, estratégias e normativas visando à salvaguarda e proteção do patrimônio do Platô. Apesar de apresentar recomendações e orientações que consideram as características do patrimônio material e imaterial, algumas temáticas abordadas hoje na atualidade como, por exemplo, a proteção das zonas no entorno imediato da área histórica, não foram contempladas neste plano, nem a delimitação de um novo perímetro. Neste sentido, torna-se necessário atualizar o PUD, de modo a incluir conceitos como paisagem cultural, paisagem histórica urbana e significância cultural. Além disso, espera-se que a área de salvaguarda seja ampliada e que, dentro dessa área seja estabelecida uma setorização, regida por normas legais de proteção.

Do ponto de vista legal, o PUD do Platô mostra-se coerente com a Lei nº 102/III/90, apresentando aspectos normativos que orientam as intervenções visando à proteção dos bens patrimoniais do Platô. Não obstante, é de se reconhecer a necessidade de uma nova classificação de bens materiais que não foram considerados monumentos. Dessa forma, espera-se que alguns edifícios de limitado valor histórico não sejam descaracterizados pela falta de reconhecimento institucional.

Na próxima atualização, espera-se que seja estabelecida uma categoria de edifícios considerados de baixo valor histórico, como por exemplo a categoria dos IEP's (Imóvel Especial de Preservação), criada nas normativas brasileiras, em nível municipal, para salvaguarda de um bem patrimonial arquitetônico. Considera-se que tais imóveis desempenham um papel importante para a leitura urbana e, portanto, para valorização e reconhecimento do Platô como sítio histórico.

De forma geral, a metodologia estabelecida pelo PUD do Platô é clara, tendo abordado aspectos técnicos, não atendidos no antigo plano de 1993, e colocando o foco sobre aspectos políticos. Ou seja, ficou clara a necessidade da intervenção da autoridade governamental, de forma a incluir as políticas de desenvolvimento econômico, social e cultural. Acredita-se que os primeiros passos para sua atualização já foram dados, tanto que, no documento da proposta para classificação de bens como patrimônio nacional, é considerada a criação de uma zona de transição, como mostra o mapa 7.

Dentro do contexto atual, o Centro Histórico da Praia foi classificado como patrimônio nacional, na Resolução nº 67 / 2013 de 17 de maio (Boletim Oficial número 26, primeira série de 17 de maio de 2013). Nos termos desta resolução, foram inscritos como área classificada 160 hectares, sendo 28 hectares (delimitada a azul) a área do Centro Histórico no Planalto de Santa Maria da Vitória (Centro Histórico da Praia) e 132 hectares de zona tampão (delimitada a roxo), no entorno que abrange área terrestre e marítima, incluindo o ilhéu de Santa Maria, como mostra no mapa 7 (FUNDAÇÃO AMÍLCAR CABRAL, 2016). Percebe-se que essa resolução levou em consideração a proposta do PUD'98, configurando como uma atualização desse aspecto de grande importância para a salvaguarda do patrimônio nacional.

Mapa 7 - Delimitação da área classificada da cidade da Praia



Fonte: Fundação Amílcar Cabral, 2016.

Segundo a Fundação Amílcar Cabral, a zona tampão resgata as memórias de Fonte Ana, Passeio Público, Quintal de Burros, Biblioteca e Auditório Nacionais, Telecom, IEFP, Museu de Arqueologia, Tipografia Eficiência, Instituto Nacional de Saúde Pública, Arquivo Histórico Nacional, Parte da Praia Branca, Cais Velhos, Praia Negra.

A zona tampão abrange o espaço natural da envoltura da Cidade e está vinculada ao reconhecimento das condições de “documento” e “testemunho” de determinadas estruturas físicas diferenciadas (no tempo e no estilo) mas que em conjunto, proporcionam uma mensagem do passado. Estas estruturas sustentam, ainda nos dias de hoje, uma atividade humana, onde o passado histórico se confunde com o presente cultural e perspetivam o futuro turístico (FUNDAÇÃO AMÍLCAR CABRAL, 2016).

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Por meio da pesquisa histórico-documental, foi possível traçar a trajetória histórica do Centro Histórico da Praia, como o ponto de partida para alcançar um dos objetivos da pesquisa. Foram consultados acervos e arquivos físicos e virtuais para a identificação e o registro das fontes primárias e secundárias sobre o bem. Esta etapa contribuiu para a compreensão do processo de formação e das transformações que o Centro Histórico da Praia sofreu ao longo do tempo.

O acesso aos dossiês de classificação auxiliou na identificação dos elementos que caracterizam o Centro Histórico da Praia. Dentre os diversos atributos identificados, alguns se perderam com o tempo, outros foram bastantes alterados, como o caso do Hospital, e outros permaneceram até a atualidade, conservando muito das suas características que ainda permitem transmitir significados. Entretanto, dentre os atributos identificados, destacamos para a pesquisa em questão—aqueles que se configuram como remanescentes reconhecidos nos dossiês e retratados ao longo da trajetória histórica traçada aqui. São eles: Palácio da Presidência da República, Igreja Matriz (Nossa Senhora da Graça), Câmara Municipal, Quartel Jaime Mota, Museu Etnográfico, Praça Alexandre Albuquerque, Mercado Municipal, Conjunto Arquitetônico (antigas casas senhoriais), Liceu Domingos Ramos, Av. Amílcar Cabral, vista da Praça Alexandre Albuquerque e seu entorno, Vista do Mirante, Vista da rua 5 de julho, Vista Geral do Platô, Fluxo e diversidade comercial e a festa Nossa Senhora da Graça. Salienta-se que a caracterização aprofundada desses atributos identificados para a pesquisa será realizada na próxima etapa, no decorrer da explanação do processo metodológico adotado.

## 5 METODOLOGIA

Nesta etapa, será apresentada a metodologia empregada na pesquisa, tendo em conta os aportes teóricos abordados anteriormente e a caracterização do objeto de estudo. Busca-se aqui explicitar o caminho metodológico adotado, assim como a ferramenta de consulta levada a cabo no trabalho. Para a consulta da significância cultural, foi realizada uma abordagem intersubjetiva, com a finalidade de determinar a significância cultural do objeto patrimonial. É a partir da relação do sujeito com o bem que se dá a percepção das variáveis interpretativas da ambiência e do contexto histórico-cultural, que justificam o julgamento feito pela comunidade.

A metodologia adotada baseou-se na construção da ferramenta de consulta da significância cultural, apresentada por Taís Tabosa (2018) na dissertação intitulada “Um novo olhar para o reconhecimento dos bens industriais: o caso da Fábrica Peixe”. Segundo Tabosa (2018), a metodologia foi desenvolvida na disciplina de Planejamento Urbano, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, pelas professoras Flaviana Lira e Virgínia Pontual. Para o melhor entendimento e compreensão, a oportunidade de acompanhar a aplicação da ferramenta de consulta na disciplina Técnicas Retrospectivas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, durante a realização do estágio de docência, sob a orientação da Professora Renata Cabral, foi essencial. Além disso, também foi realizada a análise de conteúdo da documentação da lista indicativa de Cabo Verde para a UNESCO e o dossiê intitulado “A proposta para classificação do Centro Histórico da Praia para patrimônio nacional de Cabo Verde”.

### 5.1 FERRAMENTA DE CONSULTA DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL

Segundo Tabosa (2018), a metodologia consiste na elaboração/aplicação de entrevistas do tipo qualitativa, realizada junto aos atores sociais, apoiada na aplicação dos princípios de Bauer e Gaskell (2015). Consiste basicamente em levantar pontos de vista diferenciados sobre um determinado fato, assim como o ponto de vista da pessoa que iniciou a entrevista.

De acordo com Bauer e Gaskell (2015), as entrevistas compreendem três etapas, apresentadas aos atores sociais: 1) elaboração de um tópico guia, onde se define o que será perguntado, explanando os conceitos e temas centrais da investigação; 2) escolha dos entrevistados, tendo em conta os objetivos da investigação e o perfil dos atores em função do objetivo; 3) transcrição das entrevistas, onde serão sistematizadas as informações. Com base nessas etapas, será explicitado abaixo como a entrevista foi elaborada.

O tópicos guia, empregado para a elaboração do instrumento de consulta utilizado na pesquisa, teve como objetivo identificar/apresentar os atributos do Centro Histórico da Praia, com os quais os atores sociais mais se identificam, assim como o(s) valor(es) que associam a cada um desses atributos. Deste modo, foram utilizados recursos imagéticos, aliados ao recurso verbal que, segundo Medina (2013), enriquecem as informações colhidas e dão maior eficácia à entrevista. Aliados, um ao outro, esses dois recursos se complementam, trazendo melhores resultados, pois, tendo em vista que a imagem é ambígua, o texto que lhe é associado desfaz a ambiguidade. A imagem oferece um número ilimitado de significados, enquanto o texto verbal, aliado a ela, vem limitar seu significado. O texto verbal, por sua vez, sem a imagem, abre uma infinita possibilidade de interpretação e significados.

Dentre vários atributos, foram identificados dezesseis e para representá-los foram escolhidas dezesseis fotografias, no formato 10x15 cm. Essas fotografias foram tiradas pela autora durante o período de pesquisa e coleta de dados em Cabo Verde. Consistem em recursos imagéticos, escolhidos entre as demais fotos, com base na abordagem histórica do Centro Histórico do Platô e dos documentos e fotografias coletadas no IPC e AHNCV. Para sua escolha, levou-se em consideração a abordagem histórica retratada no Capítulo IV, aspectos materiais (estruturais e paisagísticos) e imateriais do Centro Histórico da Praia. Para o recurso verbal, foram utilizados os descritores vinculados a cada imagem e os cinco potenciais valores atribuídos ao Centro Histórico do Platô.

A aplicação da entrevista foi realizada junto aos atores sociais onde, basicamente, foi solicitado aos entrevistados que vinculassem as imagens representativas de cada atributo (recurso imagético) aos valores (recurso verbal). O modelo de instrumento de consulta estava restrito à autora, assim como a sua aplicação e foi apresentado em quatro etapas:

1ª etapa - Explicação do universo da pesquisa e dos objetivos de forma sintética.

2ª etapa - Ordenação dos atributos apresentados, tendo em conta o nível de identificação do respondente com o atributo. Aos entrevistados, foram apresentadas as dezesseis fotos representativas de cada atributo e, depois de observá-las, foi solicitado que as colocassem em ordem decrescente, ou seja, da que possuía maior identificação para a que diziam possuir menor identificação. Salienta-se que a posição de cada foto estava vinculada a uma pontuação, estabelecida num intervalo de 1 a 16. A primeira foto/atributo correspondia àquela com a qual o respondente possuía maior identificação, valendo 16 pontos, e a última foto/atributo valendo 1 ponto (Tabela 2). Salienta-se que as fichas utilizadas nesta pesquisa para registro dos dados

foram baseadas no modelo empregado por Tabosa (2018) e no modelo verificado em sala de aula, durante o período do estágio docência e adaptado à necessidade da pesquisa<sup>25</sup>.

Tabela 2 – Ficha 1 utilizada na segunda etapa da entrevista

CONSULTA SOBRE A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DA PRAIA (CABO VERDE)
FICHA 01
NOME:
GRUPO:
<b>COM QUAIS DESSES BENS VOCÊ TEM MAIOR IDENTIDADE?</b>
[ordene por importância decrescente - do mais para o menos importante].
1 –
2 –
3 –
4 –
5 –
6 –
7 –
8 –
9 –
10 –
11 –
12 –
13 –
14 –
15 –
16 –

Fonte: A Autora, 2019.

3ª etapa - Dos cinco atributos/fotos identificados pelo respondente como os que tinham maior identidade, foi solicitado que falassem livremente sobre cada um deles, com a finalidade de captar a percepção do respondente (sujeito) sobre o bem patrimonial. Essa percepção foi fundamental para a construção da significância cultural do bem, permitindo ao entrevistado estabelecer seu juízo de valor e descrever suas lembranças e memória de práticas e vivência em relação ao atributo (Tabela 3).

<sup>25</sup> Os modelos adotados por Tabosa (2018) foram desenvolvidos e empregados pelas professoras Flaviana Lira e Virgínia Pontual, no Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFPE, atualmente implementado também pela professora Renata Cabral na disciplina Técnicas Retrospectivas, período 2019.2. Salienta-se que esses modelos vêm sendo adaptados à necessidade de cada pesquisa.

Tabela 3 - Ficha 2 utilizada na terceira etapa da entrevista

CONSULTA SOBRE A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DA PRAIA
FICHA 02
NOME:
CATEGORIA:
<b>FORMULE UMA BREVE FRASE QUE EXPRESSE O SIGNIFICADO DE CADA BEM</b>
1-
2-
3-
4-
5-

Fonte: A Autora, 2019.

4ª etapa - Aqui foi solicitado aos respondentes que atribuísem valores a cada um dos 16 atributos de acordo com a sua percepção, onde poderia ser atribuído um, mais de um ou nenhum valor ao atributo. Foram utilizados cartões com cinco valores escritos (histórico, cultural/simbólico, estético, social e econômico) e o entendimento adotado de cada um (Tabela 4 e 5).

Tabela 4 - Ficha 3 utilizada na quarta etapa da entrevista

CONSULTA SOBRE A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DA PRAIA					
FICHA 03					
NOME:					
CATEGORIA:					
ASSOCIE A CADA UM DOS BENS OS VALORES CONSTANTES NOS CARTÕES					
BENS / VALORES	HISTÓRICO	SOCIAL	CULTURAL/ SIMBÓLICO	ESTÉTICO	ECONÔMICO
[A] Palácio da Presidência da República					
[B] Igreja Matriz (Nossa Senhora da Graça)					
[C] Câmara Municipal					
[D] Quartel Jaime Mota					
[E] Museu Etnográfico					
[F] Praça Alexandre Albuquerque					
[G] Mercado Municipal					
[H] Conjunto arquitetônico (antigas casas senhoriais)					
[I] Liceu Domingos Ramos					
[J] Ruas/av. Amílcar Cabral					
[K] Vista da praça A. Albuquerque e seu entorno					
[L] Vista do mirante					
[M] Vista da rua 5 de julho					
[N] Vista geral do Platô					
[O] Fluxo e diversidade comercial					
[P] Festa Nossa Senhora da Graça					

Fonte: A Autora, 2019.

De acordo com a conceituação e categorização dos valores apresentados no capítulo III, diversos valores podem figurar no reconhecimento de um centro histórico como bem patrimonial. Os valores adotados para a pesquisa e empregados na aplicação da ferramenta de consulta foram os seguintes: histórico, cultural/simbólico, social, estético e econômico. Tais valores foram identificados, com base no Capítulo III e na conceituação, retratados no subcapítulo 3.3, tomando como referência os valores apresentados por Randall Mason (2012) e pelas Cartas Patrimoniais (Burra, 1999 e 2013). Em paralelo, foram considerados os valores presentes no dossiê de candidatura do Centro Histórico do Platô à lista indicativa da UNESCO.

A conceituação desses valores teve como base aportes teóricos dos autores tratados anteriormente, a exemplo de Lacerda (2012), Mason (2012), Riegl (2014) e a Carta de Burra (1999 e 2013), além da análise da trajetória do Centro Histórico, segundo a conceituação realizada pelos autores acima (Tabela 5).

Tabela 5 - Síntese dos cartões com valores

<b>Valores</b>	<b>Conceituação</b>
<b>Histórico</b>	Associado a um objeto capaz de transmitir uma relação ou reação ao passado; Marcado pela sua singularidade, a partir de suas qualidades tecnológicas, ou a partir de seu potencial de arquivamento ou documentário.
<b>Social</b>	Referência ao uso de um local como espaço para reuniões sociais (festas, mercados, etc) Aspectos do lugar podendo ser um lugar de coesão social, de identidade da comunidade, ou sentimentos de filiação e identidade para os grupos sociais.
<b>Cultural/simbólico</b>	Refere-se aos significados compartilhados associados ao patrimônio que não são, a rigor, históricos. Usados para a construção da identidade cultural no presente.
<b>Estético</b>	Reflete os aspectos estéticos do patrimônio como as qualidades visuais. As muitas interpretações da beleza de um determinado bem patrimonial.
<b>Econômico</b>	Relaciona-se com a utilidade do bem patrimonial, tendo em conta a demanda em função da sua utilização. Potencial do bem como fonte de crescimento econômico.

Fonte: A Autora, a partir dos aportes teóricos de Mason (2012).

## 5.2 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ATRIBUTOS DO CENTRO HISTÓRICO DA PRAIA

Com base na trajetória histórica, descrita no Capítulo IV, e na análise da situação atual do Centro Histórico da Praia, foi possível identificar os remanescentes dos séculos XVIII e XIX que caracterizam a história do lugar e que permaneceram até os dias atuais. Aliada a isso, foi analisada também a documentação da lista indicativa de Cabo Verde para a UNESCO e o dossiê intitulado “A proposta para classificação do Centro Histórico da Praia para patrimônio nacional de Cabo Verde”, para auxiliar na identificação e caracterização dos atributos do Centro Histórico da Praia. Para isso, contou-se com a contribuição do historiador Lourenço Gomes, cujas obras literárias, relativas ao Centro Histórico da Praia, abordam detalhadamente diversos aspectos dos atributos, fundamentando uma boa parte da caracterização a ser realizada em seguida.

No Centro Histórico da Praia – Platô, foram construídas obras arquitetônicas de função religiosa, administrativa e de defesa, assim como edificações necessárias para o desenvolvimento portuário. Algumas dessas obras se perderam no tempo, enquanto outras, na sua maioria, chegaram até nós em boas condições, sendo outras já degradadas. Essas obras foram projetadas e erigidas nas primeiras décadas do século XIX, nos momentos iniciais da estruturação moderna da cidade, onde apareceram os traçados das mais antigas ruas, praças e largos. Esses remanescentes apresentam-se como verdadeiros atributos que estão na base da identidade histórica e urbana do Centro Histórico da Praia.

Foram escolhidas 16 fotos representativas de cada atributo que melhor representam o bem, sendo eles tanto de caráter material quanto de caráter imaterial. Pelos motivos citados anteriormente no capítulo III, a distinção entre atributos materiais e imateriais foi realizada apenas para fins acadêmicos e analíticos, tendo em conta que os processos de valoração ocorrem combinando as dimensões. Neste processo, são apresentadas as imagens que melhor representam cada atributo, utilizados na entrevista, sendo as fotos mais atuais utilizadas para a ferramenta de consulta da significância cultural.

### 1) Atributos materiais

Dentre os atributos identificados, foram escolhidos os que estiveram na base da formação e consolidação do Centro Histórico da Praia, inicialmente como Vila e, posteriormente, como cidade. Destacaram-se edifícios que representam o poder administrativo, militar, poder judicial, o caráter religioso, comercial, o museu e a municipalidade. Além disso,

as ruas que configuram o traçado urbano constituem também um aspecto que estão na base da consolidação do Centro Histórico da Praia como vila e cidade.

#### [A] O Palácio do Governo

Trata-se de um edifício representativo do poder administrativo, no período dos governadores-gerais da história político-institucional de Cabo Verde (figura 66). Segundo Gomes (2009), o Palácio foi construído entre 1889 e 1894 no estilo Neoclássico. Segundo relatório do Gabinete da Urbanização do Ministério das Colônias<sup>26</sup>, “É um edifício de dois pisos, de construção antiga, onde estão instaladas as repartições do Gabinete, Conselho do Governo e Residência do Governador. A fachada principal dá para uma praça ajardinada, hoje privativa do palácio.”

Figura 66 – Palácio do Governo antigamente, séc. XX (período após 1950)



Fonte: IAHN - CV. Acessível no álbum P1.

Originalmente, foi a antiga residência dos governadores portugueses de Cabo Verde e, após a independência em 1975, tornou-se o palácio presidencial. O palácio foi local de trabalho dos sucessivos presidentes da República de Cabo Verde, designadamente, Aristides Pereira (1975-1991), António Mascarenhas Monteiro (1991-2001) e Pedro Pires (2001-2011). O palácio traz, em si, memórias representativas de realidades históricas do passado “e imortaliza

---

<sup>26</sup> Relatório encontrado na pasta MIT- Acessível no Arquivo Nacional de Cabo Verde.

gostos estéticos desejáveis em todos os tempos, detém valor patrimonial excepcional.” (GOMES, 2010, p. 6)

A edificação passou pelas primeiras reabilitações em 1894, sendo que a segunda etapa da reabilitação ocorreu entre 1910 e 1921. O palácio também passou por outro processo de reabilitação após a independência em 1975, sendo a última obra de restauro e reabilitação concluída em janeiro de 2016, tendo contado com o apoio da cooperação chinesa. De acordo com os sites SAPO (abril, 2016) e ANGOP (abril, 2016), a obra ocupou uma área de terreno de 6.250 metros quadrados e quatro mil metros quadrados de construção e reabilitação, mantendo-se o traço original do edifício. Atualmente, é a residência oficial do presidente da república de Cabo Verde (figura 67).

Figura 67 – Palácio do Governo atualmente, foto utilizada na entrevista



Fonte: A Autora, 2019.

### [B] Igreja Nossa Senhora da Graça

A Igreja de Nossa Senhora da Graça configura-se como um atributo representativo da religiosidade do país, presente no Centro Histórico da Praia. Trata-se de um edifício de referência em Cabo Verde, tendo em conta a função desempenhada de Sé Catedral. Do ponto de vista estético e histórico, apresenta-se como uma herança histórica de grande valor patrimonial, no conjunto arquitetônico do Centro Histórico da Cidade da Praia. A igreja é uma obra representativa da arquitetura romântica em Cabo Verde, ainda que possa confundir-se com o Neoclassicismo, sob certos aspectos (figura 68 e 69).

As igrejas marcam as paisagens dos espaços urbanos e rurais do arquipélago e representam ao longo do tempo a vida religiosa do povo cristão cabo-verdiano, sendo o que acontece com a Igreja Nossa Senhora da Graça. Essas obras religiosas ganham grande

importância para a memória coletiva pelo fato da sua implantação projetar a estruturação da urbe e a vida das pessoas. Atraem para junto de si as demais construções de prestígio, como os de carácter político, judicial e mesmo militar, assim como as casas senhoriais representativas de certo estrato social. Neste contexto, os citados tipos edifícios se inserem harmoniosamente.

Figura 68 – Igreja Nossa Senhora da Graça antigamente



Fonte: IAHN - CV. Acessível no álbum P1.

Figura 69 – Imagem atual da Igreja Nossa Senhora da Graça (utilizado nas entrevistas)

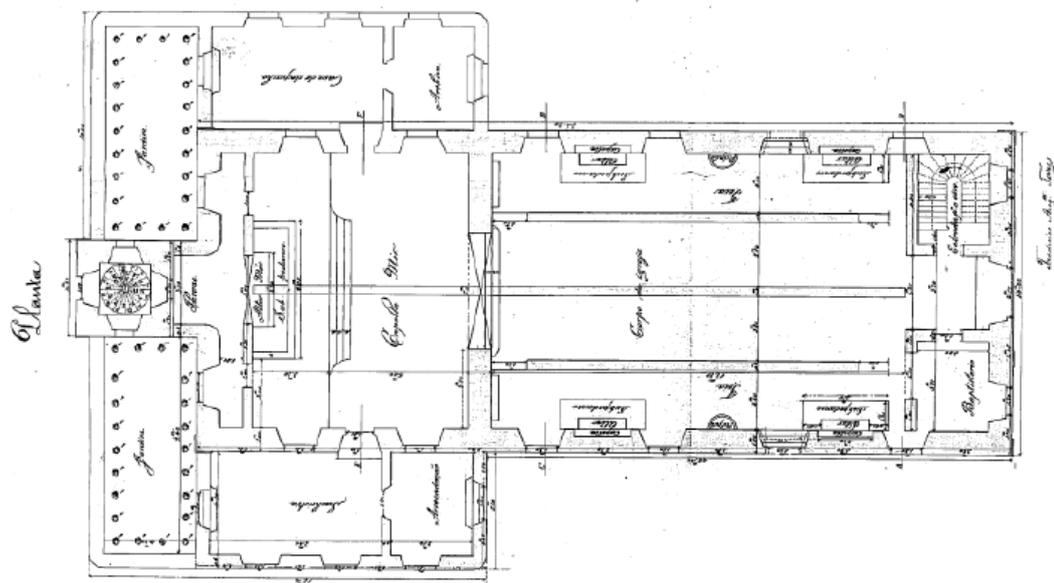


Fonte: A Autora, 2019.

O traçado da igreja foi elaborado na época da sua construção pelo desenhador Nazolino Azevedo e pelo Chefe do Serviço das Obras Públicas da Província, Francisco Augusto Tavares. A pequena catedral é uma construção em forma de T, delineada com o objetivo de ocupar uma superfície aberta, tendo sofrido sucessivas alterações na planta definitiva. Para o corpo central,

previu-se o aumento de 148,800m<sup>2</sup> para 218,400m<sup>2</sup> (GOMES, 2008), expresso na planta ao nível das fundações, indicada na figura 70.

Figura 70 – Planta baixa da Igreja Nossa Senhora da Graça



Fonte: Direção das obras públicas de Cabo Verde, acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal, in Gomes (2008).

A Igreja apresenta uma discreta decoração que deixa transparecer alguma exuberância nos ornatos dos capitéis das pilastras e a profusa geometrização e apresentação de uma imaginária de inspiração bíblica, em que alguns elementos não fogem totalmente à tradição barroca e rococó (GOMES, 2008, p. 308).

De acordo com Gomes (2008), a leveza da fachada principal contrasta com as ornamentações que alastram-se em aparente agitação decorativa, evidenciada em regra, nos edifícios tipicamente rococós, notórias como, por exemplo, no Portal da Igreja do Senhor das Barrocas de Aveiro. Os dois alçados laterais são simétricos e apresentam equilíbrio axial dado pela mesma quantidade de janelas de um lado e de outro.

Na planta, é visível a localização do púlpito disposto em forma de dois semicírculos situados frontalmente a meio do corpo da igreja, ao *Throno*, onde está Cristo, coroado, a repousar na cruz. Como se pode ver na planta acima indicada, o traçado é de uma cruz latina. Através da imagem 71, que mostra a maquete do edifício, é possível verificar o formato em T e da cruz latina. A igreja foi construída em alvenaria de pedra e cal com cobertura de telha de cerâmica marselhesa.

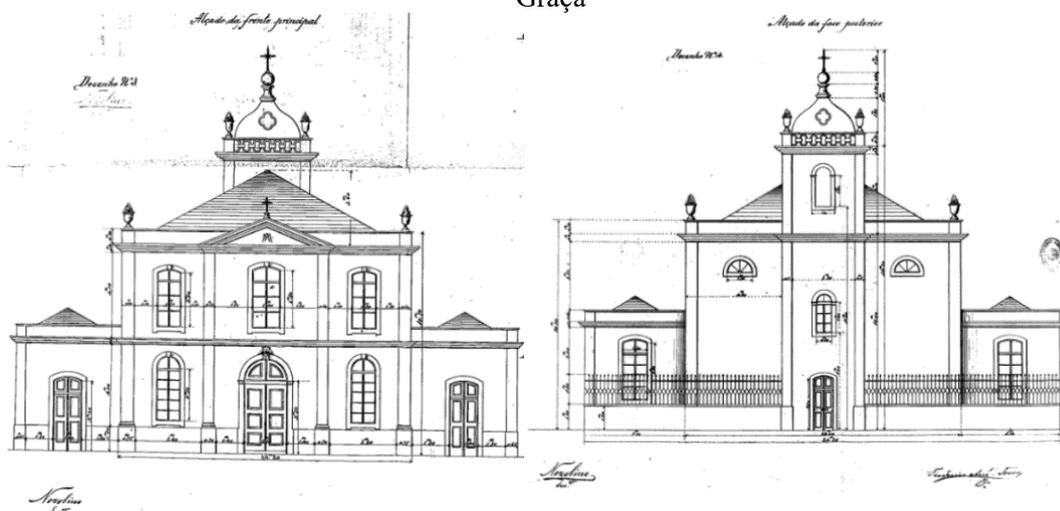
Figura 71 – Maquete da Igreja Nossa Senhora da Graça



Fonte: Gomes, 2008.

Na fachada frontal, nos dois lados do portal, há duas janelas altas coroadas por pequenos frontões triangulares. No nível superior da fachada, há três janelas altas com vergas em arco abatido (figura 72). Este alçado é dividido em três seções verticais que definem uma secção central, finalizada por um frontão triangular, coroado pela grande cruz de mármore. Na parte externa do edifício, há elementos como o anjo que simbolizam as premissas religiosas.

Figura 72 – Fachada frontal (à esquerda) e fachada traseira (à direita) da Igreja Nossa Senhora da Graça

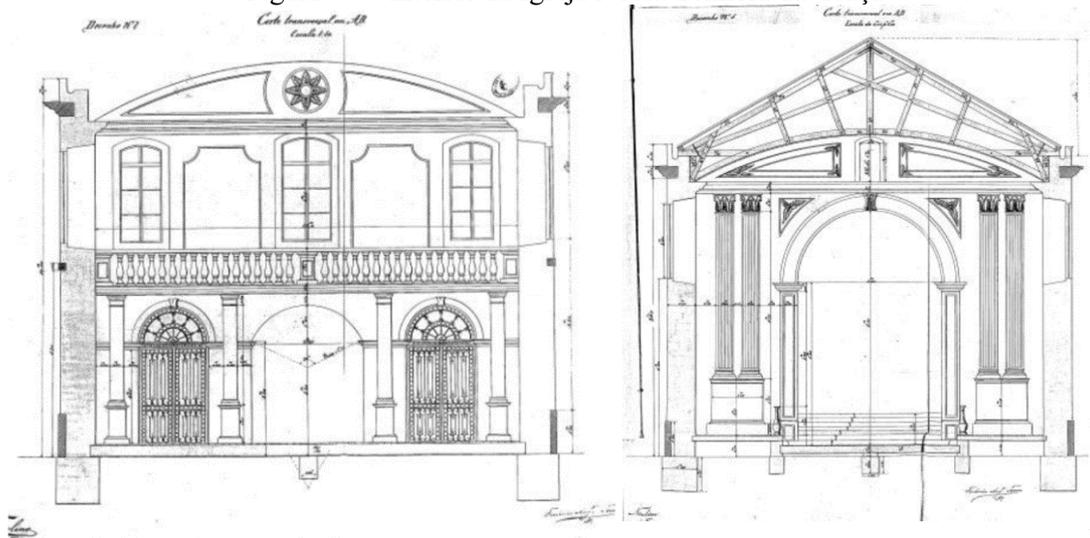


Fonte: Gomes, 2008.

O interior da igreja apresenta um espaço religioso amplo, de uma só nave, com 4 altares dispostos ao longo de duas teias laterais, batistério, coro, sacristia e casa do despacho, com uma ornamentação capaz de impressionar minimamente o crente, pelas soluções decorativas de inspiração bíblica, influenciadas por padrões estéticos clássicos. Este aspecto denota a

submissão a certas regras defendidas por artistas apologistas do classicismo como universais (GOMES, 2008). Ao adentrar-se o templo, evidenciam-se dois espaços com as respectivas portas que ladeiam a entrada principal da igreja: uma à direita para quem penetra no edifício, dá acesso ao coro colocado superiormente (figura 73).

Figura 73 – Interior da Igreja Nossa Senhora da Graça



Fonte: Gomes, 2008.

Outro aspecto são as pinturas religiosas presentes na Igreja da Praia que, segundo consta, não foram da autoria de pintores portugueses. Na realidade, as obras trazem a assinatura do pintor italiano MALDARELI, com a datação de 1902 (figura 74), momento correspondente ao término da igreja e indicado como tendo sido feito em Milão, cuja escola artística na Europa, na época, foi das mais fantásticas (GOMES, 2008, p. 306).

Atualmente, a igreja se mantém em bom estado de conservação, no que diz respeito às características estéticas e construtivas que chegaram até os dias atuais. Trata-se de um espaço de celebrações eucarísticas e da vivência da fé cristã e espaço central das festividades religiosas no Centro Histórico.

Figura 74 – Pintura existente na Igreja Nossa Senhora da Graça



Fonte: Gomes, 2008.

### [C] Câmara Municipal

Antigo Paço do Concelho, a Câmara Municipal da Praia foi escolhida como um atributo representativo do municipalismo da cidade. A construção do edifício da nova Casa da Câmara configurou-se como uma das formas de afirmação do poder colonial, num período em que era necessário que cada colonizador desse mostras de domínio nas respectivas colônias (figura 75).

O edifício como conhecemos hoje passou por sucessivas remodelações introduzidas no século XX, mas manteve a matriz caracterizadora, desde a primeira remodelação e ampliação, terminadas em 1850. Manteve a torre, com elementos decorativos, prevista para ter relógio, conhecida como a torre mais alta do ultramar. Nos detalhes e características do edifício, percebe-se a revalorização dos aspectos estéticos do classicismo, onde se constata certa pureza nas superfícies nuas. As paredes parecem totalmente despidas de ornamentação e com linhas horizontais ininterruptas.

A bela cornija e platibanda que compõem a fachada apresentam considerável efeito ornamental. Por um lado, a cornija evita que a água do telhado escorra sobre a parede e, por outro, a platibanda esconde a coberta.

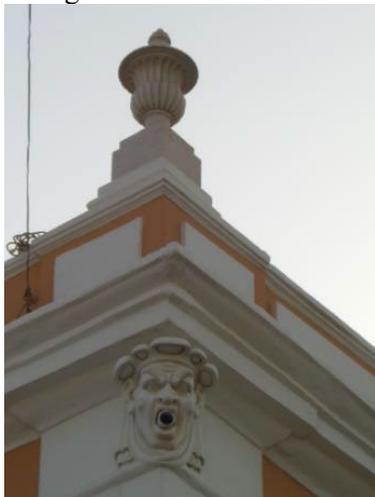
Figura 75 – Foto antiga da Câmara Municipal



Fonte: Foto antiga cedida pelo historiador Lourenço Gomes.

No eixo vertical, a Casa da Câmara ostenta uma rigorosa compartimentação marcada por pilastras com silhares fingidos, encostadas em cada extremo do muro do corpo principal. Esses elementos repetem-se ao demarcarem a torre e a parte central do edifício, fazendo com que sejam visualizadas duas alas. No alto da torre, se evidencia uma pequena varanda, com a respectiva porta-janela e exibe-se um relógio situado abaixo do sino. Como ocorre nos outros edifícios de prestígio da cidade, a cobertura é composta por quatro águas, de telha e armação de madeira, com teto forrado. Nos cunhais, nota-se a marcação do rincão, espelhada nas arestas salientes. Na fachada, nota-se a presença dos cunhais nas extremidades, mais precisamente na cimalha, com gárgulas sob a forma de rostos humanos por onde sai a água para o exterior (figura 76).

Figura 76 – Gárgulas em formas de rostos na cimalha



Fonte: Gomes, 2008.

Neste edifício, aconteceram os momentos mais importantes nas vésperas e pouco tempo depois da independência nacional, como a posse do primeiro chefe do governo da república e local de funcionamento do gabinete do primeiro-ministro do arquipélago.

O edifício passou a alojar o Gabinete do Presidente da Câmara e os vereadores eleitos pelo sistema multipartidário, depois de novas obras de restauração, com a abertura política na década de 1990. Tais trabalhos mais modernos foram iniciados ainda antes da década de 1990 quando a Chefia do Governo se transferiu para as instalações do novo palácio do Governo. Funciona atualmente como Câmara Municipal da Praia, sendo uma das instituições do poder local que sobreviveu ao longo das décadas e continua a regular a vida comunitária, desempenhando as funções administrativa, social, econômica e cultural (figura 77).

Figura 77 – Foto atual da Câmara Municipal utilizada na entrevista



Fonte: Interlusofona.

#### [D] Quartel Jaime Mota

O Quartel Militar é um edifício representativo da arquitetura militar em Cabo Verde, um exemplo da herança do colonizador português (figura 78). É representativo da defesa do Centro Histórico da Praia quando ainda era uma vila. O quartel foi construído no século XIX e é uma das edificações que fazia parte do Largo da Bateria. Sua fachada principal volta-se para a rua do Corvo, cujo traçado foi guiado pelas fundações do Quartel, marcando o início da estruturação da vila em direção à cidade.

Figura 78 - Quartel e Batalhão de Caçadores d’Africa Occidental, depois Quartel da 1ª Companhia de Polícia Civil e Militar e, hoje, Companhia *Jaime Mota* – Praia



Fonte: Quartel e Batalhão de caçadores nº 1, África ocidental – Cidade da Praia, Cabo Verde 15 de abril de 1872. Acessível no Arquivo Histórico Militar (AHM) - Lisboa, Fundo 110, Série B3, Caixa PO-1 in GOMES (2008).

Atualmente, o Quartel apresenta um elevado valor patrimonial e carrega um profundo simbolismo junto às Forças Armadas. Conhecido também como “Forte da Praia”, o Quartel é um dos monumentos históricos mais antigos da cidade, tendo participado de grande parte da evolução do Centro Histórico. Junto a outros, como a Igreja Nossa Senhora da Graça, a Câmara Municipal, o Palácio da Presidência, o edifício contribui com um valor adicional e grande representatividade no contexto do Centro Histórico. Foi restaurado recentemente em 2012 (figura 79).

Figura 79 – Quartel Militar Jaime Mota, imagem utilizada na entrevista



Fonte: A Autora, 2019.

### [E] Museu etnográfico

O edifício foi inaugurado como museu em 27 de novembro de 1997, constituindo-se a primeira instituição do tipo criada em todo arquipélago. É característico da arquitetura neoclássica, tipologia arquitetônica da maior parte dos edifícios do Centro Histórico da Praia-Platô e que foi modelo nas colônias, do fim do século XVIII a princípios do século XIX. Segundo a Revista Construção (2000), acredita-se que o edifício pertenceu ao senhor João Bento Rodrigues Fernandes.

Segundo ALVAREZ (1996), até a década de 1950, o edifício funcionou como moradia, posteriormente abrigando a Associação Comercial e Agrícola de Sotavento. Em seguida, passou a ser Instituto do Trabalho e Previdência Social e, mais tarde, passou a pertencer ao Sr. António Correia (Irmãos Correia, Lda). Em seguida, foi vendido ao Ministério da Cultura, em 1994/1995, por intermédio da Câmara Municipal da Praia. Até 1996, o edifício se encontrava em estado ruinoso, como consta na figura 80, entretanto sem apresentar afetações estruturais visíveis.

Figura 80 – Museu etnográfico em estado ruinoso, 1996



Fonte: Imagem cedida pelo técnico do IPC em 2019.

O edifício apresenta uma fachada simples, com certo ritmo, duas pilastras no extremo do muro do corpo principal, com remates de capitel e molduras de filetes. A coberta é de 4 águas e telhas do tipo Marselha. A fachada é marcada por seis portas-janelas, sendo três do lado direito e três do lado esquerdo da porta principal. As portas-janelas apresentam balcões com gradil de ferro, decorados e encimados por vãos arquivados com platibandas de madeira e caixilharias de vidros fixos na sua parte superior.

A fachada apresenta dois cunhais com moldura clássica, com marcação do rincão do telhado que provém do vértice externo do cunhal. Na parte inferior da fachada, por baixo das portas-janelas, há dois óculos, um de cada lado da porta principal. Hoje, o edifício é propriedade do Governo de Cabo Verde, Ministério da Cultura, encontrando-se sob a tutela do Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural (IIPC), que se tornou Instituto do Patrimônio Cultural (IPC), desde 2001 (figura 81). O edifício faz parte do conjunto urbanístico do Centro Histórico da Praia –Platô.

Figura 81 – Museu etnográfico atualmente, depois do restauro, imagem utilizada na entrevista



Fonte: IPC, imagem cedida pelo técnico do IPC em 2019.

O edifício é classificado como monumento histórico e passou pela obra de restauro em 1996, enquadrando-se na política de preservação do patrimônio cultural do Ministério da Cultura, materializada pelo Instituto Nacional da Cultura, hoje IPC. O edifício do museu é um testemunho patrimonial em exibição e seu valor se deve não somente à sua representatividade na história do Centro Histórico da Praia, como também ao valor do espaço onde se encontra localizado (antiga rua do Pelourinho, atual rua 5 de Julho) que, pela sua importância, vem agregar-lhe valor.

#### [F] Praça Alexandre Albuquerque

A Praça Alexandre Albuquerque, como atributo do Centro Histórico da Praia, está inserida na categoria de espaço público, refletindo a significação típica do espaço público urbano, concebido como um palco de interação social, abrigo de diversas manifestações cívicas e culturais. Na modernidade, representa a ideia de urbanidade, que hoje está empregada na memória e história dos moradores do Platô e que se expressa nas relações sociais que estruturam a sociedade praiense. Na Praça, encontram-se elementos de ornamentação urbanística e obras

de arte de cariz público, como um coreto e, principalmente, na multiplicidade de assentos e espaços lúdicos conforme se pode observar nas figuras abaixo 82 e 83.

Figura 82 – Cartão postal da Praça Alexandre Albuquerque e as obras arquitetônicas de prestígio ao redor



Fonte: Imagem cedida pelo Historiador Lourenço Gomes em 2019.

Figura 83 – Praça Alexandre Albuquerque, imagem utilizada na entrevista



Fonte: A Autora, 2019.

Ao redor da Praça, foram se instalando outros edifícios senhoriais, o que foi reforçando sua função como centro vital do Platô e conferindo um grande prestígio aos edifícios ao seu redor. Na Praça Alexandre Albuquerque, o Coreto aparece como uma peça de arquitetura ligada às festividades cíclicas ou sazonais, ou ainda, em ocasiões especiais de comemoração. A Praça contém alguns elementos ornamentais como o busto de Serpa Pinto (figura 84), que representa a personalidade, cuja administração enquanto Governador-geral de Cabo Verde foi das mais notáveis que a colônia teve. A esse governador se deve o incremento da vida da urbe da Praia.

Figura 84 – Busto de Serpa Pinto na Praça Alexandre Albuquerque



Fonte: A Autora, 2019.

No meio da Praça, até algum tempo atrás, o Coreto animava os finais das tardes de domingo e quintas-feiras, com a presença da Banda Municipal. Além disso, conta-se com a presença de um chafariz como uma autêntica obra de arte pública de acesso livre. Apesar de não acontecerem mais as animações e atrações no Coreto, a praça manteve sua função como espaço de recreação, passeios e palco de atividades festivas, como a Festa Nossa Senhora da Graça e espaço de comemoração do dia das crianças (figura 85).

Figura 85 – A Praça Alexandre Albuquerque como palco das festividades do dia das crianças, em 1 de junho de 2019 (dia das crianças em Cabo Verde)



Fonte: A Autora, 2019.

## [G] Mercado

Assim como a Praça Alexandre Albuquerque, o Mercado Municipal é um dos pontos focais no Centro Histórico, sendo um dos edifícios que melhor representa o comércio local. Para além de catalizador do comércio neste trecho, desempenha um papel fundamental não só no fluxo de pedestre, como também na valorização da rua como área comercial. Sua presença suscitou, e continua suscitando, um estímulo ao desenvolvimento comercial local e à valorização imobiliária, estabelecendo-se como um marco central da rua, presente na memória coletiva.

Tanto antigamente como hoje, o mercado funciona diariamente, sendo abastecido com gêneros alimentícios e mercadorias trazidas das propriedades agrícolas do interior da ilha de Santiago, “constituindo-se num importante espaço de afirmação dos comerciantes da cidade que negociavam gêneros frescos e o artesanato produzidos pela população camponesa” (GOMES, 2008, p 365).

O aparecimento de muitas lojas no espaço em volta do denominado Pelourinho, hoje Mercado Municipal, foi motivado pela possibilidade de se vender aos camponeses, vizinhos e outros frequentadores, bens importados, como vestuário, chapéus, enxadas, painéis, etc. Segundo Correia e Silva (1998), esta troca comercial permitiu a afirmação do Pelourinho como principal espaço comercial. Em sequência, o desenvolvimento comercial culminou com a criação da Associação Comercial da Praia, no ano de 1872. Acredita-se que o moderno espaço de mercado foi edificado entre 1872 e 1874, no local onde se encontra hoje. Em 1907, ainda conservava o aspecto de quando foi edificado como um espaço coberto, porém, sem as telhas metálicas verde escuro (figura 86).

Figura 86 – Imagem do novo Mercado da Praia, edificado entre 1872 e 1874, datada de 1907

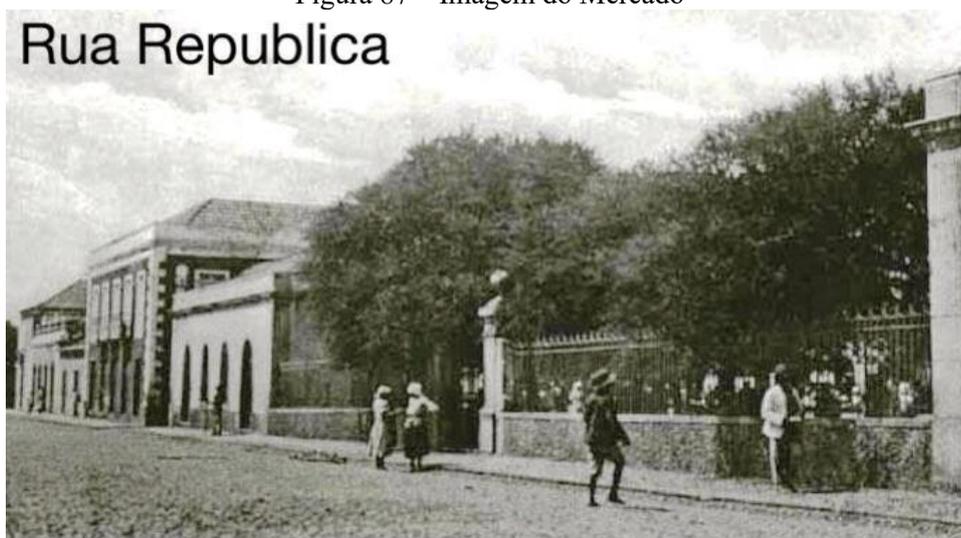


Fonte: Imagem cedida pelo historiador Lourenço Gomes, 2019

O edifício do Mercado da Praia é caracterizado como sendo de arquitetura civil de cariz secular, situado na antiga rua de D. Luís, atual 5 de julho, com uma das fachadas voltada para a antiga Rua Sá da Bandeira, hoje Avenida Amílcar Cabral. Não se sabe ao certo o ano da sua construção, mas acredita-se que o edifício do moderno espaço de mercado, no local onde se encontra hoje, já estava presente em 1874, embora não tivesse as características que ostenta hoje.

Como espaço público de concentração e passagem de pessoas, desempenha um papel muito importante na difusão de hábitos, costumes e tradições. É um fornecedor de bens com valor cultural, como alimentos expostos sazonalmente e especiarias que fazem parte da cultura e tradição local, que estão na base de pratos típicos da gastronomia, relacionada aos ciclos festivos (figura 87).

Figura 87 – Imagem do Mercado



Fonte: Imagem cedida gentilmente pelo historiador Lourenço Gomes em 2019.

Hoje, o Mercado afirma-se como um edifício de importância econômica e, segundo os seus responsáveis, possui mais de 204 postos de venda. Por meio de cobranças diárias a cada vendedor, a Câmara Municipal consegue recolher uma receita considerável (figura 88). Em 1924, o Mercado da Praia passou por obras e, posteriormente, foi restaurado em 1999. No seu lado sul, encontra-se uma inscrição a marcar a sua reabertura em 17 de julho do mesmo ano, quando era presidente da Câmara o Sr. Jacinto Abreu dos Santos (Gomes, 2008).

Figura 88 – Cartão postal com produtos expostos no Mercado na década de 2000



Fonte: cartão postal, acessível no IAHN –CV e foto à direita, a autora (2019).

Em seguida, foi objeto de obras de requalificação, em setembro de 2015, configurando-se para muitos como um dos pontos turísticos do Centro Histórico da Praia. Após a obra de restauro, o mercado passou a oferecer melhores condições de saneamento, facilitando as vendas. Passou a contar com quatro casas para açougue e peixaria, dezenas de balcões para venda de frutas e legumes e inclusive um restaurante (figura 89).

Figura 89 –Imagem utilizada na entrevista do Mercado



Fonte: A Autora, 2019.

#### [H] Conjunto arquitetônico (antigos casarios senhoriais)

O Centro Histórico deve sua classificação como bem patrimonial nacional, principalmente ao seu conjunto arquitetônico do século XVIII e XIX que, em sua maioria, se manteve em condições adequadas. O conjunto arquitetônico é do estilo neoclássico e barroco, apresentando alguns ecletismos nos edifícios mais recentes. Não obstante,-destacam-se alguns

monumentos e edifícios que não são classificados como tal, e que, talvez, merecessem tais designações.

Como exemplos desses edifícios de elevado valor patrimonial, destacam-se aqui não somente os já escolhidos como atributos a serem utilizados nas entrevistas, como também outros exemplares arquitetônicos. Individualmente, podem não se destacar tanto, mas, juntos, conferem ao conjunto certa nobreza e prestígio. Como atributo representativo, escolheu-se o conjunto arquitetônico que congrega as casas senhoriais. Individualmente, tais casas são representativas do estilo da época colonial e que resistiram até os dias atuais. São exemplos a casa Serbam e a casa Feba que se destacam, com bastante similaridade arquitetônica entre si (figura 90).

Figura 90 – Conjunto arquitetônico – Casas Feba e Serbam e outros edifícios da época



Fonte: imagem cedida pelo historiador Lourenço Gomes.

Figura 91 – Conjunto arquitetônico – Casa Serbam e outros edifícios do conjunto (imagem utilizada na entrevista)



Fonte: A Autora, 2019.

Apesar da passagem do tempo, as casas Feba e Serbam conservaram suas características e função comercial, com exceção da função residencial que abrigavam anteriormente. Isso se deve ao fato de o comércio moderno tendencialmente demandar mais espaço, ocupando inclusive o piso superior onde antes era moradia.

Durante um tempo, uma das edificações (a da direita de fachada rosa na figura 91) passou a funcionar como liceu. Na parte inferior de uma das janelas de sacada com gradis, pode-se observar a inscrição: LICEU GIL EANES. De acordo com o historiador Lourenço Gomes:

Comprovamos também dados atinentes à utilidade educativa que teve esta, foi uma das casas da família SERBAM, através de um artigo publicado num periódico local que foi editado desde a década de 1950. Tal publicação reportava em 1960 a uma secção do Liceu Gil Eanes sediado na Cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente, a funcionar na Praia desde 1955. (Gomes, 2009).

Os dois edifícios enquadram-se no estilo colonial, realçando linhas horizontais e certa sobriedade, reveladas pelas paredes lisas. Hoje, o edifício de fachada azul funciona como centro comercial Fenícia, depois de ter sido adquirido por um grupo de investidores estrangeiros originários do Líbano. O outro edifício de fachada rosa foi comprado pela família Anjos e remodelado, no qual funciona a Mundilar, loja de móveis e de outros artigos do lar.

Outra edificação de destaque nesta rua e de elevado valor patrimonial é a casa Feba, localizada também na Av. Amílcar Cabral, antiga Rua Sá da Bandeira. Situada na sequência das duas edificações que pertenceram à família SERBAM, consiste num edifício de três pisos, fronteiro à casa que funcionou como papelaria do Leão, também desse período. Trata-se de um exemplar de residências senhoriais situadas na mesma rua, datado da década de 1950, com loja e dois andares.

No piso térreo, passa a ideia que possuía duas portas simples de madeira que foram substituídas. Nos dois pisos superiores, apresenta duas portas-janelas, com guarda-corpos de madeira modestamente decorados. As paredes são desprovidas de qualquer ornamentação e são enquadradas por pilastras simples nas extremidades da casa (figura 92). A cobertura é de telha vermelha marselhesa, a quatro águas. Trata-se de um exemplar bem mais simplório que não exhibe platibanda, mostrando um beiral arquetado com acabamento em telha de canudo. Esse conjunto arquitetônico juntamente com o papel e função desempenhados pela rua na consolidação do Centro Histórico da Praia, conferem a essa avenida uma grande importância no traçado urbano.

Figura 92 – A casa Feba (esquema e foto atual)



Fonte: Gomes, 2008.

### [I] Liceu Domingos Ramos

Apesar de não ter sido o primeiro da urbe, o Liceu Domingos Ramos é um dos que manteve a função, desde sua criação até os dias atuais, configurando-se como um dos liceus de maior prestígio da Ilha de Santiago (figura 93).

Após as tentativas ineficientes de criação de um seminário, na antiga Ribeira Grande, nos primórdios da ocupação das ilhas, a criação do Liceu representou a primeira experiência de funcionamento de um ensino que ultrapassasse a mera aprendizagem dos rudimentos da leitura e escrita no arquipélago. Assim, em 1860, foi fundado na Praia o Liceu Nacional de Cabo Verde. Entretanto, depois da abertura do ano letivo de 1861, no dia 7 de janeiro, foi extinto por razões ligadas à falta de pagamento dos professores.

Figura 93 – Liceu Domingos Ramos antigamente, sem data



Fonte: AHNCV, álbum P1.

Na ocasião, o governador Correia de Almeida determinou a concentração do ensino numa instituição própria, que posteriormente viria a ser chamado de Liceu Nacional da Província de Cabo Verde, no caso a Escola Principal da Praia, que também abrigou as funções de liceu. Após a criação do Seminário Liceu de S. Nicolau, em 1866, por iniciativa da diocese que, na altura, tinha a sua sede nessa ilha, a ideia de criação de um Liceu na Praia viria a ser definitivamente adiada. A escola então criada na Praia permaneceu apenas com a instrução primária. Com o encerramento do Seminário Liceu de São Nicolau, houve uma tentativa de instalá-lo em São Vicente, com a denominação de Liceu Gil Eanes.

Tendo em vista a saturação das instalações, que já não podiam responder às demandas de todas as ilhas de Cabo Verde na década de 1950, foi criada uma secção do Liceu Gil Eanes na Praia. Este mesmo veio a tornar-se autónomo, com o nome de Liceu Adriano Moreira, tendo sido inaugurado em 10 de junho de 1960 (Revista Construção, 2000). O liceu acabou mudando de nome na época da transição política para a independência de Cabo Verde, consolidando-se, em 19 de maio de 1975, cujo novo patrono passou a ser Domingos Ramos. Até os dias atuais, o liceu funciona como espaço de ensino secundário que equivale ao ensino médio no Brasil (figura 94).

Figura 94 – Liceu Domingos Ramos atualmente, imagem utilizada na entrevista



Fonte: A Autora, 2019.

#### [J] Ruas/avenidas (Av. Amílcar Cabral, antiga Sá da Bandeira)

Um dos aspectos que caracterizam o Centro Histórico da Praia é seu traçado urbano, com destaque às ruas, mais precisamente a Avenida Amílcar Cabral, a Rua Serpa Pinto, juntamente com a Rua 5 de julho, a Rua da Madragoa, a Rua Miguel Bombarda e a Rua Cândido dos Reis, que configuram-se hoje como as principais ruas do Centro Histórico da Praia. Do ponto de vista geográfico, as mencionadas vias estabelecem ligações entre vários espaços

urbanos, segundo traçados que definem relações funcionais as mais diretas possíveis entre a cidade e o território.

Dentre as demais ruas, inclusive as mais antigas como a Rua Andrade Corvo, escolheu-se a Avenida Amílcar Cabral como um atributo representativo de ruas/avenidas. A escolha se deve ao fato de que, dentre as ruas mais antigas, ela conseguiu manter sua dinâmica social e função, desde o período colonial até hoje, no Centro Histórico da Praia. Trata-se de uma avenida viva e dinâmica, caracterizada por uma variedade de exemplares arquitetônicos de alto valor patrimonial.

A avenida Amílcar Cabral situa-se numa zona nobre, onde há belos exemplares de arquitetura do século XIX, cuja estética compõe o cenário urbano, na ótica da paisagem urbana do Platô. Outrora, foi uma das principais artérias do Centro Histórico, depois da Rua Andrade Corvo, e continua funcionando como principal via de entrada e saída do Centro Histórico da Praia - Platô (figura 95).

Figura 95 – A antiga Rua Sá da Bandeira



Fonte: Gomes, 2008.

Figura 96 – Foto atual (2019) da Avenida Amílcar Cabral, imagem utilizada na entrevista



Fonte: A Autora, 2019.

#### [K] Vista da Praça Alexandre Albuquerque e seu entorno

No Centro Histórico da Praia, destacam-se os cenários e vistas panorâmicas que conformam a sua paisagem histórica urbana. A Praça Alexandre Albuquerque e o conjunto arquitetônico no seu entorno, classificados como monumentos, conferem beleza e estética ao lugar. Este cenário é característico e marcante na paisagem histórica do Centro Histórico do Platô, devido aos exemplares arquitetônicos como a igreja, a câmara municipal, o palácio da justiça e o edifício do antigo Banco Ultramarino que, juntamente com a Praça, completam o quadro paisagístico (figura 97). A praça e seu entorno tornaram-se um dos principais pontos focais no contexto urbano.

Figura 97 – Vista antiga da Praça Alexandre Albuquerque e seu entorno (datada de 1915)



Fonte: IHNCV – Álbum P1.

Segundo Gomes (2008), o efeito de conjunto revela neste espaço urbano uma atitude imaginativa de quem o planeou. O efeito visual alcançado sugere ao observador um espaço nobre, no qual os edifícios ali implantados lhe conferem certo prestígio. Numa ótica paisagística, o conjunto apresenta-se como uma “moldura” marcante na memória da sociedade cabo-verdiana (figura 98).

Figura 98 –Vista atual da Praça Alexandre Albuquerque e seu entorno, imagem utilizada na entrevista



Fonte: [http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id\\_cod=13009](http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=13009). Acesso em 24 de Maio de 2020.

#### [L] Vista do mirante

O mirante aqui destacado é o do Largo Diogo Gomes, localizado ao lado do Palácio da Presidência da República. O Largo dá acesso à vista da zona baixa do litoral onde se situam as praias Negra, da Gamboa e a que se denomina Prainha, compreendendo trechos da Avenida Combatentes da Liberdade da Pátria, o Bairro de Chã de Areia e a Achada Santo Antônio, localizada no planalto. Este ponto apresenta uma vista conhecida popularmente como a “Vista do Mirante”, que foi se perpetuando ao longo do tempo. Novos elementos urbanos foram sendo ali implementados em função da incrementação da urbanização nos bairros adjacentes. (Figura 99).

Figura 99 – Vista do miradouro, antigamente



Fonte: IHNCV – Álbum P1.

Esse trecho do Mirante faz parte do Largo onde se localizava a antiga igreja demolida e o cemitério citado no capítulo III. Segundo relato de Gomes, em sua tese, “Antônio de Paula Brito, apresenta esse largo, por volta de 1890, como o espaço que se nos depara ao subirmos as duas rampas do sul do Platô. Segundo o autor ostentava um muro de onde se desfruta a vista do porto e grande porção do oceano” (GOMES, 2008, p.156).

Segundo Gomes (2010), o antigo Largo da Igreja, do qual um trecho é conhecido como Mirante, apresentou no passado características próprias, relacionadas com sua função de primeiro largo da urbe em desenvolvimento. Tendo em vista sua função de lugar de aglomeração de pessoas, nas proximidades estavam o Mercado/Pelourinho, por trás do edifício da Câmara Municipal.

Vindo da Praça Alexandre Albuquerque e seguindo em frente no sentido sul, passando pelo Palácio do Governo, descortina-se a bela vista da orla marítima da Gamboa e do Ilhéu Santa Maria. Tendo em vista a importância da vista a partir do Mirante, escolheu-se a imagem à direita (figura 100) para a entrevista, como representativa do atributo de caráter paisagístico, estritamente vinculado ao Centro Histórico da Praia.

Figura 100 – Vista da zona litorânea, tomada do Mirante, imagem utilizada na entrevista



Fonte: A Autora, 2019.

### [M] Vista da Rua 5 de Julho

A rua 5 de julho é considerada uma das mais importantes do Centro Histórico da Praia. Foi escolhida como o atributo que melhor representa a beleza e a estética das ruas características do Platô. A escolha se deve à presença do conjunto arquitetônico, à sua funcionalidade e ao papel que desempenha, desde sua formação até a atualidade, na qual se concentra a maior efervescência comercial local (figura 101 e 102).

Figura 101 – Vista antiga da Rua 5 de Julho



Fonte: Imagem cedida pelo Lourenço Gomes.

Figura 102 – Vista atual da Rua 5 de Julho, Imagem à direita utilizada na entrevista



Fonte: A Autora, 2019.

A Rua 5 de Julho, antigamente denominada Rua do Pelourinho, consolidou-se em função do grande movimento comercial das trocas comerciais provenientes de diferentes regiões. Ao longo do tempo, o espaço da rua facilitou o negócio de compra e venda de produtos que as pessoas iam expor. Também assumiu a função de feira, devido a encontros periódicos de mercadores, de diversas regiões, até evoluir para um mercado fixo (Gomes, 2008, p. 365). O Mercado, já mencionado, esteve sempre presente na Rua 5 de Julho, incrementando até hoje o comércio e trazendo vivacidade ao lugar.

A troca comercial, realizada num lugar fixo, onde o mercador se estabelece, permitiu ao Mercado incrementar o comércio na área. Desse modo, atraiu outros estabelecimentos comerciais, que foram se instalando no seu entorno, como casas comerciais, nas partes térreas de algumas residências senhoriais.

Em função dos elementos arquitetônicos e da aparência estética das edificações que compõem seu aspecto visual, a Rua 5 de Julho se configura neste trabalho como um exemplo de rua característica do Centro Histórico da Praia. Seu cenário compõe a paisagem histórica urbana da Praia até os dias atuais. Conseqüentemente, tem despertado o interesse do setor imobiliário em função do potencial econômico. Recentemente, a Rua 5 de Julho foi alvo de intervenção transformando-se numa rua pedonal, alterando sua estética e aparência visual sob diversos aspectos (figura 103 e 104).

Figura 103 – Rua 5 de Julho antes da intervenção



Fonte: [https://www.facebook.com/laser.p.jet/media\\_set?set=a.443550080871.246464.705400871&type=3](https://www.facebook.com/laser.p.jet/media_set?set=a.443550080871.246464.705400871&type=3). Acesso em: 25 de Maio de 2020.

Figura 104 – Rua 5 de Julho atualmente



Fonte: A Autora, 2019.

#### [N] Vista geral do Platô

Fazendo parte dos atributos do Centro Histórico do Praia – Platô, na dimensão visual, destaca-se a própria vista do Centro Histórico (figura 105). Só é possível desfrutar deste cenário quando se está na base no planalto, ou seja, na zona litorânea da Gamboa, no bairro da Achada Santo António. Nos registros históricos, há constantes referências a este cenário da antiga Vila da Praia, que até hoje permanece enraizado na memória da população. O Centro Histórico da Praia projeta-se no planalto, destacando-se em alguns pontos da cidade e marcando a paisagem no fundo, como um grande monumento que se destaca no cenário urbano (figura 106).

Figura 105 – Vista geral do centro Histórico da Praia- Platô



Um aspecto da cidade da Prala. Un aspect de la ville de Praia — Cap-Vert.

Fonte: Cedida gentilmente pelo historiador Lourenço Gomes.

Figura 106 – Vista atual do Centro Histórico da Praia- Platô, imagem utilizada na pesquisa



Fonte: A Autora, 2019.

## 2) Atributos imateriais

Como atributos imateriais, destacam-se aqui dois aspectos da vivência enraizada na própria cultura da cidade que caracterizam aspectos sociais do Centro Histórico: a dinâmica social vivenciada, expressa no fluxo/diversidade do comércio e as manifestações culturais como a procissão da festa de Nossa Senhora da Graça.

[O] fluxo/diversidade do comércio

O fluxo/diversidade do comércio, presentes no Centro Histórico da Praia - Platô, é algo que vem desde a época do antigo Largo da Igreja, onde se realizava a feira de comércio, posteriormente transferida para o espaço onde hoje é o Mercado. Diversos serviços e lojas foram surgindo no Centro Histórico, principalmente em função do Mercado. Então, é esse fluxo/diversidade comercial que dá vida ao Centro Histórico e atrai diversas pessoas ao longo do dia. Nessa área, encontra-se desde comércio formal a comércio informal (popular) e, principalmente, o Mercado onde há a venda de produtos alimentares, assim como as vendedeiras ambulantes que expõem seus produtos na rua (figura 107).

Figura 107 – Diversidade de produtos do comércio informal e formal



Fonte: A Autora, 2019.

Também há um comércio mais especializado onde se encontra uma gama variada de serviços, lojas chinesas que hoje ocupam a maior parte das ruas, lojas de festas, boutiques, óticas, agências de viagens, minimercados, restaurantes, dentre outros. Atualmente, o Centro Histórico do Platô caracteriza-se como um autêntico bairro de caráter predominantemente comercial, sobrepujando a função habitacional. Essa função comercial atrai um fluxo considerável de pessoas, impulsionado pela diversidade de comércio, como se observa nas figuras 108 e 109.

Figura 108 – O fluxo/ diversidade comercial 2019



Fonte: Jornal a Nação.

Figura 109 – Fluxo/ diversidade comercial nos anos 2000, Imagem utilizada na entrevista.



Fonte: Cartão postal acessível no AHN-CV.

### [P] Festa Nossa Senhora da Graça (procissão)

Outro atributo que se enquadra na dimensão sociofuncional é a Festa Nossa Senhora da Graça durante a qual acontece a tradicional procissão. A festa acontece desde a época da antiga igreja que ficava próxima ao edifício do Paço do Concelho onde, posteriormente, veio a ser edificada a residência dos Governadores Gerais (figura 110).

Na época da formação da Vila da Praia, mandou-se erigir um espaço de culto, invocando a santa a quem estavam afeiçoados. De acordo com Gomes (2009), sendo Nossa Senhora da Graça a padroeira da freguesia e dos senhores devotos de fé da Vila, sua festa é celebrada, no dia 15 de agosto, até hoje. A festa conta com uma pequena procissão, que acontece em torno da Praça Alexandre Albuquerque, e atrai diversos fiéis católicos em homenagem a Nossa Senhora e padroeira da paróquia (figura 111).

Figura 110 – Foto da festividade antigamente, em frente da igreja e do Paço do Concelho



Fonte: Fonte: IHNCV – Álbum P1.

Figura 111 – Foto da Procissão da festa Nossa Senhora da Graça, imagem utilizada na entrevista



Fonte: Pascom Igreja Nossa Senhora da Graça, foto por José Luís da Silva. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/Pascom-Nossa-Senhora-da-Gra%C3%A7a-803384183078256/photos/?tab=album&album\\_id=2379574065459252](https://www.facebook.com/pg/Pascom-Nossa-Senhora-da-Gra%C3%A7a-803384183078256/photos/?tab=album&album_id=2379574065459252). Acesso em 24 de Maio de 2019.

### 5.3 ATORES SOCIAIS

Na segunda etapa da metodologia, tratou-se da escolha dos entrevistados, segundo determinado perfil e os objetivos da investigação. Os entrevistados foram atores sociais, que atribuem valor e significado ao bem. De acordo com Araújo e Hidaka (2015), o grupo de indivíduos (*stakeholders*) deve representar a pluralidade da comunidade e suas múltiplas e heterogêneas relações de valor com o sítio urbano patrimonial. Segundo Hidaka (2012), nesse processo, os indivíduos são categorizados como: especialistas, residentes, grupos de referência cultural e visitantes. (Araújo e Hidaka, 2015 p.11.). A escolha dos grupos de atores sociais, teve como base a categorização de Hidaka (2012) e foram escolhidos para a pesquisa levando em conta o contexto do lugar e a necessidade da pesquisa. Foram escolhidos 26 atores sociais, agrupados nas seguintes categorias:

- Residentes (G1): são aqueles que exercem interferência direta no local, em estreita ligação com a localidade (especialmente os mais antigos), buscando ou não a conservação das suas propriedades. Segundo Hidaka (2012, pág. 132), são “o componente essencial do *genius loci* dos sítios urbanos”, pois são os que lutam por suas propriedades e são de grande importância na conservação sustentável do centro. Nesse grupo, foram escolhidos moradores da faixa etária entre 20 a 80 anos. Para melhor viabilidade da pesquisa, os grupos foram subdivididos em dois, tendo em conta que o objeto de estudo consiste num centro histórico de cuja vida social fazem parte outros atores, para além de moradores locais. Sendo assim, foram enquadrados numa categoria moradores locais e moradores de arredores e em outra categoria

os trabalhadores do Mercado Municipal da Praia e trabalhadores de lojas/serviços que frequentam o Centro Histórico da Praia, durante o dia (Tabela 6).

-Visitantes (G2): são aquelas pessoas que buscam lugares com objetivo de obter novas experiências e significados para as suas vidas (TABOSA, 2018). Em geral, são pessoas que não residem no Município nem mesmo na ilha de Santiago, nem possuem ligações diretas com o objeto em análise. Dessa maneira, foram selecionadas pessoas que não são do Centro Histórico do Platô nem dos bairros circundantes como, por exemplo, turistas e visitantes provenientes de outros municípios.

-Especialistas (G3): são aqueles que têm autoridade nesse campo de estudo devido à relação estabelecida com o patrimônio. Podem ser divididos em: especialistas locais, que conhecem bem o contexto local e especialistas externos que têm um conhecimento global relativo à conservação e que trabalham em órgãos voltados para a salvaguarda do patrimônio cultural (HIDAKA, 2012). Foram consultados técnicos internos (locais) e técnicos externos, ligados direta ou indiretamente ao objeto de estudo. Assim, foram entrevistados técnicos da instituição que trabalha com a preservação, o IPC (Instituto do Patrimônio Cultural), e especialistas de outras áreas que lidam e trabalham diretamente com o patrimônio cultural, em prol do processo de reabilitação. Dentro deste grupo, foram ouvidos: técnicos do IPC<sup>27</sup>, arquitetos e historiador e professor da Universidade do Cabo Verde - UNICV<sup>28</sup>. Por outro lado, foram ouvidos alguns gestores, como representantes do governo local (câmara municipal), com a finalidade de captar sua compreensão sobre o bem patrimonial em estudo.

-Grupos de referência cultural (G4): são grupos que atribuem significados e se apresentam como guardiões desses locais onde as comunidades vivem, trabalham e realizam seus rituais (HIDAKA, 2012). Para a pesquisa, foram escolhidos: a Pro Praia (uma associação comunitária que tem como objetivo o desenvolvimento da Cidade da Praia), representante do Sindicato da Indústria, Agricultura e Pesca (SIAP)<sup>29</sup> e o vice pároco da comunidade do Platô. Como a área central (área do centro histórico) não conta propriamente com a existência de um grupo de moradores, não foi possível obter essa representatividade (tabela 6).

---

<sup>27</sup> Devido à dificuldade de contato com dois dos especialistas do IPC que trabalhavam diretamente com a preservação do centro histórico no momento da entrevista, viu-se a necessidade de entrevistar outros técnicos. Ressalta-se que a entrevista passou por testes preliminares o que permitiu melhorar alguns aspectos.

<sup>28</sup> Universidade Pública existente no país.

<sup>29</sup> Em Cabo Verde, a pesca e a agricultura têm uma grande importância, tendo em conta que é o meio de subsistência de diversos moradores. No Centro Histórico, os trabalhadores vão vender seus produtos, contribuindo para a diversidade de comércio, atraindo a população em geral. Deste modo, a escolha dessa representatividade se deve à importância de suas práticas.

Para atender à terceira etapa da metodologia, foi aplicada a entrevista junto aos atores sociais e, em seguida, as informações/dados foram transcritas e tabuladas no programa *excel*. A partir do método de análise adotado e sistematização de dados, foram elaborados gráficos por meio dos quais foi possível identificar os atributos e a ordem de identificação dos respondentes, os valores que mais se repetiam e as expressões chaves que caracterizam cada atributo e que estão na base da significância do Centro Histórico da Praia.

Tabela 6 – Atores sociais

<b>Atores sociais</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Residentes (moradores) – G1a</b>	
Moradores antigos faixa etária $70 < x < 80$ anos	1
Moradores antigos faixa etária $60 < x < 70$ anos	1
Moradores antigos faixa etária $50 < x < 60$ anos	1
Moradores antigos faixa etária $40 < x < 50$ anos	1
Moradores novos faixa etária $30 < x < 40$ anos	1
Moradores faixa etária $20 < x < 30$ anos	1
Moradores dos arredores	2
<b>Total</b>	<b>8</b>
<b>Residentes (Trabalhadores) – G1b</b>	
Trabalhadores do Mercado Municipal (comerciantes)	3
Trabalhadores das lojas/serviços	3
<b>Total</b>	<b>6</b>
<b>Visitantes – G2</b>	
Visitante outros municípios/ilhas	1
Visitantes de outros países	1
<b>Total</b>	<b>2</b>
<b>Especialistas – G3</b>	
<b>Especialistas internos</b>	
Especialista 1	1
Especialista 2	1
Especialista 3	1
Especialista 4	1
<b>Especialistas externos</b>	
Especialista 5 e 6	2
Especialista 7	1
<b>Total</b>	<b>7</b>
<b>Grupo de referência cultural – G4</b>	
Pró-Praia	1
SIAP – Sindicato da Indústria, Agricultura e Pesca	1
Representante Paroquial	1
<b>Total</b>	<b>3</b>
<b>Total de entrevistados</b>	<b>26</b>

Fonte: A Autora, 2019.

### O método de análise adotado

Tomou-se como base a análise de conteúdo apresentada por Tabosa (2018) que, por sua vez, apoiou-se no método apresentado por Bardin (2008), adotado na pesquisa. A análise de conteúdo pode ser entendida como:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2008, p. 11).

De conformidade com esse método, foram adotados dois procedimentos: utilização da ferramenta de consulta e os gráficos provenientes das consultas. Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo consiste numa técnica híbrida que contempla quantidade/qualidade, permitindo estabelecer uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise quantitativa dos materiais, reduzindo assim a complexidade de uma coleção de textos. A partir dos dados coletados na entrevista, através da aplicação da ferramenta, é possível atribuir-lhes notas e tabelá-los no programa Microsof Excell. Neste momento, são atribuídas notas aos juízos qualitativos, transformando-os em juízo quantitativos.

O processo de transformar “juízos qualitativos” em “juízos quantitativos” é empregado quando, aos elementos qualitativos, lhes são atribuídas notas (LIRA, 2010). A partir das respostas obtidas, foi possível traduzir o processo de valoração (juízo qualitativo) em dados quantitativos, por meio da atribuição de notas para cada atributo e de pontos indicando os valores.

O tratamento das informações resultou numa sistematização de quadros que condensam e apresentam as informações fornecidas pela análise de conteúdo, permitindo a visualização dos significados transmitidos pelo bem, tendo em conta a ordem de identificação dos atores com os atributos e os valores a eles atribuídos.

Com essa ferramenta de consulta, aplicada junto aos atores sociais, foi possível identificar os significados e valores dos atributos. Por meio da coleta das informações relativas ao processo de valoração dos atributos, foi possível coletar dados qualitativos que, por meio da atribuição de notas, foram transformados em dados quantitativos permitindo assim dar maior objetividade a uma avaliação de caráter subjetivo.

#### 5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo foi explicitada a metodologia empregada na pesquisa, na qual foi apresentado o processo da sua concepção, com o intuito de atender ao objetivo geral que é de identificar e compreender os significados e valores que expressam a significância cultural do Centro Histórico da Praia.

Inicialmente, foi necessário identificar os atributos que caracterizam o Centro Histórico da Praia como um patrimônio cultural. Em seguida, o emprego de recurso imagético aliado a recurso verbal dos atores sociais permitiu coletar dados qualitativos que foram transformados em dados quantitativos, com auxílio do método de Bardin (2009), na sistematização e análise dos dados. Foram aplicadas as primeiras entrevistas que se configuraram como testes para verificar a viabilidade/eficácia de cada aspecto adotado.

Não obstante, notou-se que algumas imagens utilizadas na pesquisa não foram bem reconhecidas pelos entrevistados, gerando questionamento, o que ia contra o princípio da não interferência com o entrevistado. O teste permitiu fazer uma nova seleção de fotos, buscando a que melhor representava cada atributo e fosse facilmente apreendido pelos entrevistados. Dessa maneira, o instrumento foi montado e aplicado junto aos atores sociais. A associação dos recursos verbais, ou seja, os valores identificados, aos recursos imagéticos, juntamente com as frases formuladas pelos atores que expressam o significado de cada um dos atributos, permitiu identificar os significados e valores atribuídos a cada um dos atributos pelos atores sociais. Por fim, a compilação das respostas de todos os respondentes indica os valores expressados pelo atributo e a ordem de importância de cada valor. Com a aplicação dessa ferramenta, foi possível coletar dados de caráter qualitativos referentes ao processo de valoração dos atributos do Centro Histórico da Praia.

Os dados quantitativos coletados e transformados em dados qualitativos possibilitaram a geração de vários gráficos que são apresentados a seguir e que expressam a relação entre os valores e atributos do Centro Histórico da Praia. Na próxima etapa, é realizada uma análise onde são apresentados os resultados provenientes da aplicação da ferramenta de consulta.

## 6 RESULTADOS E ANÁLISE

Por meio da trajetória histórica abordada no capítulo IV, foi possível identificar vários atributos que caracterizam o Centro Histórico da Praia como um bem patrimonial e que expressam o seu valor excepcional. Para isso, foi realizada a consulta sobre a significância cultural, por meio de entrevistas realizadas junto aos atores sociais. Deste modo, foi possível obter dados de caráter qualitativo, transformados em dados de caráter quantitativos, permitindo a realização de uma análise aprofundada referente aos valores e significados dos atributos do Centro Histórico da Praia.

Na presente análise, são apresentados os valores e significados relacionados com cada um dos atributos pelos *stakeholders*, chegando a um quadro da percepção da significância cultural do Centro Histórico da Praia. Por fim, os cinco atributos de maior grau de identificação dos atores sociais (*stakeholders*) são analisados separadamente, utilizando-se a abreviatura CHP referente ao Centro Histórico da Praia.

### 6.1 CLASSIFICAÇÃO DOS ATRIBUTOS PELO GRAU DE IDENTIFICAÇÃO

A aplicação da ferramenta de consulta possibilitou resultados que culminaram em dados qualitativos, devidamente tabelados no programa *excell*. A partir de então, foram gerados gráficos contendo resultados referentes à classificação dos atributos analisados e dos valores que lhes foram atribuídos, de acordo com a percepção dos atores sociais entrevistados. Os dados tabelados permitiram transformar os “juízos qualitativos” em “juízos quantitativos”, que só foi possível devido à atribuição de valores numéricos às respostas obtidas, permitindo dar maior objetividade a uma avaliação de caráter subjetivo. Deste modo, foi possível identificar os atributos do centro histórico da Praia com os quais os atores mais se identificam e como eles o valoram.

A ferramenta permitiu formas diversificadas de análises e entendimentos relativos aos atributos identificados e aos valores atribuídos pelos atores sociais, possibilitando um aprofundamento na avaliação de cada atributo e a visão geral do todo. Apesar de ter sido adaptada às necessidades da pesquisa, a ferramenta de consulta permitiu resultados satisfatórios, possibilitando diversas interpretações, vinculadas à análise da situação atual.

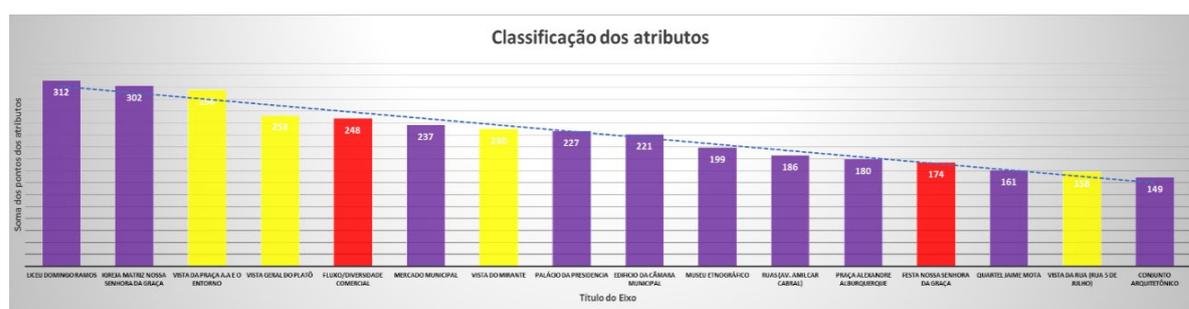
Na primeira ficha de consulta aplicada, foi pedido aos atores sociais entrevistados que ordenassem os atributos por ordem de identificação, estabelecendo uma hierarquia, com base

na pontuação de cada atributo com o qual mais se identificavam. Se um atributo X apareceu em primeiro lugar na ordem de importância do entrevistado A, a este atributo atribuiu-se a nota 16, considerada a nota máxima, uma vez que 16 atributos foram colocados em análise na pesquisa, variando a pontuação de 1 a 16 pontos. Por outro lado, se um atributo Y apareceu em último lugar na ordem de importância do entrevistado A, esse atributo Y recebeu a nota 1. O somatório de todas as pontuações possibilitou verificar o grau de valoração dos atributos pelos atores sociais.

O atributo colocado em 1º lugar recebeu 312 pontos e o que ficou em último recebeu 149 pontos, apresentando uma diferença de 163 pontos, ilustrado no gráfico 1. As cores do Gráfico 1 são representativas do grau de valoração de cada atributo, facilitando a leitura e compreensão dos dados. Em roxo, foram identificados os atributos materiais referente aos aspetos estruturais do Centro Histórico da Praia, em amarelo os atributos que retratam aspetos da paisagem (vistas) e em vermelho os atributos imateriais.

De acordo com o Gráfico 1 (imagem ampliada no apêndice 4), o atributo mais valorado pelos entrevistados foi o Liceu Domingos Ramos (312), seguido pela Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças (302 pontos), em terceiro lugar a vista da Praça Alexandre Albuquerque e entorno (296 pontos), o quarto a vista geral do Platô (253 pontos) e na quinta posição o fluxo/diversidade de comercial (248 pontos).

Gráfico 1 – Classificação dos atributos de acordo com o grau de identificação



Fonte: A Autora, 2020.

Com base na análise global das falas/frases coletadas na ficha 2, referente aos 5 primeiros atributos, o Liceu e a Igreja aparecem como os dois primeiros colocados respectivamente, pelo uso e pela representatividade, no passado e nos dias de hoje. Desde sua criação, o Liceu tem sido um espaço educativo onde várias gerações, inclusive a atual, formaram-se e viveram a maior parte da sua vida acadêmica. A Igreja aparece como um edifício

representativo da fé cristã, notadamente enraizada na sociedade cabo-verdiana, sendo até hoje o palco de diversas celebrações religiosas.

Na análise global da classificação, onde é analisado o somatório da percepção de todos os atores sociais consultados, dois atributos materiais de caráter estrutural lideram a classificação. Em seguida, aparecem os atributos que retratam aspetos da paisagem e um atributo imaterial respectivamente.

Percebe-se aqui que os atributos de caráter visual, quais sejam, a vista da praça Alexandre Albuquerque e seu entorno e a vista geral do Platô, aparecem após o Liceu Domingo Ramos e a Igreja Matriz, como atributos de grande importância do CHP, de conformidade com o grau de identificação dos entrevistados com os atributos. Essa pontuação demonstra o quanto os atores sociais entrevistados se identificam com os atributos que retratam a paisagem do CHP.

Infelizmente, na realidade cabo-verdiana, os atributos que retratam a paisagem não vêm sendo muito trabalhados do ponto de vista patrimonial, nem existe um processo de identificação, classificação e reconhecimento da paisagem histórica do CHP. Este resultado vem salientar a importância da paisagem urbana e a necessidade de um olhar voltado para o aspecto paisagístico do CHP, visando medidas de proteção e salvaguarda dos cenários e vistas desse trecho da cidade e da área de transição.

Dentre os atores sociais entrevistados, o Palácio da Presidência e a Câmara Municipal, que são edifícios de representatividade administrativa e política de Cabo Verde, ocupam uma posição mediana no gráfico, 8ª e 9ª posições respectivamente, correspondendo aos atributos com grau de identificação mediana.

Os últimos colocados foram o Quartel Jaime Mota, na 14ª posição, a vista da rua 5 de julho, na 15ª posição, e o conjunto arquitetônico (antigas casas senhoriais) na 16ª posição, correspondendo aos atributos com menor grau de identificação pelos entrevistados. Apesar de situar-se no principal eixo de circulação do CHP, comportando grande fluxo de veículos e pessoas além do uso comercial, diversos fatores podem ter contribuído para que o conjunto arquitetônico (antigas casas senhoriais) ocupasse a última posição. Na realidade, as modificações que os casarios desta avenida vem sofrendo fizeram com que os atores sociais não as enxergassem mais como antes, diminuindo o grau de identificação que tinham com o atributo.

Na análise da ficha 2, quando foi solicitado aos entrevistados que formulassem uma fala livre sobre os 5 primeiros atributos com maior grau de identificação, o atributo conjunto arquitetônico (antigas casas senhoriais), considerando todos os atores consultados, apareceu

somente duas vezes dentre os 5 primeiros. Ou seja, o morador mais antigo (faixa etária 70 a 80 anos) e um especialista deram um *feedback* relativo à utilidade residencial e acadêmica que os edifícios do conjunto tiveram no passado. Trata-se de um conhecimento que somente os mais antigos e as pessoas que estudaram esse atributo têm.

Pode-se também fazer outra forma de análise e interpretação dos dados, numa escala pontual, de conformidade com os atores sociais. Na tabela 7, é possível verificar a relação entre a classificação geral e o grau de identificação de cada grupo de atores sociais. Assim, torna-se possível estabelecer uma relação entre o todo e as partes. Quanto à Tabela 7, na primeira coluna está a classificação geral dos atributos, ou seja, desde o atributo com maior grau de identificação até o atributo com menor grau de identificação pelos atores sociais entrevistados. Nas colunas restantes, está a classificação de cada grupo de atores entrevistados: residentes, trabalhadores, visitantes, especialistas e grupos de referência cultural.

Tabela 7 – Grau de identificação dos atributos de acordo com cada grupo social em relação ao todo.

Classificação Global	G1a - Residentes	G1b- Trabalhadores	G2- Visitantes	G3 - Especialistas	G4-Referência cultural
Liceu Domingos Ramos	1º	2º	9º	4º	3º
Igreja matriz Nossa Srª da Graça	6º	1º	2º	2º	6º
Vista da praça A.A e o entorno	3º	3º	11º	1º	1º
Vista geral do Platô	5º	6º	5º	3º	10º
Fluxo/diversidade comercial	8º	4º	1º	7º	9º
Mercado municipal	2º	7º	6º	10º	11º
Vista do Mirante	7º	9º	3º	13º	2º
Palácio da Presidência	9º	8º	7º	5º	5º
Edifício da Câmara Municipal	13º	5º	10º	6º	4º
Museu Etnográfico	10º	12º	8º	11º	7º
Ruas (Av. Amílcar Cabral)	4º	13º	14º	14º	16º
Praça Alexandre Albuquerque	12º	11º	13º	8º	12º
Festa Nossa senhora da Graça	15º	15º	4º	16º	8º
Quartel Jaime Mota	16º	10º	15º	9º	15º
Vista da rua (Rua 5 de julho)	14º	14º	12º	15º	14º
Conjunto arquitetônico (antigas casas senhoriais)	11º	16º	16º	12º	13º

Fonte: A Autora, 2020<sup>30</sup>.

Para compreensão rápida dessa comparação, os dados foram agrupados em tabelas, configuradas por gradientes de cores. Os tons de azul indicam os 5 primeiros com a pontuação mais alta, do 6º ao 10º colocados, estão representados em tons de laranja, enquanto do 11º ao 16º, ou seja, os 6 últimos com menor pontuação receberam tons de verde.

<sup>30</sup> O quadro em questão foi baseado em TABOSA (2018), adaptado à presente pesquisa.

O estudo comparativo revela que os tons de azul referentes aos primeiros 5 colocados se concentram maioritariamente na parte superior da tabela 7. Os tons de laranja referentes à pontuação mediana (6º e o 10º) se encontram dispersos, mas tendem a concentrar-se, em sua maioria, na parte central da tabela 7, enquanto os tons de verde se concentram maioritariamente na base. Essa leitura permite afirmar que há um equilíbrio entre a visão das partes e do todo (global).

No grupo de residentes (G1a) e no grupo de visitantes (G2), dois atributos que figuram entre os cinco primeiros da classificação geral não aparecem em suas respectivas listagens. Já no grupo de trabalhadores (G1b) e no grupo dos especialistas (G3), apenas um dos atributos, dentre os cinco na classificação geral, não aparece nas suas respectivas listagens, enquanto no grupo de referência cultural (G4), três dos atributos que figuram dentre os cinco atributos da classificação geral não aparecem em suas respectivas listagens.

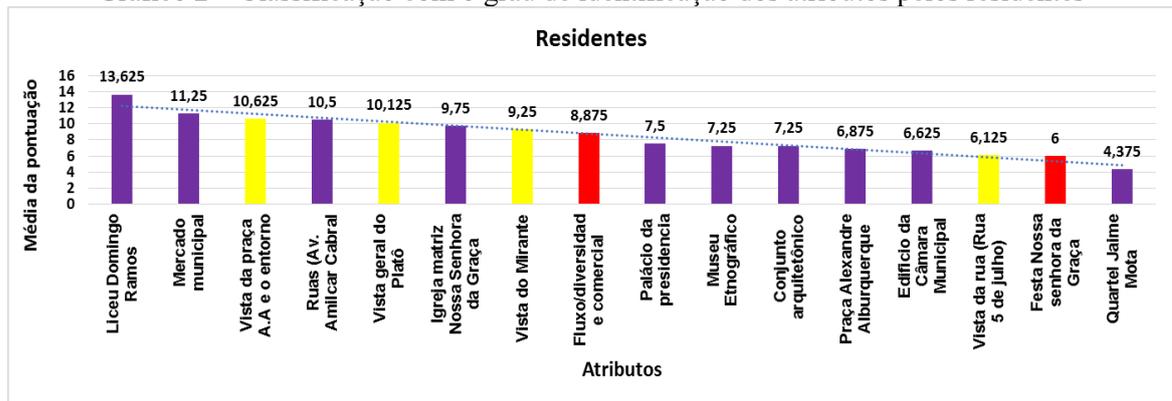
Levando em consideração os cinco primeiros atributos que figuram na classificação geral (Gráfico 1), a Igreja Matriz e o Fluxo/diversidade comercial, que na classificação geral aparecem no 2º e 4º respectivamente, na classificação dos residentes ocupam o 6º e o 8º lugar respectivamente.

O atributo Vista Geral do Platô aparece em 4º lugar na classificação geral (Gráfico 1), mas, na classificação do grupo dos trabalhadores aparece em 6º. Já o Liceu Domingos Ramos, que aparece em 1º lugar, e a vista da Praça e o entorno, que aparece em 3º lugar na classificação geral, no grupo dos visitantes, aparece em 9º e 11º respectivamente.

No grupo dos especialistas, o atributo fluxo/diversidade comercial é o único que não aparece dentre os cinco primeiros da classificação geral, aparecendo na classificação dos especialistas em 7º. Já na classificação do grupo de referência cultural, o atributo “Igreja Matriz” aparece em 6º lugar, a vista geral do Platô aparece em 10º e o fluxo/diversidade comercial aparece em 9º lugar, contrapondo-se à posição que ocupam na classificação geral.

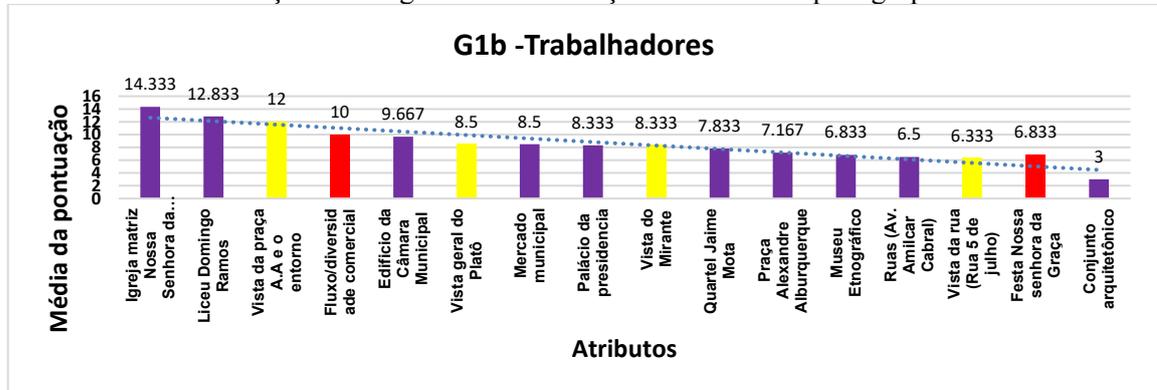
Afunilando o foco de análise sobre cada grupo de atores entrevistados foi possível verificar os três primeiros atributos que figuram na classificação de cada grupo. De acordo com o gráfico 2 da classificação do grupo dos residentes, os atributos de maior grau de identificação dos residentes entrevistados foram o Liceu Domingos Ramos, que aparece em 1º lugar, o Mercado Municipal em 2º lugar e a Vista da Praça e entorno em 3º lugar. No grupo dos trabalhadores (Gráfico 3), os três primeiros atributos com maior grau de identificação segundo a classificação no Gráfico 3 são a Igreja Matriz (1º), o Liceu Domingos Ramos (2º) e a Vista da Praça e do entorno (3º).

Gráfico 2 – Classificação com o grau de identificação dos atributos pelos residentes



Fonte: A Autora, 2020.

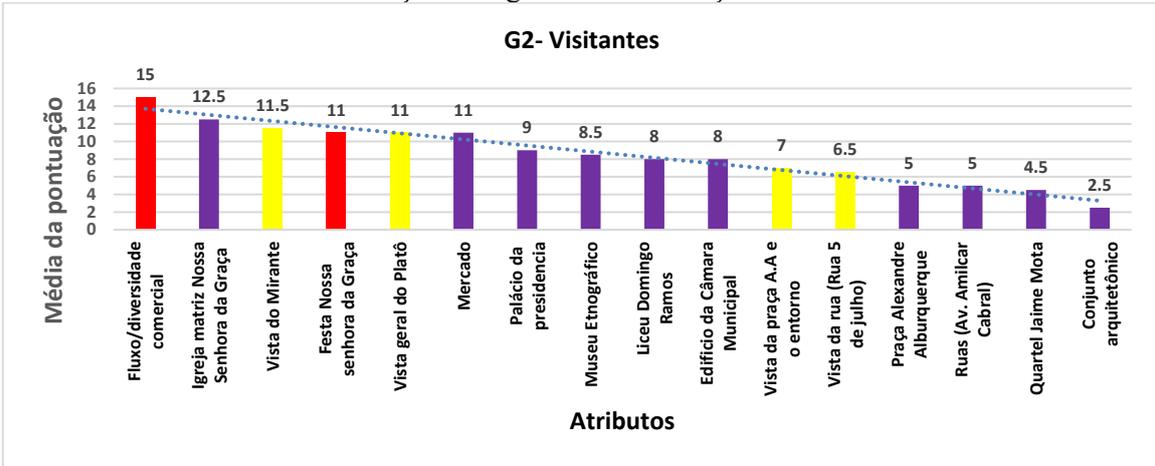
Gráfico 3 – Classificação com o grau de identificação dos atributos pelo grupo dos trabalhadores



Fonte: A Autora, 2020.

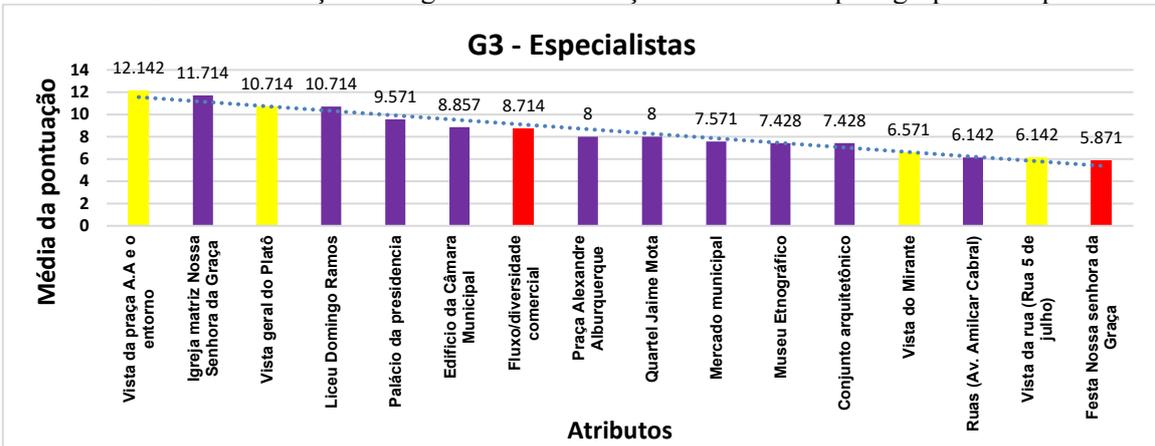
No Gráfico 4 da classificação dos visitantes, o atributo fluxo/diversidade comercial aparece em 1º lugar, a Igreja Matriz em 2º lugar e a Vista do Mirante em 3º lugar. Na classificação dos especialistas (Gráfico 5), a Vista da Praça e do entorno aparece em 1º lugar, a Igreja Matriz aparece em 2º lugar e a Vista Geral do Platô em 3º lugar. Na classificação do grupo de referência cultural, a Vista da Praça e do entorno, a Vista do Mirante e o Liceu Domingos Ramos aparecem em 1º, 2º e 3º lugar respetivamente (Gráfico 6).

Gráfico 4 – Classificação com grau de identificação dos atributos dos visitantes



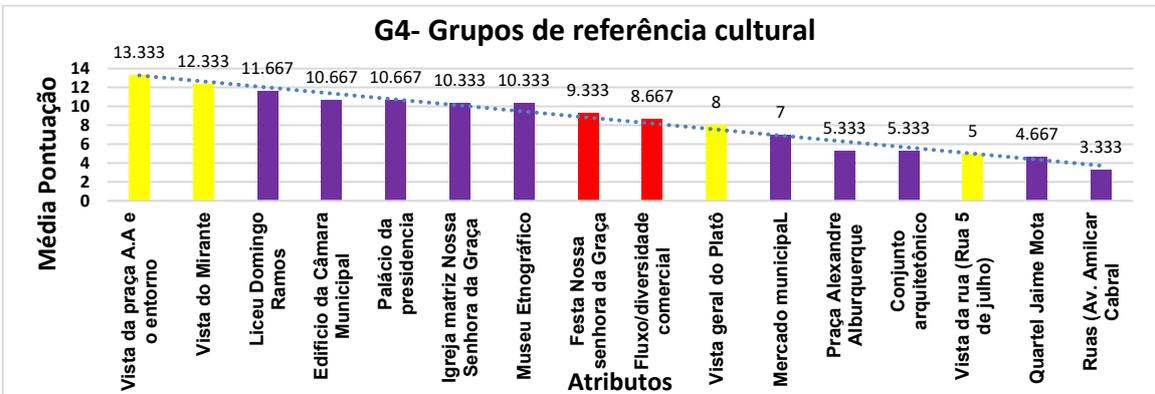
Fonte: A Autora, 2020.

Gráfico 5 – Classificação com grau de identificação dos atributos pelo grupo dos especialistas



Fonte: A Autora, 2020.

Gráfico 6 – Classificação com grau de identificação dos atributos pelo grupo G4 – Grupo de referência cultural



Fonte: A Autora, 2020.

Ao estabelecer uma relação entre os gráficos de cada grupo de atores sociais, nota-se algumas constantes. No Gráfico 2 (residentes) e Gráfico 3 (trabalhadores), o atributo Vista da

Praça e do entorno, figura como o terceiro atributo de maior grau de identificação. A festa de Nossa Senhora da Graça figura na 15ª posição, como um dos atributos com menor grau de identificação desses dois grupos de atores sociais.

No Gráfico 4 (visitantes) e Gráfico 5 (especialistas) nota-se que a Igreja Matriz figura na segunda posição nos dois gráficos de grau de identificação. No Gráfico 5 (especialistas) e Gráfico 6 (grupo de referência cultural) a Vista da Praça e o entorno aparece como o atributo com o qual estes dois grupos de atores sociais tiveram maior grau de identificação.

## 6.2 VALORAÇÃO DOS ATRIBUTOS

A terceira etapa da ferramenta de consulta consiste na aplicação de fichas na qual se solicita ao entrevistado formular uma frase que expresse os significados dos cinco primeiros atributos por eles elencados. Essa etapa permitiu o acesso às informações representativas do atributo para os participantes, dando a percepção e o entendimento da importância dos atributos, incrementando assim a análise a ser realizada. Deste modo, foi possível entender melhor os gráficos e compreender os aspectos dos atributos que estão sendo valorizados pelos entrevistados. Esta terceira etapa, aliada à quarta etapa, contribuiu para uma análise mais aprofundada, significativa e melhor interpretação dos dados.

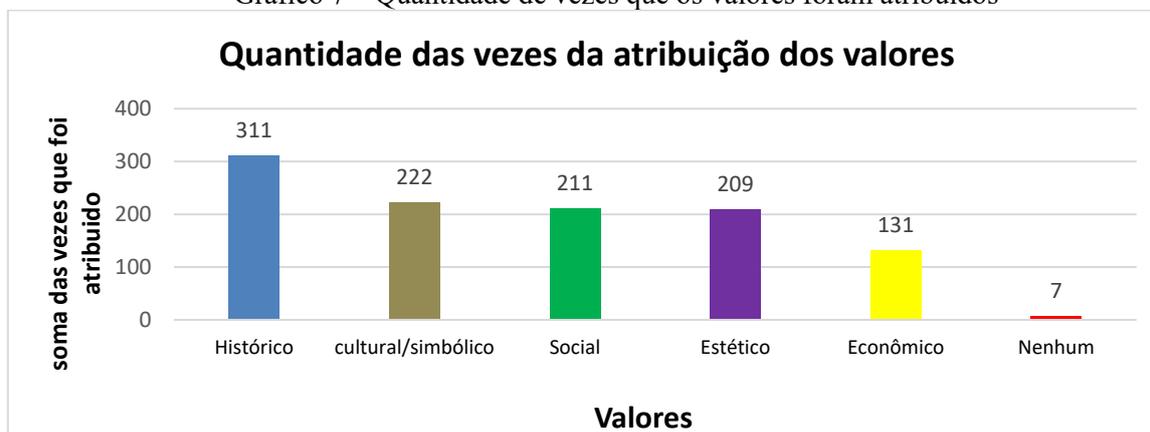
Na quarta etapa da ferramenta de consulta foi solicitado aos entrevistados que atribuíssem 1(um) ou mais valores aos atributos analisados. A ficha 3 apresentada na quarta etapa permitiu contabilizar os valores atribuídos por cada ator ao bem, expressando o processo de valoração.

Dessa maneira, foi possível saber como os atributos são valorados por cada grupo social, permitindo conhecer mais especificamente os atributos mais valorados e os valores a eles atribuídos por cada ator social, assim como a relação de todos os valores com cada um dos atributos. Assim, o juízo qualitativo pôde ser transformado em juízo quantitativo para o entendimento da significância do bem.

O Gráfico 7 diz respeito ao somatório de cada valor, ou seja, revela a quantidade de vezes que um valor foi associado aos atributos pelos atores sociais. No que diz respeito ao aspecto quantitativo, no Gráfico 7, o valor histórico aparece em primeira posição, tendo sido indicado 311 vezes, figurando como o valor associado com mais frequência aos atributos. O valor cultural/simbólico aparece em segundo lugar, tendo sido indicado 222 vezes, enquanto o valor social ficou em terceiro lugar com 211 indicações. O valor estético ficou em quarto lugar,

tendo sido indicado 209 vezes, e o valor econômico em quinto, tendo sido indicado 131 vezes. Além disso, por 7 vezes nenhum valor foi atribuído pelos entrevistados.<sup>31</sup> A pontuação máxima foi de 311 pontos e a mínima de 131, com uma diferença entre ambos de 180 pontos.

Gráfico 7 – Quantidade de vezes que os valores foram atribuídos



Fonte: A Autora, 2020.

A valoração é muito importante no processo de proteção, pois ela é um dos aspectos a serem levados em consideração na intervenção de qualquer bem. Quanto mais valores forem atribuídos a um mesmo atributo, menos intervenções e alterações ele deverá sofrer. Em outras palavras, o aspecto aqui em questão deve ser levado em consideração pelos órgãos patrimoniais competentes.

O valor histórico está associado a um objeto capaz de transmitir, incorporar ou estimular uma relação, ou reação ao passado, fazendo parte do significado dos objetos do patrimônio.

Os valores culturais/simbólicos foram os segundos mais atribuídos e servem para construir uma filiação cultural. Eles podem ser identificados nos significados que estão relacionados ao patrimônio e que foram compartilhados por várias gerações, como os valores sagrados ou religiosos, que muitas vezes são atribuídos aos centros históricos. Estão atrelados à herança cultural que vem reforçar o sentimento de identidade e pertencimento cultural (MASON, 2012).

No presente estudo, pode-se dizer que, no CHP, tais valores estão atrelados à representatividade dos atributos para os atores sociais que, numa relação intersubjetiva, constroem um sentimento de identidade cultural, o que justifica a frequência com a qual foram associados aos atributos.

<sup>31</sup> Não se sabe o motivo da falta de atribuição de valor a determinados atributos, mas, vários podem ter sido os motivos, dentre os quais a falta de percepção de outros aspectos do atributo para além do físico.

Em algumas frases dos entrevistados, verifica-se a atribuição deste valor, como no caso do trabalhador da loja/serviço (2) que busca traduzir o simbolismo do edifício da Câmara ao dizer que “representa organização e a administração local e da sociedade e gestão pública”. De maneira análoga, para o Especialista (2), a Câmara é “símbolo do Platô, fica no centro da cidade”, enquanto para a residente (50>x>60 anos), a Igreja Matriz “é a nossa Igreja, desde que vim da Ilha da Brava com 9 anos, encontrei essa igreja onde participava da catequese e 1ª comunhão.” Aqui, nota-se o sentimento de pertença e identificação da entrevistada para quem o significado da igreja matriz está atrelado à vivência da sua fé cristã.

O terceiro valor mais atribuído foi o valor social. Tomando como referência Mason (2012), citado no capítulo II, o valor social faz referência ao uso de um local como espaço para reuniões como festas, mercados, etc. A esse respeito, o CHP apresenta em seus atributos aspectos de coesão social e de identidade da comunidade e do lugar. De acordo com a fala dos entrevistados, o fato do valor social ter sido atribuído diversas vezes se deve aos aspectos de coesão social e de identidade da comunidade.

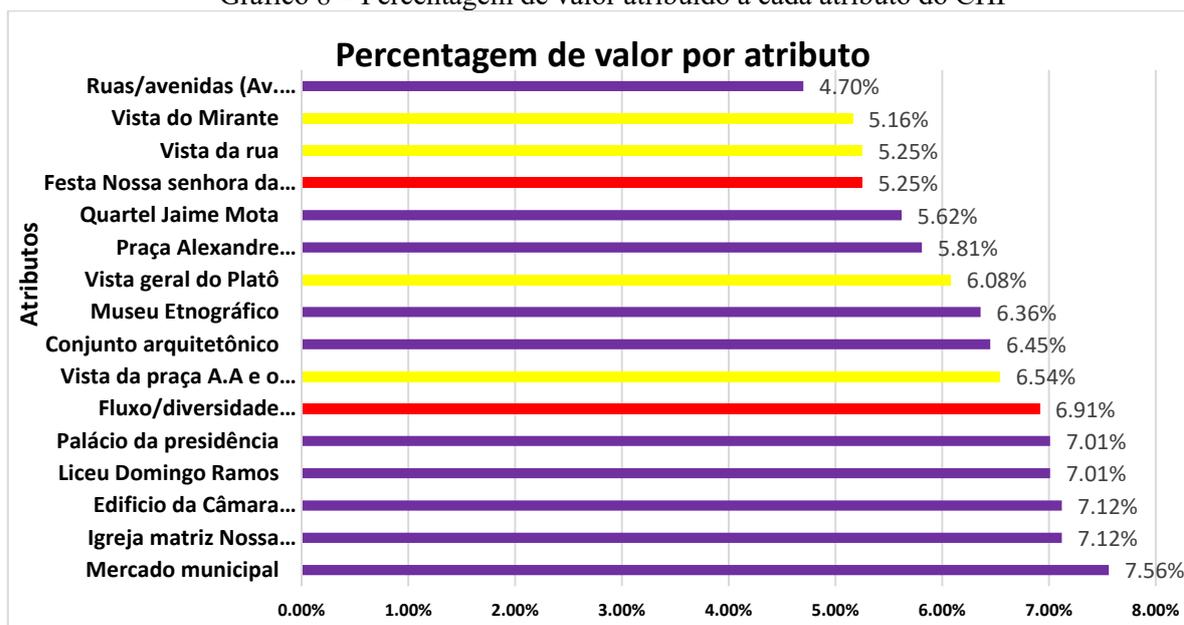
Tais aspectos são perceptíveis numa análise geral das falas, onde a maioria dos entrevistados relatava, memórias de vivências de coesão social atreladas aos atributos. Ou seja, o que cada atributo expressava como sentimento de identidade, enfatizando o aspecto social do CHP nas suas vidas. Como exemplo, o especialista 3 afirmou que o Liceu Domingos Ramos “representa um espaço de aprendizagem e formação da massa crítica”, um aspecto da vivência social do CHP. Um dos residentes dos arredores (2) também destacou aspectos que remetem ao valor social da Praça Alexandre Albuquerque, enfatizando que é o “local onde íamos encontrar as pessoas e ponto de encontro com os moradores e paqueras e convivência, ver amigos”.

Em quarto e penúltimo lugar, aparece o valor estético, com pouca diferença em relação ao valor social. Este valor refere-se às qualidades visuais do patrimônio, às muitas interpretações da beleza, ao design e à evolução de um edifício, objeto, ou cidade, que pode ser outra fonte de valor estético (Mason, 2012, p.12). O fato de só ter sido atribuído poucas vezes, em relação aos três primeiros, revela o pouco reconhecimento deste valor nos atributos CHP. Tal constatação pode ser verificada na análise do conjunto das frases dos entrevistados onde, poucas vezes, esse aspecto foi atrelado a um atributo. Aspectos deste valor foram evidenciados majoritariamente nas falas voltadas aos cenários/vistas. Como exemplo, em relação à Vista da Praça e do entorno, para o representante paroquial esta vista “representa o aspecto arquitetônico e estético da cidade”, enquanto para o trabalhador do Mercado (2) a Vista do Mirante “mostra a vista do mar, uma bela vista”.

De forma geral, o valor econômico figura como um dos menos associados aos atributos, com uma diferença significativa em relação aos demais valores e, particularmente, de 78 pontos com relação ao valor estético. Certamente, tais resultados se devem ao pouco reconhecimento dos valores atrelados ao bem.

No somatório da pontuação, referente ao número de vezes que os valores foram atribuídos, o Gráfico 8 mostra a percentagem de valor atribuído para cada atributo. No cômputo total de 1084 vezes que os valores foram associados aos atributos (apêndice 2), o Mercado Municipal aparece como o mais valorado, representando 7,56 % do total. Em seguida, vem a Igreja Matriz e o edifício da Câmara Municipal, com o mesmo percentual de 7,12%, e o Palácio da Presidência e o Liceu Domingos Ramos com 7,01%. Nos últimos lugares aparecem a rua/avenida Amílcar Cabral com 4,70%, a Vista do Mirante com 5,16% e a Vista da rua 5 de Julho representando 5,25% de valor atribuído.

Gráfico 8 – Percentagem de valor atribuído a cada atributo do CHP



Fonte: A Autora, 2020.

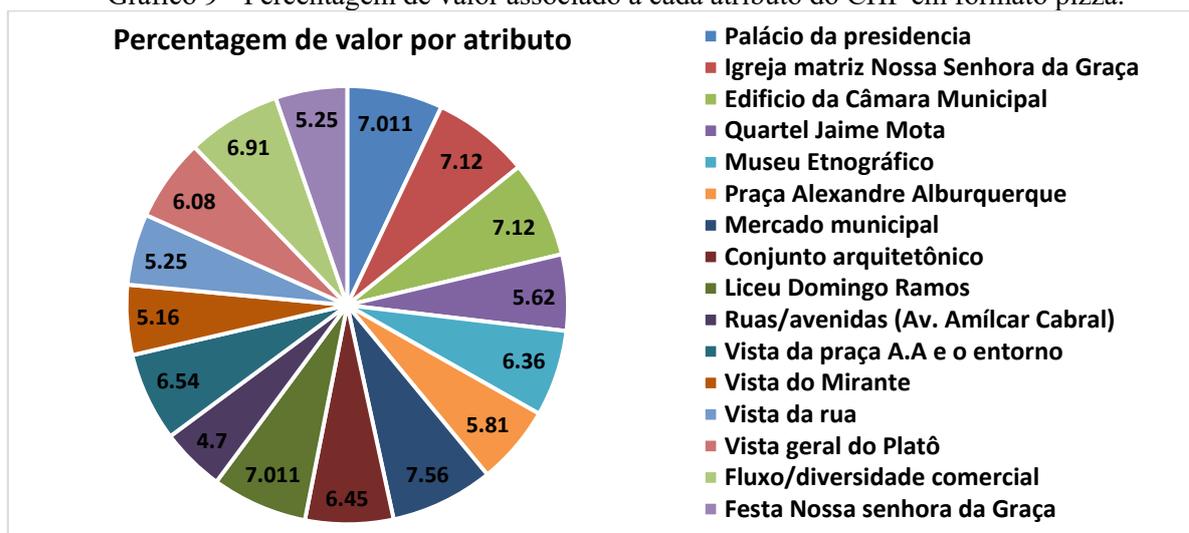
O Liceu Domingos Ramos e a Igreja Matriz, que figuram como primeiros no Gráfico 1 (classificação de grau de identificação), aparecem aqui entre os cinco atributos mais valorados, porém em posições diferentes. O Mercado Municipal aparece na 6ª posição do Gráfico 1 (da classificação de grau de identificação), enquanto no Gráfico 8 aparece como o atributo mais valorado. A valoração do Mercado acredita-se que se deve ao fato de apresentar-se no CHP como um marco. Trata-se de um espaço não só comercial, mas de ponto de encontro e

referência, funcionando como catalisador da maior parte da dinâmica social, refletido no fluxo de pessoas e comércio local.

Tal percepção leva a crer que um sujeito pode não se identificar tanto com um atributo, ou se identificar menos em relação a outro, mas, ainda assim lhe atribuirá valores. A análise comparativa entre o Gráfico 1 e o Gráfico 8, da percentagem de valor atribuído a cada atributo do CHP, demonstra que o grau de identificação do sujeito com o bem é independente de como o valoram.

A despeito de conter a mesma informação que o Gráfico 8, o Gráfico 9 permite uma melhor percepção da percentagem de cada valor atribuído. Com base na imagem, na qual cada fatia representa o percentual do atributo, é possível fazer uma análise comparativa entre os atributos, tendo em vista o tamanho de cada fatia, constatando-se que a diferença percentual entre os atributos é muito pequena.

Gráfico 9 - Percentagem de valor associado a cada atributo do CHP em formato pizza.



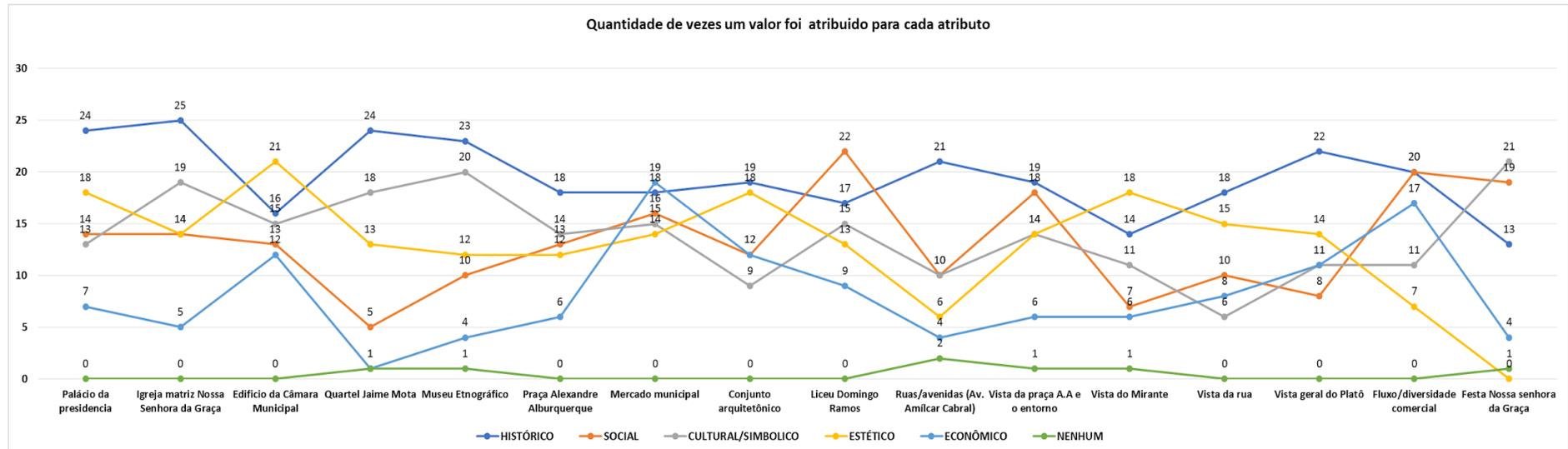
Fonte: A Autora, 2020.

No Gráfico 10, é possível verificar o número de vezes que um valor foi associado a cada atributo. Neste gráfico (10), analisa-se a linha de tendência com cores correspondentes de cada valor atribuído aos atributos. O valor histórico figura como o de maior frequência. Analisando a linha de tendência deste gráfico, correspondente ao valor histórico (azul escuro), nota-se que a festa Nossa Senhora da Graça apresenta o pico mais baixo, correspondente às 13 vezes a qual foi atribuído.

O valor cultural/simbólico (linha de tendência cinza) aparece em segunda posição enquanto o valor social (linha de tendência laranja) em terceira posição. O valor social apresenta um pico acentuado no Liceu Domingos Ramos, tendo sido escolhido 22 vezes. No Gráfico, as

linhas que representam o valor cultural/simbólico, o valor social e o valor estético se entrecruzaram, apresentando tendências mais ou menos equilibradas. Comparando com o Gráfico 7 (da quantidade das vezes que os valores foram atribuídos), o equilíbrio é justificado pela pequena diferença de pontos entre esses atributos.

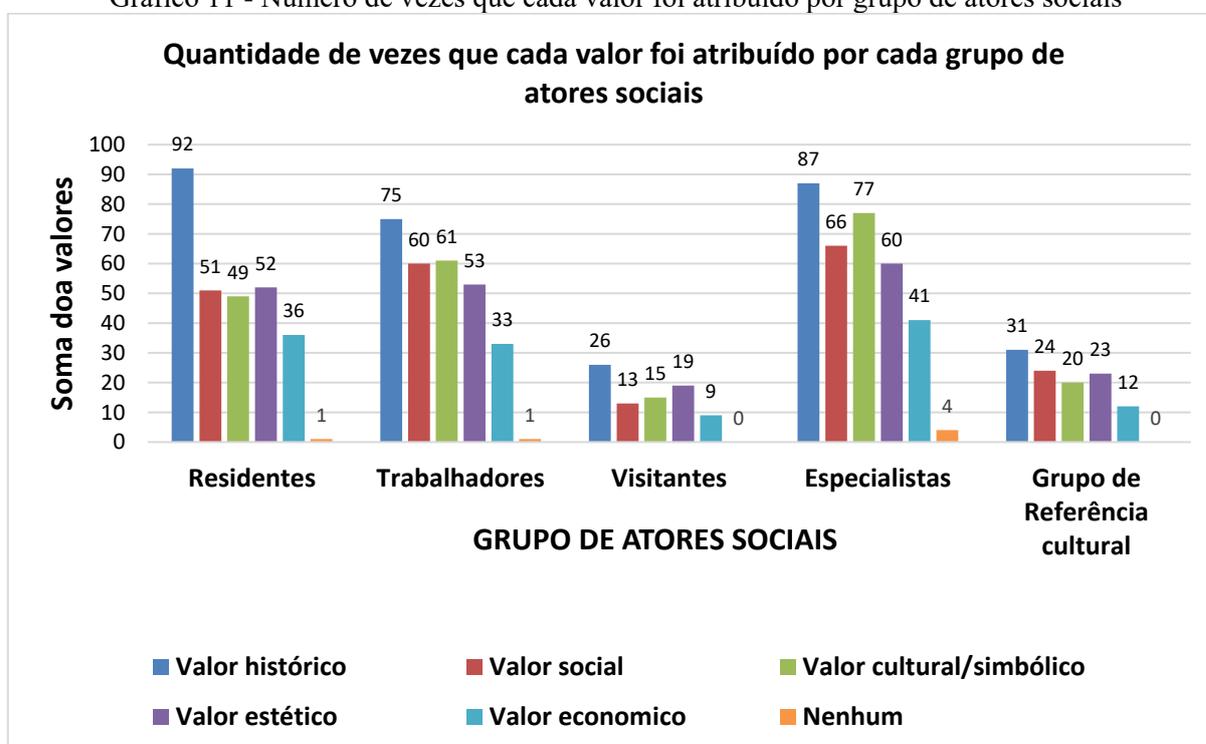
Gráfico 10 - Quantidade de vezes que um valor é atribuído para cada atributo



Fonte: A Autora, 2020.

Alterando a forma de análise e focando nos atores sociais, pode-se verificar o número de vezes que cada valor foi atribuído por cada grupo de atores sociais, como consta no Gráfico 11. Para todos os grupos de atores sociais, o valor histórico aparece na primeira posição do Gráfico 11. Este fato expressa o quanto os atores sociais entrevistados se identificaram e reconheceram os aspectos deste valor atrelado aos atributos, ou seja, a capacidade que o bem tem de transmitir relação ou reação ao passado. Porém, salienta-se que os números de entrevistados por grupo social foram diferentes. Por este motivo, se verá que, no geral, para os visitantes, as pontuações de cada valor apresentam uma margem de diferença grande em relação ao grupo de residentes.

Gráfico 11 - Número de vezes que cada valor foi atribuído por grupo de atores sociais



Fonte: A Autora, 2020.

O valor cultural/simbólico aparece como segundo mais atribuído apenas nos grupos dos trabalhadores e especialistas. Isto demonstra uma grande filiação cultural e sentimento de pertencimento que estes dois grupos têm com a maioria dos atributos. Já no grupo dos residentes e no grupo de referência cultural, o valor cultural/simbólico aparece em quarta posição no gráfico. Este resultado é compreensível, uma vez que os residentes estão diretamente ligados aos bens, enquanto os entrevistados do grupo de referência cultural lutam pelos interesses do Centro Histórico e de seus habitantes. Não obstante, esperava-se encontrar

refletido nestes dados um maior reconhecimento do valor cultural/simbólico atrelado à maioria dos atributos. Para os visitantes o valor cultural/simbólico aparece na terceira posição.

Para o grupo dos trabalhadores, dos especialistas e dos residentes, o valor social aparece como terceiro mais atribuído pelos entrevistados. Já para o grupo de referência cultural, o valor social aparece como segundo valor mais atribuído, enquanto para o grupo de visitantes este valor aparece em quarto lugar.

O valor estético aparece em segunda posição como o mais atribuído pelo grupo dos residentes e dos visitantes, demonstrando o quanto os aspectos estéticos e visuais do bem são reconhecidos e apreendidos pelos entrevistados.

Para o grupo de especialistas e trabalhadores, o valor estético aparece em quarto lugar e para o grupo de referência cultural aparece um terceiro lugar como o valor mais atribuído. No que diz respeito ao valor econômico, este aparece como o menos associado aos atributos, refletindo a percentagem verificada no gráfico 7, da quantidade das vezes que os valores foram atribuídos.

### 6.3 ANÁLISE DOS ATRIBUTOS COM MAIOR GRAU DE IDENTIFICAÇÃO

Nesta etapa, é apresentado um recorte analítico cujo foco está na análise dos dados sistematizados (tabelas e gráficos), referentes aos cinco primeiros atributos com os quais os atores sociais entrevistados apresentaram maior grau de identificação, de forma a esclarecer o processo de valoração de cada um.

Na terceira etapa, havia sido solicitado aos entrevistados que formulassem uma frase livre que justificasse sua identificação com os cinco primeiros atributos por eles elencados. Neste tópico, faz-se um processo parecido, porém, relativo aos dados coletados, específicos de cada um dos cinco primeiros atributos que figuram no Gráfico 1. Esta análise permite visualizar as particularidades de cada um e fazer uma comparação, relacionando o comportamento dos gráficos globais com o de cada atributo. Deste modo, obtém-se um diagnóstico mais específico e aprofundado de cada atributo, ressaltando suas especificidades.

Esta etapa é de grande importância para a gestão e salvaguarda do bem, uma vez que permite definir diretrizes para orientação das diversas formas de intervenção, considerando os valores atribuídos e as particularidades do bem. Para tanto, são elencados alguns aspectos característicos dos atributos identificados nos capítulos III e IV, principalmente as falas dos

entrevistados em relação a cada atributo, com o objetivo de fundamentar a análise dos dados, enriquecendo este diagnóstico.

Como citado anteriormente, os cinco atributos de maior grau de identificação foram: o Liceu Domingos Ramos, a Igreja Matriz (Nossa Senhora da Graça), a Vista da Praça Alexandre Albuquerque e o entorno, a Vista Geral do Platô e o Fluxo/Diversidade comercial, respectivamente.

#### a) O Liceu Domingos Ramos

Trata-se de edifício arquitetônico característico da década de 1950, cujo uso é voltado para a educação do ensino médio, desde a sua construção até os dias atuais. Apesar de ter sido construído na década de 1950, só foi inaugurado como liceu autônomo em 1960. O conjunto edificado é bem mais recente, se comparado com os outros atributos, mas, devido à sua função e representatividade, configura-se como um dos marcos do CHP.

Em relação ao Gráfico 1 (classificação global do grau de identificação dos atributos), na Tabela 8 (abaixo), para os residentes, o Liceu Domingos Ramos aparece em primeira posição, para os trabalhadores em segundo, para os especialistas em quarto lugar e para o grupo de referência cultural em terceiro, apresentando menor grau de identificação para os visitantes. Diversas razões podem estar na base dessa posição, como o fato de o Liceu se encontrar na região norte do CHP e os visitantes, geralmente, permanecerem na região central, que concentra a maior parte das atividades e funções, ou pelo fato de não terem feito parte deste espaço educativo.

Tabela 8 – Posição do Liceu Domingos Ramos em relação aos cinco primeiros atributos da tabela 7

<b>Classificação Global</b>	<b>G1a - Residentes</b>	<b>G1b- Trabalhadores</b>	<b>G2- Visitantes</b>	<b>G3 - Especialistas</b>	<b>G4- Referência cultural</b>
<b>Liceu Domingos Ramos</b>	1º	2º	9º	4º	3º
<b>Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça</b>	6º	1º	2º	2º	6º
<b>Vista da Praça A.A e o entorno</b>	3º	3º	11º	1º	1º
<b>Vista geral do Platô</b>	5º	6º	5º	3º	10º
<b>Fluxo/diversidade comercial</b>	8º	4º	1º	7º	9º

Fonte: A Autora, 2020.

Na Tabela 9, aparece o número de vezes que cada valor foi atribuído por grupo social ao Liceu. Verifica-se que o valor social e o valor histórico foram os que mais representaram este atributo, respectivamente. Por outro lado, a diferença entre o valor social e o valor histórico é de apenas 4 pontos, enquanto a diferença entre o valor histórico, cultural/simbólico e estético é de apenas 2 pontos.

O grupo de residentes priorizaram o valor social, o grupo dos especialistas priorizaram o valor social e histórico, com a mesma pontuação, enquanto os trabalhadores priorizaram o valor social e cultural/simbólico, também com a mesma pontuação. Portanto, nota-se um comportamento semelhante entre os grupos de atores sociais na valoração do Liceu. Por outro lado, os grupos de atores sociais perceberam traços mais fortes do valor social atrelado ao Liceu Domingos Ramos, ilustrado pela seguinte frase dos entrevistados:

Representa nosso liceu, onde as pessoas estudavam, os estudantes iam bem vestidos com chapéus. E, depois do conflito em Angola, os refugiados quando vieram se instalaram lá buscando suas famílias. (Res. 60-70 anos)

Tabela 9 – Quantidade de vezes que cada valor foi atribuído por grupo social em relação ao Liceu Domingos Ramos.

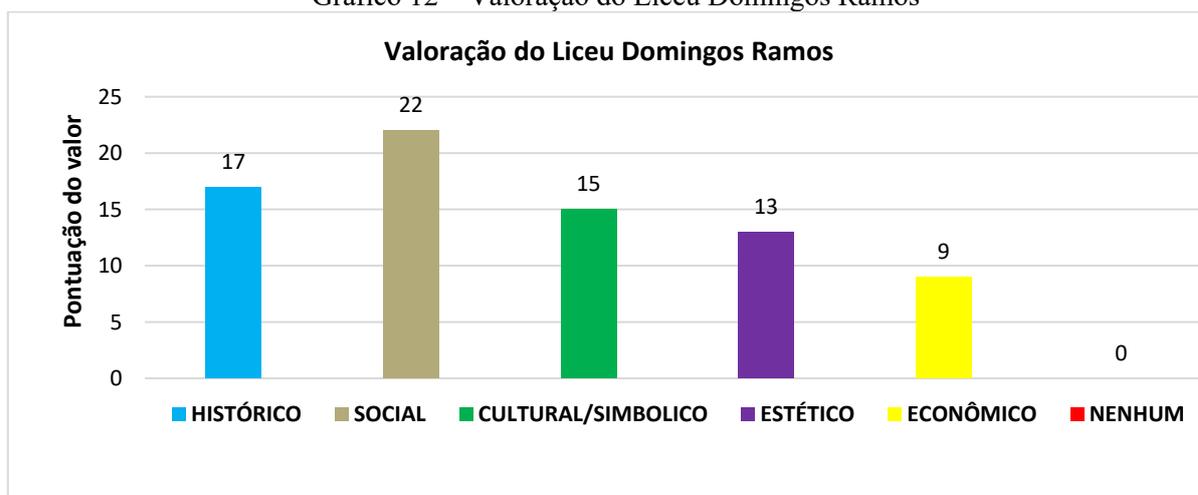
Grupo de atores sociais	Liceu Domingos Ramos					
	HISTÓRICO	SOCIAL	CULTURAL /SIMBÓLICO	ESTÉTICO	ECONÔMICO	NENHUM
Residentes	4	8	4	2	2	0
Trabalhadores	3	4	4	3	2	0
Visitantes	2	1	1	0	1	0
Especialistas	7	7	5	6	3	0
Grupo de referência cultural	1	2	1	2	1	0
<b>Total</b>	17	22	15	13	9	0

Fonte: A Autora, 2020.

De acordo com um dos especialistas locais (1), o Liceu “foi onde estudei, fiz amizades e tive suporte para minha formação no exterior”. Em ambas as referências, o valor social atribuído se deve ao caráter educativo do edifício, um lugar não só de aprendizagem, como também de estabelecer amizades e de interação social.

Ao Liceu Domingos Ramos, lhe atribuíram valor 76 vezes no total. De acordo com o Gráfico 12, o valor social foi o mais atribuído, em seguida o valor histórico, o cultural/simbólico e, por último, os valores estético e econômico.

Gráfico 12 – Valoração do Liceu Domingos Ramos



Fonte: A Autora, 2020.

O Gráfico 12 apresenta comportamento semelhante ao do Gráfico 7 (quantidade de vezes que os valores foram atribuídos), onde o valor histórico, o valor social e o valor cultural/simbólico aparecem entre os três mais atribuídos (embora alternando a ordem de colocação). Quanto aos valores estético e econômico, os dois últimos ocupam a mesma posição nos dois gráficos.

#### b) Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça

A atual Igreja Matriz, cujo ano provável de construção foi 1902, substituiu a primeira igreja que veio a ser demolida. Trata-se de uma edificação representativa da religiosidade do país, presente no Centro Histórico da Praia, cuja função é a de Sé Catedral.

Na Tabela 10, para o atributo Igreja Matriz, o valor histórico foi o mais atribuído, seguido pelos valores cultural/simbólico, com a mesma representatividade em seguida os valores social e estético e, finalmente, o valor econômico, que foi o menos atribuído. Nota-se um comportamento semelhante entre os grupos no que diz respeito ao valor histórico, com exceção do grupo dos especialistas onde o valor histórico aparece como o segundo mais atribuído, sendo o valor cultural/simbólico o mais atribuído por eles.

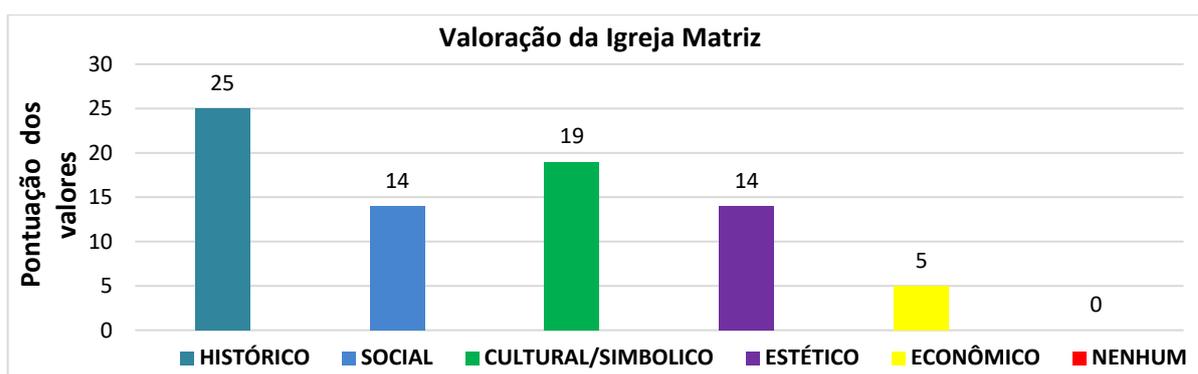
Tabela 10 - Quantidade de vezes que cada valor foi atribuído por grupo social em relação à Igreja Matriz

Grupo de atores sociais	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Graças)					
	HISTÓRICO	SOCIAL	CULTURAL/SIMBÓLICO	ESTÉTICO	ECONÔMICO	NENHUM
Residentes	8	2	3	2	1	0
Trabalhadores	6	5	5	3	3	0
Visitantes	2	2	1	1	1	0
Especialistas	6	4	7	5	0	0
Grupo de referência cultural	3	1	3	3	0	0
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>14</b>	<b>19</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

Fonte: A Autora, 2020.

Num total de 77 vezes em que foi atribuído um valor à Igreja Matriz, o valor histórico aparece como o mais atribuído e o valor econômico como o menos atribuído, com uma diferença de 20 pontos entre ambos. Fazendo uma análise comparativa com o Gráfico 7 (da quantidade de vezes que os valores foram atribuídos), nota-se comportamentos semelhantes entre o Gráfico 7 e o Gráfico 13, onde o valor histórico e cultural/simbólico, figuram respectivamente como os valores mais atribuídos pelos atores sociais entrevistados. Por outro lado, o valor social e o valor estético aparecem com a mesma pontuação, enquanto o valor econômico aparece entre os últimos.

Gráfico 13 – Valoração da Igreja Matriz.



Fonte: A Autora, 2020.

De acordo com as frases que expressam a percepção dos entrevistados, o valor histórico da Igreja Matriz está atrelado à sua relação e associação com pessoas ou eventos do passado, uma vez que dela emanam memórias/recordações da vivência religiosa em determinados momentos de suas vidas. Para uma residente (Res. 70 > x > 80 anos), a Igreja lhe traz recordações da vivência de sua infância: “Minha mãe e avó eram religiosas, passava minha infância indo

para a igreja”. Para o trabalhador loja/serviço (3), a Igreja Matriz “contribuiu para a minha formação religiosa e a vivência da fé cristã que continuei vivendo quando vim para a Praia”.

c) Vista da Praça Alexandre Albuquerque e o entorno

Esta “moldura” do CHP constitui um aspecto da paisagem histórica urbana que se consolidou com o tempo. Os elementos que a caracterizam são os edifícios históricos que estiveram na base da formação primitiva do CHP. Como era de costume, onde havia um pátio/prça central, em torno eram erigidos os edifícios mais significativos e representativos da época, como a Casa de Câmara e a Igreja, além de alguns casarios senhoriais. A fisionomia dos edifícios da época, a praça com seus detalhes e ornamentos, todos esses elementos compõem o cenário identificado aqui como uma “moldura” que aparece em diversos cartões postais do país.

De acordo com a Tabela 11, o valor histórico e social foram os mais atribuídos à Igreja Matriz, respectivamente com 19 e 18 pontos, com apenas 1(um) ponto de diferença entre ambos. Os valores cultural/simbólico e estético ficaram em segunda colocação, com a mesma pontuação, enquanto o valor econômico aparece como o menos atribuído. Não há muita diferença no comportamento da tabela. O valor histórico aparece como o valor mais atribuído por quase todos os grupos de atores sociais, com exceção do grupo dos especialistas, onde os valores social e cultural/simbólico figuram como os mais atribuídos.

Tabela 11 - Quantidade de vezes que cada valor foi atribuído por grupo social em relação à Vista da Praça Alexandre Albuquerque e o entorno

Grupo de atores sociais	Vista da Praça Alexandre Albuquerque e o entorno					
	HISTÓRICO	SOCIAL	CULTURAL/SIMBÓLICO	ESTÉTICO	ECONÔMICO	NENHUM
<b>Residentes</b>	5	5	2	5	0	0
<b>Trabalhadores</b>	5	4	4	4	1	0
<b>Visitantes</b>	2	1	1	0	1	0
<b>Especialistas</b>	5	6	6	4	3	1
<b>Grupo de referência cultural</b>	2	2	1	1	1	0
<b>Total</b>	19	18	14	14	6	1

Fonte: A Autora, 2020.

Num total de 71 vezes que foram atribuídos valores à vista da Praça Alexandre Albuquerque e entorno, o valor histórico aparece como o mais atribuído. O valor econômico aparece como o valor menos atribuído, com uma diferença de 13 pontos em relação ao valor histórico. Na análise comparativa do Gráfico 14 com o Gráfico 7, nota-se um comportamento

distinto entre ambos. O valor social aparece no Gráfico 14 como o segundo valor mais atribuído pelos atores sociais entrevistados, enquanto os valores cultural/simbólico e estético aparecem entre os terceiros, com a mesma pontuação. Por outro lado, a primazia do valor histórico aparece como a única constante, enquanto o valor econômico continua sendo o menos atribuído.



Fonte: A Autora, 2020.

A vista da Praça Alexandre Albuquerque está relacionada à paisagem histórica urbana do CHP que, segundo os entrevistados, representa um elemento de forte identificação do CHP. Neste contexto, é realçada a importância da paisagem e a necessidade de preservação dessas vistas e cenários que se oferecem a partir do CHP. O fato do valor histórico e do valor social figurarem como primeiros, com diferença de 1 (um) ponto entre ambos, realça um fato importante relativo aos valores. De acordo com Mason (2002), um valor pode ocorrer concomitantemente com outro. É o que se verifica no caso do CHP que agrega valores históricos e sociais, em seu conjunto, que podem mostrar-se indissociáveis.

De acordo com a afirmação dos entrevistados, o valor histórico atribuído à vista da Praça Alexandre Albuquerque e do entorno está associado ao conjunto de edifícios históricos, classificados como monumentos que compõem esta paisagem. Tais edifícios remetem aos estilos arquitetônicos predominantes no período colonial, assim como à Praça e sua permanência ao longo dos tempos. De acordo com o especialista 5, trata-se de uma “vista parcial da praça onde se destacam os elementos patrimoniais mais importantes.”

O valor social associado a este atributo está atrelado às vivências e atividades realizadas neste espaço de caráter paisagístico, ao qual o trabalhador serviço/loja 3 se refere como um “ponto de encontro das pessoas, era onde as pessoas se reuniam, depois da missa e depois do trabalho e folga escolar”. Para o especialista 4, “representa um lugar de ajuntamento e concentração de pessoas e convívio. A Praça apresenta um coreto que a dinamiza ludicamente.

No passado, todas as quintas e domingos, a banda municipal tocava ali. Atrai para sua envolvimento construções representativas dos órgãos vitais da cidade.” O entrevistado vai além, realçando o papel da Praça na composição desta vista.

O valor estético da vista da Praça Alexandre de Albuquerque está no aspecto visual dos edifícios históricos que compõem a paisagem e na composição estética que eles criam. Para o representante do sindicato SIAP, a Vista da Praça e do entorno “representa o aspecto arquitetônico e estético da cidade”. Segundo a trabalhadora do Mercado, a Vista da Praça “representa uma paisagem bonita”.

#### d) Vista Geral do Platô

A Vista do Platô é bastante representativa do CHP, uma vez que mostra sua imponência, no alto da colina, realçando a importância da sua localização estratégica. A partir dessa vista, podem ser identificados alguns edifícios do Centro Histórico, com uma escala de baixos gabaritos de altura. A subida que, desde antigamente, é bastante usada, a vista também revela todos os elementos que compõem a paisagem do CHP.

Tabela 12 - Quantidade de vezes que cada valor foi atribuído por grupo social em relação à Vista Geral do Platô

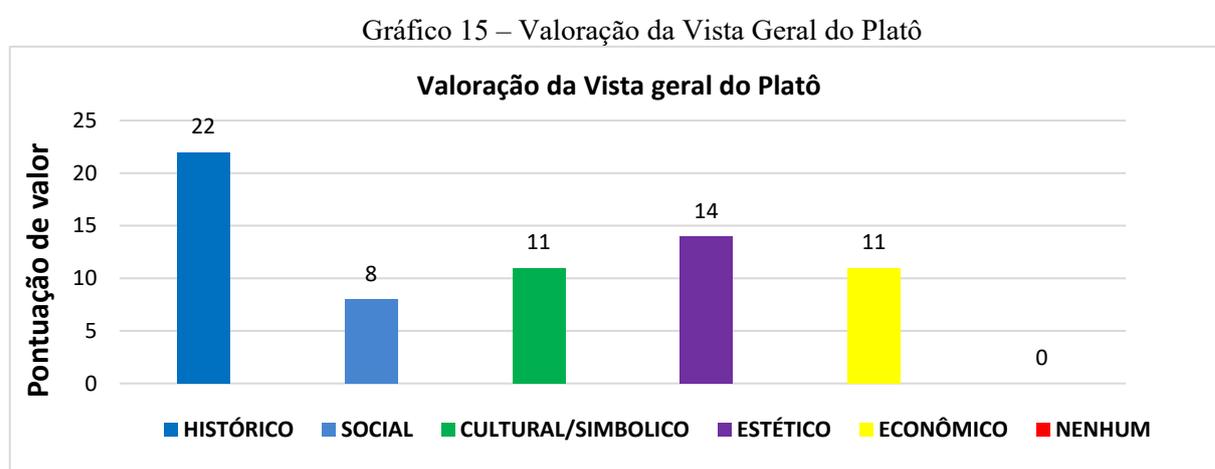
Grupo de atores sociais	Vista geral do Platô					
	HISTÓRICO	SOCIAL	CULTURAL/SIMBÓLICO	ESTÉTICO	ECONÔMICO	NENHUM
<b>Residentes</b>	6	2	3	5	1	0
<b>Trabalhadores</b>	6	4	5	4	3	0
<b>Visitantes</b>	2	0	0	2	1	0
<b>Especialistas</b>	5	1	2	1	5	0
<b>Grupo de referência cultural</b>	3	1	1	2	1	0
<b>Total</b>	22	8	11	14	11	0

Fonte: A Autora, 2020.

Na Tabela 12, o valor histórico aparece associado a Vista Geral do Platô como um dos mais frequentes, demonstrando equilíbrio na sua atribuição dentre os grupos de atores sociais. Apresenta um comportamento diferente do Gráfico Global da Valoração (Gráfico 7), uma vez que aqui o valor estético figura como o segundo mais atribuído, enquanto no Gráfico 7 ocupa a quarta posição.

O valor cultural/simbólico e valor econômico aparecem como o terceiro mais atribuído, diferentemente dos gráficos até então analisados, o valor menos atribuído foi o valor social. O grupo dos residentes e trabalhadores foram os que citaram mais vezes o valor social, associado à Vista Geral do Platô. Com relação aos visitantes, não atribuíram este valor ao atributo, enquanto no grupo dos especialistas e grupo de referência cultural, o valor social foi atribuído apenas uma vez.

O valor estético e o valor histórico aparecem como os mais atribuídos pelos visitantes, sendo que o valor estético ocupa o segundo lugar nas considerações dos residentes e grupos de referência social. Nos grupos de especialistas e trabalhadores o valor estético foi o terceiro mais atribuído.



Fonte: A Autora, 2020.

No Gráfico 15, o valor histórico e o estético são os mais reconhecidos, respectivamente, apesar da diferença de 8 pontos entre ambos. Com base na fala dos entrevistados, pode-se considerar que esta vista representa não só um belo panorama em termos estéticos, como também expressa para eles a memória de momentos simbólicos e importantes do CHP no passado. Estes são os motivos pelos quais reconheceram aspectos destes valores no atributo.

O valor histórico associado ao atributo está atrelado ao aspecto contextual do passado, segundo o qual se buscava na época colonial um lugar estratégico para a implementação da cidade. De maneira análoga, também está atrelado aos aspectos que despertam memórias do passado. Para o residente (70 > x > 80 anos), a vista em questão “revela um caminho que fazia para a praia da Prainha, lembra minha infância onde fazia piquenique na Praia Negra onde ia tomar banho”. Para um visitante de outro Município, este atributo representa “uma bela vista panorâmica”. De acordo com o especialista 3, esta vista traz outra referência que remete ao

valor cultural/simbólico e ao valor econômico, ao significado desta área e ao uso que dela se fazia:

“Falando do significado da zona litorânea, nos remete à função desta zona para a cidade, reflete sua função da zona portuária. Representa a sua contribuição de Vila para o seu desenvolvimento” (Especialista 3).

e) Fluxo/Diversidade comercial

O fluxo e a diversidade comercial constituem um atributo considerado conjuntamente, devido à indissociabilidade entre ambos no CHP. A diversidade comercial é que gera todo o fluxo comercial e vice-versa, pois é devido a esse grande fluxo que vem surgindo cada vez mais uma gama diversificada de comércio. A relação de troca e venda de produtos neste espaço, juntamente com o Mercado e os demais comércios e serviços ao redor ofertados impulsiona a dinâmica social do CHP. Na Tabela 13, verifica-se um comportamento idêntico entre os grupos de atores sociais em relação ao valor histórico e valor social atribuídos ao atributo fluxo/diversidade comercial. Com exceção do grupo de especialistas, o restante dos grupos atribuíram o valor social e histórico mais vezes. Para os especialistas, o valor social e histórico figura como o segundo valor mais atribuído, sendo o valor econômico o mais atribuído por este grupo.

Tabela 13 - Quantidade de vezes que cada valor foi atribuído por cada grupo social em relação ao fluxo/diversidade comercial

Grupo de atores sociais	Fluxo/Diversidade comercial					
	HISTÓRICO	SOCIAL	CULTURAL /SIMBÓLICO	ESTÉTICO	ECONÔMICO	NENHUM
<b>Residentes</b>	6	6	1	2	5	0
<b>Trabalhadores</b>	5	5	4	1	4	0
<b>Visitantes</b>	2	2	1	1	0	0
<b>Especialistas</b>	5	5	3	3	6	0
<b>Grupo de referência cultural</b>	2	2	2	0	2	0
<b>Total</b>	20	20	11	7	17	0

Fonte: A Autora, 2020.

No gráfico 16, na soma total para os atores sociais entrevistados é perceptível o reconhecimento de aspectos do valor histórico e social atrelado a este atributo, tanto que os dois foram os valores mais atribuídos. Como dito anteriormente, um valor pode ocorrer concomitantemente por estarem intrinsecamente interligados. Acredita-se que os dados refletem este fato, na qual os entrevistados atribuíram igualmente esses valores pelo

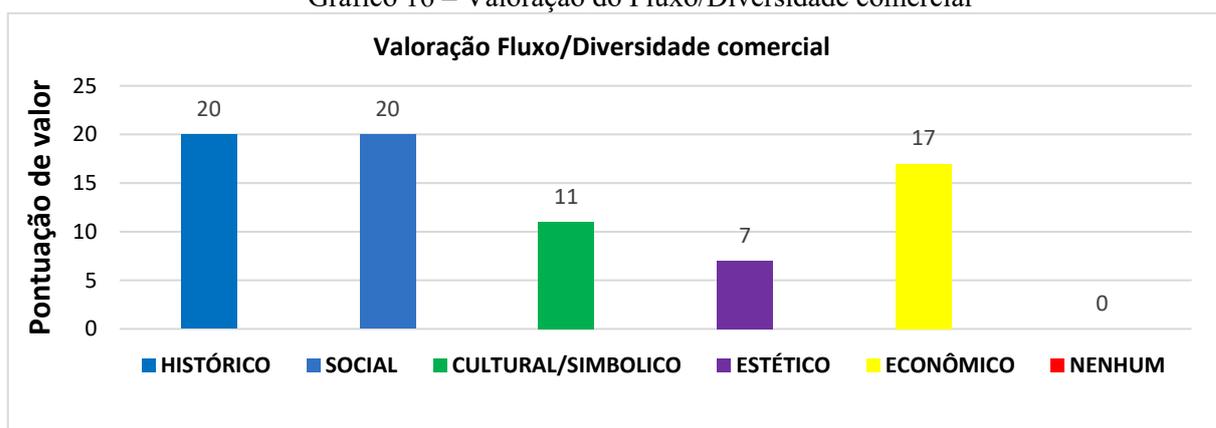
mesmo número de vezes. Ou seja, reconhecem que este atributo apresenta igualmente o valor histórico e social como o valor mais forte.

Supõe-se que isso se deve ao fato do fluxo/diversidade comercial ser uma das características marcantes do CHP. São características que estão presentes desde a época mais antiga, onde o comércio informal, juntamente com o Mercado, foram atraindo mais comércio e serviços. Diversas gerações tiveram oportunidade de vivenciar este atributo imaterial, refletindo o aspecto social que o atributo traz em si. Segundo o visitante (de outro país) com relação a este atributo, é “o melhor tesouro de Cabo Verde são as pessoas e sua vivência.”

Diferentemente do Gráfico Global de Valoração (gráfico 7), o valor econômico aparece no Gráfico 16 como o segundo valor mais atribuído ao fluxo/diversidade comercial. Este é o único atributo dentre os cinco analisados cujo valor econômico teve maior reconhecimento. Como já era de se esperar, deve-se ao caráter comercial que gera transações de troca e venda e ao fato deste fluxo/diversidade comercial contribuir para o desenvolvimento do turismo cultural como meio de gerar renda para a comunidade que vive fora e dentro do Município. Este aspecto é retratado na fala de alguns entrevistados, “representa o comércio e o movimento econômico e social” (trabalhador de loja/serviços3).

Pelo gráfico, os valores cultural/simbólico e estético aparecem como os menos atribuídos, com 11 e 7 pontos respectivamente. O valor estético figura como o atributo menos atribuído, provavelmente devido ao seu caráter imaterial.

Gráfico 16 – Valoração do Fluxo/Diversidade comercial



Fonte: A Autora, 2020.

#### 6.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A metodologia adotada, que consistiu na aplicação da ferramenta de consulta da significância cultural, desenvolvida pelas professoras Virgínia Pontual e Flaviana Lira, permitiu captar, mesmo que de forma parcial e temporal, os significados e valores atribuídos pelos diversos grupos sociais ao Centro Histórico da Praia. Essa compreensão foi de fundamental importância no processo de identificação e gestão do patrimônio cultural.

Considerando o objeto empírico atrelado ao objeto teórico, a ferramenta permitiu identificar 16 atributos do CHP e aqueles com os quais os atores sociais mais se identificaram. Com auxílio do recurso da imagem atrelado ao recurso verbal, foi possível apreender os simbolismos e significados que os sujeitos (atores sociais) atribuem ao objeto (bem), enriquecendo assim a metodologia adotada. Por meio das falas (recurso verbal), os atores entrevistados puderam expressar os significados de cada atributo para si, sem a interferência da entrevistadora, assim como o valor por eles atribuído.

Esse processo permitiu coletar dados de caráter qualitativo que foram sistematizados e associados a uma escala quantitativa, de modo a transformar os dados de caráter subjetivo em dados objetivos e palpáveis. Dessa forma, o resultado foi a construção de quadros e tabelas com o grau de identificação e valoração de cada atributo.

Os dados coletados permitiram uma variedade de análise, sendo adotados apenas os mais pertinentes, em consonância com o objetivo geral da pesquisa. Percebeu-se que o grau de identificação do ator social com o bem está diretamente condicionado pela afetividade com os significados que o ator social apresenta com relação ao atributo, ou seja, o sentimento de identidade e pertencimento.

Dentre os 16 atributos adotados na pesquisa, foram identificados cinco atributos com os quais os entrevistados têm maior identificação: o Liceu Domingos Ramos, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, a vista da Praça Alexandre Albuquerque e o entorno, a Vista Geral do Platô e o fluxo/diversidade comercial

Dentre os referidos cinco atributos associados ao CHP, é notável a predominância dos atributos de caráter físico. No entanto, os de caráter paisagístico e de caráter imaterial figuraram como atributos de grande identificação e reconhecimento por parte dos entrevistados. O comportamento desses atributos foi observado, tendo em vista o caráter estrutural, o que permitiu enfatizar a importância do reconhecimento dos aspectos da paisagem histórica urbana, no processo da significância cultural, por parte dos órgãos governamentais responsáveis.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação determinou como objetivo a identificação e compreensão dos valores e significados do Centro Histórico, tendo como objeto de estudo o Centro Histórico da Praia (Cabo Verde), à luz dos seus atributos materiais e imateriais, de modo a chegar à apreensão da sua significância cultural.

O objeto de estudo, assim como outros centros históricos, vem passando por um processo de transformação que tem colocado em risco muitos dos seus elementos que transmitem significados e o caracterizam como bem patrimonial. Este estudo permitiu trazer uma ótica abrangente da percepção dos valores e significados atribuídos por uma pluralidade de atores sociais ao Centro Histórico da Praia. Para este processo, foi fundamental a compreensão do conceito de significância cultural, tratado por diversos teóricos da área da conservação, o que permitiu chegar a um entendimento de significância cultural.

Nesta ótica, foi necessária uma incursão no campo da Teoria dos Valores, fazendo uma reflexão sobre a categorização e significados dos valores, de maneira a comprovar as visões apresentadas por diversos teóricos da área da conservação e como elas se sobrepõem em diversos aspectos. Desse modo, foi possível identificar e chegar a um quadro de valores mais frequentemente atribuídos ao patrimônio cultural e passíveis de serem atribuídos a um centro histórico. Entendeu-se que o valor transmite uma pluralidade de significados atribuídos ao bem patrimonial, pelo sujeito, e que é mutável, a partir de diferentes contextos, no tempo e no espaço. Enfatiza-se que, nesta pesquisa, a noção de valor foi adotada como uma categoria analítica que está na base da determinação da significância cultural.

Para a pesquisa em questão, os valores adotados foram: valor histórico, social, cultural/simbólico, valor estético e valor econômico. Os seus significados foram fundamentados teoricamente em Mason Handall (2012), Lacerda (2012), Riegl (2014) e na Carta de Burra (1999 e 2013). Compreende-se que tais valores, atrelados ao Centro Histórico, não podem ser entendidos como uma verdade universal e atemporal, uma vez que são passíveis de mudança ao longo do tempo, de modo que, ao bem patrimonial podem ser agregados outros valores.

De acordo com AZEVEDO, PONTUAL, ZANCHETI (2014, p.11), a “significância cultural é um conceito intersubjetivo, fruto da negociação de diferentes atores sociais.” Portanto, é fundamental a participação não só dos especialistas, como também de outros atores

sociais interligados com o bem, para a melhor apreensão e compreensão dos significados que estão na base do seu reconhecimento como patrimônio cultural.

Para entender o processo de valoração e significação do Centro Histórico da Praia, foi fundamental a identificação de elementos que conformam um centro histórico. A abordagem histórico-documental foi uma das etapas fundamentais para identificação de tais elementos. Como não é possível apreender todos os atributos que estão na base do reconhecimento de um bem cultural como patrimonial, a separação de atributos de caráter material dos de caráter imaterial, para fins analíticos, demonstrou ser fundamental.

Os centros históricos são compreendidos como conjunto de elementos, dentre os quais estão as estruturas naturais e construídas, assim como as relações e processos simbólicos, onde se destacam atributos de ordem material e imaterial. É fundamental a necessidade de que se identifique e caracterize esses atributos patrimoniais, pois, é por meio deles que os valores são atribuídos ao bem.

Retratado todo o processo teórico e metodológico empregado na presente dissertação, chegou-se às seguintes conclusões: tendo em conta o problema da pesquisa, as intervenções levadas a cabo sem o devido entendimento e reconhecimento dos significados e valores atrelados ao bem, de acordo com os preceitos da conservação integrada, lançou-se mão de uma ferramenta de trabalho que permitiu escutar uma gama aberta de atores, de forma a ter uma apreensão abrangente e ampla da significância cultural do Centro Histórico da Praia.

Ao longo da dissertação, questionou-se até que ponto o processo de Conservação melhora a compreensão dos significados. Desse modo, a ferramenta, em si, possibilitou a identificação dos valores e significados atrelados ao bem que vão além daqueles elencados pelos especialistas, verificados na “Proposta para classificação do Centro Histórico da Praia como patrimônio nacional de Cabo Verde” (IPC, 2011) e no dossiê intitulado “Lista Indicativa Cabo Verde (2015)”. Por outro lado, foi possível trazer a visão de distintos atores sociais, como moradores, trabalhadores e visitantes, cuja contribuição foi de extrema importância para a apreensão da significância cultural do Centro Histórico da Praia.

Dentre os referidos cinco atributos associados ao CHP, percebe-se a forte predominância dos de caráter físico. Não obstante, os de caráter paisagístico e de caráter imaterial figuraram como atributos de grande identificação e reconhecimento por parte dos entrevistados.

A contribuição do presente estudo para a teoria e a prática coloca-se como resultado da aplicação da ferramenta de consulta da significância cultural, uma vez que sua aplicação ao

bem permite hierarquizar valores em conflito e orientar o processo de conservação, para que seja priorizada a manutenção no tempo dos valores mais relevantes.

No caso do CHP, dentre os valores adotados na pesquisa, o valor histórico e o valor cultural/simbólico figuram como os primeiros na hierarquia. Esta constatação é de grande contribuição no processo de gestão patrimonial do bem, na medida que em orientará os órgãos competentes, no momento de lançar diretrizes para a sua salvaguarda. Nos processos de intervenção em que há conflitos de valores, já se tem noção da hierarquia dos valores atribuídos ao CHP para orientar as diretrizes projetuais, visando à manutenção de tais valores no tempo.

Apesar dos riscos acarretados pelas intervenções levadas a cabo, ainda é possível identificar certos significados atribuídos pelos atores sociais. No entanto, para outros atributos, como no caso das antigas casas senhoriais, não se observou uma grande identificação por parte dos atores sociais. Deste modo, foram poucos os significados a elas associados, considerando o universo dos entrevistados consultados na pesquisa.

Um desafio ainda não superado pelos órgãos competentes de salvaguarda dos bens culturais é a incorporação de ferramentas capazes de auxiliar na captura dos significados e valores atribuídos pelos diversos grupos sociais no processo de identificação e gestão do patrimônio cultural (LIRA, 2020).

De forma geral, espera-se que a presente pesquisa tenha trazido uma contribuição válida para a área da conservação integrada, na medida em que permitiu identificar elementos de um Centro Histórico que vão além da dimensão material (ordem estrutural) da cidade. No caso específico do objeto de estudo apresentado, aspectos da paisagem urbana histórica do Centro Histórico da Praia, em Cabo Verde, foram colocados em análise, o que permitiu compreender a percepção dos entrevistados em relação ao objeto.

De conformidade com os resultados, percebeu-se a tendência dos entrevistados em priorizar aspectos materiais (ordem estrutural) da cidade em detrimento dos aspectos imateriais. Ainda assim, é digna de nota a valoração atribuída às festividades, dentre os demais atributos identificados na pesquisa. Salienta-se que essa tendência é um fato verificado também no sistema do Patrimônio da Humanidade, ou seja, a avaliação tende a priorizar atributos físico-materiais em um julgamento realizado por especialistas, primordialmente.

Essa constatação permite afirmar que a percepção da significância cultural do CHP está fortemente atrelada primeiramente aos atributos de ordem material da cidade, ou seja, aos monumentos e conjunto arquitetônico como um todo e, em segundo plano, à sua paisagem histórica, às festividades e ao fluxo/diversidade comercial.

O presente trabalho apresenta-se como uma das etapas essenciais para elaboração de uma Declaração de Significância Cultural, aprofundando a compreensão dos significados e valores que estão na base do reconhecimento de um bem patrimonial. Os resultados aqui alcançados poderão ser devidamente aprofundados em pesquisas futuras, de modo a se chegar à construção de uma Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade. Uma limitação constatada na pesquisa foi a impossibilidade de abarcar um número maior de pessoas a serem entrevistadas. Assim sendo, a apreensão da Significância Cultural tende a ser parcial, uma vez que apresenta a visão somente de uma parcela da população.

Ao final do trabalho, lança-se uma reflexão sobre a necessidade de maior reconhecimento do aspecto da paisagem histórica urbana do Centro Histórico, muitas vezes negligenciado, não só em Cabo Verde, como também em outros países, frente às diversas formas de intervenção, levadas a cabo nas cidades. À guisa de proposta, enfatiza-se aqui a importância de que futuros trabalhos possam se voltar para a significância cultural, sob a ótica da paisagem, visto que a presente pesquisa só conseguiu esboçar um rápido olhar sobre esta vertente. Por outro lado, devido às limitações impostas pela pandemia, a pesquisa teve que se restringir à consulta da significância cultural, sem levar em conta, com o desejado aprofundamento, as reflexões sobre a integridade e autenticidade.

## REFERÊNCIAS

- AFRICA'70 (1998). Plano urbanístico detalhado do Platô (PUD). Praia: CMP.
- Anderson, Barbara. 1998. **“The Importance of Cultural Meaning in Defining and Preserving Sense of Place”**. In: Tomlan, M. (ed.). Preservation of what, for whom? A critical look at significance. Ithaca: National Council for Preservation Education, p. 127-135.
- ARAÚJO, Sarah, HIDAKA, Lúcia. **Um estudo sobre a integridade dos atributos da significância cultural da zona especial de preservação 2 – (Centro ZEP 2) em Maceió/AL**. 2015. In: 4º Seminário Ibero-Americano: Arquitetura e documentação. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/arqdoc2015/artigos/pdf/105.pdf>>. Acessado em: 2 de setembro de 2019.
- AZEVÊDO, Gabriela; PONTUAL, Virgínia; ZANCHETI, Sílvio. **Declaração de significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico**. XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado: A Dimensão Cotidiana do Patrimônio e Desafios para sua preservação. Bauru (SP), Brasil, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- BRITO, António de Paula. **Subsídios para a corografia da ilha de S. Thiago de Cabo Verde**. Lisboa: 1890, p.44.
- CABO VERDE. Lei nº 102/III/90 de 29 Dezembro. **Estabelece a preservação, defesa e valorização do património cultural cabo-verdiano**. Boletim oficial de Cabo Verde nº 52.
- CECI. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Norma Lacerda e Sílvio Mendes Zancheti / Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.
- Europeias, C. d. (1991). **Plano detalhado de salvaguarda do centro histórico do Platô**. Paris: Cabo Verde, Praia.
- GASKELL, Martin. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, Martin; Gestão do Patrimônio Mundial cultural. – Brasília: UNESCO Brasil, Iphan, 2016.

GIOVANNONI, Gustavo, 1813-1947. **Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos**. Tradução Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

GOMES, Lourenço Conceição. **Valor simbólico do Centro Histórico da Praia – Cabo Verde**. Porto (Portugal), 2008.

GREEN, Howard L. 1998. “**The social construction of historical significance**”. In: Tomlan, M. (ed.) *Preservation of what, for whom? A critical look at significance*. Ithaca: National Council for Preservation Education, p. 85-94.

\_\_\_\_\_. **The social construction of historical significance**. In M. TOMLAN, (Ed.). *Preservation of what, for whom? A critical look at significance*. Ithaca: National Council for Preservation Education. 1997.

HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidades — Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria, metodologia e aplicação**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano), Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2011.

HIDAKA, Lúcia T. F.; ZANCHETI, Silvio M. **A construção da significância cultural das cidades patrimônio da humanidade**. 1º Colóquio Ibero-Americano Paisagem cultural, patrimônio e projeto: Desafios e perspectivas. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/306442460\\_A\\_CONSTRUCAO\\_DA\\_SIGNIFICANCIA\\_CULTURAL\\_DAS\\_CIDADES\\_PATRIMONIO\\_DA\\_HUMANIDADE](https://www.researchgate.net/publication/306442460_A_CONSTRUCAO_DA_SIGNIFICANCIA_CULTURAL_DAS_CIDADES_PATRIMONIO_DA_HUMANIDADE)> Acessado em: 27/07/2020.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Carta de Burra**. Austrália, 1999. Disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>>. Acesso em: 30 de Agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. **Carta de Burra**. Austrália, 2013. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31\\_10\\_2013.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf)>. Acesso em: 30 de Agosto de 2019.

IPHAN. **Carta de Atenas**. Escritórios internacional dos museus Sociedade das nações. Atenas, 1931. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>>. Acesso em: 17 Janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **A Convenção do Patrimônio Mundial**. Paris, França, 1972. Disponível em: <

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 20 Janeiro de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE (INE). **Anuário Estatístico 2018**. Cabo Verde.

LACERDA, Norma. Valores dos bens patrimoniais. In: **Gestão da conservação: conceitos e métodos**. Olinda, 2012.

LINS, Ana Paula Mota de Bitencourt da Costa. **As Ferrovias Patrimônio Cultural Mundial: os Estados-partes, a UNESCO e o Valor Universal Excepcional**. Recife: UFPE/MDU, 2015.

Lira, Flaviana B. **Da natureza complexa dos bens culturais: A indissociabilidade entre significância cultural, integridade e autenticidade**. In Anais do V Encontro Internacional sobre patrimônio edificado - Arquimemória. Salvador: Departamento da Bahia do Instituto do Arquitetos do Brasil, 2017.

\_\_\_\_\_. **Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do Patrimônio Cultural: teoria e prática**. Oculum ensaios – Revista de Arquitetura, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/4365/3019>>. Acessado em 26/08/2020.

MARCONI, Marina de A. & LAKATOS, Eva. M. **Técnicas de pesquisa**. 7ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MASON, Randall. **Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices**. In: DE LA TORRE, MARTA, ed., *Assessing the Values of Cultural: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002, p.8 a 30.

\_\_\_\_\_. **Assessing the values of cultural heritage**. The Getty Conservation Institute, Los Angeles, 2012.

\_\_\_\_\_. **Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of “Significance”**. Disponível em: <<https://placesjournal.org/assets/legacy/pdfs/fixing-historic-preservation.pdf>>. Acesso em: 04 de Setembro de 2019.

MEDINA, Antônio Luiz de. **Importância das imagens na metodologia de pesquisa em psicologia social**. 2013.

Ministério da Cultura da República de Cabo Verde. IIP (Instituto de Investigação e do Património Culturais). **Cidade Velha, Centre Historique de Ribeira Grande (Cap-Vert) – Proposition d’inscription sur la Liste du Patrimoine mondial**. Cabo Verde, janeiro de 2008.

MUÑOZ-VIÑAS, S. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Espanha: Editorial Síntesis S. A. 2005.

SECCHI, Bernardo. 2006. **Primeira Lição de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva.

SILVA, António Correia e. **Espaços urbanos de Cabo Verde: o tempo das cidades-porto**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

SILVA, P. **Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

SILVEIRA, Luís. **Ensaio Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar, Segundo Volume**. Lisboa: Ministério do Ultramar de Investigações do Ultramar. s/d, p.135.

TABOSA, Laís. **Um novo olhar para o reconhecimento dos bens industriais: o caso da Fábrica Peixe**. 2018. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – MDU, Recife, 2018.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. **Revitalizing Historic Urban Quarters**. Oxford: Architectural Press, 1996. 234p.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 2005. Disponível em: [https://whc.unesco.org/archive/opguide\\_05-en.pdf](https://whc.unesco.org/archive/opguide_05-en.pdf). Acesso em: 9 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. World Heritage Series nº 11 - **Periodic Report and Regional Programme, Arab States 2000-2003, 2004**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/series/11> Acesso: 25 Agosto 2019.

\_\_\_\_\_. **Recomendação sobre a Conservação dos Bens Culturais Ameaçados pela Execução das Obras Públicas ou Privadas**. Paris, 15 de outubro a 20 de novembro de 1968. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>. Acessado em: 14 de Setembro de 2019.

República de Cabo Verde. **Cidade Velha, Centre Historique de Ribeira Grande (Cap-Vert): Proposition d'inscription sur la Liste du Patrimoine Mondial**. Cabo Verde.2008.

VALDEZ, Francisco Travassos. **África Occidental. Lisboa. Imprensa Nacional**. 1864. p. 213.

VALDEZ, Francisco Travassos. **Africa Occidental: notícias e considerações, Tomo I**. Impressa por ordem do Ministro da Marinha e Ultramar. Lisboa: Imprensa Nacional, 1964.

VARELA, Gilson. **Platô - Estratégia de reabilitação integrada do centro histórico da Praia**. Coimbra (Portugal): FCTUC, Dezembro de 2013.

World Heritage Centre – UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/>. Acesso em 30 de Agosto de 2020.

World Heritage Centre – UNESCO. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial. 2017**. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/> >. Acessado em 30 de Agosto de 2020.

ZANCHETI, Silvio. **A teoria contemporânea da conservação e a arquitetura moderna**. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Textos para Discussão – Série 02: Gestão e restauro. v. 58. Olinda, 2014.

ZANCHETI, Silvio; Hidaka, Lúcia. **A declaração da Significância de Exemplos da Arquitetura Moderna**. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Textos para Discussão – Série 02: Gestão e restauro. v. 57. Olinda, 2014.

Zancheti, Silvio; Hidaka, Lúcia; Ribeiro, Cecília; Aguiar, Bárbara. **“Judgement and validation in the Burra Charter Process: Introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites”**. Acesso em 23 de dezembro de 2009. City & Time 4:2. <http://www.ct.ceci-br.org>, 2009.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – RESULTADO FICHA 1 DA FERRAMENTA DE CONSULTA

BNB	G1a (Res. 70>=80)	G1a (Res. 60>=70)	G1a (Res. 50>=60)	G1a (Res. 40>=50)	G1a (Res. 30 < x < 40 anos)	G1a (Res. 20 < x < 30 anos)	G1a (Res. Arredores 1)	G1a (Res. Arredores 2)	G1b Trabalhadores mercado 1	G1b Trabalhadores mercado 2	G1b Trabalhadores mercado 3	G1b Trabalhadores lojas/serviços 1	G1b Trabalhadores lojas/serviços 2	G1b Trabalhadores lojas/serviços 3	G2-Visitante outro município	G2-Visitante outro país	G3-Especialista 1	G3-Especialista 2	G3-Especialista 3	G3-Especialista 4	G3-Especialista 5	G3-Especialista 6	G3-Especialista 7	G3-Especialista 8	G4-Associação Pro-Prata	G4-Sindicato do SISP	G4-Migração paroquial	TOTAL	PCB/CÃO
Palácio da presidência	5	7	12	15	12	3	2	4	9	12	6	7	14	2	10	8	5	13	14	8	10	6	11	8	15	9	227	8º	
Igreja matriz Nossa Senhora da Graça	15	15	11	10	8	1	7	11	14	15	11	16	15	15	14	11	14	14	9	9	12	14	10	9	6	16	302	2º	
Edifício da Câmara Municipal	6	10	10	12	2	2	10	1	12	9	14	4	13	6	13	3	6	15	13	7	1	12	8	14	8	10	221	9º	
Quartel Jaime Motta	7	2	5	2	5	9	3	2	7	16	4	9	10	1	7	2	15	11	1	1	6	13	9	11	2	1	161	14º	
Museu Etnográfico	9	4	13	9	13	6	1	3	3	11	12	5	7	3	11	6	6	10	7	4	8	16	1	13	11	7	199	10º	
Praça Alexandre	4	5	1	7	4	14	8	12	2	4	7	12	5	13	5	5	12	1	16	10	9	5	3	2	1	13	180	12º	
Mercado municipal	10	3	6	14	14	15	15	13	16	10	2	10	2	11	8	14	4	16	12	6	7	1	7	5	12	4	237	6º	
Conjunto arquitetônico	12	1	4	11	9	8	5	8	6	2	3	2	1	4	4	1	3	4	5	11	5	9	15	1	10	5	149	16º	
Licou Domingos Ramos	13	13	9	16	15	16	11	16	13	8	9	15	16	16	3	13	13	12	15	3	13	7	12	7	13	15	312	1º	
Ruas (Av. Amílcar Cabral)	14	16	16	8	10	4	6	10	8	3	1	13	4	10	1	9	1	2	3	13	16	2	6	4	3	3	186	11º	
Vista da praça AA e o entorno	11	12	7	4	16	13	16	6	15	14	15	8	6	14	2	12	11	9	10	15	15	11	14	12	14	14	296	3º	
Vista do Mirante	3	14	8	13	1	12	9	14	5	13	16	1	8	7	16	7	8	5	8	14	3	4	4	16	9	12	230	7º	
Vista da rua (Rua 5 de julho)	8	9	14	1	3	5	4	5	10	5	5	6	3	9	9	4	2	3	4	12	2	15	5	3	4	8	158	15º	
Vista geral do Platô	16	6	2	6	11	11	14	15	11	1	8	11	12	8	12	10	10	7	2	16	14	10	16	6	16	2	253	4º	
Fluxo/diversidade comercial	1	11	15	5	7	10	13	9	4	6	13	14	11	12	15	15	7	6	11	5	11	8	13	15	5	6	248	5º	
Festa Nossa Senhora da Graça	2	8	3	3	6	7	12	7	1	7	10	3	9	5	6	16	16	8	6	2	4	3	2	10	7	11	174	13º	

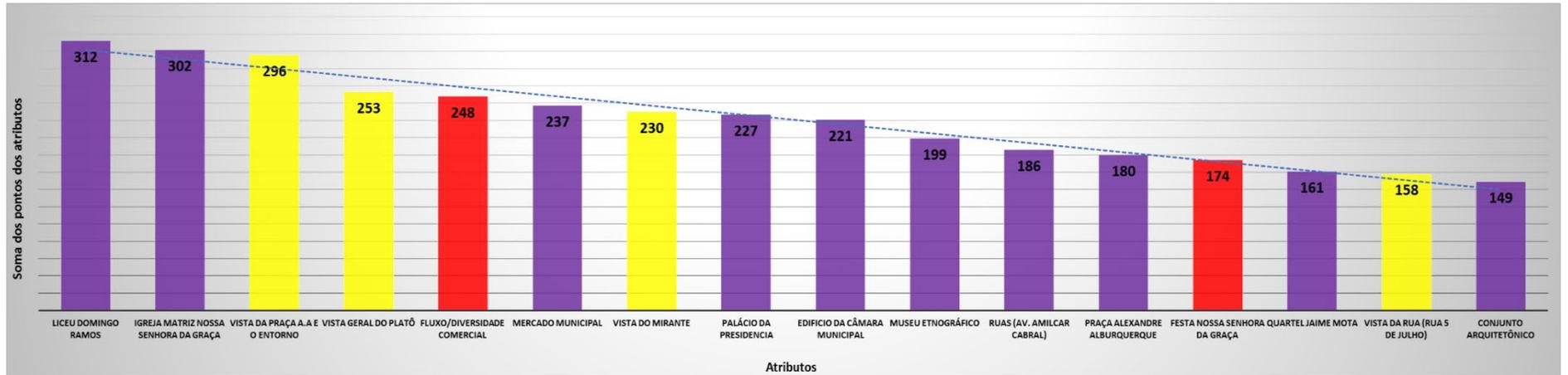
Fonte: A Autora, 2020.

## APÊNDICE B – RESULTADO FICHA 3 DE FERRAMENTA DE CONSULTA

QUANTAS VEZES OS VALORES APARECERAM POR BENS E QUANTOS VALORES CADA BEM POSSUE							
BENS	HISTÓRICO	SOCIAL	CULTURAL/SIMBOLICO	ESTÉTICO	ECONOMICO	NENHUM	TOTAL DE VALORES ATRIBUÍDOS A CADA UM DOS BENS*
Palácio da presidencia	24	14	13	18	7		<b>76</b>
Igreja matriz Nossa	25	14	19	14	5		<b>77</b>
Edifício da Câmara	16	13	15	21	12		<b>77</b>
Quartel Jaime Mota	24	5	18	13	1	1	<b>61</b>
Museu Etnográfico	23	10	20	12	4	1	<b>69</b>
Praça Alexandre	18	13	14	12	6		<b>63</b>
Mercado municipal	18	16	15	14	19		<b>82</b>
Conjunto arquitetônico	19	12	9	18	12		<b>70</b>
Liceu Domingo Ramos	17	22	15	13	9		<b>76</b>
Ruas/avenidas (Av. Amílcar Cabral)	21	10	10	6	4	2	<b>51</b>
Vista da praça A.A e o entorno	19	18	14	14	6	1	<b>71</b>
Vista do Mirante	14	7	11	18	6	1	<b>56</b>
Vista da rua	18	10	6	15	8		<b>57</b>
Vista geral do Platô	22	8	11	14	11		<b>66</b>
Fluxo/diversidade	20	20	11	7	17		<b>75</b>
Festa Nossa senhora da	13	19	21	0	4	1	<b>57</b>
<b>TOTAL DE CADA VALOR</b>	<b>311</b>	<b>211</b>	<b>222</b>	<b>209</b>	<b>131</b>	<b>6</b>	<b>1090</b>

Fonte: A Autora, 2020.

## APÊNDICE C – CLASSIFICAÇÃO COM O GRAU DE IDENTIFICAÇÃO DOS ATRIBUTOS



Fonte: A Autora, 2020